

ISSN 2318 – 2393
Faculdade de Nova
Serrana - FANS

**ANUÁRIO DE PRODUÇÕES
ACADÊMICOS- CIENTÍFICAS**

Vol. 01 – Edição V
Ano 2021



ISSN 2318-2393

CONSELHO EDITORIAL

**Presidente da Fund. Educ. Fausto Pinto da
Fonseca**

Sr. Roney Pedro Soares da Silva

Diretor da FANS – A Faculdade de Nova Serrana

Prof. Helder Mendonça Duarte

**Coordenadora de Pesquisa e Extensão
Coordenadora Adjunta Curso de Direito**

Profa. Franciane Machado Lamóia

Coordenador do Curso de Ciências Contábeis

Prof. Agilson Emerson da Silva

Coordenador do Curso de Administração

Prof. Thiago Casemiro Mendes

Coordenador do Curso de Direito

Prof. Tiago Lenoir Moreira

Coordenadora do Curso de Psicologia

Profa. Cândida Rosa Silva

Coordenador do Curso de Pedagogia

Prof. Reginaldo Silva

Editoração e Revisão de periódico

Franciane Machado Lamóia

Karina de Souza Dias

Vanusa Aparecida Azevedo

Obs.: A editoração da RIEC é uma das atividades executadas entre os entes já elencados em parceria com os Núcleos docentes Estruturantes dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Psicologia, Pedagogia e Direito da Faculdade de Nova Serrana. A autenticidade dos textos é de responsabilidade de seus autores, conforme critérios assumidos no momento da submissão.

APRESENTAÇÃO

Por **Franciane Lamóia, Karina Dias e Vanusa Azevedo**, Editoras da RIEC.

Prezados leitores.

Com esta edição, encerramos o volume 01, Ano 2021, V Edição do Anuário Acadêmico de Produções Científicas da FANS.

Com o objetivo de proporcionar a **Interdisciplinaridade**, que de acordo com o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, diz de algo “que estabelece relações entre duas ou mais disciplinas ou ramos de conhecimento” ou “que é comum a duas ou mais disciplinas”, a **FANS – A Faculdade de Nova Serrana** lança a **V Edição** do ANUÁRIO DA REVISTA INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS – RIEC.

A interdisciplinaridade é a qualidade daquilo que é interdisciplinar (aquilo que se concretiza com a colaboração de várias disciplinas, ou seja, com a junção de todos os cursos de Graduação da FANS). A interdisciplinaridade implica a existência de um conjunto de disciplinas interligadas e com relações definidas, que evitam desenvolver as suas atividades de forma isolada, dispersa ou fracionada.

Dentre as várias definições para interdisciplinaridade, iremos destacar a de Jollivet (1992), que a interpreta como uma estratégia de pesquisa que busca a

conjunção de disciplinas para tratar de um problema comum ou, ainda, o exercício de confrontação de linguagens, procedimentos, pontos de vista e conhecimentos adquiridos (JOLLIVET apud ZANONI, 2000, p. 114-115).

Espera-se, de acordo com as Editoras, que este Anuário alcance a socialização das práticas e saberes trabalhado pelos cursos da FANS, consentindo e observando que as matérias desenvolvam o leque de possibilidades interativas e significativas do saber, onde toda a comunidade acadêmica terá a oportunidade de ler e registrar diferentes interpretações e concepções.

Através do PROEX – Programa de Pesquisa e Extensão da FANS busca-se alcançar uma das funções sociais da IES, que é a comunicação e os aprendizados com a sociedade para que seja reafirmado que as políticas públicas devem-se centrar nas pessoas e na vida em sua perfeição.

SUMÁRIO

A LEITURA LITERÁRIA À PROCURA DE LEITORES

Maurício José de Faria, Patrícia Ferreira Santiago e Karina de Souza Dias -----03

ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA METODOLOGIA SCOR E DO PROCESSO FULFILLMENT AO MACROPROCESSO DE LOGÍSTICA REVERSA

Daniel de Mello Machado, Gilvam Vieira da Silva e Marcelo Agenor Espíndola-----18

COMPETÊNCIAS DESENVOLVIDAS X COMPETÊNCIAS DEMANDADAS: UM ESTUDO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA FACULDADE DE NOVA SERRANA – MG.

Ciro Antônio Pereira Lemos, Marcelo Agenor Espíndola, Moacyr de Freitas Júnior e Roney Pedro soares da Silva-----36

CONSIDERAÇÕES SOBRE A TÉCNICA PSICANALÍTICA EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

Rogéria Araújo Guimarães Gontinjo e Eloisa Borges-----58

CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: a participação social como um direito coletivo fundamental

Karoliny de Cássia Faria e Rodrigo C. da Silva-----71

ELEMENTOS ANÍMICOS E O COMPORTAMENTO DO INDIVÍDUO: CONTRIBUIÇÕES LOGOSÓFICAS

Maurício da Cunha Savino Filó e Beatriz de Farias Valsechi-----85

INCLUSÃO E EXCLUSÃO NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS PARA A PSICOLOGIA

Raquel Cabral de Mesquita, Maria Auxiliadora de Souza e Cândida R. da Silva-----98

Só podia ser mulher...

Denise Sanches Lopes, Nália Aparecida de Lacerda Viana e Karina de Souza Dias-----110

MINDFULNESS E EVIDENCIAS CIENTÍFICAS

Denise Sanches Loppes , Nália Lacerda Viana e Karina de Souza Dias-----117

OS DESAFIOS DO EMPREENDEDORISMO FEMININO NO SETOR DO VESTUÁRIO DE DIVINÓPOLIS-MG.

Sheyla Gomes de Moraes, Marcelo Agenor Espíndola e Hélder Mendonça Duarte-----126

PEQUENOS NEGÓCIOS EM TEMPOS DE COVID-19:

Impacto e Estratégias de Sobrevivência. Aline Ap. dos Santos Vasconcelos, Ciro Antônio Pereira Lemos, Dara Mara A. dos Reis e Kamila Rodrigues de Oliveira-----143

OS CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INDÚSTRIA CALÇADISTA EM NOVA SERRANA-MG

Reginaldo Silva-----162

O TRATAMENTO CONTÁBIL DOS ATIVOS INTANGÍVEIS NO CONTEXTO NA NOVA ECONOMIA

Valéria Siebel e Pedro Guilherme Ritter-----190

O PROBLEMA DAS FONTES PARA A PESQUISA HISTÓRICA: Estudo de caso.

Geraldo Fernandes Fonte Boa-----202

PSICOFARMACOLOGIA: UMA REVISÃO LITERÁRIA ACERCA DA ASSOCIAÇÃO DA PSICOLOGIA COM OS PSICOFÁRMACOS E A SAÚDE MENTAL NA ERA DA PANDEMIA COVID-19

Renata Lopes de Carvalho, Karina de Souza Dias, Denise Sanches, Nália Ap. de Lacerda Viana e Franciane M. Lamóia-----219

PANDEMIA, NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: AS DESIGUALDADES NO CONTEXTO EDUCACIONAL DA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS EM TEMPOS DE COVID-19.

Bruno Geraldo Guimarães Gonçalves-----232

A LEITURA LITERÁRIA À PROCURA DE LEITORES

Maurício José de Faria¹
 Patrícia Ferreira Santiago²
 Karina de Sousa Dias³

RESUMO

O presente artigo de revisão foi escrito a partir de reflexões sobre a leitura literária, a formação de leitores e a escolarização da literatura. Refletir sobre como tem sido a formação de leitores de literatura, apresentar breve reflexão sobre o prazer estético proporcionado pela leitura literária e mostrar como a escolarização da literatura tem contribuído pouco para a formação de um número significativo de leitores de literatura são os nossos objetivos. Para tal discussão, utilizamos como referencial teórico as contribuições de Evangelista, Brandão e Machado (2011), Brait (2010), Bernardo (2013), Azevedo (2020), Perissé (2006) e a BNCC (2018). Os autores abordam questões relevantes sobre leitura literária, formação de leitores e escolarização da literatura. Pode-se dizer que a escolarização tem sido falha na formação de leitores, uma vez que as práticas e as atividades com a leitura literária não têm levado os alunos ao prazer estético, por conseguinte, temos poucos leitores de literatura entre nós.

Palavras-chave: Leitura literária. Prazer estético. Literatura. Escolarização da literatura. Leitores.

¹ Professor da UEMG Unidade Cláudio, mestre em Letras-Literaturas de Língua Portuguesa pela PUC-Minas.

² Professora de Língua Portuguesa da rede municipal de ensino de Divinópolis, mestre em Língua Portuguesa pela PUC-Minas.

³ Professora da Faculdade de Nova Serrana (FANS), mestre em Promoção da Saúde pela Universidade de Franca, SP.

Abstract

This review article was written from reflections on literary reading, formation of readers and schooling of literature. Reflecting on how the formation of literature readers has been, presenting a brief reflection on the aesthetic pleasure provided by literary reading and showing how the schooling of literature has contributed little to the formation of a significant number of literature readers are our goals. For this discussion, we used as a theoretical framework the contributions of Evangelista, Brandão and Machado (2011), Brait (2010), Bernardo (2013), Azevedo (2020), Perissé (2006) and BNCC (Acronym in Portuguese) (2018). The authors address relevant issues about literary reading, reader training and literature schooling. It can be said that schooling has been a failure in the formation of readers, since practices and activities with literary reading have not led students to aesthetic pleasure, therefore, we have few literature readers among us.

Keywords: Literary reading. Aesthetic pleasure. Literature. Literature schooling. Readers.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Freire (1989, n. p.), “A leitura do mundo precede à leitura das palavras”, uma vez que decodificamos a todo instante um vasto mundo de signos e se assim o é, pode-se dizer que já somos leitores, pois lemos o mundo que nos cerca. Vamos lendo as horas, vamos lendo o dia, vamos lendo tudo que se apresenta ao nosso olhar.

Vamos, assim, exercitando o cérebro para decodificar e dar sentido ao mundo. Olhamos e, automaticamente, lemos.

O mundo se apresenta para nós o tempo todo. Nele estamos rodeados de signos linguísticos e não linguísticos que se apresentam em textos como músicas, filmes, vídeos, desenhos, textos literários, rótulos, gravuras, imagens, HQs, cartazes, placas, letreiros, grafites, avisos, painéis, hipertextos etc.

Há uma profusão de textos e hipertextos, os mais diversos, que se apresentam ao leitor, que por sua vez escolhe um caminho na ora de ler. É preciso frisar que nosso olhar tem sido bombardeado por textos e imagem, constantemente. Eles estão aí à procura de leitores para serem lidos e/ou vistos. Há, portanto, uma demanda incessante por leitura, quer ela seja feita com prazer ou não.

Sabemos que os benefícios da leitura diária não atuam no nosso cérebro só no presente, só no momento da leitura. Segundo Azevedo (2020, n. p.), “ler pode ser uma forma de proteger a mente contra o surgimento de doenças neurodegenerativas”, no futuro. De acordo com a autora, “O hábito da

leitura tem relação comprovada com uma melhor qualidade de saúde mental”. A imaginação, a memorização, a aprendizagem são ativadas pela leitura, uma vez que ela funciona como um exercício para o cérebro humano.

Devido à profusão de textos a serem lidos, as possibilidades de leitura são infinitas, por isso iremos nos ater aqui, de forma breve, a uma leitura específica, ou seja, à leitura de textos literários, pois acreditamos que a literatura traz para seu interior a magia da língua ordinária, essa que usamos cotidianamente. Segundo Travaglia (*apud* BRAIT, 2010, p. 37), a literatura tem a capacidade “de dar forma e existência ao que sentimos e somos, ao que as relações grupais são, ao que e como o Universo é, os universos são”.

Por onde andam os leitores de literatura? Este questionamento inicial demanda uma série de respostas, pois sabemos que o leitor de hoje tem lido vários textos, uns mais, outros menos. Que espaço tem os textos de literatura na leitura que é feita cotidianamente? Parece que a literatura é pouco lida, pouco discutida, ou seja, ela tem ficado esquecida.

Mesmo diante da possibilidade rica de mostrar o que somos, a nosso ver e de alguns estudiosos da área de literatura, parece haver no seio da sociedade uma estagnação, certo tipo de menosprezo em relação à leitura literária, especificamente. Sabemos que estamos generalizando, mas é perceptível no nosso entorno que ouvimos muito pouco sobre a literatura. Ouvimos muito pouco o que o leitor de literatura diz do que leu. A indiferença, a insensibilidade, a apatia em relação ao livro de literatura não partem de todos os leitores, obviamente.

Parece-nos que a literatura de ficção vive do interesse de poucos afeiçoados leitores. Não nos referimos aqui àqueles leitores ávidos por *best-sellers* e, tampouco, àqueles que são compulsivos, portanto, drogaditos em ler determinados estilos literários ou tudo que cai em suas mãos. Estamos falando do leitor que passou pela escolarização da literatura, do leitor que teve contato, mesmo que mínimo, com o texto literário na escola.

Para elucidarmos um pouco o tema aqui tratado, faremos breve revisão dos estudos voltados para a leitura de textos literários. Recorremos aos teóricos Evangelista, Brandão e

Machado (2011), Brait (2010), Bernardo (2013), Leahy (2004), Perissé (2006), e a BNCC (2018) para trazermos à reflexão o que tem ocorrido com a leitura literária, tanto em casa quanto na escola. Muito já se falou sobre o assunto, contudo estamos à procura de reflexões para nos auxiliar no entendimento do que acontece com a falta de hábito de leitura de textos literários. Continuamos a ter poucos leitores de literatura, em sendo assim a “literatura” está à procura de leitores.

Uma vez criado o hábito de ler, quer-se sempre o contato com a literatura, quando se é um leitor assíduo. Mas esses leitores são poucos quando se pensa na quantidade de “possíveis” leitores que frequentam ou saem das nossas escolas. Se todos somos leitores, por que há poucos leitores de textos literários? Se todos nós tivemos “contato” com o livro de literatura na escola, por que há tão poucos leitores, em geral? Eis aqui indagações que levam a várias respostas.

A crise pela qual passa a leitura literária entre nós parece ser constante, pois ainda temos poucos leitores e, principalmente, pouquíssimos leitores de literatura

entre nós. Sabemos que a família, a escola e a sociedade têm falhado na formação de leitores ativos, interessados, participativos, envolvidos com o livro de literatura. Por isso, pode-se afirmar que o ensino de literatura vive uma crise profunda (PERRONE-MOISÉS *apud* BRAIT, 2006), pois os poucos leitores de literatura que ainda se formam decorrem da situação difícil em que se encontra a própria literatura neste século 21. Sabe-se que a crise tem raízes históricas. Ela parece instalada no campo das crises eternas e impossíveis de serem resolvidas em médio e longo prazos, ou seja, as falhas no processo de formação de leitores de literatura não são de agora e, tampouco, serão sanadas em pouco tempo.

De acordo com Paulino *et al.* (2001, p. 27-8), “a escola, aparentemente espaço de incentivo para a leitura de livros, ao impedir que os objetivos, iniciativas e estratégias de leitura sejam dos próprios leitores/alunos, pode afastá-los dos processos de produção de sentido e, conseqüentemente, do universo dos livros”. Eis aqui uma das causas de haver poucos leitores, pois estamos afirmando que a escola tende a

controlar a leitura do aluno, empobrecendo, assim, a interação livro/leitor. O mal está posto e pode ser confirmado facilmente, pois não temos sentido a presença do livro de literatura entre os objetos de consumo de nossas crianças e jovens.

Para agravar o cenário desfavorável do contato das crianças e dos jovens com o livro de literatura, as transformações causadas pela onipresença das redes sociais na vida das pessoas têm modificado significativamente a forma como lemos. Estamos em processo acelerado de migração do papel para as telas. As letras antes fixadas na superfície palpável do papel e, até com cheiro, hoje nos chegam de forma iluminada, um tanto quanto impalpável. Se já tínhamos problemas graves nos métodos de ensino-aprendizagem da leitura literária, anteriormente, hoje eles se multiplicaram.

Parece que a crise está instalada nos métodos que visam criar o hábito da leitura e de transmitir os conhecimentos acumulados pelos estudos literários. Em sua maioria, os métodos falharam e continuam falhando, pois eles continuam a formar poucos leitores de textos literários. Não estamos aqui a culpar a escola,

porque muitos de nós nos tornamos leitores devido ao contato que tivemos com os textos literários única e exclusivamente na escola. Sabemos que algumas crianças chegaram à escola com uma boa bagagem literária, contudo muitos sequer tiveram contato com um único livro de literatura antes de ingressarem na escola. Essa é a nossa realidade. Em nossa realidade, a escola é onde a leitura literária acontece majoritariamente, é nela que muitos leitores se tornam leitores críticos, curiosos e interessados pelo livro de literatura.

Justifica-se abordarmos a existência de poucos leitores de literatura e falarmos um pouco sobre o processo de escolarização do texto literário. A literatura está à procura de mais leitores, posto que o prazer estético precisa ser mais bem trabalhado com os alunos na escola. Através desse prazer revelador, temos a oportunidade de olharmos para dentro de nós mesmos, para o nosso entorno e para o outro, de forma diferente. A leitura literária proporciona vivenciarmos e sentirmos nossa subjetividade de forma intensa e viva. Além disso, podemos afirmar que a literatura abre a mente para diversas

discussões, sejam elas voltadas para a subjetividade do sujeito ou para a coletividade na qual o sujeito está inserido.

Nossos objetivos aqui são, a saber: discutir sobre como tem sido a formação de leitores de literatura; apresentar breve reflexão sobre o prazer estético proporcionado pela leitura literária; e, por fim mostrar como a escolarização da literatura pouco contribuiu para a formação de um número significativo de leitores “literários”. Para atingi-los, adotaremos como método a revisão bibliográfica.

2 A LEITURA LITERÁRIA E O LEITOR

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) traz, em seu interior, diretrizes importantes sobre a formação de leitores, especificamente, de literatura. Segundo a BNCC, o educador deve trazer para a cena escolar

experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados

personais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas, (BRASIL, 2018, p. 41)

Aproximar as crianças da literatura é permitir que elas conheçam a natureza, a sua cultura, aspectos singulares da sua língua de forma indireta, emotiva, prazerosa e lúdica através do contato com textos literários diversos. Assim, permite-se às crianças se conhecerem e conhecerem o outro, outras culturas, outras vivências, durante a leitura. Com a leitura e através dela, experimentamos novos modos de ver e sentir o mundo. “As experiências com a literatura, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo” (BRASIL, 2018, p. 42).

As diretrizes são bem elaboradas e estão em consonância com os estudos que a academia tem apresentado sobre a leitura literária nas últimas décadas. Mas da lei – diretrizes – para a realidade – sala de

aula – há um longo caminho a ser percorrido. Este caminho passa pela formação de professores que, “como muitos de nós bem sabemos, leem pouco e leem mal” (PERISSÉ, 2006, p. 94), e passa também pela estrutura física deficitária das escolas, de modo geral, passa pelo pouco acesso ao texto literário, pela pouca adesão da família à literatura, ou seja, passa por muitos motivos. O tema é muito amplo, portanto não temos a pretensão de esgotá-lo aqui.

Podemos dizer que a formação de leitores demanda uma mudança radical na forma como a sociedade lida com o texto literário, que precisa sair do limbo para ocupar um lugar, não necessariamente de destaque, mas um lugar de respeito. Afinal, a literatura proporciona um tipo de prazer diferenciado no momento em que se está lendo. Segundo Perissé (2006, p. 117), “Lendo, exercitamos nossa imaginação. A imaginação é espontânea, mas também pode estar sujeita à nossa vontade. Quero imaginar, e imagino. Imaginando, expresso-me, impressiono-me”.

Está aqui a utilidade da literatura como escapismo, como encontro com o eu interior, como encontro com outros eus, como

energia, como solidariedade. Leitura é ato solitário, contudo, solidário. O encontro com a palavra literária é um encontro que traz alento e esperança, pois a palavra não é devaneio, a palavra é transcendência. A leitura literária proporciona um prazer único, posto que o leitor, quando está lendo, vive outras possibilidades de existência, assim ele participa da vida alheia e aprende muito sobre si mesmo. Para além da palavra lida, o leitor põe o cérebro em movimento.

Encontrar a palavra literária é muito importante para o leitor. O encontro parece-nos essencial devido a sua carga de trocas afetivas e efetivas. Segundo Perissé (2006, p. 10), “Dotando a palavra de sentido, a palavra torna o mundo menos terrível e assustador” (...) “a palavra cria sentido, cria e explicita relações”. E para que serve o leitor? Qual sua razão de ser? Parece ser sua razão ler o que o outro quer dizer. A palavra lida é a palavra coletiva. A palavra lida e sentida é uma palavra compartilhada, repartida, vivenciada. O escritor de textos literários diz de nós, das nossas alegrias e dores, por isso é importante termos leitores de textos literários para que eles possam encontrar os escritos dos escritores e assim comungarem

sensações, percepções, sentidos vários.

De acordo com Perissé (2006, p. 95), “Quem escolhe o que lê entra em contato com a atmosfera formada por aquele livro que tem entre as mãos. O livro é, de certa maneira, um ser vivente”. Através desse ser “vivente”, podemos compartilhar, dialogar, dizer para nós e para os outros o que queremos, o que pensamos. Podemos dialogar, compartilhar, trocar sensações, aprender novos significados, exercitar nossa imaginação, aprimorar nossa mentalização. Infelizmente essas possibilidades, que ocorrem durante a leitura, não chegam a todos os cidadãos e, tampouco, acontecem a contento no ambiente escolar, com raríssimas exceções.

Sabe-se que a literatura na escola não é vista e, tampouco, entendida como proporcionadora de prazer estético. Na escola ela é entendida como um objeto a ser estudado, uma vez que aparece na lista das disciplinas escolares. A finalidade da literatura na escola ainda não se impôs pelo viés do prazer estético, infelizmente, todavia é na escola que a literatura se apresenta e encontra possíveis leitores. De acordo

com Paulino *et al.* (2001, p. 28), “Não é a escola que mata a leitura, mas o excesso de didatismo, a burocracia do ensino acoplado a regras preestabelecidas, a normas rígidas e castradoras”. Em síntese, o leitor iniciante tem que se sujeitar a esse ambiente pouco favorável ao prazer estético. Alguns leitores conseguem romper o dique castrador, uma vez que se deixam ser tomados pela leitura.

Conforme Reis (2019, n. p.), “o discurso artístico tem uma função claramente conscientizadora. De fato, a arte lida não com o imaginário, mas com a realidade, através, do imaginário”. Portanto, o discurso literário tem, dentre seus vários objetivos, pôr o sujeito na realidade, colocando-o de frente para o mundo que o rodeia, colocando-o diante de si e dos outros. Assim, o leitor vai fazendo a sua leitura do mundo através da palavra lida, o leitor vai interagindo e agindo na realidade do seu mundo.

Por certo, a visão utilitária que a literatura goza no ambiente escolar tem a ver com a nossa história, pois a escola tornou-se o lugar por excelência da leitura literária no Brasil. Devido as nossas particularidades

socioeconômicas e culturais, é na escola que muitos brasileiros têm o primeiro contato com a literatura. Insistimos aqui, que a escola tem sua parcela de culpa na baixa adesão dos jovens à leitura literária, mas é nela que está a solução ou pelo menos parte da solução para termos mais leitores.

Pode-se dizer que muitos problemas de leitura literária na escola não se encontram na resistência dos alunos à leitura, mas na falta de espaço adequado e de tempo na escola. A escola está organizada para não favorecer a leitura, porque a apreciação do texto literário é uma experiência subjetiva, solitária, lúdica, prazerosa, ou seja, demanda tempo individual, demanda um tempo específico para a realização da leitura. A escola precisa aprender a lidar com isso. Não só a escola é desfavorável à leitura, como “o tempo contemporâneo é hostil à literatura, contudo ela é tolerada como atividade ilhada” (DAVI; REZENDE; JOVER-FALEIROS, 2005, p. 133).

Parece que a tentativa de impor a leitura literária como uma obrigação escolar ainda não tem dado resultados. Muitas teorias de leitura dão receitas cuja utilidade não

ultrapassa os muros da academia, infelizmente. Isto só vem confirmar o distanciamento da academia da realidade escolar brasileira, que apresenta elementos socioculturais muito divergentes, a despeito dos inúmeros estudos divulgados em congressos, nos seminários, na mídia etc. Portanto, tratar de literatura em sala de aula implica falar dos aspectos metodológicos do processo ensino-aprendizagem específicos da área que podem levar a acertos indispensáveis em uma sociedade marcada por abismos socioeconômicos e culturais assustadores entre seus cidadãos, em todos os níveis escolares.

Para reverter o que apresentamos, podemos indagar como a literatura deve ser vista pelos sujeitos envolvidos no processo de formação dos alunos. Segundo Bernardo (2013, p. 108), a literatura, como objeto de estudo, deveria pertencer ao mesmo campo das artes – música, teatro, dança, desenho, pintura etc. Ela deve ser vista, antes de tudo, como arte. Sabemos que não é isto o que acontece quando a literatura está na sala de aula, principalmente nas escolas públicas, que são desprovidas de muitos

materiais didáticos e de bibliotecas com acervos atrativos e atualizados.

A literatura como arte, parece ser esta a visão apontada, em linhas gerais, pela BNCC, segundo a qual a criança/jovem deve

Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura. (BRASIL, 2018, p. 89),

Pensamos que nos ensinos Fundamental e Médio, a ênfase metodológica deve ser dada à variedade de gêneros, de autores e de forma interdisciplinar, isto certamente dará mais consistência à leitura. Já no ensino universitário, a ênfase deve ser dada à teoria, associando a literatura menos à História e mais à Filosofia, à Semiótica e às várias outras formas de manifestação artística, desde que de forma prática, uma vez que a academia tem teorizado demais nos

cursos de licenciatura em Letras. O foco da academia deve ser a formação de professores leitores literários, mas esta é outra discussão importante a ser feita pelas várias instâncias envolvidas nas diretrizes dos cursos superiores de licenciatura.

Para tratarmos sobre a formação de leitores de literatura na escola, fizemos algumas perguntas e trouxemos algumas respostas não conclusivas, a saber: ensinar literatura para quê? Como lidar com o ensino da literatura? Estas perguntas não são novas. Elas têm sido respondidas teoricamente por estudiosos, professores, educadores, pesquisadores, interessados na formação de cidadãos ativos e, também, por aqueles diretamente envolvidos no processo ensino-aprendizagem da literatura, ou seja, o professor de língua portuguesa. As respostas não são nada consensuais e, tampouco, muitos professores da ativa ou em formação têm acesso a elas em algum momento.

Afirmarmos aqui que a literatura foi escolarizada no Brasil. Isto é fato incontestável. Os motivos da escolarização têm a ver com aspectos históricos e a falta de políticas públicas que negaram a muitas gerações o

acesso à escola, ou seja, gerações passadas não foram letradas de forma a favorecer a leitura, principalmente a literária, por conseguinte o ato de ler não se fez presente nas casas de milhões de brasileiros. O livro ainda é inexistente em muitos lares deste país. Em sendo assim, a literatura foi levada para o espaço escolar. Devido a características bem brasileiras, a escola tem-se mostrado falha na formação de leitores literários há décadas, ou seja, a experiência estética, lúdica e com elas, a experiência literária, têm sido negada aos alunos em sua trajetória de formação enquanto cidadãos, apesar de haver inúmeras possibilidades de se trabalhar com a literatura na escola.

Mas ensinar literatura para quê? Segundo Soares (*apud* EVANGELISTA; BRANDÃO, MACHADO, 2011), o processo de escolarização da literatura é inevitável, entre nós, por ser da essência da escola a instituição dos saberes escolares, dentre eles destacamos o ensino de língua que, muitas vezes, faz uso da literatura para se constituir como saber. A literatura passa a uma função utilitária, quando ela é o suporte para se ensinar língua. Essa discutível situação tem sido revista

pelos sujeitos envolvidos no processo de escolarização da literatura, contudo os resultados não têm aparecido.

Soares (*apud* EVANGELISTA; BRANDÃO, MACHADO, 2011) aponta para uma possibilidade de escolarização adequada da literatura. Deve-se ensinar literatura não no sentido de imposição, de doutrinação, mas no de formação, de diálogo, de trocas, de confabulação, pois a literatura assume muitos saberes e sabores. Segundo Barthes (2010), “a literatura diz que sabe muito sobre os homens”. Quando trabalhada de forma não impositiva, a literatura deve levar o aluno a se pronunciar sobre o que lê, a levar para a cena do lar discussões singulares sobre o que somos, a sentir o prazer estético, a dialogar com o texto e com seus pares em sala de aula, tudo isso mediado por um professor que permite a escuta, a fala, a troca de impressões, portanto, permite o outro.

“Um leitor só se faz de fato em sua relação direta com um texto, num tempo que é seu e que vai se configurando como um hábito (um vício?)” (BRAIT, 2010, p. 116). Ora, a escola precisa lidar com o tempo do leitor em formação. A leitura tem que ser antes de tudo um hábito prazeroso.

O conhecimento que advém da leitura é uma consequência que vai estabelecer a ligação entre a vida e o texto lido. Quando o leitor, em suas variadas leituras literárias, consegue fazer esta ligação, ele encontra prazer, ele vivencia o lido.

Para potencializar a leitura literária, o professor deve ser o mediador entre o aluno e os vários tipos de textos literários em sala de aula para que este possa ter o texto literário como um aliado que o permita dialogar com a realidade e os aspectos subjetivos do texto, além de dialogar com os que compartilharam da mesma leitura. Sabe-se que a leitura literária é solitária e solidária. Solitária porque ela é o encontro com o seu próprio eu, que acontece no momento exato do percurso da leitura. Solidária porque ela é o encontro com outras vozes, ou seja, o leitor vai encontrando outros parecidos e também diferentes a ele no percurso do texto.

O leitor tem, durante o percurso, a possibilidade de parar e prosseguir nos caminhos do texto. Ele tem a possibilidade de interromper a leitura para travar consigo mesmo uma reflexão de foro íntimo. O leitor tem que ser dono da sua leitura. É ele quem dita o ritmo da interação com o

texto literário. Assim, ele para, ele reflete, ele sente como os outros sentem e vivem o mundo, que é um só, mas que é vivido de forma única por cada um de nós.

Então, que literatura ensinar? Ora, podemos dizer que literatura não se ensina, se lê, se vive. A literatura vai sendo lida, vai se constituindo leitura literária. O que pode ser ensinado é algo sobre a literatura. No ensino básico, deve-se deixar o aluno viver a leitura literária e o professor deve estimular a curiosidade pelo texto literário, cujos códigos linguísticos, éticos e estéticos são pouco conhecidos ou desconhecidos de muitos (DAVI; REZENDE; JOVERFALEIRO, 2013, p. 26). O professor, como mediador, deve mostrar para o aluno que há uma relação do livro com outros objetos semióticos como música, filme, HQ, grafite, vídeo, séries etc. O aluno tem que ser confrontado com a diversidade do literário. Em seguida, deve-se dar a ele voz para que exponha o pensamento que foi construído durante a leitura.

Em sala de aula, apesar dos problemas conhecidos de infraestrutura deficitária das escolas e das condições inadequadas de estudo extramuros, o aluno deve ser o foco da

didática da literatura. Para isso, a sala deve ter um clima favorável para o aluno falar e o professor-mediador proporcionar trocas de impressão sobre o fruir estético. Pensamos que assim se “ensina” literatura. Segundo Leahy *apud* PAULINO, 2004,

Raras foram as oportunidades de ampliação e aprofundamento do diálogo genuíno, querendo genuinamente saber dos alunos suas respostas sensoriais, emocionais, racionais ao lido: o que realmente sentiram, pensaram, depreenderam do texto literário. Mais raramente ainda se procedeu à leitura crítica, à análise teoricamente fundamentada, à interpretação sem maniqueísmos ou polarização do texto. (LEAHY, *apud* PAULINO; COSSON, 2004, p. 55),

Então, se pensamos na literatura na escola, numa “literatura ensinada”, devemos nos pautar em algumas diretrizes para potencializar o seu “ensino”, ou seja, levar o aluno a ter um letramento literário mais consistente. Evangelista, Brandão e Machado (2011) apontam as seguintes reflexões, a saber:

1. O professor deve ser um sujeito leitor, esta é uma condição *sine qua non* para que ele seja, de fato, mediador. Se ele não lê, como vai encantar, como vai motivar seus alunos, como vai dialogar, compartilhar, trocar impressões. Ele deve atualizar sempre sua leitura literária, pois só assim poderá apresentar-se diante de alunos cada vez mais “digitalizados”. Além disso, o professor deve procurar saber as preferências dos alunos em relação à temática, ao gênero textual, às novidades etc. Professor e alunos devem se unir na escolha do que ler;

2. A leitura estimula diversas áreas do cérebro, pois há uma variedade de processos envolvidos no ato de ler. Ler é processar informações, transformando escrita em significado por meio de um sistema mental, daí ser necessário estimular os alunos a ler uma variedade de gêneros textuais;

3. É importante propor um ganho ético e estético aos alunos através de obras cujo conteúdo existencial deixa marcas, colabora para construir sua identidade, proporciona prazer, proporciona um desafio ao oferecer

ao aluno novas possibilidades linguísticas. É tarefa do professor verificar o grau de dificuldade que o texto literário pode apresentar para seus alunos, ora oferecendo textos próximos a sua realidade, ora trazendo para a sala textos desafiadores;

4. A leitura literária deve ser compartilhada pelo aluno com seus pares, pois, assim, trocam-se impressões e percepções pessoais de mundo. Desta forma, o aluno se pronuncia sobre o que lê, expondo seu diálogo interior com o texto lido e com os colegas. O aluno deve ver o professor como um mediador na troca de impressões com seus pares e como um bom interlocutor;

5. A sala de aula, mesmo que ela represente um papel regulador devido à presença de diversos fatores negativos para uma boa leitura, deve ser acolhedora à voz do aluno. A sala ou o ambiente destinado à realização da leitura deve contribuir para que o aluno sinta-se à vontade para realizar sua leitura, no tempo que ele achar melhor; e

6. A família, elemento não menos importante, deve valorizar a leitura, seja ela qual for. Ela deve ainda proporcionar um ambiente agradável

à leitura. Em síntese, os pais também devem mostrar interesse pela leitura e devem dialogar com os filhos sobre os livros lidos, dentro do possível.

A leitura literária é importante para a formação do aluno, pois se sabe que ela é um instrumento para educar de forma lúdica e prazerosa. Esta leitura, devido à escolarização da literatura, cabe à escola fazer. Segundo Vieira (2017, p. 118), “o letramento literário tem como objetivo principal formar leitores críticos, capazes de compreender parte do mundo da literatura que os cerca, portanto não basta somente ler fragmentos de textos, resumos de obras, é preciso inserir o aluno em um mundo literário”.

Formar um leitor literário implica em capacitá-lo para escolher suas leituras a fim de apreciar construções e significações verbais de cunho artístico em seu dia a dia. “Esse leitor tem de saber usar estratégias de leitura adequadas aos textos literários, aceitando o pacto ficcional proposto, com reconhecimento de marcas linguísticas de subjetividade, intertextualidade, interdiscursividade” (COSSON, 2006, n. p.), ou seja, ele tem que adentrar a criação da

linguagem proposta pelo autor e situar o texto em seu momento histórico de produção ou de sua realidade (COSSON, 2006).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um leitor de livros de literatura “só se faz de fato em sua relação direta com o texto, num tempo que é seu e que vai se configurando como um hábito” (BRAIT, 2010, p. 116). O desafio da família, da escola e do professor, em particular, está em equacionar o que está posto por Brait (2010), ou seja, como a escola, espaço em que a maioria tem contato com o texto literário, muitas vezes fragmentado, irá suprir a falta de textos disponíveis no ambiente familiar na maioria dos lares brasileiros? Fora isso, é preciso repensar o tempo escolar, uma vez que ele se apresenta engessado demais para atender à necessidade de o aluno dedicar-se à leitura de forma lúdica, prazerosa e interativa no ambiente escolar.

A “literatura ensinada” nas salas de aula precisa passar por uma transformação radical em termos de métodos. Os métodos estão dados, pois temos uma vasta produção acadêmica, resultante de pesquisas

sérias. Já sabemos muito sobre os problemas, contudo não estamos conseguindo resolvê-los a contento, posto que os resultados negativos sobre leitura literária estão escancarados há décadas.

Parafraseando Bakhtin (2020, n. p.), “A vida é dialógica por natureza. Ler significa participar de um diálogo (...) O homem participa por inteiro desse diálogo: com os olhos, lábios, mãos, alma, espírito, com todo o corpo, com todos os seus atos”. Ler, então, é um ato de se entregar ao texto. Os olhos fazem a ponte entre as palavras e o eu do leitor. Os lábios produzem sons na nossa mente durante a leitura. As mãos tateiam as folhas. A alma sente as palavras. O espírito se enche de novas imagens. O corpo se movimenta conforme o ritmo das palavras.

Todos os atos constroem sentido quando estamos lendo, quando estamos acompanhando cada palavra do texto, cada ponto, cada instante. Para sentirmos o texto, é preciso que os métodos sejam voltados para os sentidos, pois são neles que residem nossa capacidade de interação com o simbólico, com o mundo das palavras escritas no papel, na tela, das palavras ouvidas das

infinitas histórias que nos rondam a vida toda, das histórias inventadas ou não. Histórias são histórias, elas somos nós e elas estão aí para serem lidas/ouvidas e, principalmente, vividas. Em síntese, a leitura literária encontra o leitor quando ele se entrega, prazerosamente, à leitura.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, A. F. de. Hábito de leitura estimula o cérebro e promove benefícios para a saúde mental. PUCRS, **Cotidiano**, 20 maio 2020. Disponível em: <<https://www.pucrs.br/blog/habito-de-leitura-estimula-o-cerebro-e-promove-beneficios-para-a-saude-mental/>>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020.
- BERNARDO, G. **Conversas com um professor de literatura**. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.
- BRAIT, B. **Literatura e outras linguagens**. São Paulo: Contexto, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 out. 2020.
- COSSON, R. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2006.
- DALVI, M. A.; REZENDE, N. L. de; JOVER-FALEIRO, R. (Orgs.). **Leitura de literatura na escola**. São Paulo: Parábola, 2013.

EVANGELISTA, A. A. M.; BRANDÃO, H. M. B.; MACHADO, M. Z. V. **A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler.** 21. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

LEAHY, C. A educação literária e as políticas oficiais. *In:* PAULINO, G.; COSSON, R. (Orgs.). **Leitura literária: a mediação escolar.** Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2004.

PERISSÉ, G. **Literatura e educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PERRONE-MOISÉS, L. *In:* BRAIT, B. **Literatura e outras linguagens.** São Paulo: Contexto, 2010.

REIS, L. C. Manuel Bandeira: a evocação de um passado recifense. **Revista Acadêmica Online**, 2019. Disponível em: <<https://www.revistaacademicaonline.com/products/manuel-bandeira-a-evocacao-de-um-passado-recifense/>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

TRAVAGLIA, L. C. Da infância à ciência: língua e literatura. *In:* BRAIT, B. **Literatura e outras linguagens.** São Paulo: Contexto, 2010.

VIEIRA, H. de F. S. C. **Letramento literário: um caminho possível.** Universidade Federal da Grande Dourado, 2017. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/arredia/article/view/4307>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA METODOLOGIA SCOR E DO PROCESSO *FULLFILLMENT* AO MACROPROCESSO DE LOGÍSTICA REVERSA

Daniel de Mello Machado⁴

Gilvam Vieira da Silva⁵

Marcelo Agenor Espíndola⁶

Resumo: Este artigo analisou em que medida a Metodologia SCOR e o processo do *fulfillment* aplicado a logística reversa pode agregar valor à organização. Sustenta-se em um estudo de caso de natureza descritiva e caráter qualitativo sobre a Empresa Alfa. O referencial teórico contemplou Metodologia SCOR, logística reversa e o processo do *fulfillment*. Para a coleta de dados realizou entrevista junto ao gestor de logística da empresa. Para o tratamento dos dados utilizou-se Análise de Conteúdo. Os resultados indicam que a Metodologia SCOR e o processo do *fulfillment* quando implantadas e associadas ao processo de logística reversa de forma correta tem gerado resultados positivos. Verificou-se oportunidades de melhoria quanto a limitação de espaço de armazenagem, o não atendimento às ATP's, limitação de frotas e inconstâncias no processo de coleta de embalagens junto aos fornecedores. Os resultados sinalizam a revisão de alguns processos, visto que o gestor se mostrou flexível a mudanças.

Palavras-chave: Metodologia SCOR.
Processo *fulfillment*. Logística reversa.

Abstract: This article analyzes the extent to which the SCOR Methodology and the filling process applied to reverse logistics can add value to the organization. It is supported by a case study of a descriptive and qualitative nature about the Alpha

⁴ Professor – Faculdade de Nova Serrana (FANS)

⁵ Administrador – Especialista em Metodologia do Ensino Superior

⁶ Professor – Faculdade de Nova Serrana (FANS)

Company. The theoretical framework included SCOR methodology, reverse logistics and the realization process. To collect data from an interview with the company's logistics manager. For data processing used Content Analysis. The results required for the SCOR Methodology and the execution process when implemented and associated with the reverse logistics process in a correct way with positive results. There were opportunities for improvement regarding the limitation of storage space, or non-compliance with ATP's, limitation of fleets and inconsistencies in the process of collecting packages from suppliers. The results indicate a review of some processes, seen that either the manager presented flexible changes.

Keywords: SCOR methodology. Fulfillment process. Reverse logistics.

1. Introdução

O crescimento acelerado e desorganizado das organizações, a grande necessidade de produtividade e eficácia por resultados, o dinamismo mercadológico e a alta competitividade foram fatores que contribuíram diretamente para as atuais demandas de mercado, gerando reflexos em diversas áreas organizacionais, sobretudo nos processos logísticos das organizações.

A partir deste cenário surge-se a necessidade de revisar e atualizar os processos em função das diversas mutações do mundo do trabalho, conforme proposto por Zarifian (2003). Neste sentido as organizações

passaram a entender que a reavaliação dos processos é fundamental para otimizar os resultados propostos. Contudo as organizações passaram a adotar ferramentas e métodos que pudessem atender as demandas mercadológicas, garantindo a produtividade no menor custo possível.

Um dos setores que mais sofreu os reflexos decorrentes das constantes mutações do mundo do trabalho foi a logística. No Brasil, embora a logística seja um ramo de atuação relativamente recente, nos últimos anos as empresas têm se desprendido um esforço maior a fim de garantir o melhor controle de estoques, armazenagem de produtos e gestão de transportes (Calazans & Barros, 2002). Na mesma linha de processos a gestão cadeia de suprimentos se tornou um dos elementos mais importantes para a obtenção de vantagem competitiva mediante o dinamismo mercadológico (Hoole, 2005). Neste sentido pode-se considerar o processo logístico como um dos principais setores para a geração de resultados organizações.

Em função desta grande representatividade logística nos resultados organizações torna-se

necessário um controle ainda maior dos processos logísticos a fim de garantir a eficácia das operações e neste contexto a Metodologia SCOR (*Supply Chain Operations Reference* – Referência das Operações da Cadeia de Suprimentos) ganha ênfase por se tratar de um modelo que “suporta e fornece metodologia que padroniza e trata os processos principais de forma integrada, permitindo que as organizações examinem sua arquitetura da cadeia de suprimentos através de parâmetros de gestão consistentes para garantir a obtenção dos seus resultados” (Kuhn, 2015, p. 144).

Em conjunto com a Metodologia SCOR o processo do *fulfillment* também começa a ganhar destaque na gestão das operações logísticas. O processo do *fulfillment* tem como objetivo a perfeição no atendimento ao cliente ou a qualidade do nível de serviço logístico, a fim de simplificar a visualização das oportunidades em todo o processo de gerenciamento da cadeia de abastecimento e na gestão da mudança, da complexidade e do relacionamento, que pode ser aplicado sobretudo na logística reversa. E a partir destas propostas surge-se algumas questões norteadoras deste

estudo: Estaria a Metodologia SCOR atendendo as perspectivas das empresas? O processo do *fulfillment* tem se adequado de forma eficaz ao processo de logística reversa? As empresas têm conseguido aplicar as propostas de forma eficaz? Quais os desafios organizacionais? Quais as forças e as limitações do processo? Como está a satisfação dos clientes a partir da associação entre SCOR e *fulfillment*?

Diante dessa realidade, o artigo pretende refletir sobre a aplicação da Metodologia SCOR e do *fulfillment* em um processo de logística reversa. Na busca de possíveis respostas aos questionamentos supracitados, o artigo tem como objetivo geral analisar em que medida a Metodologia SCOR e o processo do *fulfillment* aplicado a um macroprocesso de logística reversa pode agregar valor para a organização. Estabelecem-se como objetivos específicos: descrever sobre o modelo de referências Metodologia SCOR e suas implicações; descrever o processo de logística reversa e *fulfillment*; associar a Metodologia SCOR e o processo *fulfillment* integrado processo de logística reversa; identificar a percepção do responsável quanto aos modelos

aplicados e analisar os possíveis limites e forças dos modelos.

Para atingir os objetivos propostos, realizou-se um estudo descritivo de caráter exploratório e de natureza qualitativa em uma empresa localizada em Divinópolis - MG que aplica tal modelo. A coleta de dados foi realizada por meio de um roteiro de entrevistas semi-estruturados. Foi inquirido o responsável envolvido no processo em estudo. A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo.

Este artigo está estruturado em cinco seções. Esta introdução constitui a primeira delas. A segunda seção contempla o referencial teórico e a terceira descreve a metodologia utilizada. Na quarta seção têm-se a apresentação e discussão de resultados. Na quinta, as considerações finais e, na sequência, as referências.

2. Referencial Teórico

2.1.A Metodologia SCOR e suas implicações no processo logístico

Uma das propostas que favorecem para o gerenciamento da rotina do trabalho, sobretudo nas

operações logísticas, é a padronização dos processos que consiste na “uniformização de materiais, itens, produtos, serviços, métodos, procedimentos, etc. pela adoção de métodos” (Bravo, 2007, p. 87). A padronização além de contribuir para a estabilização dos processos, visa assegurar o resultado das operações repetitivas que são críticas para atender as partes interessadas.

Para que a padronização seja implantada nos processos operacionais é fundamental estabelecer uma linguagem comum, tornando as atividades envolvidas mais simplificadas, evitando erros. E neste contexto uma das dificuldades existentes no processo logístico é a falta de uma linguagem padronizada sobre relacionado ao conceito da SCM (*Supply Chain Management* – Gestão da Cadeia de Suprimentos), uma vez que muitos conceitos estão sustentados por autores e profissionais de diversas áreas conforme evidenciado por Naslund & Willianson (2010). Muitas vezes o termo cadeia de suprimentos é interpretado por muitas pessoas como sinônimo de logística, compras ou operações (Lambert, 2008).

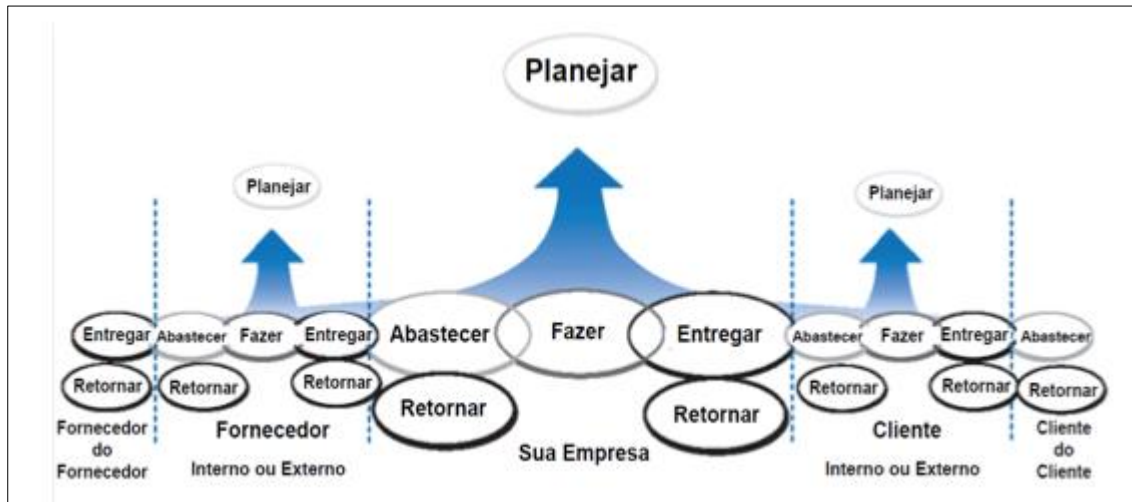
Essa falta de consenso proporciona dificuldades na gestão dos processos logísticos uma vez que as operações são complexas e os variáveis de controle precisam ser acompanhadas de forma mais criteriosa a fim de mensurar o desempenho de toda a cadeia operacional. Neste sentido, foi criado em 1996 nos Estados Unidos o SCC (*Supply Chain Council* – Conselho da Cadeia de Suprimentos), uma instituição sem fins lucrativos que desenvolve e mantém a Metodologia SCOR (*Supply Chain Operations Reference* – Referência das Operações da Cadeia de Suprimentos) com o objetivo de documentar metodologicamente os processos críticos da cadeia de suprimentos (SCC, 2012). Paluha (2007) ainda afirma que a partir da Metodologia SCOR foi capaz de disseminar uma comunicação inconfundível sobre diferentes conceitos e termos e Bolstorff & Rosenbaum (2003) ainda sustenta que o Método SCOR é uma referência global que pode ser entendida em qualquer idioma.

O modelo de referência das operações na cadeia logística é usado para avaliação e comparação das atividades do SCM e seu desempenho

através do fornecimento de uma estrutura que conecta processos de negócios, métricas, melhores práticas e tecnologia em uma estrutura unificada, permitindo a comunicação entre parceiros da cadeia de fornecimento, melhoria da eficiência do SCM e atividades relacionadas à melhoria de toda a cadeia da cadeia de suprimentos conforme contemplado no SCC (2012 apud Kuhn, 2015, p. 148).

Um dos principais objetivos da Metodologia SCOR é contribuir para que as organizações possam desenvolver melhorias em seus processos, a partir das 04 métricas: processo, desempenho, boas práticas e pessoas. Avançando no estudo, pode-se observar na Figura 01, que a Metodologia SCOR ainda está organizado em cinco processos primários de gestão: planejamento, fornecimento, produção, entrega e retorno. Dessa forma o modelo pode abranger todas as operações logísticas envolvidas em uma organização, promovendo uma integração entre os setores envolvidos a partir de uma orientação padronizada.

Figura 01 – Estrutura da Metodologia SCOR



Fonte: SCC (2012)

A figura 01 apresenta toda a estrutura da Metodologia SCOR e os seus desdobramentos envolvendo a empresa em análise bem como fornecedores e clientes, sempre com o intuito de avaliar as etapas de abastecimento, execução, entrega e retorno. Vale ressaltar que o objetivo do modelo não é definir as ações de cada organização específica, mas sim oferecer apenas um padrão de orientações. Cabe a cada organização adaptá-lo à realidade do seu negócio, a fim de otimizar as suas operações logísticas.

2.2.A conceituação da logística reversa organizacional

Uma das principais áreas do processo logístico da cadeia de abastecimento é a logística reversa que tem como foco principal o processo reverso das cadeias de abastecimento comumente observada nas organizações. Vale ressaltar que o ciclo do produto não se encerra com sua entrega ao cliente. Muitas vezes até mesmo a legislação obriga o fabricante do produto a realizar a coleta e dar a destinação correta, conforme critérios estabelecidos.

A logística reversa não consiste em um fenômeno novo. Há muitos anos as indústrias de bebidas reutilizam seus vasilhames, isto é, o produto chega ao consumidor e retorna ao seu centro produtivo para que sua embalagem seja reutilizada e volte ao consumidor final. Esse processo foi reduzido com o uso de

embalagens descartáveis tendo em vista que o escopo e a preocupação com as atividades de reciclagem e reaproveitamento de produtos e embalagens têm aumentado consideravelmente nos últimos anos (Sabbadini, Pedro e Barbosa, 2005).

De acordo com Leite apud Fontana *et al.* (2001) a logística reversa é uma nova área da logística empresarial que tem como preocupação o equacionamento da multiplicidade de aspectos logísticos do retorno ao ciclo produtivo dos diversos tipos de bens industriais, dos materiais constituintes dos mesmos e dos resíduos industriais, por meio da reutilização controlada do bem e de seus componentes ou da reciclagem dos materiais constituintes, dando origem a matérias-primas secundárias que se reintegrarão ao processo produtivo. Vale ressaltar também que logística reversa refere-se também ao fluxo de produtos ou materiais que chegou ao consumidor e, por alguma razão, ou seja, algum risco existente na entrega e que podem causar o retorno do produto está retornando à sua origem de comercialização ou de produção.

Anbar (2002) apresenta neste sentido sete categorias básicas de

riscos inerentes ao processo de distribuição que poderão comprometer o sucesso na entrega do pedido: endereço incompleto ou incorreto; destinatário ausente; destinatário desconhecido, gargalos com transporte tipo: congestionamento do trânsito, colisão do veículo, e outros; pedido cancelado na origem; pedido recusado na entrega e extravio, furto ou roubo.

Segundo o Instituto de Movimentação e Armazenagem de Materiais ou Inovação e Melhoramento na Administração Moderna (IMAM) a logística reversa é a atividade que “trata dos fluxos físicos e de informações de retornos dos produtos, embalagens ou materiais sem uso ou com pouco uso, que por diferentes motivos voltam ao seu centro produtivo, agregando-lhes valores de diversas naturezas: econômico, ecológico, legal, logístico, de imagem corporativa, entre outros”. De forma que pode-se dizer que a logística reversa representa todos os assuntos relacionados com as atividades logísticas cumpridas com o objetivo de redução, reciclagem, substituição, reuso de materiais e a disposição final.

Na mesma perspectiva, Rezende (2005) define logística

reversa como o processo inverso ao da logística, ou seja, o planejamento e controle dos fluxos de materiais e das informações, desde o ponto de consumo até o ponto de origem. O autor ainda complementa o conceito caracterizando a área como um conjunto de atividades relacionadas à administração e disposição de resíduos perigosos ou não, derivados de produtos, reciclagem, produtos acabados ou embalagens.

A aplicação da logística reversa nas organizações é um dos maiores desafios. Se por um lado a empresa garante a satisfação dos clientes e a sustentabilidade empresarial, por outro lado muitas vezes é necessária uma estrutura de alto custo envolvendo mão de obra, transporte, diversidade de produtos, seleção, reaproveitamento e destinação correta dos itens coletados junto aos clientes e/ou consumidores. Como uma das grandes preocupações empresariais é a redução de custos, se a legislação não contemplar tais processos específicos, muitas empresas serão resistentes a adoção da logística reversa.

Observa-se que a logística reversa é um processo da cadeia de suprimentos que requer uma eficácia

operacional para que possa operar de forma otimizada. É considerado um dos desafios organizacionais a manutenção desse processo.

2.3.O processo de *fulfillment* logístico

Segundo o Instituto de Movimentação e Armazenagem de Materiais ou Inovação e Melhoramento na Administração Moderna (IMAM) o processo que envolve o recebimento de um pedido de compra, ou ainda uma solicitação de informações, bem como as atividades relacionadas com marketing direto, caracteriza o início do processo de *fulfillment*. De forma simplificada o *fulfillment* envolve o processo de aprimoramento no atendimento ao cliente ou a qualidade do nível de serviço logístico no comércio eletrônico, a fim de simplificar a visualização das oportunidades em todo o processo de gerenciamento da cadeia de abastecimento e na gestão da mudança, da complexidade e do relacionamento.

Embora o termo tenha ganho destaque no Brasil na década de 1990, Moura (2002) defende que o *fulfillment* refere-se ao processo de atendimento ao cliente, sendo sempre uma

preocupação das empresas, mas que, com o advento do comércio eletrônico, ganhou significativa importância, caracterizando mais um desafio para o campo da logística empresarial.

Para desmitificar interpretações equivocadas, Anbar (2002) ainda esclareceu de modo simplificado que o *fulfillment* envolve a integração de processos, recursos materiais, humanos e de tecnologia para assegurar a satisfação dos clientes antes, durante e depois de uma compra (com os elementos de serviço ao cliente: a pré-venda, a transação e a pós-venda). Salzano (2007) ainda avança ao conceituar que o *fulfillment* pode ser entendido como um processo de atendimento e cumprimento de promessas de atendimento, abrangendo todas as atividades operacionais logísticas para o atendimento das necessidades dos clientes.

Desse modo, pode-se afirmar que o conceito de nível de serviço de qualidade bem como a perfeição no atendimento ao cliente do *fulfillment*, está alinhado estrategicamente com os princípios do consumo enxuto, isto é, com a logística enxuta. Para tanto, Figueiredo (2006) apresenta seis estágios da evolução do conceito de

logística enxuta, os quais assemelham-se notadamente com os princípios da evolução do processo de *fulfillment*. Tecnicamente, as premissas são: solucionar totalmente o problema do cliente, assegurando que todos os produtos e serviços funcionem e que funcionem juntos; não desperdiçar o tempo do cliente; oferecer exatamente aquilo que o cliente quer; oferecer o que o cliente quer exatamente onde ele quer; oferecer o que o cliente quer, onde ele quer e exatamente quando ele quer e por último, agregar continuamente soluções para reduzir tempo e aborrecimento do cliente.

Sendo o *fulfillment* um processo crítico de sucesso da cadeia de suprimentos que constitui entregar o produto de acordo com a necessidade do cliente, no tempo certo, no local onde necessita, com a documentação correta e sem avarias, é evidente que este é o fator-chave do sucesso de qualquer empresa que queira manter sua vantagem competitiva e seus clientes. Esse processo envolve todas as operações de avaliação de estoques, separação, embalagem, transporte e pós-entrega que muitas vezes permite até mesmo a estruturação de um sistema de logística reversa. Observa-se que a

partir do processo do *fulfillment* a empresa consegue atingir o nível de satisfação dos clientes a partir do atendimento das necessidades, no prazo estabelecido.

2.4.A relação entre Metodologia SCOR, logística reversa e *fulfillment*

Inicialmente antes de se fazer uma associação entre a Metodologia SCOR, a logística reversa e o processo de *fulfillment* vale ratificar a proposta de cada operação envolvida nestes processos. Esses modelos são a base teórica deste artigo no qual irá contribuir diretamente para o objetivo geral desta pesquisa que visa analisar em que medida a Metodologia SCOR e o processo do *fulfillment* aplicado a um processo de logística reversa pode agregar valor para a organização.

Cada método mencionado contribui diretamente para a otimização da cadeia de suprimentos. Esses processos quando implantados e controlados de forma eficaz contribui diretamente para a geração de resultados, contribuindo para uma maior competitividade da empresa no mercado de atuação, sendo possível atender o cliente dentro da proposta organizacional.

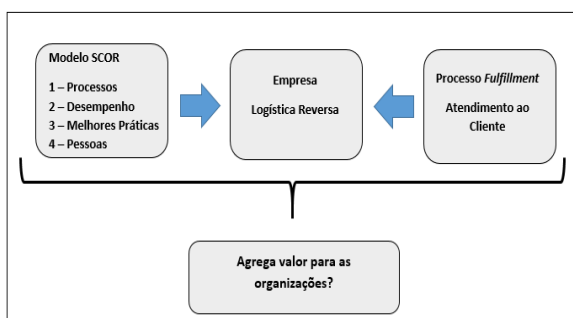
A Metodologia SCOR é referência mundial de operações aplicado à cadeia de suprimentos, no qual utilizam 04 métricas (desempenho, processos, práticas e pessoas) com o objetivo de desenvolver melhorias nos processos logísticos. A partir deste modelo é possível, definir indicadores de desempenho (KPI's) que conseguem mensurar a eficácia das operações associadas até mesmo à logística reversa, ratificando que a logística reversa envolve tanto as operações de coleta de embalagens para reciclagem e reaproveitamento ao centro produtivo quanto ao risco existente no processo de entrega, como por exemplo destinatário desconhecido, endereço completo entre outros conforme já mencionado por Anbar (2002).

O *fulfillment* por sua vez está aliado a melhoria contínua e o estabelecimento de um ciclo virtuoso para otimização das operações do ciclo do pedido desde o primeiro momento até o consumidor final, contemplando também a proposta do fluxo reverso. Vale ressaltar que a política da empresa de aceitação até mesmo da devolução de um produto está diretamente relacionada ao

gerenciamento do relacionamento com o consumidor/cliente e a etapa de pós-entrega do *fulfillment* é fundamental nesta ação operacional.

Neste sentido a integração entre os três processos é fundamental para a otimização da cadeia. Tanto a Metodologia SCOR quanto o processo de *fulfillment* podem ser aplicados diretamente nas operações da logística reversa, tendo como objetivo a otimização dos resultados e a agregação de valor aos envolvidos. A figura 02 representa esta integração envolvendo Metodologia SCOR, processo *fulfillment* e empresa, com seu processo de logística reversa.

Figura 02 – Relação entre Metodologia SCOR, logística reversa e *fulfillment*



Fonte: desenvolvido pelos autores

A figura 02 evidencia a importância da relação entre as três propostas em estudo. A empresa ao

adotar a Metodologia SCOR com suas 04 métricas de avaliação (processos, desempenho, melhores práticas e pessoas) e o processo *fulfillment* com o objetivo de atendimento aos clientes de forma eficaz em seu processo de logística reversa, consegue gerenciar a sua cadeia de suprimentos com maior eficácia agregando valor para as organizações.

3. Metodologia

Para atingir os objetivos desta pesquisa, realizou-se um método exploratório de estudo de caso de natureza descritiva e caráter qualitativo. Optou-se por um estudo de caso por ser “um exame extensivo de um único exemplo de um fenômeno de interesse” Collis e Hussey (2005, p. 72). E quanto ao caráter qualitativo porque este permite o exame e a reflexão das inúmeras percepções e variáveis a fim de obter o melhor entendimento conforme sustentado por Collis e Hussey (2005).

A unidade de análise foi a Empresa Alfa de Divinópolis-MG. Este foi o nome adotado para a empresa em estudo para manter a confidencialidade das informações. A organização foi escolhida por ser a única a adotar a Metodologia SCOR e

o processo do *fulfillment* em seu processo de logística reversa e também pela facilidade de coleta de dados. Em relação ao número de empresas, selecionou-se apenas uma única empresa por ser a única empresa da região a envolver os 03 processos simultâneos (SCOR, *fulfillmet* e logística reversa). A unidade de observação constitui no gerente de logística da própria empresa por ter conhecimento dos métodos envolvidos.

A técnica de coleta de dados foi realizada por meio de entrevista nos quais as questões foram desenvolvidas com o intuito de atender aos objetivos específicos deste artigo. As entrevistas foram gravadas e posteriormente escritas e categorizadas para posterior análise. As questões abordadas na entrevista foram desenvolvidas a partir das métricas de avaliação da Metodologia SCOR envolvendo processos, desempenho, melhores práticas e pessoas e o processo *fulfillment* integrado ao processo de logística reversa. A técnica de análise dos dados qualitativos foi feita por meio da análise de conteúdo.

4. Apresentação e discussão dos resultados

4.1. Caracterização da empresa

Inicialmente, pretendeu-se apresentar o perfil da empresa em estudo a partir do ramo de atividade, ano de criação, número de empregados e se adotava os processos de base deste estudo. A Tabela 1 apresenta os dados obtidos da empresa.

Tabela 01 - Dados das empresas pesquisadas.

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 01 traz uma visão geral sobre a característica da empresa pesquisada. Observa-se que constitui numa empresa distribuidora de produtos químicos com 47 funcionários, atuante no mercado a mais de 30 anos e que atualmente adotam os processos de SCOR, *fulfillment* e logística reversa. Os seus principais produtos são: ácidos, solventes, álcool, querosene, hipoclorito, hidróxido de sódio e produtos químicos em geral. O processo de logística reversa da empresa opera por meio da coleta de vasilhames para o reaproveitamento ou descarte adequado. Atualmente a empresa atende toda a região de Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo.

Empresa	Ramo de Atividade	Ano de Criação	Nº de Empregados	Adota a Log. Reversa?	Adota o SCOR?	Adota o Fulfillment?
Alfa	Distribuidora de Produtos Químicos	1985	47	Sim	Sim	Sim

4.2. Percepção do gestor referente as operações da empresa a partir da Metodologia SCOR

Como unidade de observação entrevistou-se o gerente de logística da empresa em estudo. O entrevistado atua na empresa há 12 anos e está a 05 anos no cargo gerencial da empresa. É graduado em Administração e especialista em gestão empresarial e há 19 anos atua no setor de logística das empresas, possuindo uma grande experiência, o que credibiliza este processo empírico.

Para a estruturação do roteiro da entrevista com o gerente, foram empregadas as dimensões métricas da Metodologia SCOR: processo, desempenho, melhores práticas e pessoas. A partir dessas métricas questionou-se ao entrevistado sobre as ações envolvidas na métrica, desafios e dificuldades na implantação, controle e gerenciamento das ações de forma a garantir o atendimento aos interessados, agregando valor aos processos internos.

Na métrica que envolve o processo o entrevistado relatou que as ações envolvem a configuração da cadeia de suprimentos, os processos de compra, giro e estoque, as atividades de planejamento junto ao fornecedor, os processos de entrega e a capacidade de atendimento e retorno de mercadorias ao centro de distribuição. Neste sentido o entrevistado evidenciou sobre a alta complexidade desta métrica relatando que “é um processo complexo e integrado. Tudo começa a partir de um bom planejamento. Se não planejarmos bem toda a nossa estrutura fica comprometida e o risco de reclamação de clientes é muito alta” (Entrevistado).

Em relação aos desafios e dificuldades o gestor relatou algumas variáveis evidenciando o risco de se trabalhar com produtos químicos, a dificuldade de atendimento no prazo das coletas de bombonas junto aos clientes, ocasionado a partir da limitação das frotas, e o rigoroso controle diário dos indicadores que envolvem a métrica.

Em relação a métrica que envolve o desempenho a empresa trabalha nos seguintes indicadores: confiabilidade, ATP (Atendimento total no prazo), custos operacionais, reutilização e perdas de embalagens e produtos. O entrevistado relatou que esses indicadores estão diretamente integrados às metas operacionais e que o atendimento a esses indicadores contribui para a premiação da equipe.

No que tange a métrica das melhores práticas a empresa sempre está atenta a essa perspectiva e se mostra flexível a mudanças, evidenciando a segurança, qualidade dos processos, sustentabilidade e capacitação.

Ao ser questionado sobre os desafios e as dificuldades desta métrica o gestor relatou sobre a exclusividade do negócio da empresa e que muitas vezes precisa se readequar à realidade da empresa. Em um dos relatos ele comentou: “o nosso negócio é muito específico. Somos uma distribuidora de produtos químicos. Os nossos processos são diferentes. Os nossos produtos são diferentes. Precisamos atender a inúmeras exigências legais e confesso que a adequação das melhores

práticas ao nosso negócio é um grande desafio” (Entrevistado).

Por fim na métrica relacionada a pessoas a empresa possui uma preocupação em relação a treinamentos funcionais, mas evidencia oportunidades de melhoria neste processo contemplando o planejamento dos treinamentos a partir da disponibilidade do corpo operacional e a implantação de Plano Anual de Desenvolvimento (PAD) para os colaboradores.

No que tange aos desafios e dificuldades desta métrica o gestor relatou que por algumas vezes, um ou outro funcionário demonstra certa resistência em parar as atividades para se dedicar ao treinamento, alegando impactos financeiros nas metas de atendimento ao cliente. Atualmente a meta de atendimento ao cliente é a que possui maior peso financeiro aos funcionários. O gestor ainda evidenciou que a empresa possui um quadro de lotação muito diversificado no que tange a formação acadêmica e cultural, e criar um ambiente harmônico é um grande desafio relacionado a pessoas.

Observa-se que ao tomar conhecimento das métricas de avaliação do SCOR no ambiente

organizacional em estudo, os processos são altamente desafiadores. O modelo contribui diretamente para as operações da empresa, porém muitas vezes é nítido e necessária a adequação correta ao negócio e a identificação de oportunidades de melhoria a fim de otimizar os produtos e processos envolvidos, gerando resultados e agregando valor aos clientes.

4.3. Percepção do gestor referente as operações da empresa a partir do processo *fulfillment*

O *fulfillment* é um termo utilizado para definir todos os processos envolvidos na operação de um ambiente comercial eletrônico para assegurar o recebimento, processamento e entrega de produtos ao consumidor final, envolvendo até mesmo o fluxo reverso. A empresa em estudo utiliza este modelo para um melhor controle de suas operações internas e externas. Este processo constitui nas etapas de estoque, separação, embalagem, transporte e pós-entrega e é a partir destas etapas que se fundamentou a entrevista ao gestor de logística da empresa.

Observa-se que na empresa em estudo o processo do *fulfillment* é

fundamental para a mensuração e controle dos processos internos e externos. Em um dos relatos o gestor de logística afirma que “o processo do *fulfillment* ajuda a mensurar e controlar os nossos processos internos e externos. A partir deste processo conseguimos avaliar melhor as variáveis de um processo com o intuito de atender os nossos clientes no prazo, melhorando assim o nosso nível de serviço” (Entrevistado).

Em relação aos desafios e dificuldades evidenciou-se oportunidades de melhoria os quais merecem destaque: a limitação de espaço na área de armazenagem de produtos, exigindo da empresa um controle de fluxo cada vez maior, o ATP das coletas das embalagens junto aos clientes que por algumas vezes não são atendidos conforme solicitado ao site da empresa, e as constantes negociações com os clientes, a fim de garantir uma possível satisfação e fidelização, mesmo diante dos problemas evidenciados.

4.4. Percepção do gestor sobre a Metodologia SCOR e o processo *fulfillment* aplicado na logística reversa.

Como última proposta de análise questionou-se o gestor de

logística sobre a sua percepção da Metodologia SCOR e do processo *fulfillment* aplicado ao sistema de logística reversa da empresa. O fragmento abaixo ajuda a entender essa percepção:

“Os processos são complementares. A Metodologia SCOR nos dá um direcionamento sobre as práticas operacionais. Já o processo *fulfillment* nos ajudam nas etapas de entrega e pós-entregas. Na minha percepção a relação entre os modelos é muito nítida. Enquanto o SCOR nos dá um direcionamento o *fulfillment* nos oferece o controle dos nossos processos associados a logística reversa.

A partir do relato supracitado observa-se a relação da Metodologia SCOR e o processo *fulfillment* aplicado ao processo de logística reversa. Evidencia-se que ambos os processos contribuem diretamente para a otimização dos processos na empresa, porém precisa ser aplicado e acompanhado de forma criteriosa para que os resultados sejam satisfatórios.

5. Considerações finais

Este artigo teve como objetivo geral analisar em que medida a

Metodologia SCOR e o processo do *fulfillment* aplicado a um processo de logística reversa pode agregar valor para a organização. Para isso realizou-se um estudo de caso de natureza descritiva e caráter qualitativo. A unidade de análise foi a Empresa Alfa em Divinópolis-MG. A unidade de observação envolveu o gestor de logística da referida empresa. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com o gestor e para o tratamento de dados utilizou-se a análise de conteúdo.

Para atender aos três primeiros objetivos específicos realizou-se uma revisão literária sobre a Metodologia SCOR e as suas implicações, e também sobre os processos de logística reversa e *fulfillment*. Em seguida realizou-se a relação entre todos os processos com o intuito de avaliar qual a contribuição de cada método com o intuito de agregar valor para a organização. Nesta revisão literária foi possível identificar a importância e os benefícios dos métodos para o campo organizacional.

No intuito de atender aos objetivos que visa identificar a percepção do responsável quanto aos modelos aplicados e analisar os

possíveis limites e forças dos modelos, realizou-se uma entrevista e a partir dos relatos evidenciados conclui-se que a Metodologia SCOR e o processo *fulfillment* quando aplicados e associados ao processo de logística reversa de maneira correta pode trazer inúmeros benefícios para a empresa. Ressalta-se também que o acompanhamento criterioso também é algo fundamental. Não basta implantar as metodologias se o trabalho diário de acompanhamento e fidelização à proposta não for conduzido de forma incisiva. São modelos complementares. Enquanto a Metodologia SCOR oferece o direcionamento, o *fulfillment* oferece a proposta do controle dos processos.

No que tange aos desafios e dificuldades, foi possível identificar oportunidades de melhoria, no qual merece destaque a limitação de espaço na área de armazenagem de produtos, o não atendimento das ATP's conforme prazos acordados, as constantes negociações com os clientes, limitação de frota e inconstâncias no processo de coleta de embalagens junto aos fornecedores. Ressalta-se que mesmo diante dos problemas, o gestor

mostrou-se flexível às ações de melhoria.

Referências

ANBAR, Alexandre. Série: *Fulfillment* – quinta e sétima parte: **A capacidade de entrega ao cliente. Gerenciando o processo de devolução.** Revista: LOG & MAM (Logística, Movimentação e Armazenagem de Materiais). Ano XXIII. Número 141 e 143. p. 66 – 67; 22 - 23. Julho e Setembro de 2002. Instituto IMAM – Instituto de Movimentação e Armazenagem de Materiais ou Inovação e Melhoramento na Administração Moderna. São Paulo.

BERNARDO, P. A. (2016). **Proposta de aplicação do *supply-chain reference (scor) model* no setor de varejo de e-commerce no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, MG, Brasil. Recuperado de: <http://www.producao.ufrj.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/teses-e-dissertacoes/mestrado/2016-1/232--201/file>

BOLSTORFF, Peter; ROSENBAUM, Robert. Supply chain excellence: A handbook for dramatic improvement using the SCOR model. **Journal of Supply Chain Management**, v. 39, n. 4, p. 38, 2003

BRAVO, Ismael. **Gestão de qualidade em tempos de mudanças.** Alínea, 2007.

CALAZANS, Fabíola; BARROS, Flávia C. Operadores Logísticos: mercado e perfil de empresas. **Panorama Setorial Gazeta Mercantil**, 2002.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação.** Bookman, 2005.

FIGUEIREDO, Kleber. A logística enxuta. **Centro de Estudos em Logística–COPPEAD/UFRJ**, 2006.

FONTANA, Adriene Monteiro; AGUIAR, Edson Martins. Logística, transporte e adequação ambiental. **Gestão logística do transporte de cargas. São Paulo: Atlas**, p. 210-228, 2001.

HOOLE, Rick. Five ways to simplify your supply chain. **Supply Chain Management: An International Journal**, 2005.

IMAM. Instituto de Movimentação e Armazenagem de Materiais ou Inovação e Melhoramento na Administração Moderna: **Logística Reversa como ciclo de vida estendido. Guia de Fabricantes de equipamentos de movimentação e armazenagem de materiais. Guia de prestadores de serviços logísticos.** Revista: Logística, Movimentação e Armazenagem de Materiais. Ano XXI Número 174; 197; p. 102 e 08. Março – 2005 e Fevereiro de 2007. Instituto de Movimentação e Armazenagem de Materiais ou Inovação e Melhoramento na Administração Moderna. São Paulo

LAMBERT, Douglas M. **Supply chain management: processes, partnerships, performance.** Supply Chain Management Inst, 2008.

MOURA, Reinaldo A. Série: *Fulfillment*. Primeira parte: **Perfeição no Atendimento ao cliente.** Revista: LOG & MAM (Logística, Movimentação e Armazenagem de Materiais). Ano XXIII. Número 137. Março; 2002. Instituto IMAM – Instituto de Movimentação e Armazenagem de Materiais ou Inovação e Melhoramento na Administração Moderna. São Paulo.

NASLUND, Dag; WILLIAMSON, Steven. What is management in supply chain management?-a critical review of definitions, frameworks and terminology. **Journal of Management**

Policy and Practice, v. 11, n. 4, p. 11-28, 2010.

POLUHA, Rolf G. **Aplicação do Metodologia SCOR no gerenciamento da cadeia de suprimentos.** Cambria Press, 2007.

KUHN, Leandro Daniel. Abordagem estratégica de um modelo integrado de gestão de supply chain e contribuições do Metodologia SCOR. 2015.

REZENDE, Antonio Carlos da Silva. **Gerenciamento da Logística e sua Importância.** Série: 10 dicas da SCM. Primeira Parte:. Entenda a Logística. Revista: LOG & MAM (Logística, Movimentação e Armazenagem de Materiais. Ano XXV. Número 174. p. 56 – 57. Março; 2005. Instituto IMAM – Instituto de Movimentação e Armazenagem de Materiais ou Inovação e Melhoramento na Administração Moderna. São Paulo

SABBADINI, Francisco Santos; PEDRO, José Valmir; BARBOSA, Paulo Jorge de Oliveira. A logística reversa no retorno de pallets de uma indústria de bebidas. **SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA E GESTÃO E TECNOLOGIA**, v. 8, 2005.

SALZANO, Wagner. Série: Customer Service – Sétima parte: **Exceder as Expectativas: Encantar o cliente deve ser o objetivo de todas as empresas.** Revista: Logística, Movimentação e Armazenagem de Materiais. Ano XXV. Números:2004; Setembro de 2007. Instituto IMAM – Instituto de Movimentação e Armazenagem de Materiais ou Inovação e Melhoramento na Administração Moderna. São Paulo.

COUNCIL, Supply Chain. Supply chain operations reference model. **Overview of SCOR version**, v. 5, n. 0, 2008.

ZARIFIAN, Philippe. Objetivo competência: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001. **O modelo da competência**, 2003.

**COMPETÊNCIAS DESENVOLVIDAS
X COMPETÊNCIAS DEMANDADAS:
Um Estudo do Curso de
Administração da Faculdade de
Nova Serrana – MG.**

Ciro Antônio Pereira Lemos⁷
Marcelo Agenor Espíndola⁸
Moacyr de Freitas Junior⁹
Roney Pedro Soares da Silva¹⁰

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo geral representar em que medida o modelo de formação do curso de administração da FANS está atendendo as competências profissionais demandadas do mercado de Nova Serrana – MG. Para tanto realizou-se um estudo de caráter quantitativo e qualitativo junto aos egressos do curso de Administração e gestores responsáveis pelas empresas. O estudo evidenciou que para os egressos não há dificuldades de ingresso no mercado de trabalho e reconhecem que o curso da instituição possui um diferencial no mercado, porém possui deficiências sobretudo na dimensão prática e na metodologia de ensino dos professores. Para os gestores o curso atende as necessidades, porém há deficiências nas dimensões práticas e comportamentais. Uma outra realidade evidenciada neste estudo se dá em função de alguns gestores contratarem

profissionais de nível superior para ocupar cargos de assistentes e/ou auxiliares. O estudo contribui para a instituição no sentido de identificar oportunidades de melhoria.

Palavras-chave: Competências.
Administração. FANS. Empresas.

ABSTRACT

This research had as general objective to represent to what extent the training model of the FANS administration course is meeting the professional competences demanded by the Nova Serrana – MG market. For that, a quantitative and qualitative study was carried out with the graduates of the Administration course and managers responsible for the companies. The study showed that for the graduates there are no difficulties in entering the labor market and they recognize that the institution's course has a differential in the market, but it has deficiencies especially in the practical dimension and in the teaching methodology of teachers. For managers, the course meets their needs, but there are deficiencies in the practical and behavioral dimensions. Another reality highlighted in this study is due to the fact that some managers hire higher education professionals to occupy positions of assistants and/or assistants. The study contributes to the institution in identifying opportunities for improvement.

Key Words: Competencies.
Administration. FANS. Companies.

1. INTRODUÇÃO

Inúmeras transformações técnicas e organizacionais ocorreram nos últimos anos, resultando em uma maior disputa e complexidade ao mercado de trabalho. A maior competitividade das empresas, o

⁷ Mestre em Administração. Professor da Faculdade de Nova Serrana (FANS) e da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

⁸ Mestre em Administração. Professor da Faculdade de Nova Serrana (FANS) e Orientador de Cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

⁹ Graduado em Administração pela Faculdade de Nova Serrana (FANS).

¹⁰ Graduado em Administração pela Faculdade de Nova Serrana (FANS) e Presidente da Fundação Fausto Pinto da Fonseca.

grande número de concorrentes, a velocidade das mudanças e as dificuldades das empresas de se estabelecerem no mercado, vem se tornando os grandes desafios organizacionais. Neste sentido, a informação e o conhecimento passaram a ser fundamentais no ambiente organizacional das empresas (HIPÓLITO, 2000).

Diante do cenário supracitado torna-se evidente que as organizações passaram a demandar profissionais mais competentes que pudessem atender os objetivos organizacionais frente às várias mudanças ocorridas no mercado (CRAWFORD, 1994). Nesta proposta, emerge-se a responsabilidade das instituições de ensino que visa preparar os discentes para atender as demandas do mercado de trabalho, formando profissionais que tenham as competências técnicas e comportamentais para as organizações (BACICH e MORAN, 2018).

Diante do cenário supracitado, torna-se inegável que as instituições educacionais precisam formar profissionais competentes que visam atender a dinâmica laboral do mercado e os cursos de graduação em

Administração não foge a esta realidade. Esses precisam promover as competências técnicas e comportamentais, se possível revisando até mesmo os modelos pedagógicos aplicados, seja em conteúdo, didática ou modelos de avaliação. Diante desta proposta questiona-se: estaria as instituições desenvolvendo as competências necessárias às demandas do mercado? O curso de administração tem atendido às necessidades dos profissionais em Administração?

Neste sentido o artigo tem como objetivo avaliar em que medida o modelo de formação do curso de administração da FANS está atendendo as competências profissionais demandadas do mercado de Nova Serrana – MG. Discorrem-se como objetivos específicos descrever a dimensão das competências, contemplar o plano pedagógico do curso de Administração e identificar a percepção dos alunos e gestores quanto às competências desenvolvidas pela instituição e demandadas pelas empresas.

Para atingir os objetivos deste estudo realizou-se uma pesquisa descritiva de natureza quantitativa e qualitativa. Para a coleta de dados

serão utilizados documentos técnicos da Faculdade de Nova Serrana, um questionário semiestruturado com os alunos egressos e um roteiro de entrevistas com os gestores de empresas. Para análise dos dados será realizado a análise de conteúdo para os dados qualitativos, já para os dados quantitativos será utilizado uma análise estatística descritiva.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A proposta do referencial teórico consiste em oferecer sustentação científica para a pesquisa realizada, atendendo aos objetivos da pesquisa. Neste sentido o referencial contempla os apontamentos necessários associados a evolução da qualificação para as competências, correntes e conceitos de competências, competências profissionais e competências desenvolvidas no curso de Administração.

2.1. Da qualificação às competências: apontamentos necessários

A nova configuração do mercado em função das inúmeras transformações tecnológicas e mercadológicas afetou diretamente a estrutura produtiva da sociedade. Este processo mutatório motivou a

conversão de uma estrutura meramente industrial para a dimensão do conhecimento, contemplando novas tendências e perspectivas de mercado. O QUADRO 1 ilustra esse cenário:

Quadro 1 - Evolução da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento

Tipo de Sociedade	Industrial	Conhecimento
Capital	Bens físicos e financeiros	Intelectual
Setores predominantes	Indústria	Serviço e comércio
Força de trabalho	Física	Mental (criativa)
Tecnologia	Mecânica; eletromecânica	Eletrônica
Modo de produção	Taylorista-fordista; produção em massa mercado local	Produção flexível; produção em lotes mercado local
Organização do trabalho	Linha de montagem	Células; ilhas de produção
Arquitetura organizacional	Empresas hierarquizadas, piramidais, integradas verticalmente; organogramas	Organizações em rede, horizontalizadas; cadeia de valor

Fonte: Cançado, Fernandes, Sarsur, & Steuer, (2004, p. 27).

A partir do momento em que os modos de produção migram de uma produção em massa para uma operação mais flexível, surgem novas exigências mercadológicas. O quadro 1 evidencia que a força de trabalho criativa, as prestações de serviços, o capital intelectual, as organizações em

rede e os novos modelos de organização do trabalho ganham destaque nesta nova configuração de mercado (CANÇADO *et al.*, 2004). Esta nova perspectiva, por sua vez, irá exigir profissionais cada vez mais preparados para atender as novas e exigentes demandas do mercado de trabalho.

Fleury; Fleury (2001) afirmam que no modelo Taylorista-fordista o foco associado à qualificação era referência. Os autores relatam que a qualificação era associada ao cargo ocupado pelo colaborador ou o conhecimento adquirido, muitas vezes sustentado por certificados e títulos emitidos pelas instituições educacionais. Nesta dimensão, o objetivo das instituições educacionais visava meramente a preparação profissional de discentes para a ocupação de cargos nas empresas. Tradicionalmente, o conceito associado à qualificação se remete à formação profissional e a obtenção de títulos acadêmicos. Porém Sarsur (2007, p. 35) sustenta que na dimensão das competências, o reconhecimento não se deve associar unicamente à obtenção de títulos acadêmicos, mas sim da capacidade

de "mobilização de saberes para a resolução de problemas"

Nadler; Lawler (1983) já sustentavam que a qualificação, inerentes ao modelo taylorista, já não se sustentava mais. Na mesma linha Zarifian (2001) evidencia que a dinâmica da qualificação era suficiente para atender as necessidades da sociedade industrial e que na nova configuração é preciso avançar. Neste sentido o termo competências emerge no ambiente de competitividade, exigindo dos profissionais iniciativas e responsabilidades para aplicarem no ambiente organizacional. O autor sustenta que a competência consiste na mobilização de recursos em um ambiente de trabalho altamente complexo e dinâmico. Para uma melhor compreensão entre esses conceitos, o QUADRO 2 apresenta uma síntese das principais diferenças entre qualificação e competência.

Quadro 2 - Diferenciação entre qualificação e competência

QUALIFICAÇÃO	COMPETÊNCIA
Relativa estabilidade da atividade	Baixa previsibilidade de negócios e atividades
Concorrência localizada	Intensificação e ampliação da abrangência da concorrência
Lógica predominante: indústria (padrões)	Lógica predominante: serviços (eventos)
Emprego formal e	Relações de trabalhos

forte base sindical	informais e crise dos sindicatos
Organização do trabalho com base em cargos bem definidos e tarefas prescritas e programadas	Organizações do trabalho com base em responsabilidades, metas e multifuncionalidade
Foco no processo	Foco nos resultados
Baixa aprendizagem	Alta aprendizagem

Fonte: Ruas, Antonello, & Boff (2005, p. 13).

Conforme evidenciado no quadro 2, as dimensões associadas às competências são mais amplas que a qualificação. Enquanto a qualificação se sustenta no processo, na estabilidade, na padronização, na formalidade e estruturação por cargos e na baixa aprendizagem, as competências por sua vez envolve os resultados, baixa previsibilidade, eventos, organização do trabalho por meio de responsabilidades e multifuncionalidade e alta aprendizagem. Os autores ainda evidenciam que na dimensão das competências, além dos colaboradores terem que saber fazer, eles ainda precisam identificar os melhores métodos de trabalho no intuito de otimizar os processos e entregar resultados para as organizações.

A dimensão das competências trouxe ao mercado uma nova postura do profissional. Luz (2001) afirma que as competências, ao trazer a responsabilidade para o indivíduo e

não mais para o trabalho, individualizou as relações de trabalho. A responsabilidade do desenvolvimento profissional, que por muitas vezes foi atribuída para as empresas, agora passa a ser do próprio trabalhador. Cruz, Sarsur & Amorim (2011) afirmam que neste novo cenário empresas e governo são enfraquecidos e isentos de corresponsabilidade no desenvolvimento profissional.

2.2. Correntes e conceitos de competências

No que se refere à definição de competências, Le Boterf (2003) afirma que este conceito, embora não seja novo, está em construção, sobretudo em sua heterogeneidade e abordagem referencial. Bitencourt (2001) sustenta que com o passar dos anos os conceitos foram desenvolvidos em função das correntes teóricas, com suas linhas específicas.

As principais correntes teóricas associada às competências correspondem a americana, inglesa e francesa. Na corrente americana a competência é conceituada como o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes com o propósito de atender desempenhos superiores (BITENCOURT, 2001). Na linha

inglesa, as competências estão associadas a um conjunto de atividades associadas que são capazes de gerar resultados (LUZ, 2001). O quadro abaixo apresenta uma síntese das principais diferenças entre as correntes americana e inglesa.

Quadro 3 -Comparação entre "competency" e "competence"

Origem	Competency Estados Unidos	Competence Inglaterra
Noção	Conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes	Resultados, produtos
Abordagem	<i>Soft</i>	<i>Hard</i>
Propósito	Identificar desempenhos superiores (processo educacional)	Identificar padrões mínimos (desempenho no trabalho)
Foco	A pessoa (características pessoais)	O cargo (expectativas ligadas à função)
Ênfase	Características pessoais (<i>input, learning and development of competency</i>).	Tarefas e resultados (<i>output, workplace performance</i>).
Público-alvo	Gerentes	Nível operacional

Fonte: Bitencourt (2001, p. 33)

O quadro acima apresenta as principais abordagens entre as correntes americana e inglesa. É possível identificar a diferença entre os focos. Enquanto na corrente americana o foco está atribuído a pessoas e características pessoais, na

dimensão inglesa o foco está direcionado ao cargo e as expectativas ligadas à função, tarefas e resultados gerados.

Já na corrente francesa Le Boterf (2003) afirma que a competência não se resume a um conhecimento que se adquire, mas sim da mobilização dos conhecimentos e experiências para atender a demandas complexas do ambiente de trabalho, ou seja, a competência em ação. Convergindo para a origem desta corrente, Fleury e Fleury (2001) relatam que esta linha teórica surgiu da insatisfação do desalinhamento do ensino profissional com as complexas demandas do mercado de trabalho. Esta linha teórica traz reflexões atribuídas ao alinhamento dos modelos de formação profissional às realidades de mercado.

Convergindo para a proposta conceitual de competências ressalta-se que não há unanimidade na literatura. A partir das diversas correntes atribuídas às competências, diversos conceitos foram surgindo, com diferentes enfoques. Bitencourt (2001, p. 27) reuniu os principais conceitos atribuídos às competências.

Quadro 4 - Conceitos de competências

Autor	Conceito	Ênfase
--------------	-----------------	---------------

Boyatzis (1982, p. 23)	“Competências são aspectos verdadeiros ligados à natureza humana. São comportamentos observáveis que determinam, em grande parte, o retorno da organização”.	Formação, Comportamentos e resultados.
Boog (1991, p. 16)	“Competência é a qualidade de quem é capaz de apreciar e resolver certo assunto, fazer determinada coisa; significa capacidade, habilidade, aptidão e idoneidade”.	Aptidão, valores e formação.
Spencer e Spencer (1993, p. 9)	“A competência refere-se a características intrínsecas ao indivíduo que influencia e serve de referencial para seu desempenho no ambiente de trabalho”.	Formação e resultado.
Sandberg (1996, p. 411)	“A noção de competência é construída a partir do significado do trabalho. Portanto, não implica exclusivamente na aquisição de atributos”.	Formação e interação.
Boterf (1997, p. 267)	“Competência é assumir responsabilidades frente a situações de trabalho complexas buscando lidar com eventos inéditos, surpreendentes, de natureza singular”.	Mobilização e ação.

Dutra <i>et al.</i> (1998, p. 3)	“Capacidade da pessoa gerar resultados dentro dos objetivos estratégicos e organizacionais da empresa, se traduzindo pelo mapeamento do resultado esperado (<i>output</i>) e do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para o seu atingimento (<i>input</i>)”.	Aptidão, Resultados e formação.
Davis (2000, p. 1 e 15)	“As competências descrevem de forma holística a aplicação de habilidades, conhecimentos, habilidades de comunicação no ambiente de trabalho (...). São essenciais para uma participação mais efetiva e para incrementar padrões competitivos. Focaliza-se na capacitação e aplicação de conhecimentos e habilidades de forma integrada no ambiente de trabalho”.	Ação e resultados.
Becker <i>et al.</i> (2001, p. 156)	“Competências referem-se a conhecimentos individuais habilidades ou características de personalidade que influenciam diretamente o desempenho das pessoas”.	Formação e desempenho.

Fonte: Bitencourt (2001, p. 27)

A partir do QUADRO 4 acima é possível identificar diversos conceitos associados às competências, com enfoques fundamentados nas correntes teóricas evidenciadas. Percebe-se que embora os enfoques sejam diversos, muitos são complementares, voltados para a formação e geração de resultados.

2.3. Competências profissionais

Entre os modelos de competências as competências profissionais merecem destaque. Essas são fundamentais para a agregação de valor organizacional. Zarifian (2001, p. 66) afirma que “a competência profissional é uma combinação de conhecimentos, de saber-fazer, de experiências e comportamentos que se exerce em um contexto preciso. Ela é constatada quando de sua utilização em situação profissional a partir da qual é passível de avaliação. Compete então à empresa identificá-la, avaliá-la, validá-la e fazê-la evoluir”.

Autores como Fleury e Fleury (2004, p. 30) ainda endossam o enfoque conceitual ao definir que a competência profissional consiste num "saber agir responsável e reconhecido,

que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos, habilidades, que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo". Esta proposta dos autores corrobora a dinâmica da competência em ação. Os autores ainda apresentam uma síntese das competências por meio da proposta verbal.

Quadro 5 - Competências do profissional

Verbo	Significado
Saber agir	<ul style="list-style-type: none"> • Saber o que e por que faz. • Saber julgar, escolher, decidir.
Saber mobilizar	<ul style="list-style-type: none"> • Saber mobilizar recursos de pessoas, financeiros, materiais, criando sinergia entre eles.
Saber comunicar	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender, processar, transmitir informações e conhecimentos, assegurando o entendimento da mensagem pelos outros.
Saber aprender	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar o conhecimento e a experiência. • Rever modelos mentais. • Saber desenvolver-se e propiciar desenvolvimento do outros.
Saber comprometer-se	<ul style="list-style-type: none"> • Saber engajar-se e comprometer-se com os objetivos da organização.
Saber assumir responsabilidades	<ul style="list-style-type: none"> • Ser responsável, assumindo os riscos e as conseqüências de suas ações, e ser, por isso, reconhecido.
Ter visão	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e entender

estratégica	o negócio da organização, ambiente, identificando oportunidades, alternativas.
-------------	--

Fonte: Fleury, M.T.L. & Fleury, A. (2004, p. 31).

No QUADRO 5 é possível identificar que as competências profissionais não se resumem apenas ao viés operacional e executor, mas sim ao engajamento, comprometimento e responsabilidade, levando ao profissional a assumir os riscos e as consequências de suas ações. Botomé e Kubo (2002), ratificam essa linha ao afirmarem que o conhecimento já não é mais suficiente, é preciso desenvolver a capacidade de aplicar este conteúdo de forma responsável no ambiente organizacional.

2.4. Competências desenvolvidas no curso de administração

As competências desenvolvidas no curso de Administração devem atender aos diversos requisitos de compreensão desejada ao profissional. O artigo 3º da Diretriz Curricular Nacional (DCN) do curso superior em Administração revela que:

“O curso de Graduação em Administração deve ensinar, como perfil desejado do formando, capacitação e

aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador” (Artigo 3º DCN, 2005).

A Resolução Nº 2, de 18 de junho de 2007, dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Segundo o Conselho Regional de Administração - MG (CRA) a última reformulação das diretrizes curriculares nacionais foi realizada em 2005, e para a atualização em 2020, foi proposto pelo Conselho Federal de Administração (CFA) de que as diretrizes contemplassem dois pontos: Curso por competência e práticas profissionais

obrigatórias, que segundo a entidade, não significam, estágios, mas sim, práticas que proporcionem uma vivência profissional aliada à teoria. “Nem todos os estágios qualificam o aluno. A proposta é de uma prática profissional que proporcione uma aproximação da realidade”, concluindo que os principais ajustes nas DCNs deveriam ser feitos em outros dois eixos: Competências e mecanismo de avaliação, que deve avaliar o real retorno do ensino tanto para o aluno como para a sociedade.

Direcionando a reflexão ao Projeto Pedagógico do Curso da Faculdade de Nova Serrana, o curso de Administração foi instalado na instituição em 2001 e há 19 anos formam profissionais para atender o complexo mercado de trabalho. Nesta proposta vale citar algumas competências contempladas no documento referente ao perfil profissional do Egresso em Administração:

- “Obter base sólida para analisar e resolver problemas, apresentando soluções concretas e proporcionais a cada evento.
- Empreender e estimular o espírito empreendedor, propondo mudanças estruturais, produtivas e

- estratégicas, que levem ao crescimento da Organização.
- Aprender continuamente, a partir de uma base sólida de conhecimentos. Exercendo também a disseminação destes conhecimentos no ambiente corporativo.
- Tomar decisões e implementá-las de maneira ética e socialmente responsável.
- Ter como foco os resultados, analisar e atuar no setor de produção, sem perder a visão do todo.
- Diagnosticar problemas com rapidez e precisão.
- Agir considerando continuamente a perspectiva estratégica, conciliando análises financeiras, atreladas a níveis e estruturas de produção, obtendo o controle de dados, valores e resultados administrativos/operacionais.
- Contribuir para a solução de problemas de maneira criativa e socialmente responsável.
- Estabelecer e sustentar relacionamentos interpessoais e intergrupais.
- Articular-se politicamente em ambientes corporativos, sociais e culturais.
- Utilizar recursos de maneira responsável.

- Trabalhar em rede, mobilizando relacionamentos horizontais e
- Dominar aspectos ligados à consultoria, bem como fazer diagnóstico situacional e propor ações estratégicas de âmbito corporativo para alavancar os negócios das Organizações". (PPC FANS, 2018, p. 42)

Observa-se a partir do perfil do egresso que o profissional formado pela instituição precisa possuir competências profissionais que agregam valor às organizações, contribuindo para a geração de resultados desejados.

Para o desenvolvimento das competências profissionais do Administrador é fundamental que a estrutura curricular do curso seja estruturada em conteúdos que irão agregar valor aos alunos. Neste sentido o PPC se estrutura sobre os eixos de Formação Básica, Formação Profissional, Estudos Quantitativos e suas Tecnologias e Conteúdos de Formação Complementar, assim apresentados:

1. Conteúdos de Formação Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais,

- políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;
2. Conteúdos de Formação Profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços;
 3. Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração;
 4. Conteúdos de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do

formando (PPC FANS, 2018, p. 43)

Para atender aos eixos formativos propostos pela DCN, o curso está sustentado numa carga horária total de 3.047 horas (3.080 como horas-aula preleção), sendo divididas em 2.567 horas-aula, 240 horas para estágio e 240 horas para horas complementares. Essa estrutura de horas-aula preleção é distribuída do 1º ao 6º período com 400 horas-aula cada, o 7º período com 340 horas-aula e o 8º período com 300 horas-aula, sendo períodos semestrais, para um total de 04 anos de formação (PPC FANS, 2018).

3. METODOLOGIA

Com o intuito de atender aos objetivos deste estudo realizou-se uma pesquisa de campo, descritiva e de caráter quantitativo e qualitativo. A escolha pela natureza descritiva se deu por permitir “identificar e obter informações sobre as características de um determinado problema ou questão” (COLLIS e HUSSEY, 2005, p. 24). Pela dimensão quantitativa por proporcionar uma análise estatística dos dados coletados e pelo caráter qualitativo por favorecer percepções e variáveis associadas ao estudo (GIL, 2010).

Como unidade de análise contemplou a Faculdade de Nova Serrana (FANS) que possui como oferta o curso de graduação em Administração na modalidade de bacharelado. Como unidade de observação serão inqueridos os egressos do curso de Administração, formados no período de 2017 a 2019, que atuam na área e os respectivos gestores responsáveis pela contratação destes egressos. Para sustentar os dados desta pesquisa o número de envolvidos serão de 23 egressos e 17 gestores. Acredita-se que este número será o suficiente para atingir o nível de saturação.

Para a coleta de dados utilizou documentos técnicos pedagógicos, um questionário de 06 questões a ser aplicado junto aos egressos e um roteiro de entrevistas semiestruturado contendo 07 questões que deverá ser aplicado aos gestores responsáveis pela contratação dos egressos. O questionário aplicado junto aos egressos foi feito por meio do Formulários Google e encaminhado o link via Whatsapp. Os roteiros de entrevistas foram aplicados de forma presencial. Ressalta-se que as entrevistas foram gravadas e posteriormente escritas e organizadas para permitir uma maior análise. Como

técnica de análise dos dados quantitativos será utilizado a estatística descritiva a qual tem o objetivo de compilar as características essenciais do conjunto de dados através das tabelas, gráficos e resumos numéricos. E para os dados qualitativos utilizou-se a análise de conteúdo, conforme sustentado por Bardin (2016).

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção irá apresentar e discutir os resultados coletados junto aos envolvidos da pesquisa. Como proposta de avaliação das competências foram inqueridos os egressos do curso de bacharel em Administração da Faculdade de Nova Serrana e os gestores responsáveis pela contratação dos egressos. Nesta primeira etapa envolveu-se 23 egressos, formados no período de 2017 a 2019. Na seção a seguir envolveu-se 17 gestores responsáveis pela contratação desses egressos.

4.1 Percepção dos egressos quanto as competências desenvolvidas no curso

Para a avaliação da percepção dos egressos como primeiro questionamento abordou sobre o tempo de atuação na empresa. A

tabela abaixo apresenta esta realidade:

Quadro 07 – Tempo de atuação profissional x Quantidade de Egressos

Tempo de atuação profissional	Quantidade de Egressos	Porcentagem
01 a 05 anos	11 Egressos	47,9%
06 a 10 anos	10 Egressos	43,5%
25 a 30 anos	02 Egressos	8,6%
Total	23 Egressos	100%

Fonte: Dados da pesquisa

A partir dos dados acima percebe-se um equilíbrio entre os egressos com tempo de atuação profissional até 10 anos (91,4%), com predominância para o período de 01 a 05 anos (11 egressos – 47,9%). Identificou-se também 02 egressos esporádicos com atuação de 25 a 30 anos (02 egressos – 8,6%). Esses números revelam que a maioria dos entrevistados iniciaram a sua atuação profissional na área administrativa durante o andamento do curso ou após a conclusão. Este contexto pode traduzir que o curso de Administração da instituição contribui diretamente para o ingresso do discente ao mercado de trabalho.

Após a identificação do tempo de atuação profissional do egresso na área administrativa o instrumento de coleta contemplou um questionamento associado a dificuldades de conseguir uma oportunidade na área após a

conclusão do curso. Dados revelaram que 21 egressos (91,3%) não tiveram dificuldades em conseguir oportunidades no mercado de trabalho na área administrativa após a conclusão do curso e apenas 02 egressos (8,7%) revelaram dificuldades. Como uma primeira análise identifica-se que há demandas no mercado regional para esse profissional, trazendo para a instituição um reconhecimento na formação discente, mas ao mesmo tempo uma responsabilidade em uma formação de qualidade atendendo as propostas contempladas na DCN.

A seguir os autores questionaram aos egressos sobre qual competência eles julgavam mais relevantes para a atuação profissional. Observou-se uma variedade de competências associadas a diversas áreas, conforme quadro a seguir:

Quadro 08 – Competências mais relevantes para atuação profissional

Competências associadas a	Número de Relatos	Porcentagem
Contabilidade e Finanças	7	30,42%
Gestão de Pessoas	6	26,09%
Rotinas Administrativas	3	13,04%
Estratégia Empresarial	2	8,7%
Gestão de Marketing	2	8,7%

Gestão Corporativa	1	4,35%
Direito Empresarial	1	4,35%
Todas foram importantes	1	4,35%
Total	23	100%

Fonte: Dados da pesquisa

O quadro acima apresenta os resultados associados à competência que o egresso julga mais importante na atuação profissional. Observa-se que a maioria dos egressos elegeram as competências associadas a finanças e gestão de pessoas, totalizando um percentual de 56,51%. As demais competências tiveram frequência de relatos associados a 3 (13,04%), 2 (8,7%) e 1 (4,35%). Essas competências elencadas estão contempladas e alinhadas ao artigo 4º da DCN. No que tange ao viés institucional, essas competências, sobretudo as associadas a finanças e gestão de pessoas, precisam ser conduzidas e desenvolvidas com metodologias que favoreçam ao aprendizado dos discentes, visto que foram as competências mais relevantes para a atuação profissional do egresso. Nesta proposta de qualificação, emerge a orientação proposta pelo CFA, no qual contempla o ensino por meio de competências e práticas profissionais a fim de preparar o aluno para o mercado de trabalho.

A próxima abordagem questionou se os egressos teriam alguma outra competência nos quais eles julgavam como importantes, mas que não foram desenvolvidas no curso de Administração. Os relatos evidenciaram que para maioria dos egressos (17), percentual de 73,9%, não havia nenhuma outra competência adicional que poderia ser desenvolvida no curso e que eles consideraram importantes. Já para 06 egressos, algumas competências são importantes e que poderiam ter sido contempladas no curso, tais como: estatística (01 relato), criatividade (01 relato), obrigações acessórias (01 relato), controle financeiro (01 relato), liderança administrativa (01 relato) e tecnologia da informação (01 relato). Este cenário representa que para a maioria dos alunos egressos as competências desenvolvidas pela FANS no curso de Administração têm atendido às demandas administrativas do mercado regional e novamente confirma que o Projeto Pedagógico do curso está alinhado com a DCN.

A seguir os egressos foram interrogados se o curso de Administração da FANS apresenta algum diferencial no mercado. Para 20 egressos (87%) o curso possui um diferencial no mercado e apenas 03

egressos (13%) responderam que o curso não possui diferenciais no mercado. Esses relatos revelam um alto nível de satisfação dos alunos egressos em relação ao curso de Administração, tornando o curso um grande potencial institucional.

Por fim os egressos elencaram sugestões para melhorar o curso de Administração na instituição. O quadro abaixo apresenta uma síntese dessas sugestões:

Quadro 09 – Sugestões de Melhoria para o curso de Administração da FANS

Sugestões	Número de Relatos	Porcentagem
Implantar mais aulas práticas	14	50%
Melhorar a metodologia dos professores	03	10,71%
Criação de Empresa Júnior	02	7,14%
Levar mais palestrantes	02	7,14%
Desenvolver mais projetos	02	7,14%
Fazer parceria com empresas	02	7,14%
Ter mais foco nas indústrias de calçados	02	7,14%
Ter uma disciplina de tecnologia da Informação	01	3,57
Total	28	100%

Fonte: Dados da pesquisa

O quadro acima revela que metade dos relatos (14) estão associados a aulas mais práticas e

como segundo plano a melhoria da metodologia de ensino dos professores (03 relatos). Esse primeiro e mais relevante cenário traduz a linha de pesquisa de Le Boterf (2003) que defende a competência em ação, ou seja, é preciso trabalhar a dimensão prática das disciplinas para atender as demandas complexas do ambiente de trabalho. Na mesma teoria Fleury e Fleury (2004) também defendem que a competência profissional consiste na mobilização de recursos, conhecimentos e habilidades que agregam valor para as empresas. Botomé e Kubo (2002) ainda avançam ao defender que o conhecimento só se torna valioso se for aplicado de forma responsável no ambiente organizacional.

Por outro lado, essa necessidade levantada pelos egressos sinaliza oportunidades de melhoria, seja no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), não eximindo da DCN, ou mesmo na metodologia dos docentes que atuam no curso de graduação em Administração da instituição. Vale ressaltar também que por outro lado exige-se disponibilidade de recursos, estrutura e até mesmo o comprometimento e apoio das lideranças e discentes.

4.2 Percepção dos gestores quanto as competências desenvolvidas no curso

Nesta seção foram inqueridos 17 gestores responsáveis pela contratação dos alunos egressos do curso de Administração da Faculdade de Nova Serrana – MG. O objetivo desta unidade de observação consiste em avaliar qual a percepção desses gestores em relação às competências demandadas pelas organizações e se esses egressos têm atendido as necessidades de forma satisfatória.

Para a avaliação da percepção dos gestores como primeiro questionamento abordou sobre o processo de contratação da empresa. A tabela abaixo apresenta a realidade dessas empresas:

Quadro 10 – Processo de contratação das empresas

Processo de Contratação	Quantidade de Empresas	Porcentagem
Análise Curricular	01 Empresa	5,9%
Análise Curricular e Entrevistas	10 Empresas	58,8%
Análise Curricular, Entrevistas e Testes	06 Empresas	35,3%
Total	17 Empresas	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Nesta primeira abordagem identifica-se que a maioria das

empresas (10 – 58,8%) possuem como processo de contratação as etapas de análise curricular e entrevistas. Outras 06 empresas (35,3%), além da análise curricular e entrevista, as empresas ainda aplicam testes e somente uma única empresa aplica somente a análise curricular. Esse cenário revela que as competências comportamentais, identificada sobretudo nas entrevistas e testes, são também parte integrante do processo seletivo das empresas, não se limitando a somente às competências técnicas.

Após a identificação do processo de contratação o instrumento de coleta contemplou um questionamento associado aos cargos ocupados pelos egressos em Administração da FANS nas respectivas empresas. O quadro a seguir apresenta esta realidade

Quadro 11 – Cargos ocupados pelos egressos em ADM da FANS

Cargos Ocupados pelos egressos em ADM	Quantidade de Empresas	Porcentagem
Auxiliar Administrativo	04	23,5%
Auxiliar Financeiro	04	23,5%
Assistente Contábil	02	11,8%
Auxiliar de Escritório	02	11,8%

Assistente Comercial	02	11,8%
Coordenador Administrativo	01	5,9%
Supervisor Administrativo e Financeiro	01	5,9%
Gerente Administrativo	01	5,9%
Total	17 Empresas	100%

Fonte: Dados da pesquisa

O quadro supracitado apresenta uma realidade retratada pelo mercado que absorve os profissionais formados em Administração na FANS. A maioria das empresas (14 empresas – 82,4%) contratam esses egressos com formação superior para ocuparem cargos de auxiliares ou assistentes. Apenas 03 empresas (17,6%) contratam para cargos de nível mais superiores. Esse cenário sinaliza que por muitas vezes as empresas buscam nesses profissionais um perfil mais executor e apoiador do que gerencial. Em geral as empresas querem um profissional de nível superior, para ocupar cargos de nível médio.

A seguir questionou aos gestores sobre quais competências são exigidas ao egresso do curso de Administração da FANS. Estas competências demandadas são apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 12 – Competências demandadas aos egressos do curso de ADM

Competências Demandadas aos egressos em ADM	Nº de relatos	Porcentagem
Capacidade de comunicação e Proatividade	12	20,7%
Agilidade, flexibilidade e Responsabilidade	10	17,2%
Conhecer todo o processo administrativo da empresa	8	13,8%
Saber fazer – Ter a prática profissional e não somente a teoria	8	13,8%
Conhecimentos tributáveis	4	6,9%
Conhecimentos fiscais	4	6,9%
Estar atualizado com os meios de comunicação e mídias sociais	3	5,2%
Saber fazer uma análise financeira	3	5,2%
Saber negociar e fechar vendas com eficácia	2	3,4%
Conhecimentos de logística	2	3,4%
Conhecimentos contábeis	2	3,4%
Total	58	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados contemplados no quadro acima revelam que as competências comportamentais também são altamente demandadas pelas empresas. Essas competências tiveram 22 relatos, atingindo um percentual de 37,9%. Outra necessidade demandada pelas empresas foi a dimensão prática (8 relatos – 13,8%). Entre os relatos os gestores relataram muito que o

importante para o egresso não é somente o conhecimento teórico, mas sim a prática também faz toda a diferença nas rotinas organizacionais. Essa necessidade está alinhada com as sugestões que os egressos elencaram para a melhoria do curso de Administração da instituição, no qual a sugestão mais relevante foi a adoção de aulas mais práticas e menos teóricas. Novamente esta necessidade sinaliza oportunidades de melhoria para a instituição.

A seguir questionou-se aos gestores se no curso de Administração da instituição teria alguma outra competência que eles julgavam importantes e que não estavam contempladas no Projeto Pedagógico do Curso. Os resultados mostraram que as competências mencionadas no PPC tem atendido as necessidades das empresas, porém apenas 02 gestores citaram que entre as competências apresentadas, os alunos deveriam ter aulas mais práticas para que pudessem chegar nas empresas mais preparados para as demandas do dia a dia. Percebe-se que novamente a dimensão prática é evidenciada pelos gestores.

A próxima abordagem aos gestores envolveu o atendimento às

demandas da empresa pelos egressos. Os resultados mostraram que para a maioria dos gestores (15) os egressos do curso de Administração da FANS têm atendido às demandas das empresas e apenas 02 gestores relataram que os egressos têm atendido parcialmente as demandas das empresas atuantes.

A seguir interrogou aos gestores sobre as deficiências observáveis nos egressos do curso de Administração da FANS. Para 10 gestores não há deficiências observáveis nos egressos. Para o restante dos gestores (07) algumas deficiências merecem uma atenção especial. O quadro a seguir apresenta uma síntese dessas deficiências observáveis pelos relatos gerenciais:

Quadro 13 – Deficiências observáveis nos egressos do curso de ADM da FANS

Deficiências observáveis nos Egressos do curso de Administração	Nº de relatos	Porcentagem
Falta a prática	02	28,6%
Falta de capacidade administrativa	01	14,3%
Deficiências no comportamento no ambiente do trabalho	01	14,3%
Falta de análise crítica nas demonstrações contábeis	01	14,3%
Desatualização. É	01	14,3%

preciso se atualizar o tempo todo		
Falta de vocação para o cargo	01	14,3%
Total	07	100%

Fonte: Dados da pesquisa

O quadro acima revela as deficiências relatadas pelos 07 egressos e novamente emerge a dimensão prática, tendo 02 relatos. A seguir identifica-se também deficiências técnicas e comportamentais. Estes resultados podem suscitar oportunidades de melhoria nos métodos de ensino, na matriz curricular do curso, na metodologia aplicada e na estrutura oferecida pela instituição. Vale ressaltar que artigo 4º da DCN prevê que o profissional de Administração precisa possuir as competências necessárias para atender as complexas demandas do mercado de trabalho.

Por fim, solicitou aos gestores que apresentasse sugestões de melhoria para o curso de Administração da FANS. O quadro 13 apresenta uma síntese dessas sugestões:

Quadro 14 – Sugestões de melhoria para curso de ADM da FANS

Sugestões de melhoria para o curso de Administração da FANS	Nº de relatos	Porcentagem
--	----------------------	--------------------

Aproximação das fábricas com a faculdade	05	21,7%
Agregar mais prática à teoria	04	17,4%
Disciplinas mais específicas com a realidade das empresas	04	17,4%
Maior ênfase em Administração de fábrica de calçados	03	13,0%
Alunos participarem das rotinas das empresas	03	13,0%
Práticas de análise e interpretação de demonstrações contábeis	02	8,7%
Mais estágios nas empresas	02	8,7%
Total	23	100%

Fonte: Dados da pesquisa

O quadro supracitado apresenta as sugestões elencadas pelos gestores com o objetivo de melhorar o curso de Administração da Faculdade de Nova Serrana (FANS). Em linhas gerais os gestores desejam disciplinas mais práticas e que possam atender as necessidades das empresas. Novamente faz-se necessário retomar a Botomé e Kubo (2002), que afirmam que somente o conhecimento já não é mais suficiente, é preciso desenvolver a capacidade de aplicar este conteúdo de forma responsável no ambiente organizacional. É preciso mobilizar os saberes. Trata-se da competência aplicada (FLEURY e FLEURY, 2004).

Este capítulo teve como proposta apresentar e discutir os resultados obtidos a partir da coleta de dados junto aos 23 egressos do curso de Administração e 17 gestores responsáveis pela contratação desses egressos no mercado local com o objetivo de identificar o alinhamento entre as competências desenvolvidas pela instituição e demandadas pelas empresas de Nova Serrana – MG.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como proposta conhecer a realidade entre as competências desenvolvidas no curso de Administração da FANS e as competências demandadas pelas empresas de Nova Serrana – MG. Ao aplicar um questionário semiestruturado para identificar a percepção dos egressos foi possível identificar que a maioria dos egressos entrevistados conseguem oportunidade de trabalho na área administrativa ainda durante o curso ou após a conclusão. Relataram ainda que não possuem dificuldades de ingresso no mercado de atuação. Entre as disciplinas mais importantes elencaram gestão financeira e gestão de pessoas e para 87% dos egressos o curso de Administração da FANS possui um diferencial no mercado de

trabalho. Como sugestões de melhoria os egressos relataram a necessidade de aulas mais práticas e metodologias de ensino mais atrativas.

Ao entrevistar os gestores percebeu-se que a maioria avalia além das competências técnicas, as competências comportamentais. Ao serem questionados sobre os cargos que esses egressos ocupam nas empresas, identificou-se que a maioria contrata esses egressos de ensino superior e na rotina do dia a dia da empresa eles ocupam cargos de assistentes e auxiliares. Neste contexto são exigidos deles mais habilidades de execução que habilidades gerenciais. Quanto as competências demandadas, observou-se que a maioria exige competências técnico-práticas, mas também comportamentais. Portanto, vale ressaltar que para 15 gestores os egressos têm atendido as demandas das empresas. Por fim, como deficiência e sugestão, em linhas gerais os gestores relataram a necessidade de aulas mais práticas e que sejam alinhadas com as necessidades das empresas.

A partir das percepções acima identifica-se oportunidades de melhoria que foram relatadas pelos egresso e gestores. É perceptível a

necessidade de se tornar o curso de Administração da FANS mais prático a fim de que os alunos possam desenvolver as competências profissionais necessárias para atender a alta complexidade do mercado de trabalho. Ressalta-se também oportunidades de melhoria na DCN e no Projeto Pedagógico do Curso institucional.

Como sugestões de novas pesquisas recomenda-se que seja estendida para os demais cursos da instituição (Ciência Contábeis, Pedagogia, Psicologia e Direito) no intuito de identificar se a instituição está capacitando profissionais que consigam atender as complexas demandas de trabalho. Como recomendações gerenciais sugere-se: i) revisão do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), ii) capacitação de professores, iii) investir em mais estruturas necessárias para a condução de aulas práticas, iv) criar uma maior aproximação e parcerias com empresas locais que oferecem oportunidades aos nossos egressos.

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Penso Editora, 2018.

BITENCOURT, Claudia Cristina. **A gestão de competências gerenciais: a contribuição da aprendizagem organizacional**. 2001.

BOTOMÉ, Sílvio Paulo; KUBO, Olga Mitsue. Responsabilidade social dos programas de pós-graduação e formação de novos cientistas e professores de nível superior. **Interação em Psicologia**, v. 6, n. 1, 2002.

CANÇADO, Vera L. et al. Desafio da gestão de pessoas em organizações em rede. Fundação Pedro Leopoldo. **Revista Gestão e Tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 24, 2004.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2a ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CRAWFORD, Richard. **Na era do capital humano: o talento, a inteligência e o conhecimento como forças econômicas. Seu impacto nas empresas e nas decisões de investimento**. Atlas, 1994.

CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da; SARSUR, Amyra Moyzes; AMORIM, Wilson Aparecido Costa de. Gestão de competências nas relações de trabalho: o que pensam os sindicalistas?. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 16, n. 5, p. 705-722, 2012.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. Construindo o conceito de competência. **Revista de administração contemporânea**, v. 5, n. SPE, p. 183-196, 2001.

FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria Tereza Leme. **Estratégias Empresariais E Formação de Competências: Um Quebra-cabeça Caleidoscópico Da Indústria Brasileira**. Editora Atlas SA, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HIPÓLITO, José Antônio Monteiro. Competências e níveis de complexidade do trabalho como parâmetros orientadores de estruturas salariais. **ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO**, v. 24, 2000.

LE BOTERF, Guy. **Desenvolvendo a competência dos profissionais**. Artmed, 2003.

LUZ, Talita Ribeiro. **Telemar-Minas: competências que marcam a diferença**. 2001. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado de: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9BHJGA>.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NADLER, David A.; LAWLER, Edward E. Qualidade de vida no trabalho: perspectivas e orientações. **Dinâmica Organizacional**, 1983.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO. Nova Serrana: FANS, 2018

RUAS, R. L., ANTONELLO, C.S. & BOFF, L.H. **Os novos horizontes da gestão: aprendizagem organizacional e competências**. (1. ed., p. 37). Porto Alegre: Bookman, 2005

SARSUR, Amyra Moyzes. **A Gestão por Competências: a percepção de ganho social do trabalhador**. 2007. 2007. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 14. Ed. São Paulo: Atlas, 2013

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo competência: por uma nova lógica**. São Paulo: Atlas, 2001.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A TÉCNICA PSICANALÍTICA EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

Rogéria Araújo Guimarães Gontijo¹¹
Eloisa Borges¹²

RESUMO

O presente artigo objetiva discutir as particularidades e possíveis flexibilizações do método e da técnica psicanalítica no contexto imposto pela pandemia da covid-19 e, neste intuito, busca, no texto freudiano, especialmente a partir da leitura realizada por Lacan, as referências que indicam as adaptações necessárias e a afirmação do primado de uma ética voltada para o desejo. Trata-se, portanto, de pesquisa teórica. Impasses nos atendimentos clínicos se impuseram quando a Organização Mundial da Saúde anunciou a situação de pandemia de covid-19 e as medidas de controle envolvendo restrições nas práticas de sociabilidade evidenciaram a impossibilidade de continuar os atendimentos no *setting* tradicional. Neste contexto de emergência sanitária, os recursos tecnológicos viabilizaram os atendimentos e foi possível constatar que eles não interferem na experiência clínica desde que se respeite a relação transferencial e que o desejo do analista

¹¹ Doutora em Psicologia — Estudos Psicanalíticos (UFMG) e mestre em Psicologia — Abordagens Clínicas (PUC Minas). Professora de Psicologia da Faculdade Pitágoras Divinópolis (Rua Santos Dumont, 1.001, bairro Manoel Valinhas — Divinópolis, MG). *E-mail*: raggonto@hotmail.com.

¹² Mestre em Psicologia Social (UFMG). Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) Unidade Divinópolis (Avenida Paraná, 3.001, bairro Jardim Belvedere — Divinópolis, MG). *E-mail*: prof.eloisaborges@gmail.com.

sirva de suporte para que a análise aconteça.

Palavras-chave: psicanálise; técnica; pandemia.

Abstract

Considerations about the psychoanalytic technique in times of the COVID 19 pandemic Summary: The present paper will discuss the particularities and possible flexibilizations of the method and the psychoanalytical techniques in the context set by Covid19 pandemic, and to this end, search, in the Freudian text, especially from the reading performed by Lacan, as references that lead to necessary adaptations and the affirmation of the primacy of an ethic directed to desire. It is, therefore, theoretical research. Impasses on clinical care were imposed when the World Health Organization announced the situation of the Covid19 pandemic and the control measures involving restrictions in the practices of sociability and evidenced the impossibility of continuing the clinical care in the traditional setting. In this context of a sanitary emergency, the technological resources enabled the treatments and it was possible to verify that it doesn't interfere in the clinical experience, since it respects the relationship of transference and the will of the analyst to be a support for the occurrence of the analysis.

Keywords: psychoanalysis, technique, pandemic.

1. Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou, em março de 2020, que a covid-19, doença causada pelo Sars-CoV-2 ou novo coronavírus,

havia se transformado em uma pandemia, e as medidas de prevenção e controle envolvendo hábitos de higiene, uso de máscaras e álcool em gel e restrições nas práticas de sociabilidade evidenciaram que nossas vidas nunca mais seriam as mesmas. Nas redes sociais, as *hashtags* #fiqueemcasa, #fiqueemcasasepuder e #usemáscara se constituíram em estratégias para campanhas sanitárias e uma forma de apelo ao confinamento e adesão às normas sanitárias propagadas pela OMS. À medida que mais informação sobre a doença foi sendo produzida e a possibilidade de imunização se tornou concreta, as *hashtags* #vacinajá, #vacinasim e #vacinaparatodos também se tornaram comuns.

A pandemia da covid-19 representa o maior acontecimento sanitário ocorrido desde a gripe espanhola, em 1918, e suas consequências sociais e econômicas provocaram a maior catástrofe humanitária desde a Segunda Guerra Mundial. “Essa crise humanitária se colocou quando os cidadãos de um país não podem usufruir de um recurso ao qual têm direito, é pelo direito à saúde — afirma a epidemiologista Maria Amélia Veras, da Faculdade de Ciências Médicas da

Santa Casa de São Paulo” em entrevista ao jornal *O Globo* (ALFANO; GARCIA, 2021). Trata-se de um acontecimento de grande magnitude e, segundo a historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz, em entrevista à CNN Brasil, “a pandemia vai alterar os nossos livros de história. Inclusive, ela vai mudar a datação de quando começa o século 21. Na minha opinião, o século 21 começa nesta pandemia” (MARIANE, 2020).

Desde o início da pandemia, a experiência trágica de contabilizar o crescente número de mortos e o nível de angústia que isso mobiliza, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo, são uma vivência que irá marcar, de forma indelével, as vidas dos sobreviventes. O discurso veiculado nas redes sociais “todos os pacientes são o amor de alguém, todos os mortos eram o amor de alguém” parece traduzir um esforço de olhar as vítimas da covid-19 para além das estatísticas. É neste cenário que a desigualdade social brasileira ficou evidente e um grande contingente da população continuou se expondo para trabalhar, oportunizando, inclusive, que outras tantas pessoas tivessem condições de cumprir quarentena. Muitas pesquisas evidenciam que a

população pobre e negra tem menor acesso à saúde e está exposta a piores condições de vida: “Racismo, desigualdades sociais, acesso desigual a sistemas de saúde, moradia inadequada e impossibilidade de se isolar colocam população mais vulnerável como a mais afetada pela pandemia” (GRAGNANI, 2020).

Quem pode ficar em casa se cuidando e fazendo seu trabalho em regime de *home office* também teve suas agruras e aflições. Uma das válvulas de escape para lidar com as ansiedades destes tempos de exceção foram as *lives* de todos os tipos e em grande profusão: shows, debates, palestras e, particularmente, aquela forma de *live* que será aqui discutida, as chamadas de vídeo que favoreceram que psicólogos e psicanalistas pudessem realizar seus atendimentos em *home office*.

No entanto, para além de discutir os atendimentos não presenciais, via *on-line* ou telefone, parece necessário pensar sobre os impactos desta pandemia nos indivíduos e também na coletividade, sendo necessário refletir sobre os aspectos biológicos, socioculturais, médicos, políticos e psíquicos. Também parece desejável definir como a práxis psicanalítica

pode atuar diante do mal-estar civilizatório. A psicanálise, experiência do inconsciente, considera a complexidade inerente à sociedade e, nestes tempos de crise sanitária, questiona os possíveis efeitos na realidade psíquica de cada sujeito. “É o Real que nos assola e do qual temos que dar conta. O sujeito individual, que é o sujeito do coletivo, se encontra diante do Real da pandemia, do Real do vírus e da morte” (MELO, 2020, p. 81).

Diante deste quadro sombrio, a psicanálise se oferece como uma possibilidade de alívio da angústia, da ansiedade e do mal-estar. Quando o distanciamento físico e o confinamento se impõem como necessários diante do esforço de evitar a propagação do vírus e o contágio, assim como a sobrecarga no sistema de saúde, o psicanalista se depara com a óbvia necessidade de se reinventar e adaptar a técnica de maneira a viabilizar o acolhimento das demandas dos analisantes. Decerto que a história testemunha que o ofício do psicanalista ultrapassa a rigidez de um ambiente físico e do *setting* tradicional e muitos profissionais trocaram cartas e telefonemas com seus analisandos quando, por exemplo, havia algum

impedimento por motivo de viagem, de doença ou quaisquer outras causas que inviabilizavam o encontro presencial. Nas últimas décadas, uma diversidade de recursos tecnológicos viabilizou trocas de e-mails e plataformas em que as mensagens são instantâneas, tais como o Messenger; o Skype, *software* que permite comunicação pela internet através de conexões de voz e vídeo; e o WhatsApp, aplicativo muito popular no Brasil e que permite trocas de mensagens e chamadas de áudio e vídeo. Assim, não são inéditas as situações que, por motivos vários, a flexibilização do contexto e da técnica foi necessária. No entanto, hoje, estamos no meio de uma pandemia e contamos com vários instrumentos que permitem uma ótima comunicação e que a experiência do inconsciente possa acontecer.

Entretanto, ainda assim, nestes tempos de pandemia, o questionamento sobre as especificidades da técnica psicanalítica é legítimo. Diante do número de casos notificados, do ritmo de contágio e da taxa de letalidade, assim como do risco de colapso no sistema de saúde, os governos estaduais e municipais definem

abertura e fechamento de determinados serviços, de tal maneira que há momentos em que o atendimento presencial é possível e outros de fechamento dos serviços considerados não essenciais. E assim, desde março de 2020, o cotidiano é definido por ondas e tem cor: em Minas Gerais, a onda roxa é a mais restritiva e as ondas vermelha e amarela permitem o funcionamento dos serviços de saúde e dos consultórios da rede particular. Logo, a questão mesma do manejo da técnica e da relação transferencial é objeto de atenção e cuidado por parte do psicanalista. No entanto, também não se pode descuidar daquilo que é primordial: a ética da psicanálise, o compromisso de ajudar o paciente.

2. Apontamentos sobre o ano 1 da pandemia

Discutir o contexto atual, no qual se vive um período de distanciamento físico, a morte de milhares de pessoas e diversos conflitos de ordem humana e política, é um compromisso ético do psicanalista. Lacan alerta que “antes renuncie a isso, portanto, quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época” (1998, p. 321). Esta orientação de Lacan destaca que o analista deve proteger-

se do risco de anacronismo e ter clareza sobre a subjetividade de sua época.

Conforme assinala Souza (2020), “a pandemia da COVID-19, por gerar uma crise sanitária mundial, já opera em nosso psiquismo uma onipresença mortificante que não há álcool gel que aplaque”. Trata-se de uma catástrofe de dimensões bíblicas, e ninguém sairá ileso de suas consequências: seus efeitos sobre a economia serão sentidos por muitos anos, o desemprego e a perda do poder aquisitivo já atingem amplos contingentes da população, produzindo desorganização do tecido social, os traumas são individuais e coletivos. No entanto, a presente situação não atinge igualmente a todos os brasileiros. Cabe destacar que “a pandemia por aqui se soma à necropolítica estatal, fragilizando ainda mais as camadas sociais vulneráveis” (SOUZA, 2020). A insegurança alimentar ronda metade dos lares do país:

O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e

Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), indica que nos últimos meses do ano passado 19 milhões de brasileiros passaram fome e mais da metade dos domicílios no país enfrentou algum grau de insegurança alimentar (GANDRA, 2021).

Seja pelo desemprego e pela ausência de perspectivas, pela perda de entes queridos e dos espaços de lazer e sociabilidade e pela solidão imposta pelo longo período de confinamento, assim como pelo aumento da violência doméstica contra mulheres, crianças e idosos e pelo medo de ficar doente e morrer, são muitos os impactos na saúde mental da população. No entanto, o impacto das mudanças impostas para prevenção da covid-19 afeta diferentemente idosos, adultos, adolescentes e crianças. São muitas as variáveis psicossociais e econômicas que incidem sobre as experiências individuais e provocam diferentes respostas emocionais e comportamentais diante da frustração e impotência decorrentes de uma situação que se prolonga e gera angústia, aflições, temores e muitas incertezas individuais e coletivas. Entre os trabalhadores dos serviços essenciais, 47,3% relatam sintomas de

ansiedade e depressão; 44,3% têm feito uso abusivo de bebida alcoólica; e 42,9% sofreram mudanças nos hábitos de sono (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020).

Neste sentido, a pandemia e seus desdobramentos provocaram um estremecimento enorme nas estruturas que conferiam sentido e coerência ao vivido, ao que experimentamos como realidade social (BEZERRA JUNIOR, 2020). A relutância de parte da população em usar a máscara facial, a negação diante da gravidade da pandemia, a insistência em continuar realizando festas e aglomerações, o questionamento da Ciência e as múltiplas teorias conspiratórias indicam a enorme dificuldade que muitas pessoas demonstram em lidar com um evento inédito e inesperado que exige mudanças no estilo de vida. E é exatamente isso o que faz com que haja tanto impacto subjetivo nessa experiência que estamos vivendo porque as referências que ofereciam nexos à realidade foram questionadas e subvertidas pela circulação de um vírus “inventado em um laboratório chinês”, segundo *fake news* amplamente divulgada. Conforme assinala Bezerra Jr.,

[...] a experiência subjetiva se dá num mundo vivido, em que organismo e ambiente se encontram gerando aquilo que a gente percebe como sendo a realidade, e que se sustenta em alguns alicerces. Um desses pontos de sustentação é o campo do simbólico (BEZERRA JUNIOR, 2020).

É notório que a pandemia da covid-19 é um evento coletivo que estruturou respostas em diversos níveis: entre as nações, o Brasil, cujo governo ignora as orientações da OMS e da Ciência, contou 300.000 mortos no mês de março de 2021 e se tornou o novo epicentro mundial da pandemia (GORTÁZAR, 2021). O mês de abril contou o maior número de mortos, e atingimos a cifra dos 400.000 óbitos. Provavelmente até final do mês de setembro serão 600.000 óbitos. Fora de controle, o coronavírus se propaga rapidamente, sofrendo mutações ainda mais contagiosas, e o ano 2 da pandemia no Brasil tem sido mais letal e trágico. Estados e municípios realizam ações de forma autônoma, embora não raro são muitos os equívocos na condução da situação. Os indivíduos respondem a partir de seus recursos internos, configuração subjetiva e acesso à informação, mas,

também, o posicionamento político condiciona a maior ou menor adesão às orientações sanitárias. Por exemplo, pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) identificaram “que apoiadores do presidente praticam menos o isolamento social do que o resto da população brasileira” (LUPION, 2020). A adesão ao “kit Covid”, composto por medicamentos sem eficácia científica comprovada, evidencia a negação da realidade e parece oferecer blindagem, redução da ansiedade e tranquilidade psíquica em um cotidiano prenhe de medos e incertezas. Azitromicina, cloroquina e hidroxicloroquina tiveram suas vendas aumentadas e, em Minas Gerais, a “ivermectina, antiparasitário indicado para infestações, por exemplo, de sarna e piolho, é a fórmula mais vendida” (SEM EFICÁCIA [...], 2020).

3. Notas sobre a técnica na psicanálise

Nestes tempos estranhos, evitar sair de casa se tornou um imperativo, e muitos profissionais, cujo ofício permite *home office*, experimentam uma nova dinâmica do trabalho. É neste contexto que os psicanalistas procuraram alternativas que permitiram a realização dos seus

atendimentos, e as chamadas de vídeo no WhatsApp e Skype se constituíram em ótimas opções, além, é claro, do telefone. No entanto, nem todos os profissionais lidaram com essas mudanças de forma tranquila. Segundo Roudinesco,

[...] na comunidade psicanalítica, tanto no contexto brasileiro quanto no contexto internacional, observamos um movimento imediato, sentido por muitos como violento, de mudança do *setting* tradicional, com sua característica presencial, para o atendimento remoto. Analistas que nunca tinham se prestado a atender por intermédio da tela de um computador, tablet ou smartphone — ou mesmo aqueles que utilizavam esse meio em situações pontuais de sua clínica — se viram diante de um redemoinho que os puxou para um mundo desconhecido (ROUDINESCO, 2020).

Fora do *setting* habitual, veio o questionamento no tocante à técnica analítica e às possíveis consequências impostas pelas atuais circunstâncias. No texto “Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise”, de 1912, Freud afirma que as regras técnicas que iria apresentar eram

adequadas a ele próprio, à sua individualidade, e que outro analista poderia assumir outras atitudes, a depender de seu estilo, em relação aos seus pacientes. Logo, não era sua pretensão estabelecer um manual sobre como aplicar a psicanálise e muito menos oferecer um roteiro sobre como atender um paciente. Conforme assinala Carvalho (2006),

[...] se não se pode negar que algo na técnica psicanalítica pertence à dimensão da individualidade — ou estilo — do analista, o fato é que a leitura do conjunto dos artigos freudianos sobre técnica (tanto os de 1911-1914 como os mais tardios, de 1937) logo mostrará que uma teoria da técnica psicanalítica não pode ser dissociada do edifício teórico que constitui a metapsicologia. [...] Não importando se a prática é realizada dentro ou fora do enquadre tradicional, a posição daquele que se considera psicanalista está sempre referida a um conjunto de pressupostos teóricos que fundamentam a escuta, sustentam as intervenções que são feitas e permitem a transmissão do conhecimento (CARVALHO, 2006).

Logo, Freud oferece recomendações para uso da técnica analítica e não um manual que pretenda engessar o processo. Belo indica que, nos primórdios da psicanálise, os atendimentos presenciais eram difíceis e o uso de cartas era um expediente comum:

O nascimento da psicanálise está permeado por relações não presenciais. As contingências do final do século XIX e do início XX tornavam os encontros presenciais raros e custosos. A precariedade tecnológica — seja a dos meios de comunicação, seja a dos meios de transporte — tornava relação entre distância e tempo difícil de ser equacionada em direção à proximidade uns dos outros. O meio virtual da época era a carta escrita que ainda percorria longas distâncias, por longo tempo (BELO, 2020, p. 18).

Segundo as orientações de Freud quanto à técnica, “nada mais acontece entre eles [analista e analisando] do que uma conversa” (Freud, 2017, p. 210). Contudo, não é uma conversa qualquer com qualquer pessoa. Trata-se de uma conversa com um

enquadramento, horário, local, honorários, tempo, privacidade e que possibilite que a palavra do analisante circule, que ele possa dizer o que quiser. Todas estas condições precisam ser garantidas pelo sigilo profissional. Em uma análise, é fundamental respeitar a integridade do paciente e do conteúdo que ele expõe. No caso dos atendimentos *on-line*, é importante que o analista se certifique qual instrumento ou plataforma melhor se adequa à garantia das condições necessárias ao desenvolvimento da sessão, tais como uma boa e estável conexão de internet, e tecnologias de proteção contra *hackers*, *login*, vírus e criptografia.

A tarefa maior do psicanalista é acolher o sujeito que o procura e ajudá-lo a se livrar do sofrimento. Trata-se de colocar-se disponível, “oferecendo um tipo especial de escuta, para que o cliente se anime a encontrar um sentido em seus sintomas, e isso em seus próprios termos. Para isso, analista e cliente conversam” (CARVALHO, 2006).

Assim compreendido, o processo analítico pode se desenvolver fora do *setting* tradicional, e, inclusive, conforme mencionado acima, isto já acontece há bastante tempo. A

novidade fica por conta das plataformas *on-line*, que estão sendo amplamente utilizadas no contexto da pandemia. Quando indagada sobre o trabalho psicanalítico *on-line* em meio à pandemia, Roudinesco responde:

Já funcionava antes. Há 20 anos os pacientes não são os mesmos. Vivemos em um mundo em que muitos viajam. Isso significa que podemos usar o Skype na terapia psicanalítica, por exemplo, com alguém que está viajando. O que é certo é que não se pode fazer uma análise totalmente *on-line*, mas, sim, usá-la com pacientes que já conhecemos antes. É necessário um contato na vida real. É útil, não é desejável, mas existe (ROUDINESCO, 2020).

Decerto que, neste contexto de atendimentos *on-line*, alguns profissionais questionam o uso do divã. Roudinesco nos alerta: “Devo lembrar que a psicanálise pode ser feita de todas as maneiras. É um sectarismo limitá-la ao divã” (ROUDINESCO, 2020). Interessante e apropriada a assertiva de Roudinesco e, parece-nos, que vai ao encontro daquilo que Carvalho (2006) chama de “fetichização da teoria e da técnica”. O compromisso com o paciente, a empatia, o acolhimento genuíno, o respeito à diferença e a disponibilidade não devem ser preteridos num esforço tecnicista. Portanto, a mudança do consultório para um *setting* virtual impõe a necessidade de o analista desidealizar as condições em que o atendimento é realizado. Belo é preciso ao comentar este aspecto:

O estabelecimento de um *setting* virtual vai exigir dos psicanalistas um enfrentamento dessa idealização da prática, uma depuração dos elementos técnicos e éticos que sustentam a escuta e que permitem instalar um espaço clínico não presencial (BELO, 2020, p. 74).

Certamente que outros questionamentos podem ser

colocados, tais como o fato de o cliente não pagar os honorários em dinheiro vivo e simplesmente fazer um Pix ou depósito bancário. Sabemos que a relação do cliente com o dinheiro é permeada por um valor simbólico, sendo possível daí extrair sentido.

No entanto, os desafios que o psicanalista enfrenta ultrapassam os aspectos concernentes à técnica, posto que também ele é afetado pela tragédia de contar centenas de mortos todos os dias. O analista também está sujeito às normas sanitárias, e, possivelmente, ele é um paciente submetido às mesmas opções tecnológicas para realizar sua própria análise. Estamos todos de luto. Mesmo quando não perdemos nenhum ente querido, sentimos a perda de um mundo que não sabemos quando sairá desta pandemia. A única certeza é o cenário de devastação. Há, ainda, o luto do afastamento do *setting* de trabalho, luto do analista, mas também do paciente. Segundo Verztman e Romão-Dias (2020, p. 279),

[...] cremos que esse profissional está diante de uma radical transformação que precisa elaborar para continuar a ser enquanto analista.

[...] acreditamos que o analista precisa lidar com a perda de seu setting habitual e com a incerteza do que permanecerá de sua vida anterior quando o isolamento acabar. Duas perdas, dois lutos (VERZTMAN; ROMÃO-DIAS, 2020, p. 279).

Uma outra questão de difícil manejo é o fato de que psicanalistas e pacientes estão todos vivendo uma situação na qual o confinamento é imperativo, e já estamos no segundo ano, sem data para terminar. Paira o medo do contágio e da morte, tanto de si mesmo quanto daqueles que amamos. Souza aborda os possíveis desdobramentos desta inaudita simetria:

Uma condição que simetriza a situação analítica, colocando desafios à manutenção do Sujeito suposto Saber, pois, na justa colaboração coletiva, assumimos um laço fraterno com nosso analisando. Ou, imaginariamente, na ruptura do laço, podemos ser o inimigo que porta o vírus. Tanto em uma quanto em outra condição, pode ser que o psicanalista caia, renuncie ou mesmo seja destituído de seu lugar. Esta seria uma urgência do psicanalista (SOUZA, 2020).

4. À guisa de conclusão

Dentre os desafios da prática clínica psicanalítica em tempos de pandemia de covid-19, as questões de ordem técnica não constituem a única nem a maior preocupação. Segundo Carvalho (2006),

[...] os operadores da técnica psicanalítica e seu manejo nas diversas situações nas quais trabalhamos são os mesmos que compõem a teoria do inconsciente em todos os seus campos de incidência e em seus desdobramentos conceituais (CARVALHO, 2006).

Em que pesem as alterações e limitações impostas pelo atendimento *on-line*, é possível constatar a efetividade da experiência clínica, desde que o analista respeite a relação transferencial e ofereça uma escuta de qualidade e que seu desejo sirva de suporte para que a análise se desenvolva. No entanto, parece-nos que não se trata de colocar a técnica e a tela como centro de nossas preocupações. Concordamos com Verztman e Romão-Dias (2020): “Mais do que debater sobre atendimentos *on-line*, é urgente pensar o trabalho e a função do psicanalista em contexto de catástrofe”.

Referências

- ALFANO, B.; GARCIA, R. Março já é o mês mais mortal da pandemia e cientistas falam em 'crise humanitária'. O Globo, 19 mar. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/corona-virus/marco-ja-o-mes-mais-mortal-da-pandemia-cientistas-falam-em-crise-humanitaria-24931571>. Acesso em: 14 set. 2021.
- BELO, F. Clínica psicanalítica on-line. Breves apontamentos sobre atendimento virtual. São Paulo: Zagodoni, 2020.
- BEZERRA JUNIOR, B. Mal-estar psíquico na pandemia: aspectos socioculturais. Parte 2. [Entrevista Cedida a] *Cristiana Facchinetti, Ana Teresa A. Venancio e Flavio C. Edle. Casa de Oswaldo Cruz*, 20 ago. 2020. Disponível em: http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1839-mal-estar-psiquico-na-pandemia-aspectos-socioculturais-parte-2.html#_ftn6. Acesso em: 14 set. 2020.
- CARVALHO, A. C. O ofício do psicanalista. Percurso, ano 19, 2006. Disponível em: Disponível em: http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?apg=artigo_view&ida=247&ori=edicao&id_edicao=37. Acesso em: 14 set. 2021.
- FREUD, S. A questão da análise leiga. Conversas com uma pessoa imparcial. In: FREUD, S. Fundamentos da clínica psicanalítica. Belo Horizonte: Autêntica: 2017. p. 205-289. Trabalho original publicado em 1926.
- FREUD, S. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: SALOMÃO, J. (coord.). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1980. p. 146-159. v. 12. Trabalho original publicado em 1912.
- GANDRA, A. Pesquisa revela que 19 milhões passaram fome no Brasil no fim de 2020. Agência Brasil, 6 abr. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/pesquisa-revela-que-19-milhoes-passaram-fome-no-brasil-no-fim-de-2020#:~:text=De%20acordo%20com%20os%20pesquisadores,ao%20n%C3%ADvel%20observado%20em%202004>. Acesso em: 14 set. 2021.
- GORTÁZAR, N. G. Sem controle da pandemia, Brasil se torna ameaça mundial. El País Brasil, 25 mar. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2021-03-25/sem-controle-da-pandemia-brasil-se-torna-ameaca-mundial.html>. Acesso em: 14 set. 2021.
- GRAGNANI, J. Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo? BBC News Brasil, 12 jul. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>. Acesso em: 14 set. 2020.
- LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: LACAN, J. Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 238-324. Trabalho original publicado em 1958.
- LUPION, B. Estudo aponta evidências de que bolsonaristas violam mais a quarentena. DW, 15 maio 2020. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3cF5H>. Acesso em: 14 set. 2021.

MARIANE, P. O século 21 começa nesta pandemia, diz Lilia Schwarcz. CNN Brasil, 4 jul. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/07/05/o-seculo-21-comeca-nesta-pandemia-analisa-a-historiadora-lilia-schwarcz>. Acesso em: 14 set. 2021.

MELO, R. Análise on-line no tempo da pandemia. In: FÓRUM DO CAMPO LACANIANO — MS (org.). *Psicanálise e pandemia*. São Paulo: Aller, 2020. p. 81-88.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ.

Pesquisa analisa o impacto da pandemia na saúde mental de trabalhadores essenciais. Portal Fiocruz, 29 out. 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-analisa-o-impacto-da-pandemia-na-saude-mental-de-trabalhadores-essenciais>. Acesso em: 14 set. 2021.

ROUDINESCO, E. Psicanálise em tempos de pandemia. [Entrevista cedida a] Hector Pavan. Tradução de Marina Waquil. *Fronteiras do Pensamento*, 1 jul. 2020. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/entrevistas/elisabeth-roudinesco-psicanalise-em-tempos-de-pandemia>. Acesso em: 14 set. 2021.

SEM EFICÁCIA: vendas de medicamentos do chamado 'kit Covid' dispararam em Minas Gerais. Estado de Minas, 20 abr. 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/04/20/interna_gerais,1258804/sem-eficacia-vendas-de-medicamentos-do-chamado-kit-covid-disparam-em-mg.shtml. Acesso em: 14 set. 2021.

SOUZA, P. M de. A psicanálise, o novo coronavírus e as urgências. *Psicanálise em Tempos de Pandemia*, 297, abr. 2020. Disponível em:

https://appoa.org.br/correio/edicao/297/a_p_sicanalise_o_novo_coronavirus_e_as_urgencias/831. Acesso em: 14 set. 2021.

VERZTMAN, J.; ROMÃO-DIAS, D. Catástrofe, luto e esperança: o trabalho psicanalítico na pandemia de COVID-19. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 23, n. 2, p. 269-290, jun. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/FCst676jKy6YVJdgwvDRMQB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2021.

CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: a participação social como um direito coletivo fundamental

Karoliny de Cássia Faria¹³
Rodrigo César da Silva¹⁴

RESUMO

O presente artigo é fruto de pesquisa teórica bibliográfica e documental, realizada pelo método dedutivo de pesquisa. O estudo realizado analisa a temática do controle social de políticas públicas e o direito à participação social dos cidadãos sob o enfoque dos direitos fundamentais. Trata-se o tema com particular enfoque na figura dos conselhos de políticas públicas e sua importância na sociedade democrática. Com os resultados obtidos na pesquisa conclui-se que, por ser decorrência do princípio democrático, a participação social configura direito fundamental dos cidadãos, sendo dever do Estado propiciar todos os meios para o seu exercício.

Palavras-chave: Controle Social; Democracia; Conselhos de políticas públicas; Direitos Fundamentais; Estado Democrático.

Abstract

The present article is the result of theoretical bibliographical and documentary research, carried out by the deductive method of research. The study analyzes the issue of social control on public policies and the right to social participation of citizens under the focus of fundamental rights. It is given a particular focus on the figure of public policy councils and their importance in a democratic society. With the results obtained in the research, it is concluded that, as a result

¹³Mestre em Direito pela Universidade de Itaúna. Especialista em Direito Público Global pela Universidad de Castilla La-Mancha. Especialista em Direito Público Municipal pela Faculdade Pitágoras. Procuradora-Geral da Câmara Municipal de Divinópolis. Professora universitária.

¹⁴ Professor da FANS – A Faculdade de Nova Serrana

of the democratic principle, social participation constitutes the fundamental right of citizens, and it is the State's duty to provide all the means to exercise it.

Key words: Social Control; Democracy; Public policy councils; Fundamental rights; Democratic State.

1 Introdução

Após longas experiências autoritárias, a sociedade brasileira alcançou o objetivo de ver os valores democráticos reconhecidos como base do sistema jurídico e integrantes da própria noção do Estado Brasileiro.

No texto constitucional, e também na legislação infraconstitucional, a presença de institutos voltados à salvaguarda da democracia é constante. Essa preocupação legislativa com o exercício da democracia pelos integrantes da sociedade decorre do contexto histórico de repressão pelo qual a sociedade brasileira passou no período anterior à vigência da atual Constituição. Buscou-se legislar exaustivamente sobre o tema como forma de reforçar e garantir o respeito ao Princípio Democrático.

Na atualidade estão à disposição dos cidadãos diversos mecanismos de participação que, ao menos formalmente, lhe garantem o pleno exercício da democracia. Assim, o presente artigo convida à análise da

efetividade dos instrumentos de participação social, com ênfase na figura dos conselhos de políticas públicas. O objetivo é de verificar se estes conselhos garantem a participação da sociedade na formulação e gestão de políticas públicas em seu aspecto substancial. Busca-se avaliar se esses conselhos detêm um efetivo caráter democrático ou se apenas possuem tal aparência sem, contudo, permitir a efetiva consagração do Princípio Democrático, como preceitua a Constituição da República.

Para o exame da temática proposta o trabalho se divide em três tópicos, mais as considerações finais. Inicialmente analisar-se-á a questão da democracia e da dificuldade em conceituá-la. Aborda-se diferentes questões sobre o Princípio Democrático e sua presença no Estado Brasileiro. Ainda no primeiro tópico aborda-se a temática dos conselhos de políticas públicas, mencionando suas funções, importância e particularidades.

A seguir é tratada a questão da participação social e sua ligação direta com a noção de democracia. Nesse ponto são apresentados alguns instrumentos de participação da sociedade nas questões públicas e se

destaca a posição da participação como direito fundamental dos cidadãos, de forma a se evidenciar o inegável dever estatal de oferecer aos cidadãos efetivos meios de participar da gestão de tudo o que for público.

2 A democracia e os conselhos de políticas públicas

Definir o preciso alcance da palavra democracia não é uma tarefa fácil. Diversos autores buscam desenvolver conceitos capazes de expressar seu significado sem, contudo, conseguir esgotar todas as nuances que envolvem a temática.

Sabe-se que a democracia está ligada à noção de tomada de decisão mediante a participação dos envolvidos. Nesse sentido, frequentemente o vocábulo democracia é atrelado à noção de tomada de decisão pelo povo.

Importante salientar que a noção de democracia pré-moderna, oriunda do Estado Grego, não se confunde com a moderna ideia de democracia. As democracias modernas tiveram como marco fundador a Revolução Francesa, e desde então tem sido objeto de análise e debates pelos estudiosos do tema.

Uma importante nuance democrática a ser tratada é a respeito da antinomia entre democracia liberal e democracia social. A democracia social está ligada à igualdade econômica, ao igual acesso a bens e recursos pelos componentes da sociedade. Essa ideia é atrelada ao socialismo e é vista como necessariamente antagônica à democracia liberal. A democracia dita liberal não tem como foco de suas preocupações a igualdade econômica, mas sim com a igualdade política. Dessa forma, verifica-se que o próprio objeto da democracia é passível de análise sob perspectivas diferentes. A democracia poderá ser exercida de forma direta ou indireta. Na democracia direta ter-se-á a efetiva participação dos componentes da sociedade opinando, sem intermediadores, no processo de tomada de decisão.

Diremos portanto que a democracia direta é o conjunto de procedimentos que permitem aos cidadãos fazerem algo mais que eleger representantes, deputados, um presidente e se pronunciam diretamente, com sua assinatura ou indo às urnas, sobre textos, uma Constituição, uma lei, uma despesa, um

plano (AUBERT; OBER, 2001, p. 201).

Em sociedades complexas e numerosas como a brasileira, a democracia direta torna-se impraticável. Desse modo surgem as figuras das democracias representativa e participativa, como forma de participação da sociedade.

Na democracia representativa a forma de participação da sociedade nas decisões de caráter público se dará mediante a escolha de representantes. Esses representantes são os responsáveis pela tomada de todas as decisões e implementação de todas as ações, não cabendo à sociedade influenciar de forma direta na condução da coisa pública.

A democracia direta só se faz valer, exclusivamente, conforme já ficou assinalado, se a vontade do povo tiver absoluto domínio e controle das faculdades governativas e não o contrário, como acontece na democracia representativa que se assemelha às situações fáticas de súditos na expectativa de benevolências por parte do monarca – situação onde não existe a participação e direitos daqueles que sustentam o sistema por meio do

pagamento de impostos, sejam eles diretos ou indiretos (OLIVEIRA, 2014, p. 45).

Além das democracias direta e representativa, tem-se a democracia participativa, frequentemente chamada semi-indireta. Nesse modelo a tomada de decisão pública se dá com a possibilidade de participação da sociedade nas discussões, sem que isso implique, necessariamente em uma participação direta, com formação de assembleia de cidadãos.

Na clássica democracia representativa o povo simplesmente adjetivava a soberania, sendo soberano apenas na exterioridade e na aparência, na forma e na designação; já com a democracia participativa, aqui evangelizada, tudo muda de figura: o povo passa a ser substantivo, e o é por significar a encarnação da soberania mesma em sua essência e eficácia, em sua titularidade e exercício, em sua materialidade e conteúdo, e, acima de tudo, em sua intangibilidade e inalienabilidade, soberania da qual o povo, agora, não conhece senão o nome, a falsa representatividade, o falso testemunho, a

falsa valorização (BONAVIDES, 2001, p. 44).

Para Eduardo Fortunato Bim, (2014, p. 31) a democracia participativa nada mais é do que a democracia representativa com a presença de algumas ferramentas esparsas de participação popular mais específica. Sendo assim, o autor entende que “[...] a democracia participativa integra a semidireta, acoplando-se à democracia representativa [...]” (BIM, 2014, p. 31).

Ao se falar em democracia participativa deve-se pensar num processo dialógico entre a sociedade e os órgãos governamentais. Nesse contexto, devem existir instrumentos que possibilitem o diálogo entre representante e representados.

Essa participação da sociedade na decisão acerca dos rumos a serem tomados pelos órgãos governamentais tende a conferir as decisões um maior grau de aceitação, tendo em vista que a sociedade passará a perceber a gestão pública como obra sua, e não como fruto da vontade de outrem.

O efeito da participação é pedagógico, pois o cidadão aprende com o envolvimento nas questões que lhe dizem respeito. Ao mesmo tempo esse

envolvimento tem um efeito integrativo, conduzindo o indivíduo a aceitar as decisões coletivas, a entender melhor as dificuldades e necessidades dos outros. O aprendizado se faz presente em todo o processo de discussão e aceitação das decisões colegiadas (OLIVEIRA, 2014, p. 44).

Nesse sentido, Waidd Francis de Oliveira (2014, p. 44) salienta ainda que “[...] a Democracia participativa apresenta o critério de legitimidade subsidiada pela ideia de que as decisões políticas devem ser tomadas por aqueles que estarão submetidos a elas, com ampla discussão política”. Verifica-se, assim, que a participação da sociedade na tomada das decisões de natureza pública é uma nuance importante da democracia atual, sem a qual a sociedade dificilmente admitiria como válidas as decisões que lhe afetassem.

Observa-se, assim, que a democracia participativa destaca a importância da cidadania enquanto complexo de direitos e deveres políticos do cidadão. Nesse contexto, que cabe ao cidadão participar dos negócios do Estado, ou seja, efetivamente assumir sua responsabilidade em relação à coisa

pública e efetivamente participar da sua gestão.

Para que a sociedade tenha condições de discutir as questões a serem resolvidas, faz-se necessário que se leve a ela informações adequadas, inteligíveis e suficientes, para que os posicionamentos apresentados pelos indivíduos sejam frutos de uma escolha esclarecida. Assim, em um contexto sério de democracia participativa, o Estado leva ao conhecimento dos cidadãos as informações pertinentes aos assuntos discutidos. Esses cidadãos são, então, conscientizados de todos os prós e contras de cada opção de decisão, e assim podem manifestar-se de forma consciente.

2.1 Conselhos de Políticas Públicas

Dentro dessa noção de democracia participativa encontram-se os conselhos de políticas públicas, que surgiram preponderantemente na década de 1990, em um contexto de reforma do Estado com foco na descentralização político-administrativa.

Os conselhos representam um grande avanço democrático, pois permitem que a sociedade tenha voz ativa na gestão das políticas públicas,

participando do planejamento das ações e da avaliação dos resultados.

O Brasil na condição de Estado Democrático de Direito reconhecido pela positivação na constituinte, passa a contemplar a partilha de poder entre a sociedade política e sociedade civil. Destarte, foram criadas instâncias de participação social no sentido de garantir interação entre as demandas desse segmento e as políticas de intervenção de cada área, objetivando atender a população via políticas públicas e ainda garantir no cotidiano das relações entre Estado e Sociedade Civil a efetividade do controle social [...] (KOLODY; LUIZ; ROSA, 2011).

Esses conselhos são órgãos colegiados, com funções predeterminadas, normalmente voltadas a atividades de fiscalização e apoio na tomada de decisões acerca de assuntos específicos.

Os conselhos gestores de políticas públicas são instrumentos fundamentais de controle social das políticas setoriais nos níveis municipal, estadual e federal, previstos em lei. A eles compete deliberar políticas e

aprovar planos, fiscalizar as ações e a utilização dos recursos, aprovar ou rejeitar a prestação de contas feita pelo poder público e emitir normas. (POLIS, 2008)

Como fiscalizadores, esses conselhos normalmente possuem atribuições voltadas à apreciação dos resultados obtidos por determinado órgão na prestação de serviços públicos, verificando se foram alcançados níveis de eficiência minimamente satisfatórios. Sua atuação como apoio é no sentido de propor alternativas para a solução de eventuais problemas encontrados na prestação dos serviços públicos pelo órgão que apoiam.

Têm caráter permanente, natureza deliberativa pública, efetivadas através de discussões acerca das diretrizes e ações necessárias à efetivação dos aspectos da proteção social vinculados àqueles grupos e as políticas públicas, assim como o controle social, fiscalizando e avaliando os resultados das ações. Com isso, têm, como uma de suas competências políticas, a luta pela garantia de direitos legalmente constituídos (FERRI;

OLIVEIRA;
STEDILE, 2017).

Os conselhos de políticas públicas são importantes mecanismos de participação social na condução das políticas públicas, pois permitem que membros da própria sociedade tenham a oportunidade de atuar como cogestores dessas políticas e demonstrar de uma forma mais preponderante ao Poder Público quais são os efetivos interesses da população.

A legislação brasileira prevê a formação de inúmeros conselhos de políticas públicas, nas diversas esferas de exercício do poder público, e com as mais variadas funções. Entre esses conselhos pode-se citar, ilustrativamente, o Conselho Nacional de Previdência - CNP. Esse conselho está previsto no art. 194 da Constituição da República, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, e consagra o caráter democrático do pilar da seguridade social representado pela previdência. A instituição do mencionado conselho se deu pela Lei nº 8.213/1991.

A composição do CNP inclui representantes do Governo Federal, dos aposentados e pensionistas, dos trabalhadores em atividade e dos empregadores. Ao se analisar quem são esses representantes, pode-se observar que em regra a sociedade tem sido representada por órgãos de classe, como sindicatos e confederações (BRASIL, 2017). As funções desempenhadas pelos membros do CNP são inúmeras, das quais se destaca a abordagem de

assuntos bastante sensíveis, tais como a gestão orçamentária e de benefícios do regime, política de recursos humanos do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, regras para concessão dos benefícios, entre outros assuntos que surtem efeitos diretos na vida da população. O tratamento de assuntos tão importantes no conselho demonstra que há, de fato, participação da sociedade nas decisões sobre a gestão do regime previdenciário. Além do CNP, existem diversos outros conselhos de políticas instituídos nas diversas esferas públicas.

Os conselhos gestores de políticas públicas estão inseridos no aparelho estatal, sendo um espaço de interlocução entre o Estado e a sociedade civil. Os conselhos são espaços contraditórios, de lutas e disputas de interesses, sendo que o interesse público deverá ter primazia, conforme a agenda democrática. A sociedade civil inserida neste contexto está permeada por contradições de interesses, e deverá pautar sua atuação na democracia participativa rumo às reformas qualitativas e substantivas do Estado (KOLODY; LUIZ; ROSA, 2011).

Os conselhos são concebidos como importantes instrumentos de controle social, permitindo que a sociedade

intervenha nas políticas públicas e integre o processo de definições políticas (FERRI; OLIVEIRA; STEDILE, 2017). Destaca-se a expressão “controle social”, que é interpretada como o conjunto de mecanismos da sociedade que determina e submete os indivíduos aos padrões consagrados pelo grupo. Pode-se visualizar a existência de diversas formas de controle social em relação a depender do ângulo de análise. Para o presente estudo interessa o controle social a ser exercido pelos indivíduos sobre o Estado, da mesma forma que entende Diegues (2013), que se refere ao controle social

[...] no sentido da sociedade fiscalizando e controlando as atividades do Estado, eliminando os modelos tradicionais e autoritários de gestão das políticas públicas, bem como a adesão de práticas que oportunizam a maior transparência das informações e da participação da sociedade no processo decisório.

Assim, ao se falar em controle social estar-se-á se referindo à participação da sociedade civil na gestão pública por meio dos canais de interlocução entre Estado e sociedade, que possibilitem a presença dos sujeitos coletivos nos processos de tomada de decisão de caráter público.

O controle social pode ser realizado tanto no momento da definição das

políticas a serem implementadas, quanto no momento da fiscalização, do acompanhamento e da avaliação das condições de gestão, execução das ações e aplicação dos recursos financeiros destinados à implementação de uma política pública.

Os conselhos de políticas públicas, além de serem considerados espaços de formação das vontades e da opinião, são também mecanismos de ação e controle social, que inserem as demandas e os temas de interesse público, para que sejam discutidos politicamente e implementados como políticas públicas.

Portanto, a atuação dos Conselhos, com a participação popular, é um exercício legítimo e efetivo da democracia. Fato é que, com o grande contingente populacional brasileiro, torna-se inviável a participação de todas as pessoas nas decisões que envolvem políticas públicas, o que torna a atuação dos Conselhos de extrema importância no que concerne à democracia e participação popular.

3 O direito fundamental à participação

Os direitos fundamentais estão dentre as normas constitucionais que recebem proteção especial, tendo

aplicação imediata além de estarem inseridos dentre as cláusulas pétreas.

A participação popular, como direito fundamental, está ligada à influência da vontade popular nas ações do Estado, implica na intervenção do povo nas instâncias de poder público, intermediando nos processos de decisão, ou por meio do planejamento de ações de fiscalização.

Como é sabido a Constituição Federal de 1988 ampliou os direitos de cidadania e introduziu novos modelos de gestão e organização nas áreas sociais através da garantia da participação da sociedade civil na formulação das políticas e no controle das ações públicas em diferentes níveis, logo a participação é concebida como interferência política das entidades da sociedade civil em órgãos, agências ou serviços do Estado responsáveis pela elaboração e gestão das políticas públicas na área social (KOLODY; LUIZ; ROSA, 2011).

As políticas públicas são mecanismos de efetivação dos direitos fundamentais, mesmo que o Estado tenha deixado de criar políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais. Nesse sentido,

esclarece Humberto Cunha (1997, p. 91-92):

Participação popular é efetivamente um direito fundamental, tanto em forma, quanto em essência. Sua presença física esparrama-se em todo corpo da Constituição [...] antes de ser um direito fundamental, é um direito fundante, ou seja, um direito do que decorre a própria significação dos modos de vida e convivência pelos quais optamos.

A participação da sociedade nas questões públicas é direito fundamental dos indivíduos, pois decorre do princípio democrático. Esse direito está diretamente ligado aos direitos de liberdade.

Fato é que, quando a sociedade percebe que pode fazer a diferença com sua participação, esta se empenha e vê a oportunidade de fazer com que o Governo atue em suas funções para garantir condições melhores de vida.

Destarte, a participação popular é um processo social que se constrói dia após dia, na busca da resolução de problemas sociais enfrentados pela sociedade, sendo esta uma necessidade natural do indivíduo.

Nesse sentido, esclarece Macedo (2005, p. 112) que a participação se classifica como forma:

[...] de intervenção da soberania popular nas tomadas de decisão das instâncias públicas do poder e ao exercício do controle político sobre as manifestações legislativas e as posturas judicativas e governamentais. Essas intervenções podem ser feitas através da iniciativa popular legislativa, da revogação de mandatos e do plebiscito, da eletividade e do impeachment de juízes leigos e togados, do referendo e do veto popular, entre outros mecanismos e modelos de controle e participação.

Uma vez assegurado pela constituição tal direito fundamental, é dever do Estado promover todos os meios para sua consolidação, seja por meio da Iniciativa Popular, Plebiscito, Referendo, Conselhos de Políticas Públicas ou através de outro instrumento capaz de propiciar a participação social na condução dos assuntos públicos.

O direito à participação popular na formulação das políticas públicas e no controle das ações do Estado está garantido na Constituição de 1988 e regulamentado em leis específicas, como a Lei Orgânica da Saúde (LOS), o

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o Estatuto das Cidades. Estas leis preveem instâncias de consulta e deliberação cidadãs, especialmente por meio de conselhos de políticas públicas nos três níveis do Executivo (Federal, Estadual e Municipal). (POLIS, 2008)

Não há dúvidas de que a participação popular enquanto direito fundamental não aborda questões ou interesses individuais, mas sim interesses comuns da sociedade. É o direito de participar das questões políticas, seja na resolução de problemas, na fiscalização ou na aplicação de recursos públicos.

A participação não é somente um instrumento para a solução de problema mas, sobretudo, uma necessidade fundamental do ser humano [...] A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo (BORDENAVE, 1994, p. 16).

Os direitos fundamentais são prescrições que espelham a ideia de dignidade da pessoa humana, seja

porque resguardam valores mínimos indispensáveis a uma vida digna, seja porque constituem um meio de defesa do indivíduo perante as ações do Estado.

Ademais, a participação popular deve ser entendida como um direito fundamental exatamente por permitir que o cidadão participe das políticas públicas ativamente e não só por meio de seus representantes eleitos.

Entretanto, quando se interpreta a Constituição Federal, percebe-se que esta apenas contempla em seu texto constitucional o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular como mecanismos de participação direta do cidadão. Todavia, a participação popular deve ser garantida de maneira mais ampla, permitindo a intervenção do cidadão nas instâncias de poder, por intermédio de ações conjuntas nos processos de decisão ou por meio do planejamento de ações de fiscalização, não se restringindo apenas às formas prescritas na Constituição Federal.

Desta forma, afirma Leonardo Ervatti (2017) em seu artigo que,

Constata-se que o direito de participação popular é uma garantia elencada na Constituição brasileira, seja em uma interpretação literal, conforme

consta no artigo 14 da CF/88, seja em uma interpretação sistemática mais abrangente, que garanta que a participação popular, em uma democracia, é direito fundamental capaz de equilibrar os níveis de representatividade e participação política no Estado, consequentemente, consolidando a soberania popular e a essência democrática de um governo do povo, pelo povo e para o povo.

A participação popular deve ser observada como pressuposto do Estado Democrático de Direito, posto que o cidadão, nesse sentido, participa ativamente de questões relacionadas aos interesses comuns da sociedade.

Nesse sentido, a sociedade deve pressionar o Estado para que criem novos mecanismos, para que amplie o alcance do controle social e a democratização do Estado na busca do interesse comum.

Falta ainda um maior reconhecimento de que o exercício do controle social é um direito de todos em uma sociedade verdadeiramente democrática.

Assim, a sociedade também desempenha papel importante quando realiza a cobrança aos agentes do Estado para que sejam garantidos todos os mecanismos de controle

social previstos na legislação vigente, bem como o acesso a informações de suma importância para a efetivação do controle social.

E Gilberto Nardi Fonseca (2003, p. 720) diz que

A participação popular enquanto princípio constitucional é aquela participação do cidadão sem interesse individual imediato, tendo como objetivo o interesse comum, ou seja, é o direito da participação política, de decidir junto, de compartilhar a administração, opinar sobre as prioridades e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos.

Portanto, o direito fundamental à participação se faz necessário para que haja o devido controle social das atividades da Administração, visando sempre diminuir das desigualdades e propiciar uma vida mais digna à sociedade.

4 Conclusão

É comum ouvirmos falar na importância da participação da sociedade no controle social das políticas públicas para a construção da democracia.

Na atualidade estão à disposição dos cidadãos diversos mecanismos de

participação que, ao menos formalmente, lhe garantem o pleno exercício da democracia.

A participação popular é um dos mecanismos utilizados como forma de reforçar a democracia. Só há participação popular efetiva quando existe democracia participativa, ou seja, quando definitivamente o cidadão pode apresentar, debater sobre assuntos, propostas, orçamentos, diretamente com o Estado.

A democracia é mais do que o direito ao voto, a um legislativo atuante, à liberdade de expressão, sendo também o direito a real inclusão do indivíduo na sociedade em que vive, com condições de vida digna, respeito aos direitos humanos e a possibilidade de atuação e transformação nessa comunidade.

Ademais, a participação popular é bem mais ampla do que somente eleger representantes, é a maneira de que tem o cidadão para atuar de forma direta na resolução de questões sociais. É o direito de o cidadão construir o próprio futuro e cooperar para o crescimento e desenvolvimento da sociedade em que se está inserido. Nessa esteira, a participação popular nos Conselhos de Políticas Públicas é fundamental para o respeito e a efetivação dos direitos fundamentais

da pessoa humana importando, em última análise, o aumento do valor epistêmico da democracia.

Os Conselhos de Políticas Públicas constituem espaços em que o cidadão e as instituições da democracia participativa e deliberativa, compostos por governo e sociedade, são capazes de estabelecer controle, monitoramento sobre as políticas públicas e realização dos direitos fundamentais.

Para tornar possível o controle social sobre as políticas públicas, é necessário que os representantes da sociedade tenham noção do seu papel na sociedade e assim visualizem a importância de ouvir os representados. É importante que os movimentos, associações, fóruns e outras entidades da sociedade civil sempre busquem informações e discutam as políticas públicas, programas, ações e o orçamento de um determinado setor para depois dialogar com o Estado. Assim, quando chegarem a uma discussão, possam estar com suas opiniões formadas.

O controle social é direito de todo cidadão em um Estado Democrático de Direito, visto que é prerrogativa garantida pela Constituição Federal, tendo como premissa participar da Administração Pública.

Nesse sentido, os Conselhos de Políticas Públicas são instrumentos transformadores da realidade social, pois além de apontar à Administração quais são as demandas da população, formalizam posicionamentos que norteiam a atuação da Administração Pública, assumindo então um caráter jurídico.

Além disso, as políticas públicas constituem mecanismos para efetivação dos Direitos Fundamentais. Ressalta-se ainda a obrigatoriedade da Administração pública em prover eficazmente essas políticas públicas, de modo a diminuir as desigualdades sociais e a exclusão de minorias.

Espera-se que a sociedade participe mais das decisões do Governo, que possa opinar, dar ideias, fiscalizar onde estão sendo aplicadas as finanças, quais parcelas da sociedade precisam mais de atenção, com o objetivo de criar um país mais justo e democrático.

O controle das políticas públicas deve ser tratado e exercido como um direito fundamental exatamente por permitir que o cidadão participe das políticas públicas ativamente e não só por meio de seus representantes eleitos, constituindo-se como mecanismo de defesa da sociedade perante as ações do Estado, resguardando seus

interesses mediante a apresentação de posicionamentos e objetivos.

Referências

AUBERT, Jean-François; OBER, Josiah. Democracia Direta. In: DARNTON, Robert; DUHAMEL, Olivier (Orgs.). Democracia. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BIM, Eduardo Fortunato. Audiências Públicas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

BONAVIDES, Paulo. Teoria Constitucional da Democracia Participativa: por um Direito Constitucional de luta e resistência, por uma Nova Hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade. São Paulo: Malheiros, 2001.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. O que é participação. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Composição do Conselho Nacional de Previdência – CNP. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/cnpscomp17.09.pdf>>. Acesso em: 01 Dez. 2017.

BRASIL. Coordenação do Conselho Nacional de Previdência Social – Relatório das atividades desde 2003. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/arquivos/ofice/3_081014-110806-260.pdf>. Acesso em: 01 Dez. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 01 Dez. 2017.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. A Participação popular na formação da vontade do Estado: um direito fundamental. In: GUERRA FILHO, Willis Santiago (Org.). Dos direitos humanos aos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

DIEGUES, Geraldo César. O controle social e participação nas políticas públicas: o caso dos conselhos gestores municipais. Revista Nau Social, Salvador, n. 6, v. 4, mai./out. 2013, p. 82-93.

ERVATTI, Leonardo. A participação popular como Direito Fundamental e forma de exercício da Cidadania. Disponível em: <<https://leoervatti.jusbrasil.com.br/artigos/407274183/a-participacao-popular-como-direito-fundamental-e-forma-de-exercicio-da-cidadania>>. Acesso em: 16 Fev. 2018.

FERRI, Caroline; OLIVEIRA, Mara de; STEDILE, Nilva Lúcia Rech. *Conselhos de Políticas Públicas*: espaços legítimos de participação social na defesa das políticas públicas. Revista da Faculdade Mineira de Direito, Belo Horizonte, n. 39, v. 20, out./abr. 2017, p. p. 61-90.

FONSECA, Gilberto Nardi. *A gestão democrática dos municípios*. Informativo de Direito Administrativo e Responsabilidade Fiscal, ano 2I, n. 20, p. 719-723, mar., 2003.

KOLODY, Andressa; LUIZ, Danuta Estrufika Cantoia; ROSA, Carla Bührer Salles. *Relações entre Estado e Sociedade Civil*: Reflexões sobre perspectivas democráticas. Revista Aurora, Marília, n. 8, ano V, ago. 2011, p. 34-48.

MACEDO, Dimas. *Reflexões sobre a Democracia Direta*. In: ROCHA, Fernando Luiz Ximenes; MORAES FILHO, Filomeno. Direito Constitucional contemporâneo: homenagem ao professor

Paulo Bonavides. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

OLIVEIRA, Waidd Francis de. *Constituição e Democracia Participativa: A questão dos orçamentos públicos e os conselhos de direitos e garantias*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2014.

PÓLIS - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais - n o 29 - Agosto/08. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1058/1058.pdf>>. Acesso em: 16 de Fev. 2018.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. *Teoria do Estado: do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito*. Barueri: Manole, 2013.

RUBIO, David Sánchez. *Encantos e Desencantos dos Direitos Humanos: de emancipações, libertações e dominações*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.

ELEMENTOS ANÍMICOS E O COMPORTAMENTO DO INDIVÍDUO: CONTRIBUIÇÕES LOGOSÓFICAS

Maurício da Cunha Savino Filó¹⁵
Beatriz de Farias Valsechi¹⁶

RESUMO

¹⁵ Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal de Santa Catarina (2018). Professor do Curso de Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Advogado. Endereço de e-mail: mauriciosavino@hotmail.com

¹⁶ Graduanda em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Graduanda em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Bolsista de PIC em Direito em 2019/2020 pela UNESC. Endereço de e-mail: beatriz.f.valsechi@gmail.com.

O presente trabalho é inovador, fruto do Programa de Iniciação Científica de 2019/2020 (PIC de 2019/2020), e vai mais além da dogmática jurídica: busca refletir sobre elementos que influenciam o comportamento social, que estão mais além daqueles visíveis e positivados, intrínsecos ao indivíduo. A problemática do trabalho é inédita: a Ciência Logosófica pode contribuir para a Ciência Jurídica? O trabalho se dividiu em dois capítulos: 1) O fenômeno jurídico e a subjetividade humana e 2) a influência dos elementos subjetivos dentro de uma perspectiva logosófica. Nesse sentido, conclui-se pela necessidade de se compreender como a subjetividade humana afeta o indivíduo dentro de uma sociedade, ao invés de ignorá-la e entender a pessoa como objeto. Portanto, a Logosofia pode ser entendida como uma ponte que conecta o intrínseco do ser humano com o Direito. O método de pesquisa utilizado foi o método dedutivo, em pesquisa teórica e qualitativa, com emprego de material bibliográfico e documental.

Palavras-chaves: Conflitos. Direitos Humanos. Elementos Subjetivos. Logosofia.

Abstract

The present work is innovative, fruit of the Scientific Initiation Program 2019/2020 (PIC of 2019/2020), and goes beyond legal dogmatics: seeks to reflect on elements that influence social behavior, which are beyond those visible and positive, intrinsic to the individual. The problem of the work is unprecedented: Can Logosophical Science contribute to Legal Science? The work was divided into two chapters: 1) The legal phenomenon and human subjectivity and 2) the influence of subjective elements within a logosophical perspective. In this sense, it is concluded by the need to understand how human subjectivity affects the individual within a society, instead of ignoring it and understanding the person as an object. Therefore, Logosophy can be understood as a bridge that connects

the intrinsic of the human being with the Law. The research method used was the deductive method, in theoretical and qualitative research, with the use of bibliographic and documentary material.

Key words: Conflicts. Human rights. Subjective elements. Logosophy.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é inovador, fruto de um Programa de Iniciação Científica (PIC 2019), que busca refletir sobre elementos que influenciam o comportamento social que, apesar de serem ignorados pela literatura jurídica, possuem relação com o Direito.

A importância deste artigo está em se propor novos temas para o direito, em tempos que a cultura jurídica demonstra estar em ampla decadência, não conseguindo dar respostas diretas e acertadas para a sociedade contemporânea. Conforme se depreende de Bittar (2020, P. 12-16), o intelectual possui um papel fundamental para a reestruturação de uma sociedade que exigirá, em breve, novos parâmetros para o Direito.

O trabalho possui o seguinte problema: quais contribuições a Ciência Logosófica pode dar à Ciência Jurídica?

Partindo da premissa de que a Logosofia é auxiliar das demais ciências¹⁷, o objetivo da pesquisa será verificar contribuições da Ciência Logosófica – que possui como objeto o ser humano em sua concepção anímica – para a Ciência Jurídica.

O trabalho será dividido em dois capítulos. Na primeira seção, refletir-se-á sobre o fenômeno jurídico e a subjetividade humana. Na segunda seção, o objetivo será verificar a os elementos subjetivos, ou anímicos, dentro de uma perspectiva logosófica.

O método de pesquisa utilizado será o método dedutivo, em pesquisa teórica e qualitativa, com emprego de material bibliográfico e documental.

5. 1. O FENÔMENO JURÍDICO E A SUBJETIVIDADE HUMANA

O ser humano, no esforço de superar seus estados primitivos, buscou uma forma de associação que desse a garantia de liberdade

¹⁷ Conforme González Pecotche (2011, p. 45) “[...] a Logosofia leva a ciência a todos os pontos e faz com que ela, sem comover os fundamentos de sua posição racionalista, contemple cada um dos movimentos volitivo-mentais do ser em sua relação íntima ou, se preferir, estreita, com os acontecimentos ou as coisas que tomam contato com ele no decorrer de sua vida. Ao dizer isso, quero significar que a Logosofia encarna uma ciência que é auxiliar de todas as demais, bem como de tudo quanto o entendimento humano possa compreender”.

individual. Pode-se entender este argumento como uma justificativa para a existência da Ordem Jurídica e Social.

Para Rosseau (p.24, 1757) é necessário buscar “[...] uma forma de associação que defenda e proteja de toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual, cada um, unindo-se a todos, não obedeça, portanto, senão a si mesmo, e permaneça tão livre como anteriormente. Tal é o problema fundamental cuja solução é dada pelo contrato social”.

O *contrato social* possibilitou o surgimento de constituições modernas, que passaram a ser utilizadas como forma de se manter a coesão social, o que ocorreria pelo respeito à *vontade geral*.

É notória a impossibilidade de conceituação exata do direito, por sua tamanha complexidade e grandeza, entretanto alguns autores se *arriscam* trazendo alguns conceitos que facilitam a compreensão, dentre eles podemos citar Edmond Picard (2004, p.195), para quem o direito sempre existiu, exercendo o seu papel perante a evolução das sociedades humanas, sendo possível reconhecer o direito onde quer que ele exista. O direito

nunca ficaria estagnado, estando sempre em constante evolução, pois:

O direito, como toda a Natureza física e intelectual, transforma-se sem cessar na realidade das suas manifestações concretas ou positivas. É essencialmente mutável e protéico, está constantemente em via de desfazer-se e de refazer-se, está num estado perpétuo de *devenir* (transformação incessante). Estende-se incessantemente como um pano enrolado no gigantesco cilindro do Destino. Lança incessantemente a sua força íntima no espaço em imagens sempre novas. É um fluxo ininterrupto de fenômenos passageiros substituídos por outros fenômenos. É o Processus jurídico realizando-se com a fatalidade lógica de uma coisa viva que emite as suas criações. (PICARD, 2004, p.195)

Nessa perspectiva, o direito tem como base quatro elementos, sendo eles o Sujeito, o Objeto, a Relação e a Coação; portanto, ao analisar os conceitos apresentados é possível perceber que a mutabilidade do direito está intimamente ligada com o fato de que esse, é composto por pessoas,

tendo como base o ser humano, e passível de mudanças e sujeito a evolução psicossocial.

Como o ser humano é a base do direito, é natural que haja conflitos e dissabores entre o convívio de pessoas que se encontram em diferentes contextos sociais, e, portanto, é indispensável o papel do direito para regular a vida humana, mantendo a coesão social. Entretanto, o direito não se limita apenas a normatizar. Como bem percebido por Picard, o direito está em constante mudança e pode ser observado em toda vida humana, sendo assim, a conciliação, que está presente nas relações interpessoais, também está presente no direito.

Atualmente, alguns doutrinadores e juristas afirmam que vivemos em uma “crise da litigância”, talvez fruto do que se verifica ao longo da história: o incentivo constante às disputas judiciais, numa cultura de ganhar ou perder¹⁸.

¹⁸ Para Dora Fried Schnitman (1999, p. 17): “Nossa cultura privilegiou o paradigma ganhar-perder, que funciona como uma lógica determinista binária, na qual a disjunção e a simplificação limitam as opções possíveis. A discussão e o litígio – como métodos para resolver diferenças – dão origem a disputas nas quais usualmente uma parte termina ganhadora, e outra, perdedora. Essa forma de colocar as diferenças empobrece o espectro de soluções possíveis, dificulta a relação entre as pessoas envolvidas e gera custos econômicos, afetivos e relacionais”.

O novo paradigma¹⁹ processual, consolidado pelo Código de Processo Civil de 2015 (CPC), trouxe a conciliação e a cooperação como pilares do direito formal, exigindo da União, dos Estados Membros, do Distrito Federal e dos Municípios, a criação de câmaras de mediação e de conciliação, objetivando a resolução consensual de conflitos. Ainda, o CPC 2015 incentiva a a realização da audiência de autocomposição, com destinação de uma seção específica para tratar sobre os Conciliadores e Mediadores judiciais, trazendo no seu artigo 334 a parte procedimental da audiência de Conciliação e Mediação. Por fim, incentivando a conciliação entre as partes, possibilitou a homologação de acordo extrajudicial de qualquer natureza, bem como a inclusão de matéria estranha ao objeto litigioso no processo quando se tratar de acordo judicial

O direito ao assumir um papel *conciliatório*, passou a se preocupar com a desmedida litigância, tida como fator essencial para a resolução de conflitos, pois o modelo anterior de processo se revelou inadequado para dar à população respostas

¹⁹ Adota-se a concepção de Kuhn (2013) para se tratar de paradigma como uma imposição ao raciocínio do cientista, que será adianta aprofundada.

humanísticas e éticas (Figueiredo Filho e Mouzalas, 2016, p. 51). A inovação do Código de Processo Civil de 2015 foi o paradigma intrínseco ao princípio da cooperação, em consonância com a constituição, para haver uma prestação jurisdicional que forneça uma decisão justa e efetiva (THEODORO JR., 2016, p. 25; MANDELLI; CHAVES, 2012, p. 16).

Para alguns filósofos, apesar das inúmeras diferenças que cercam uma sociedade, o ser humano, independente da cultura e região que viveu, teve sempre alguns elementos em comum, entre eles estão: a) a busca da compreensão de si e do mundo que o rodeia; b) e a necessidade de relacionar-se com outros seres humanos. Esses dois pilares sustentam até hoje a vida do ser humano.

Hoje é possível compreender como a relação familiar ou a falta dela interfere diretamente na forma de pensar e no comportamento do indivíduo, sendo o primeiro lugar no qual esse aprende sobre princípios morais e comportamentais.

Para Clóvis de Barros Filho (2016, p.51), “[...] a criança começa a se definir repetindo os atributos que lhe são conferidos por aqueles com quem ela se relaciona. E a partir daí,

ela ganha autonomia, arregimenta, reorganiza, justapõe, articula de maneira que construa o discurso mais legítimo possível sobre si mesma”. Ou seja, dependendo da forma de criação dos filhos, torna-os suscetíveis a certos tipos de pensamentos, nem sempre positivos, podendo levar essa forma de pensar de geração a geração. Como em tese, os filhos se espelham nas atitudes e opiniões dos pais, esses tendem a agir e pensarem da mesma forma, aqueles que ousam em sair da bolha que foram criados, acabam tendo que passar por um amplo processo de desconstrução.

Portanto, o seio familiar é o primeiro ambiente em que o ser humano desenvolve suas percepções sobre si e sobre a sociedade na qual está inserida, e é o primeiro lugar em que cria vínculos de afeto com outros seres, independentemente de sua escolha.

Esses dois pilares, que estão presentes na base da existência humana, influenciam diretamente em como o indivíduo se porta na sociedade e em como ele lida com questões sociais, econômicas e políticas.

Nesse sentido, para compreender os comportamentos sociais e políticos de uma determinada

sociedade, é preciso uma compreensão clara da base que a sustenta: o próprio ser humano. Sem o ser humano, não há comunidade, não há sociedade, não há estado e não há direito.

Portanto, primeiro deve-se esclarecer algumas questões sobre o ser humano.

Para Sócrates, a essência do homem é a alma, que por sua vez é a consciência de si como personalidade intelectual e moral. A aceitação da sua ignorância, segundo Sócrates, é o que faz o homem buscar conhecimento e elaborar suas ideias e conceitos. Deste modo, o ser humano é um ser com uma consciência própria, que através de um exame profundo de autoconhecimento, desenvolve a sua personalidade intelectual e moral.

Partindo do princípio que o ser humano possui uma consciência própria, ele por sua vez, deve desenvolvê-la através de uma sequência de pensamentos e informações que recebe. No Discurso do Método, Descartes questionava quanto a existência da realidade, que só existia por que havia alguém para observá-la e interpretá-la com seus sentidos. Contudo, com esse raciocínio conseguiu chegar conclusão

da própria existência humana, quando explica que:

Enquanto eu me esforçava em pensar que tudo era falso, era necessário admitir que eu, que pensava, era alguma coisa; e notando que essa verdade- **eu penso, logo existo**- era tão certa e tão firme que todas as mais extravagantes suposições dos céticos não poderiam abalar, julguei que poderia aceitá-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da Filosofia que procurava.
(Descartes, 1996, p. 38)

Verifica-se na base da filosofia cartesiana a dúvida sobre a existência humana, como necessária para sua comprovação, sendo que, conseqüentemente, o ser humano deve pensar. Se possui consciência própria, possui pensamentos carregados de peculiaridades individuais. Conseqüentemente, o ser humano com sua própria consciência, com seus próprios pensamentos e com a necessidade de relacionar-se com outras pessoas é que constitui base de uma sociedade. Entretanto, essas diferentes formas de se pensar, geram conflitos quando unidas com outros indivíduos.

Como visto anteriormente, o primeiro passo para desenvolvimento dos pensamentos é através da família, que em conjunto com as experiências vividas e suas próprias conclusões acabam determinando como o indivíduo se porta perante o meio em que vive.

Podemos perceber então que o ser humano é influenciado por elementos subjetivos, sendo que o próprio convívio social acaba gerando aspectos que atingem a forma de percepção do indivíduo, como a raiva, inveja, medo, angustia, prazer, felicidade, entre outros. Esses elementos subjetivos, não são palpáveis, e não são totalmente possíveis de se explicar através de uma lógica racional, mas exercem influência direta sobre o indivíduo.

Os elementos subjetivos estão presentes de forma invisível e intocável, e por serem dessa forma, são ignorados quanto a sua existência. Por isso, essa ignorância torna-se um risco quando não percebemos de que forma esses elementos estão influenciando de maneira negativa o convívio social. Para Beccaria (p.129, 1999):

Assim como as
constantes e
simplicísimas leis

da natureza não impedem que os planetas se perturbem em seus movimentos assim também, nas atrações infinitas e muito contrárias do prazer e da dor, as leis humanas não podem impedir as perturbações e a desordem.

Sendo assim, o ser humano é passível de pensamentos que influenciam a sua conduta de forma negativa perante a sociedade, ainda que esse esteja regido por leis de direito que regulam o comportamento humano.

Ainda, José Francisco Botelho (2015, p.240) reflete sobre a percepção de Kant quanto ao sentido humano, chegando à conclusão de que as pessoas são dotadas de subjetividade, razão e livre-arbítrio, conferindo a cada uma delas um sentido incomensurável. Parafraseando Roger Scruton (1944), em sua obra *The Soul of the World*, ele afirma que:

Interpretar as coisas de forma objetiva é algo essencial ao conhecimento lúcido. Mas, argumenta Scruton, deve haver um limite para a tendência moderna em despersonalizar o mundo. Podemos concordar com essa ideia, ou discordar

dela; mas, antes, tentemos entendê-la perfeitamente. Pense em um sorriso. Faça agora aquela pergunta metafísica: “o que é isso?”. Se eu encarar um sorriso como apenas um objeto em um mundo de objetos, deverei responder: é um movimento de músculos em um rosto. Minha inclinação pessoal, no entanto, é explicar esse fenômeno por meio de um sentido humano. Nesse caso, o sorriso pode ser uma expressão de afeto, alegria, enternecimento, prazer, sarcasmo, ou até desalento. Talvez o sorriso seja uma combinação dessas coisas; talvez seja algo indefinível à primeira vista. As possibilidades são inumeráveis. Mas todas dependem do ponto de vista: se eu acredito, de fato, que estou vendo apenas um espasmo muscular, aqueles possíveis sentidos humanos esvaziam.

A interpretação meramente objetiva pode não transparecer a complexidade do que se observa, sendo que a objetivação do conhecimento é um movimento que leva a simplificação da pessoa, que passa a ser vista como um objeto, ignorando-se sua essência.

Para Brandão & Crema (1991, p.57), “o polo subjetivo foi

sistematicamente afastado da observação científica, vendo-se apenas o que poderia atrapalhar a observação e não o que poderia contribuir para ela”. Com Morin (2006, p. 114), que retoma a ideia de paradigma *reinante* de Kuhn (2013), verifica-se que o paradigma *o grande paradigma do Ocidente*, seleciona a forma válida de se raciocinar sobre o fenômeno jurídico ocidental, impedindo quaisquer outras formas de pensamento²⁰.

Os movimentos racionalistas que acabaram auxiliando para que isso acontecesse, foram de extrema importância para romper os abusos causados pelas ideologias absolutistas religiosas pertinentes da época²¹, entretanto, essa linha absolutamente racional, acabou ignorando completamente a existência da subjetividade inerente ao indivíduo, impossibilitando uma compreensão mais profunda do ser humano.

²⁰ Cf. Morin (2006, p. 114): [...] é preciso estar consciente do problema do paradigma. Um paradigma impera sobre as mentes porque instituiu os conceitos soberanos e sua lógica (disjunção, conjunção, implicação), que governam, ocultamente, as concepções e as teorias científicas, realizadas sob seu império”.

²¹ O que Chevallier (1996, p. 353 e 362) denomina a luta do *espírito contra o Leviatã*.

2. A INFLUÊNCIA DOS ELEMENTOS SUBJETIVOS DENTRO DE UMA PERSPECTIVA LOGOSÓFICA

Em tempos de crise do Direito (uma crise que vem se agravando continuamente), tornou-se habitual se cogitar sobre elementos que não são tidos em conta pela doutrina jurídica tradicional. No caso do Brasil, cada vez mais se defende uma revisão profunda do Direito e das práticas políticas, a partir de produções intelectuais realizadas essencialmente – e, talvez, necessariamente – por pensadores da América Latina²².

Neste cenário, surge a Logosofia, apresentada como uma ciência que propõe o autoconhecimento, e conduz a valorização da vida humana através de um amplo processo de evolução consciente.²³

²² Conforme Wolkmer (2015a, p. 25), as formas de saber e racionalidade que estão adotadas no mundo, alicerçadas no que se tem como verdades teológicas, metafísicas e racionais, “[...] não conseguem mais responder inteiramente às inquietações e às necessidades do presente estágio de desenvolvimento da modernidade humana. Os modelos culturais, normativos e instrumentais que fundamentaram o mundo da vida, a organização social e os critérios de cientificidade tornaram-se insatisfatórios e limitados. **A crescente descrença em modelos filosóficos e científicos que não oferecem mais diretrizes e normas seguras abre espaço para se repensarem padrões alternativos de fundamentação**” (grifos nossos).

²³ De acordo com González Pecotche (2013, p.17): “A Logosofia é uma ciência nova e concludente, que revela conhecimentos de natureza

É conhecida, principalmente, pelas obras de seu autor, o do pensador humanista Carlos Bernardo González Pecotche, que adotou o pseudônimo de Raumsol para registrar muitas de suas publicações.

González Pecotche (2009, p. 9) defendia que a cultura vigente (ocidental e oriental) estava em inevitável decadência porque falhava pela base. Uma das causas desta falha seria a incapacidade de se ensinar o ser humano a conhecer a si mesmo, apesar de se mencionar a importância de tal conhecimento²⁴.

Infere-se que a mudança de comportamento em uma sociedade depende de vários fatores, principalmente pela substituição de

transcendente e concede ao espírito humano a prerrogativa, até hoje negada, de reinar na vida do ser que anima. Conduz o homem ao conhecimento de si mesmo, de Deus, do Universo e de suas leis eternas. No que diz respeito ao estudo discernente dos problemas que ela expõe e das soluções que oferece, assim como aos processos e orientações que prescreve e à realização dos ensinamentos que a fundamentam, deverá tudo isso cumprir-se à semelhança do que ocorre nas outras ciências, no sentido da adaptação ao método e às disciplinas que regem e ordenam toda atividade”.

²⁴ Cf. González Pecotche (2013, p. 33): “Como ponto inicial para a consumação de tão alto objetivo, a Logosofia ilustra a inteligência acerca da conformação mental-psicológica que habilita o ser humano para satisfazer o desiderato – tantas vezes mencionado e jamais alcançado – de conhecer-se a si mesmo. Precisamente nesse conhecimento se condensa a ciência do aperfeiçoamento, desde o instante em que o homem, enfrentando-se com as partes perfectíveis do ente moral e psicológico que configura seu ser físico e espiritual, dispõe-se a superá-las”.

pensamentos inadequados e de crenças estéreis, que fomentam hábitos negativos. Isto porque o ser humano não sendo consciente, na maior parte do dia, ao que ocorre dentro e fora de si mesmo, se distrai com facilidade, bem como ignora que além da instrução que recebe nas instituições educacionais, existem certos tipos de conhecimentos que devem ser buscados fora delas (GONZÁLEZ PECOTCHE, 2013).

A Logosofia se apresenta como uma ciência que possibilita a compreensão do ser humano, por meio de um método original de estudos e aplicações à própria vida. A evolução consciente se faz por um processo de superação que seus preceitos estabelecem, a fim de que os interessados possam alcançar amplas prerrogativas:

Não veio esta ciência para ensinar o que se sabe, mas sim o que se ignora; tampouco veio indicar o caminho do aperfeiçoamento a quem já o tenha percorrido, nem proporcionar a felicidade aos que já a desfrutam. Feita essa ressalva, este livro poderá ser lido sem prevenções, porque cada qual saberá, diante dos novos conceitos e afirmações, colocar-

se no lugar da escala hierárquica que a seu juízo lhe corresponda por sua evolução, sem se considerar incluído entre os que, caracterizando estados mentais e psicológicos determinados, tomamos para referência e estudo nesta obra. (GONZÁLEZ PECOTCHE, 2013b, p.10).

Dentro do estudo logosófico, a concepção de pensamentos adquire grande importância, a fim de que o ser humano perceba o que lhe influencia, bem como seja capaz de criar pensamentos que serão utilizados para seu desenvolvimento.

A evolução inicia-se na mente; contudo, é na prática diária que se exercitam os conhecimentos adquiridos e se verificam os resultados, motivo pelo qual o processo de evolução consciente deve ser constante, tendo em vista que o método logosófico é tido como *fonte de diretrizes e conselhos que cumpre com acerto sua função em todos aqueles que o aplicam com boa disposição e espírito de estudo e superação.*

Para facilitar esse processo, González Pecotche afirma sobre a importância de se ter um “pensamento

autoridade”, sendo ele “o representante direto da consciência e o que, encarnado as aspirações e decisões do ser, manterá a ordem, apesar das argumentações da dúvida, da impaciência e da resistência dos velhos hábitos [...]”.

Para a Logosofia, portanto, é inegável a existência de elementos subjetivos que influenciam o ser humano, por isso a necessidade de percebê-los e identificá-los.

A exemplo tem-se um pensamento, como a Desobediência, que para González Pecotche (2012, p.68/69) “ocorre porque não se ensina à criança as razões pelas quais deve obedecer e os benefícios que tal atitude oferece à vida[...]”, sendo considerada portanto uma deficiência humana. A antideficiência para esse pensamento é a obediência, que está condicionada a princípios de disciplina e de bem, proporcionando o “acatamento inteligente do indivíduo a normas, regras, deveres e leis contribui para estabilizar a harmonia dentro da convivência humana”.

Ou seja, um pensamento negativo, uma deficiência psicológica, quando não remediada, pode fazer com que o indivíduo cometa ações que prejudicam a coesão social, bem como infrinjam normas legais. Portanto, a

observação do que se passa no mundo interno facilita a compreensão de todo o relacionado com os aspectos do seu entorno, levando a uma convivência mais consciente, pelo respeito às normas estabelecidas.

A dificuldade da evolução consciente proposta, para González Pecotche (2011, p.46), está relacionada a uma milenar submissão, ideias e crenças que só serviram para endurecer os sentimentos humanos e imobilizar certas zonas de sua mente:

O homem requer uma capacitação técnica no campo dos problemas transcendentais, que facilite o caminho de suas aspirações, que o previna dos perigos do acaso ou da insuficiência de seus conhecimentos pessoais, limitados ou circunscritos sempre a determinada esfera de ação. É necessário que conheça a fundo ou, pelo menos, a título de informação em caráter preventivo, o complexo da psicologia humana, tal como a Logosofia determinou ao atribuir ao sistema mental o papel mais importante de toda sua conformação psicofísica e espiritual. Assim, começará por conhecer como

atuam e reagem os pensamentos e como deve prevenir-se e estabelecer as defesas mentais para preservar sua vida moral e ampliar suas possibilidades intelectuais.

Ou seja, o autoconhecimento auxilia na compreensão dos pensamentos que o ser humano está sujeito a enfrentar.²⁵ Essa compreensão dos elementos subjetivos, influencia positivamente em uma coletividade. Pois uma sociedade que possui indivíduos que entendem de si, e buscam entender seus vizinhos, conseqüentemente almejam a resolução de e problemas e conflitos pertinentes ao convívio social.

O direito, apesar de dispor e regular a atividade humana, encontra uma barreira até hoje inalcançável: o intrínseco do indivíduo. Apesar de poder restringir a liberdade do corpo humano, não consegue alcançar elementos internos dele. Ou seja, os elementos subjetivos do ser humano,

²⁵ Conforme explica Pecotche, (2013, p.33), como ponto inicial para a consumação de tão alto objetivo, a Logosofia ilustra a inteligência acerca da conformação mental-psicológica que habilita o ser humano para satisfazer o desiderato – tantas vezes mencionado e jamais alcançado – de conhecer-se a si mesmo. Precisamente nesse conhecimento se condensa a ciência do aperfeiçoamento, desde o instante em que o homem, enfrentando-se com as partes perfectíveis do ente moral e psicológico que configura seu ser físico e espiritual, dispõe-se a superá-las.

afetam na forma como o indivíduo se porta perante uma sociedade e na forma como esse obedece o ordenamento jurídico no qual está inserido, mas, não são percebidos de forma eficaz pelo direito.

3. CONCLUSÕES

É perceptível que os elementos subjetivos estão presentes na relação do indivíduo para com a sociedade, exercendo influência da base até o topo, mas passando despercebido pelo próprio ordenamento jurídico estatal.

A complexidade dos elementos anímicos que compõe o ser humano, como o sistema mental, é um tema descartado pelo Direito; não obstante, sua inclusão nesse meio revela-se necessária, pois parece lógico que soluções jurídicas não devem estar desconectadas de seu maior interessado.

Dessa forma, verifica-se que o conhecimento de si mesmo e o aperfeiçoamento integral do ser humano podem fazer parte de soluções que se buscam para problemas que afetam o Estado e a Sociedade.

Por fim, considerando ser este um artigo introdutório e reflexivo sobre a relevância jurídica de elementos subjetivos do ser humano, pelo viés da Ciência Logosófica, constata-se que novos estudos devem ser realizados sobre esta temática, pois há um verdadeiro espaço ainda inexplorado.

REFERÊNCIAS

- BARROS FILHO, Clóvis de. *Felicidade ou Morte*: Campinas: Papirus 7 Mares, 2016.
- BECCARIA, Cesare. *Dos Delitos e das Penas*. [tradução J. Cretella Jr e Agnes Cretella I]. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais 1999.
- BITTAR, Eduardo C. B. (2020). O papel dos intelectuais numa era de turbulências. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*. Bauru, v. 8, n. 2, p. 13-26, jul./dez., 2020. (15)
- BOTELHO, José Francisco. *Uma breve história da filosofia*: São Paulo: Abril, 2015.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques. *As grandes obras políticas*: de Maquiavel a nossos dias. Tradução de Lydia Christina. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1966
- DESCARTES, René. *Discurso do método*. [tradução de Maria Ermantina Galvão]. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- GONZÁLEZ PECOTCHE, Carlos Bernardo (Raumsol). *Curso de Iniciação Logosófica* - [tradução de filiados da Fundação Logosófica do Brasil]. 18. ed: São Paulo: Editora Logosófica, 2009.
- GONZÁLEZ PECOTCHE, Carlos Bernardo (Raumsol). *Introdução ao conhecimento logosófico* [tradução de filiados da Fundação Logosófica do Brasil] – 3. ed. -- São Paulo : Logosófica, 2011.
- GONZÁLEZ PECOTCHE, Carlos Bernardo (Raumsol). *Deficiências e Propensões do Ser Humano*. [traduzido do espanhol por Filiados da Fundação Logosófica; revisão da tradução José Miranda de Oliveira] – 13. ed. -- São Paulo : Logosófica, 2012.
- GONZÁLEZ PECOTCHE, Carlos Bernardo (Raumsol). *Logosofia Ciência e Método*. [tradução de filiados da Fundação Logosófica do Brasil] – 12. ed. – São Paulo: Logosófica, 2013.
- GONZÁLEZ PECOTCHE, Carlos Bernardo. *O Mecanismo da vida consciente*. [tradução de filiados da Fundação Logosófica do Brasil] – 15. ed. – São Paulo: Logosófica, 2013b.
- KUHN. Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- MANDELLI, Alexandre Grandi; CHAVES, Christian Frau Obrador. *O dever de colaboração (entre e das partes) no processo civil constitucional e a efetiva prestação da tutela jurisdicional executiva: o dever fundamental do executado de nomear bens passíveis de penhora*. *Revista da PGFN*, 2012. Disponível em: <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br/revista-pgfn/ano-i-numero-iii-2012/I%207%20dever%20de%20colaboracao.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2019.
- MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita*: repensar e reformar o pensamento. Edição revista e modificada

pelo autor. Tradução de Eloá Jacobina. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ROUSSEAU. Jean Jacques. *Do contrato Social*. Trad. Rolando Roque da Silva. Edição eletrônica, Ed. Ridendo Castigat Mores. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/contrato.pdf>>. Acesso em 30 de Janeiro de 2020.

SCHNITMAN, Dora Fried. **Novos paradigmas em resolução de conflitos**. In: SCHNITMAN, Dora Fried; LITTLEJOHN, Stephen (Org.). *Novos paradigmas em mediação*. Porto Alegre: ArtMed, p. 17-27, 1999

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil – Teoria Geral do Direito Processual Civil, Processo de Conhecimento e Procedimento Comum – volume 1*. 57. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.

INCLUSÃO E EXCLUSÃO NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS PARA A PSICOLOGIA

Raquel Cabral de Mesquita²⁶
Maria Auxiliadora de Souza²⁷
Cândida Rosa da Silva³

RESUMO

A Inclusão Educacional é tema enfatizado nas discussões sobre a educação atual,

²⁶ Professora do curso de Psicologia da FANS; Doutora em Educação e Inclusão Social pela FAE/UFMG.

²⁷ Professora do curso de Psicologia e Pedagogia da FANS; Graduada em Psicologia pela UFMG; Especialista em Gestão de Pessoas.

³ Coordenadora e Professora do Curso de Psicologia da FANS; Mestre em Desenvolvimento Regional pela FUNEDI/UEMG.

mesmo sendo há muito tempo idealizada na perspectiva da “Educação para todos”. Entretanto, referindo-se a psicologia educacional e sua história, evidencia-se que, tanto na atualidade como em outros tempos, os propósitos e métodos que visavam a inclusão reverteram em processos excludentes e segregativos. Neste campo paradoxal encontra-se o compromisso e o desafio do psicólogo, o que permite reconhecer que a sua atuação jamais é neutra, essa responde a demandas do contexto sócio-político que se está inserido, o que exige uma reflexão constante sobre nossa prática psicológica, visando a superação de princípios que pedem retificação na vivência da diversidade e na mudança de mentalidades para efetivação da inclusão.

**PALAVRAS-CHAVE: INCLUSÃO.
PSICOLOGIA. EDUCAÇÃO.**

ABSTRACT

Educational Inclusion is a theme emphasized in discussions about current education, even though it has long been idealized in the perspective of "Education for all". However, referring to educational psychology and its history, it is evident that, both now and in the past, the purposes and methods aimed at inclusion have reverted to exclusionary and segregative processes. In this paradoxical field we find the commitment and the challenge of the psychologist, which

allows us to recognize that its performance is never neutral, it responds to the demands of the socio-political context that is inserted, which requires a constant reflection on our psychological practice, aiming at overcoming principles that call for rectification in the experience of diversity and in the change of mentalities to achieve inclusion.

KEY WORDS: INCLUSION. PSYCHOLOGY. EDUCATION.

1. Introdução

A inclusão educacional refere-se, numa perspectiva política e ideológica, ao cumprimento do direito de educação para todos. O movimento de inclusão educacional ganhou ênfase e estatuto nas últimas décadas do século XX, uma vez que encontros internacionais – como a “Conferência Mundial sobre Educação para todos”, em 1990, na Tailândia, e a “Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, em 1994, na Espanha que culminou na reconhecida “Declaração de Salamanca” – afirmaram e confirmaram ideais educacionais a serem alcançados. Entretanto, se o tema inclusão se mostra como um problema contemporâneo, ele também aparece

como problemática remota e incessante nas relações humanas estabelecidas na educação e na sociedade. Esse tema se manifesta, nos percursos e construções humanas, numa coexistência constante, no qual, mecanismos de inclusão e de exclusão aparecem simultaneamente nas mesmas experiências. Essa contradição não cessa de se evidenciar como problema escolar e social (MESQUITA, 2017).

Na atualidade a inclusão se torna lei e direito comum, se manifesta respaldada por legislações²⁸ e projetos governamentais que objetivam a instauração de um novo paradigma de cidadania e de convivência com a diversidade.

Primeiramente, é preciso evidenciar que estamos diante de um direito resguardado em várias legislações, o direito à Educação, e o movimento de inclusão na educação, não é um movimento da Educação

²⁸ Constituição da República Federativa do Brasil (1988); Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, (1990); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); Decreto nº 3298/99 que regulamenta a Lei 7853/89; Lei nº 10.098/00; Lei nº 10.048/00; Resolução CNE/CEB nº 02/2001; Resolução CNE/CEB nº 04/2009; Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (2006); Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (2008); Estatuto da pessoa com deficiência (2016).

Especial, mas sim, da “Educação para todos”, todos tem direito à educação, pessoas com deficiência ou não. A inclusão educacional que referimos não se limita a oportunidade de acesso das crianças com deficiências à escola

O acesso à escola é condição primeira de inclusão, mas, também, acreditamos que somente o acesso não é suficiente e, contrariamente, ao propósito de inclusão pode gerar exclusão. Considerando que o acesso ao espaço escolar não corresponde necessariamente acesso à educação, percebe-se no momento atual que os maiores problemas referente à inclusão, não se situam na falta de acesso à escola, pois aos poucos os alunos têm conquistado esse acesso, entretanto, isto não garante a educação para todos, estando alguns alunos ainda excluídos dos processos educacionais. Há sempre um número de alunos que mesmo com todo esforço político ou legal não são abarcados por uma educação de qualidade, ficando assim, a margem dos processos de aprendizagem e/ou convivência, tornando-se casos enigmáticos ou problemáticos no contexto escolar (MESQUITA, 2017).

Ao pensarmos na atuação da psicologia e remetermos a história da

comum, trata-se da perspectiva de “educação para todos”, o que mobiliza questões sobre quem seria os alunos da inclusão e sobre a possibilidade de uma escola sem exclusão (MESQUITA, 2017).

psicologia na educação percebe-se que os mesmos propósitos e métodos inovadores e bem intencionados em favor da inclusão são criticados no futuro por seus resultados segregativos e excludentes (LORENÇO, 2000). Exemplos disto, são os desdobramentos dos trabalhos de Binet e, particularmente, no Brasil e em Minas, o consagrado trabalho de Helena Antipoff.

2. Um pouco de história da psicologia na educação e o processo de inclusão/exclusão escolar.

O início do século XX é marcado pela intenção dos Estados de estender a educação a todos os cidadãos, visando a democratização do espaço escolar, através da expansão dos modernos sistemas de ensino em massa, paradoxalmente, também, evidenciam-se as oposições a esse propósito, pelo temor dos efeitos que poderiam ser causados pela instrução de operários e camponeses (ESTEVE, 2004). É

neste cenário que a psicologia é convocada pelas lideranças dos Estados a contribuir no planejamento e na gestão dos sistemas de ensino ampliados e prevenir os distúrbios mentais e desvios psicossociais provocados pelas intensas mudanças culturais que experimentavam as modernas sociedades urbano-industriais (CAMPOS, 2003).

O momento histórico é reconhecido pela saída da psicologia de espaços de pesquisa em laboratórios e hospitais psiquiátricos para seus primeiros ensaios de aplicação na solução de problemas sociais e educacionais, essa empreitada, especialmente no Brasil, traz reconhecimento a dois movimentos, um na educação e outro na medicina, respectivamente, o Movimento Escola Nova e o Movimento de Higiene Mental (CAMPOS, 2003).

Desde modo, na busca de resoluções para ideais educacionais, o governo francês convoca Binet, um dos fundadores da psicologia diferencial e autor da primeira escala métrica da inteligência para crianças, que constituiu o conceito de “idade mental” que levaria a separação dos

escolares por níveis mentais com objetivo de nivelamento educacional.

Segundo Patto (2010, p.64), as aptidões dos escolares, pensadas como diferenças individuais naturais a serem mensuradas, passam a responder dois problemas na educação: “de um lado, a necessidade de explicar as diferenças de rendimento da clientela escolar; de outro, a de justificar o acesso desigual desta clientela aos graus escolares mais avançados.”

O uso da psicometria, como prática psicológica do início do século XX e como desdobramento do trabalho de Binet e da psicologia diferencial, foi enormemente criticado, por proceder reconhecendo mais o valor científico e neutro do instrumento, que a história social e a subjetividade do sujeito que realiza o teste. Essas críticas são frutos de um movimento reflexivo dentro da própria psicologia educacional, que por volta da década de 1980, tendo Maria Helena Souza Patto como uma das principais representantes, apela para que questões socioculturais no contexto educativo não fossem traduzidas na linguagem do déficit cognitivo ou linguístico, levando a patologização desta nova clientela incluída na escola

a partir dos propósitos de democratização da educação.

As críticas focalizavam, especialmente, o desconhecimento, por parte dos psicólogos, dos efeitos sociopolíticos das classificações e diagnósticos por eles realizados; a falta de sensibilidade dos instrumentos de medida psicológica a questões socioculturais; e, finalmente, o prejuízo objetivo que a aplicação desses instrumentos vinha causando a grupos e estratos sociais culturalmente marginalizados ou oprimidos (CAMPOS, 1996, p.139).

Assim, como Binet foi chamado a responder a uma demanda educacional e social utilizando-se da psicologia, particularmente, da psicometria; também Helena Antipoff, em 1929, chega a Minas Gerais, a convite do governo mineiro, com toda sua intensão de inclusão, entretanto, os propósitos e os métodos que utilizava, antes considerados inovadores, foram criticados no futuro por constituírem resultados segregativos.

Lourenço (2000) exemplifica essa observação referindo-se aos trabalhos da psicóloga e educadora

Helena Antipoff que foram criticados por terem como consequências práticas a segregação e a exclusão das crianças excepcionais dos sistemas públicos de ensino.

Entretanto, segundo Lourenço (2000), esses trabalhos de Antipoff traziam firmes propósitos de inclusão, pautados em ideais inovadores de sua época. Tanto a atuação de Helena Antipoff, na década de 1930, em favor das classes especiais nas escolas públicas de Minas Gerais, como depois de 1940, na educação dos excepcionais na Fazenda do Rosário, visavam a inserção na educação e na sociedade daqueles excluídos por suas diferenças.

Helena Antipoff, em respeito à política educacional do momento, ao se deparar com um grande contingente de crianças com os mais diversos graus e tipos de necessidades especiais, deixadas à parte da educação em classes comuns, propõe as classes especiais. O ideal de classes homogêneas previa uma educação “orientada por interesses individuais e sob medida para melhor desenvolvimento das capacidades dos alunos”. Além desse ideal das classes especiais, Antipoff “ênfatizou a necessidade de turmas

pequenas, de um ensino individualizado, de um ambiente adequado, com material didático disponível e professoras bem preparadas” (LORENÇO, 2000, p. 25-26). É importante recordar que ainda hoje, visando uma educação inclusiva, se propõe esses mesmos recursos.

Foi diante da ideia de uma escola pública para todas as crianças, que atendesse as diferenças para o máximo de desenvolvimento, em contraposição à ideia de excepcionalidade como desvio da normalidade, que deveria ser sanado para obtenção de padrões de normalização, que as classes especiais foram se tornando mais um reduto de exclusão de alunos diferentes. A partir desse momento, junto à percepção de que a escola pública pouco estava fazendo pela infância excepcional, Helena Antipoff foi deslocando a ênfase de sua atuação das intervenções e prevenção da excepcionalidade no indivíduo para intervenções no meio físico e social em que a criança se encontrava inserida, culminando na proposta da Fazenda do Rosário. Assim, em 1940, “foi aberta na Fazenda do Rosário uma escola, com vagas para crianças e adolescentes excepcionais que não

conseguiam se adaptar às escolas públicas ou por elas ser aceitos” (LORENÇO, 2000, p. 27).

Para além das práticas variadas de atendimento e preparação para inclusão social dos alunos excepcionais oferecidas pela Fazenda do Rosário, essa instituição permaneceu sendo criticada por sua localização no meio rural e pelas dificuldades do processo de reinserção social (LOURENÇO, 2000).

Diante dessa história, Lourenço (2000) chama à reflexão sobre as práticas direcionadas à educação estarem sujeitas às influências do pensamento de seu tempo, sendo que seus resultados podem se mostrar ou ser interpretados de maneira bastante diferente daquela que foi proposta. A autora ainda adverte que o temor de gerar exclusão na intenção de incluir não deve levar à paralisação, mas, sim, à reflexão dos efeitos sociais das intervenções deste movimento inclusivo.

Patto (2010) e Bueno (2004) evidencia que propósitos educacionais inovadores do início do século XX, baseados em teorias da recém nascida ciência psicológica, se converteram em práticas de exclusão de crianças que não adaptadas a um

sistema educacional elitista tiveram sua singularidade de apropriação do saber transformadas em patologias ou excepcionalidades, que respaldavam a exclusão da escola. Uma vez que os psicólogos situavam o fracasso escolar, especificamente, no aluno diferente, ou seja, nas suas características intrínsecas ou de seu meio próximo (família e comunidade), sob a premissa de que a escola cumpre o seu papel e se alguns alunos não conseguem aprender, isto se refere a suas características pessoais impeditivas. Assim, respondendo as demandas de um tempo a psicologia educacional deu aval para segregação e exclusão dos “que prejudicavam o bom andamento da escola” ou daqueles que interferem no processo de homogeneidade produtiva, que se trata de uma exigência na escola e no trabalho operário.

Refletirmos sobre isto pode nos levar a posicionarmos contra uma “falsa áurea” de neutralidade científica, permitindo reconhecer que a atuação do psicólogo jamais é neutra e ela responde a demandas do contexto político, econômico, social e cultural em que se vive. “Faz-se por isso necessário que nós psicólogos tenhamos sempre em mente que

nossas propostas e intervenções têm efeitos sociais que não podem ser desprezados” (LORENÇO, 2000). Portanto, enquanto psicólogos, precisamos sempre refletir sobre mecanismos sutis e silenciosos de segregação e exclusão que nossa prática pode sustentar.

A partir dessa reflexão que proponho pensar a atuação do psicólogo em dois movimentos de inserção do aluno diferente na educação.

O movimento de integração que, historicamente, se situa entre o final de 1960 até a década 1980 e se caracteriza pela intenção de propiciar aos indivíduos, até então apartados do convívio social e segregados em seus ambientes domésticos ou institucionalizados, a participação em espaços comuns que possibilitassem maior sociabilidade e produtividade a tais pessoas (ARANHA, 2001; NOGUEIRA JUNIOR, 2008).

O propósito da integração configurou-se em proporcionar recursos especializados aos alunos diferentes para igualá-los e normatizá-los. Logo esse propósito apresentou-se fadado ao fracasso, no sentido da inserção e promoção humana desses

alunos marcados pela diferença. Isto se deve ao fato de que essa diferença apresentada pelos alunos pode ser adaptada, tornando esses alunos mais produtivos, levando-os a aprender mais e a inserir-se, à sua forma, na cultura. Entretanto, tais alunos, marcados pela diferença, não se transformarão em iguais, ou seja, esses alunos podem não obter o sucesso esperado e compartilhado pela turma escolar, se mostrando, ainda diferentes, e no dizer dos professores: “não acompanhem a turma”.

Outro ponto a destacar do movimento de integração, refere-se ao caráter segregacionista da sua proposta de inserção, baseada em serviços oferecidos pelas classes e escolas especiais, que ao privilegiar os atendimentos especializados deixou-se em segundo plano a escolarização e as oportunidades de convivência de alunos marcados pela diferença, o que dificultou o efetivo propósito de inserção social, de promoção da autonomia e de desenvolvimento da capacidade máxima do aluno.

É na tentativa de superação dos fracassos e contradições da integração que surge o movimento de inclusão, no qual, desloca o foco do aluno

diferente para a escola e o social. A preponderância do conceito de diversidade humana e, conseqüentemente, o rompimento com o conceito de normalidade, acompanha a ideia de inclusão. Assim, faz-se evidente a relatividade e fragilidade deste último conceito, além de transferir do aluno excepcional para o sistema educacional a condição deficitária para compreender e atender as necessidades de alguns alunos. A partir desta perspectiva do movimento de inclusão, temos a progressiva substituição do conceito de excepcionalidade para o conceito de necessidades especiais, tão usado no momento atual.

O princípio da diversidade humana fundamenta a proposta de inclusão, tendo neste princípio a superação de paradigmas baseados no conceito de normalidade, o que exige da escola, e do psicólogo educacional, uma nova resposta a essa diversidade, que ultrapasse a linguagem do déficit. Assim, a escola para além de enquadrar seus alunos a partir de suas faltas, numa prática que consiste em nomear, segregar e medicalizar, sendo que tal resposta somente reforça o fracasso e perpetua a desigualdade entre os sujeitos

(RODRIGUES, 2008), precisa construir um espaço onde a diferença possa manifestar e fazer laço social. Portanto, mais que diagnosticar a normalidade ou a excepcionalidade, como nos tempos do movimento educacional de integração, é preciso questionar o que “não vai bem” na vivência da diversidade escolar, demarcando assim um lugar para a singularidade do caso (MESQUITA, 2017).

3. Considerações finais: desafios para psicologia na educação inclusiva.

Neste campo descrito funda-se o compromisso e o desafio do psicólogo, pois para a inclusão acontecer, exige-se garantia de direitos e de políticas públicas, mas para sua efetivação é preciso mudança de mentalidades de todos os envolvidos, ou seja, dos que carregam a marca da diferença e dos outros que convivem com esses diferentes. Essa proposta clama pelo enfrentamento da diferença e pela construção de caminhos alternativos e criativos para proporcionar desenvolvimento humano e superação de todos os envolvidos no processo de inclusão. Porém, como isto é possível num sistema tão padronizado como a educação? A diversidade tem espaço num programa

de formação baseado no ideal do “para todos”, em que “todos devem acompanhar a turma”? Como as diferenças subjetivas de apropriação do saber e de convivência podem ser incluídas na escola?

Segundo Esteve (2004), a educação inclusiva apresenta avanços espetaculares, porém, paradoxalmente, ela traz problemas novos que são difíceis de se resolverem enquanto as respostas dos envolvidos na educação basearem em princípios que essa terceira revolução educacional propõe superar. Ao pensarmos em inclusão, diversidade e mudanças de mentalidades, a serem efetivadas pela atuação do psicólogo, podemos citar alguns destes princípios que pedem retificação na vivência da diversidade:

- **Educação como prêmio ou merecimento, e não como direito:** uma educação em que a aprendizagem é reservada a uma minoria de eleitos e essa aprendizagem outorga privilégios de posição social relevante. Ou seja, o autor afirma que a concepção própria da pedagogia da exclusão refere-se à vaga escolar como um privilégio ou prêmio, não

como um direito, e sendo merecedor desse privilégio, é reservada a promessa de uma boa posição social e um futuro próspero como recompensa de sobreviver ao sistema escolar.

- **Primeiro dar atenção às políticas públicas de qualidade na educação comum e somente depois considerarmos à educação para os diferentes:** para Esteve (2004) é preciso levar em conta nesta visão de qualidade, que num sistema baseado na exclusão permanente dos alunos com dificuldade para aprender e com problemas de conduta, os próprios mecanismos seletivos presentes na escola já encarregavam de garantir a qualidade nas salas de aula, embora isto não signifique melhoria de qualidade na educação. Esse tipo de qualidade baseado na exclusão dos casos difíceis do contexto escolar, é comparado pelo autor à qualidade de um hospital que não admite e/ou expulsa os pacientes com enfermidades mais graves.
- **Aprendizagem homogênea e exclusão ou segregação dos que atrapalham o andamento da turma:** vários autores que defendem a inclusão enfatizam os benefícios da convivência com os diferentes sujeitos e quão enriquecedor e desafiante se mostra o contato imediato com a diversidade humana para todas as partes envolvidas. Esses benefícios, também, se referem à ampliação dos processos educacionais e de investigação científica sobre as diversas formas de aprendizagens e as inovações nas metodologias de ensino e práticas escolares (LIMA, 2010). Deste modo, a união da educação comum com a educação especial poderia favorecer a qualidade de ensino para os aprendizes em geral (RODRIGUES, 2008), uma vez que, transformações nas práticas pedagógicas, levando em conta os conhecimentos do ensino especializado, poderiam favorecer a aprendizagem de crianças com ou sem deficiências ou transtornos.

- **Vivência da diversidade sem conflitos ou problemas:** percebe-se que não há vivência da diversidade sem conflitos ou problemas e o que se verifica, seja na atualidade ou no passado histórico, são as contradições de uma política inclusiva que se estabelece com conquistas, mas, ao mesmo tempo, com impedimentos e dificuldades na efetivação dos seus propósitos na prática escolar. Observa-se que quase sempre aparece uma incompreensão ou mal entendido levando uma proposta de inserção a tomar sua orientação oposta, a exclusão (MESQUITA, 2017).

O ideal do “para todos”, comum à política e à legislação na sua universalidade, apresenta como problema na vivência da diversidade escolar, uma vez que as variadas formas de incluir não podem reduzir-se à padronização, de maneira a anular a singularidade da diferença de cada aluno e cada escola no processo de inclusão.

Então, o convite ao profissional da psicologia e da educação é o de fazer inclusão nas “impossibilidades da

educação” – faz-se alusão a Freud (1976 [1925]; 1975 [1937]) que vê a educação e, também, a política e a análise, como profissões ou ofícios do impossível – no qual, esse fazer não pode tratar o processo de inclusão de forma generalista ou universal, mas numa adequação do universal da política e da legislação ao particular de cada escola e ao singular de cada sujeito. Esse é um grande desafio!

Referências

- ARANHA, Maria Salete Fábio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, ANO XI, 21: 160-173, março, 2001.
- BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: integração /segregação do aluno diferente**. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2004.
- CAMPOS, Regina Helena de Freitas. História da psicologia e história da Educação – conexões. In: VEIGA, Cinthia; FONSECA, Thaís (Orgs.). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.129-158.
- ESTEVE, José M. **A terceira revolução educacional: a educação na sociedade do conhecimento**. São Paulo: Moderna, 2004. (Coleção educação em pauta).

FREUD, Sigmund. Prefácio a juventude desorientada, de Aichhorn (1925). **ESB**, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

sensorial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008).

FREUD, Sigmund. Análise terminável e interminável (1937). **ESB**, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

LOURENÇO, Érika. Educação Inclusiva: uma contribuição da história da psicologia. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília: [s.n], ano 20, n. 1, p. 24-29, 2000.

MESQUITA, Raquel Cabral de. **Inclusão na impossibilidade da educação: uma proposta de intervenção psicanalítica**. 2017. 163 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

NOGUEIRA JÚNIOR, Tadeu Barbosa. Inclusão e integração em busca de uma sociedade mais inclusiva: construções e contradições. In: ASSUMPÇÃO JÚNIOR, Francisco B (Coord.); TARDIVO, Leila Salomão de La Plata Cury (Coord.). **Psicologia do excepcional: deficiência física, mental e sensorial**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

RODRIGUES, Ida Janete. Inclusão: um desafio em processo de construção. In: ASSUMPÇÃO JÚNIOR, Francisco B (Coord.); TARDIVO, Leila Salomão de La Plata Cury (Coord.). **Psicologia do excepcional: deficiência física, mental e**

Só podia ser mulher...

Denise Sanches²⁹
Nália Lacerda Viana³⁰
Karina de Sousa Dias³¹

RESUMO

A busca por um mundo mais igual

Só podia se mulher... Muitas vezes nos deparamos com essa expressão quando uma besteira é cometida e se depara com a imagem de uma mulher como autora. “O que o Príncipe Encantado teria para ocupação se ele não tivesse que despertar a Bela Adormecida”? (SIMONE DE BEAUVOIR)

Mas, será que todas as “barbeiragens” no trânsito, todas as frases mal ditas, todas as fofocas, todos os erros e negligências de médicos, todas as plantas mal elaboradas, todo cálculo mal feito, enfim todos os erros do mundo foram cometidos por uma mulher?

E por outro lado, nenhum bem para a humanidade foi pensado ou elaborado

²⁹ Professora do curso de Psicologia da Faculdade de Nova Serrana

³⁰ Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade de Nova Serrana

³¹ Professora do Curso de Psicologia da Faculdade de Nova Serrana

por uma mulher? Será que elas são menos inteligentes ou menos capazes? “Suas asas são cortadas, mas ainda assim ela é culpada por não saber como voar”. (SIMONE DE BEAUVOIR)

Essa mística sobre a atuação intelectual de mulheres e homens não possui fundamentação teórica em nenhum estudo. Se configura como uma construção social que reforça a desigualdade de gêneros e coloca o homem em um patamar superior ao da mulher.

Ao longo da história de sociedade, observa-se que o homem sempre foi apresentado como um ser superior, devido a sua força e virilidade e até mesmo por ter uma capacidade racional mais rápida, segundo alguns especialistas. À mulher coube à marginalidade social em grande parte da história, e se arrasta até a atualidade.

Podemos verificar que as bases ideológicas que situam a mulher como inferior e submissa vêm de muito longe, desde os mitos da criação do mundo, como na crença judaico-cristã, com Lilith ou Eva, e na mitologia grega, com Pandora. Os mitos

apresentam uma identidade negativa para a mulher. No entanto, se analisarmos mais profundamente a trajetória feminina, veremos que elas não foram deixadas de lado por serem inferiores, mas sim por serem temidas e incompreendidas. Como mostra a história com o mito de Pandora, a mulher foi tida como um animal destruidor, insaciável e perspicaz. Hesíodo, que ao lado de Homero é considerado um dos maiores poetas gregos, relata em uma de suas obras “Trabalhos e Dias”, o nascimento de Pandora³², assim como da disseminação do mal entre os mortais. Segundo ele:

Antes [da chegada de Pandora] a raça humana Tinha vivido da terra sem problema, sem trabalho. Sem doença e sem dor... Mas a mulher tirou a tampa da jarra com suas próprias mãos E espalhou todas as misérias que significam tristeza para os homens. Apenas a Esperança foi deixada no jarro inquebrável, grudada embaixo da tampa, e não pôde voar. A mulher fechou a tampa do jarro. E

32: Na mitologia grega, Pandora ("a que possui todos os dons", ou "a que é o dom de todos os deuses") foi a primeira mulher, criada por Zeus como punição aos homens pela ousadia do titã Prometeu em roubar aos céus o segredo do fogo.

pelo plano do dono de tudo, o que pastoreia nuvens, Zeus, já naquele momento milhares ou mais de outros horrores se espalhavam entre os homens, A terra está cheia de coisas más, e o mesmo acontece com o mar” (HESÍODO, p. 90-101 apud LAURIOLA, 2005, p. 128).

Ainda conforme a mitologia, na Grécia, a sabedoria e as artes eram os domínios de Palas Atena, a imponente deusa nascida da cabeça de Zeus e cultuada do Mediterrâneo à África. Curiosamente, na cidade batizada em sua homenagem, suas filhas não podiam frequentar a Ágora ou participar dos debates públicos, pois a ciência era “terreno” dos homens.

Para tentar quebrar a mística da supremacia masculina sigamos ao universo real. Como exemplo percebe-se Mary Jacson (1921- 2005) que desafiando a segregação racial nos EUA e a desconsideração de seus colegas homens, pois não era comum que pesquisadoras assinassem artigos em periódicos, foi a primeira engenheira negra a trabalhar na NASA. Uma das cientistas representadas no filme “*Estrelas Além do Tempo*” (2016). Mary Jacson atuou

como ativista, incentivou outras mulheres negras a adentrar a carreira científica. “O opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos”. (SIMONE DE BEAUVOIR)

Quase uma década após o falecimento da pesquisadora, Zélia Ludwig, física, professora do Instituto de Ciências Exatas da UFJF, e colaboradora da NASA na construção de uma plataforma lunar, fundou a página “Mulher, Ciência e Sociedade”, buscando divulgar estatísticas da presença feminina na Academia. Mulher e negra, Zélia passou a pesquisar mais intensamente a trajetória das mulheres na carreira científica. Visitando escolas e ministrando palestras, a professora incentivou mais mulheres a seguirem no campo das Ciências, além de oferecer ferramentas para lidar com o machismo na Academia, para lutar contra a desigualdade, o assédio e o preconceito de todo tipo. “É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta” (SIMONE DE BEAUVOIR)

Ada Lovelace (1815 - 1852) foi a primeira programadora da história, incentivada por sua mãe, que também estudiosa da matemática. Convidada para trabalhar com o cientista Charles Babbage, inventor da máquina analítica, aos 28 anos de idade, publicou uma série de notas, descrevendo o funcionamento dessa tecnologia e propondo suas aplicações. Em 1953, mais de um século após seu falecimento, pesquisadores reconheceram suas publicações, e encontraram conceitos similares aos *softwares* e aos cartões perfuráveis, utilizados por programadores nos primórdios da computação do século XX. A máquina nunca foi construída, porém as ideias para a tecnologia serviram de base para a programação moderna.

As mulheres sempre estiveram presentes nos movimentos de contestação e mobilizações ao longo da história. No período da Ditadura no Brasil, elas resistiram de muitas formas: se organizaram em clubes de mães, associações, comunidades eclesiais de base, em movimentos contra o custo de vida e por creches. Desafiando o papel feminino tradicional, participaram do movimento

estudantil, partidos, sindicatos. Também, mesmo que sempre em menor número que os homens, pegaram em armas, na tentativa de derrubar o regime militar. Muitas foram duramente reprimidas, mas não desanimaram, foram à luta e idealizaram o movimento da anistia no Brasil

O Brasil vivia, em 1975, um período de torturas, prisões e luta armada por grupos contrários ao regime militar, no poder desde 1964. Em 1974 o governo militar já havia derrotado os grupos de guerrilha urbana e completava a última campanha militar de aniquilamento da Guerrilha do Araguaia, além disso a repressão não poupou as organizações clandestinas que não haviam aderido à luta armada, como o PCB. Em março de 1975, oito mulheres, entre elas a fundadora e líder do movimento, Therezinha Zerbini, advogada e ativista dos direitos humanos, elaboraram o documento “Manifesto da Mulher Brasileira em favor da Anistia”, no qual defendiam que fosse concedida a anistia para todos que haviam sido atingidos pelos atos de exceção.

Composto em grande parte por

mulheres que viram os maridos serem torturados e assassinados pelo governo militar, conseguiu a simpatia de grande parte da sociedade, e de vários grupos políticos.

Em 1978 o Movimento Feminino pela Anistia lançou o jornal “Maria Quitéria”, publicação voltada exclusivamente para a Anistia e Direitos Humanos. No mesmo ano, o núcleo do Rio de Janeiro criou no Teatro de Bolso, o Núcleo dos Artistas, Músicos e Atividades congêneres pró-Anistia. Com a anistia, em 1979, o movimento não cessou o seu trabalho. (Wikipédia)

Mesmo atuantes as mulheres se deparavam com barreiras dentro das organizações em que participavam, sua participação no movimento não era absorvida completamente. Havia muitos questionamentos a valores e comportamentos machistas, pois consideravam a gravidez e a maternidade algo incompatíveis com a militância. Muito raro que alguma mulher chegasse a ser dirigente de alguma organização, no entanto algumas vezes elas se encarregavam das ações mais perigosas, justamente por serem menos visadas pelas forças

repressoras. Muitas tiveram papel de destaque em combates armados contra as forças de segurança do regime. “Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância, já que viver é ser livre”. (SIMONE DE BEAUVOIR)

Das mulheres que participaram da guerrilha urbana, cerca de 45 foram mortas ou estão desaparecidas até os dias atuais. Quando não eram guerrilheiras, as mulheres atuavam como enfermeiras e professoras. Essas militantes, não só na guerrilha, mas também em partidos clandestinos, eram consideradas duplamente transgressoras: por desafiar a ordem estabelecida, na tentativa de derrubar o regime militar e por contrariarem o papel de mães, esposas e donas de casa que a ditadura e a sociedade patriarcal reservavam para elas.

Rompiam com estereótipos do que é ser mulher, ocupando o espaço público, a política, e até a luta armada. Por isso mesmo, quando eram capturadas pelo regime, as forças repressoras tentavam recolocá-las em seu “devido lugar”. Eram chamadas de “vagabundas” e “prostitutas”,

obrigadas a ficar nuas em frente aos agentes da ditadura, sempre do sexo masculino.

Porém, tortura para mulheres era diferente a dos homens, além das perversidades que eles sofriam, elas foram alvo de violência sexual. Muitas grávidas sofreram abortamentos forçados durante a tortura. Sabe-se de casos, em que eram aplicados choques elétricos em seus órgãos genitais, com ameaças de que não conseguiriam mais engravidar, foram estupradas por agentes do estado.

Algumas mulheres foram torturadas em frente a seus filhos ou foram impedidas de amamentá-los. Crianças também foram torturadas física e psicologicamente para atingir suas mães. De acordo com Machado "nos anos 70, no Brasil, a violência contra as mulheres não tinha visibilidade. Aliás, não existia essa expressão. Ela teve que ser nomeada, para que pudesse ser vista, falada e pensada" (MACHADO, 1998 p. 104).

Enquanto livros como “O Segundo Sexo”, da francesa Simone de Beauvoir, e “Mística Feminina” de Betty Friedan, traziam a tona a questão da condição feminina, os

movimentos feministas se radicalizavam, realizando manifestações públicas em favor da igualdade e da liberação do corpo. Um fato simbólico deste período foi a manifestação em 1968, organizada pelo Womens Liberation Movement, em Atlantic City, nos EUA, durante o desfile de Miss América, uma coleção de itens femininos como cílios postiços e sutiãs foi jogada dentro de uma lixeira, a “Lixeira da liberdade” (Freedom trash can).

No Reino Unido dois anos depois, o Movimento de Liberação da Mulher invadiu o concurso de Miss Universo com o slogan “Não somos bonitas, não somos feias. Estamos indignadas”.

Na França no mesmo ano as feministas fizeram uma intervenção no Arco do Triunfo, um dos monumentos mais emblemáticos de Paris, coroando a tumba do soldado desconhecido em memória a sua esposa desconhecida.

As mulheres jamais se contentavam apenas com o direito ao voto, conquistado a duras penas. Queriam romper com os padrões rígidos impostos pela sociedade patriarcal, para isso lutam pelo direito de interrupção da gravidez, pela liberdade sexual, contra a violência sexista, pelo

direito ao trabalho e pela afirmação no mundo público como cidadãs.

A pílula anticoncepcional colocou em questão a maternidade como destino obrigatório permitindo às mulheres desvincular a prática de sua sexualidade à gravidez. A partir dos anos 1960, o mundo público, familiar e privado não seria mais o mesmo, ainda que a igualdade entre homens e mulheres seja até hoje uma árdua batalha.

No Brasil, essas manifestações feministas tiveram mais impacto a partir da virada para os anos 1970. Um dos símbolos da mulher liberada foi a atriz Leila Diniz. Ela fumava, usava vestidos curtos e era extrovertida e irreverente. Sua foto na praia, grávida e com um minúsculo biquíni, é um dos ícones da nova mulher brasileira que emergia naquele momento, mas muito o que falar, pois até aquele momento, a mulher grávida não mostrava sua barriga em público.

Vítimas durante um longo período histórico, o que restava às mulheres senão lutarem pelos seus direitos, colocando a questão de gênero frente às suas reivindicações como minoria social? Foi a partir das reivindicações

do movimento feminista e da própria sociedade civil, do direito ao voto, das garantias trabalhistas, da denúncia da opressão e da estrutura de classes, primando pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, que governos de todo o mundo se reuniram, discutiram, avaliaram, analisaram os questionamentos e estabeleceram mecanismos internacionais em defesa dos direitos da mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por um ideal de solidariedade humana, a luta contra as discriminações e os preconceitos muito bem arraigados em nossa cultura e, principalmente, o desejo de uma sociedade mais tolerante, mais justa, menos violenta e eticamente possível é a crença absoluta de uma sociedade e de um grupo de pessoas que acreditam que vale a pena lutar por algumas utopias, pois elas se tornam ainda necessárias em um mundo em que o diferente nos é tão insuportavelmente estranho que passa a valer menos em relação a direitos ou deveres.

A criação de uma sociedade mais tolerante é também a criação de uma

sociedade mais ética ao admitirmos ou reconhecermos o Outro como se fosse um de nós, ou seja, ao passarmos a tolerar mais aquele que nos é semelhante.

“A representação do mundo é obra dos homens; eles o descrevem a partir de seu próprio ponto de vista e ainda confundem com a verdade absoluta”.
(SIMONE DE BEAUVOIR)

REFERÊNCIA

- ANDRADE, Marta Mega de. A "**Cidade das Mulheres**": cidadania e **alteridade feminina na Atenas clássica**. Rio de Janeiro: LHIA, 2001.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960a.
- _____. **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960b.
- FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Tradução portuguesa by Editora Vozes Limitada 1971
- Machado, L. Z. **Matar e morrer no feminino e no masculino**. Petrópolis, RJ: Vozes 1998.
- Revista "**Memórias da Ditadura – Mulheres, resistência e repressão**" Acesso 13 de setembro 2020

MINDFULNESS E EVIDENCIAS CIENTÍFICAS

Denise Sanches Lopes³³
Nália Lacerda Viana³⁴
Karina de Souza Dias³⁵

RESUMO

Mindfulness ou Atenção Plena (traduzido do inglês) é uma forma de se relacionar com a experiência presente, envolvendo tanto a habilidade de prestar atenção de maneira intencional e sem julgamento ao que acontece momento-a-momento, quanto ao desenvolvimento da própria faculdade de estar atento ou consciente. Nas últimas décadas vem tendo especial destaque dentro de alguns ramos da ciência, particularmente da Medicina, Neurociências e Psicologia.

Palavras-chave: Mindfulness. Mente. Atenção. Emoção.

ABSTRACT

Mindfulness or Mindfulness (translated from English) is a way of relating to the present experience, involving both the ability to pay attention intentionally and without judgment to what happens moment-to-moment, as well as the development of one's faculty of being attentive or aware. In recent decades, it has had special prominence within some branches of science, particularly Medicine, Neurosciences and Psychology.

Keywords: Mindfulness. Mind. Heads up. Emotion.

³³ Professora do curso de Psicologia da Faculdade de Nova Serrana

³⁴ Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade de Nova Serrana

³⁵ Professora do Curso de Psicologia e Ciências Contábeis da FANS – A Faculdade de Nova Serrana

MINDFULNESS E EVIDENCIAS CIENTÍFICAS

Mindfulness (ou atenção plena) é um dos estados naturais da mente. O ser humano já tem essa capacidade desde o nascimento, mas a desenvolve pouco ao longo da vida. Dentro dos estados possíveis da mente, mindfulness seria aquele no qual se está plenamente focado ou conectado no que se está fazendo, vivenciando ou sentindo naquele momento. Para que seja possível essa conexão mais plena com a experiência, além de estar atento, necessita-se estar ao mesmo tempo numa atitude mental específica, que implica em sair de outro modo habitual da mente, que é o de emitir juízos prévios de valor, ou seja, pré-julgamento ou crítica, com base em experiências prévias, como se já se conhecesse o que impede de olhar a realidade. Nesse sentido, o estado de mindfulness seria então como um antídoto a viver de modo desatento e reativo, que é a tendência da mente em aproximadamente 47% do tempo segundo as pesquisas mais recentes, e que leva o ser humano a reagir sem consciência às situações do dia a dia. Assim, quando se acessa o estado de atenção plena, tem-se a possibilidade

de reconhecer os estados internos: sensações corporais, emoções, pensamentos e impulsos, o que é fundamental frente aos fatores de estresses.

Apesar do termo mindfulness ter surgimento a partir de tradições budistas, passou a ser empregado dentro das ciências ocidentais de maneira secular e refere-se à capacidade de prestar atenção, no momento presente, a tudo o que surgir interna ou externamente, sem se prender em julgamentos ou desejar que as coisas fossem diferentes (não aceitação) (Kabat-Zinn, 2013)

Para compreender como a prática de mindfulness afeta indivíduos, grupos e instituições, um conjunto consistente de estudiosos têm se dedicado a descrever os efeitos deste estado da mente, sobre funções humanas básicas que incluem atenção, cognição, emoção, comportamento e fisiologia.

Os impactos do cultivo de mindfulness sobre a atenção reportam a uma melhor estabilidade (sustentação da atenção em algo presente e uma mente menos vaga), melhor controle da atenção

(capacidade de focar em algo selecionado), e melhor eficiência de atenção (uso econômico dos recursos cognitivos).

Os estados afetivos de humor e as emoções, inclusive as discretas (que muitas vezes não aparecem), como raiva, felicidade, culpa, ciúmes e orgulho podem influenciar o desempenho de atividades de trabalho, incluindo a criatividade, os julgamentos, a disponibilidade para ajudar e atitudes (BORGESANDRADE & PAGOTTO, 2010).

A melhoria na qualidade da atenção representa provimento de uma melhor performance cognitiva em dois principais aspectos: capacidade e flexibilidade. A capacidade cognitiva foi considerada em relação à memória e fluidez da inteligência a partir do desempenho no armazenamento e processamento de experiências e informações. A progressão na flexibilidade cognitiva remete à melhoria na capacidade de adaptação através da criação de novas respostas e perspectivas para as situações apresentadas, associando mindfulness à criatividade e ao pensamento convergente e divergente.

Historicamente, mindfulness ou atenção plena é compreendida como o “coração”, o centro da meditação budista. Buda não tinha outros instrumentos senão sua mente, corpo e experiência e aprofundou o uso destes recursos naturais para investigar a natureza do sofrimento e da condição humana (KABAT-ZINN, 2013)

Quanto às emoções, os estudos revelam o impacto sobre a reatividade e o tom emocional. Através da atenção qualificada, o cultivo de mindfulness pode influenciar na seleção dos estímulos emocionais para observação e alterar como eles são avaliados, moldando as reações emocionais. A prática está associada a tons emocionais menos negativos e mais positivos, acelerando a recuperação das emoções negativas e encurtando o tempo de reação emocional diante de uma situação adversa. “Mindfulness é uma capacidade humana inerente e natural que varia de pessoa para pessoa e situações. Isto implica que a maioria das pessoas experimenta um estado mindful, de uma forma ou de outra, com maior ou menor intensidade” (KABAT-ZINN, 2013).

Em termos comportamentais, o Mindfulness destaca-se a redução da

automaticidade, pois permite maior conscientização das operações automáticas e habituais, as quais ocorrem quando há envolvimento em comportamentos sem esforço, sem a supervisão consciente de seus detalhes operacionais. Ainda promove ativação em regiões mais elevadas do cérebro associadas ao autocontrole comportamental, aumentando a possibilidade do indivíduo de reconhecer a ocorrência de comportamentos automáticos, cujas respostas podem ser pouco adaptativas, tais como as compulsões e dependências em geral.

Na perspectiva fisiológica, as evidências científicas produzidas têm enfatizado o papel do cultivo de mindfulness no combate ao estresse, mostrando que a prática está relacionada com diversos mecanismos neurobiológicos responsáveis pela sua regulação. Entre os achados, pontua-se seus efeitos benéficos sobre o cortisol, a qualidade do sono, o processo de envelhecimento, o sistema imunológico, os processos inflamatórios e a estrutura do tecido cerebral.

Evidências mostram mudanças nas propriedades funcionais cerebrais após a prática de mindfulness. Imagens de Ressonância Magnética

(IRM) que investigaram a neuroplasticidade em regiões que regulam o controle da atenção, mostraram efeitos maiores no córtex cingulado anterior, responsável pela atenção executiva, flexibilidade para mudança de estratégias e controle ao perceber a presença de conflitos emergentes. Lesões nessa região levam à impulsividade e agressão descontrolada; o comprometimento da conexão do córtex cingulado anterior com outras regiões do cérebro acarreta o baixo desempenho da flexibilidade mental, dificultando o processo de tomada de decisão.

Até o momento, foram identificadas oito regiões cerebrais consistentemente alteradas em grupos de meditadores, além do córtex cingulado anterior, como o córtex fronto-polar, responsável pela metacôsciência; o córtex sensorial e a ínsula onde ocorre a consciência corporal das sensações exteroceptivas e interoceptivas; o aumento da massa cinzenta no hipocampo, base para a consolidação e reconsolidação da memória e controle do estresse, pois é uma região coberta por receptores do cortisol; o cingulado anterior e médio, e o córtex orbitofrontal que regulam as emoções e o ego; o fascículo longitudinal superior e o corpo caloso

que regulam a comunicação intra e inter-hemisférica.

Essas evidências mostram que a prática de mindfulness afeta áreas cerebrais importantes para o conhecimento de si e dos outros. Os resultados encontrados até o momento são desafiadores e estimulantes, o que torna lícito afirmar que tal prática compõe uma ferramenta de intervenção importante para a assistência à saúde.

Em 2004, Bishop & colaboradores chamaram a atenção sobre a dificuldade da definição de mindfulness, pois a técnica (ou treinamento) apresenta uma distinção conceitual e prática. De posse de uma definição prática, sugeriram que maiores seriam os estímulos para a investigação e o desenvolvimento teórico sobre o tema. Isso geraria maior compreensão do papel do mindfulness no tratamento psicológico, favorecendo o desenvolvimento científico pela possibilidade de gerar previsões teóricas estáveis para fins de validação e refinamento da técnica e do processo mental cognitivo que ela envolve. Além disso, sendo o mindfulness

uma habilidade aprendida, ela assumiria o caráter de ser mensurável, por exemplo, através da obtenção de neuroimagens das modificações da atividade cerebral no emprego de mindfulness (BISHOP et al, 2004)

Ao ensinar alguém a vivenciar as experiências do presente com abertura e desprovido de julgamentos ou classificações automáticas, cria-se um processo interno de experiências e aquisição de insights sobre as formas de pensamento e atitudes em determinadas situações; insights são importantes nos problemas que surgem no mundo da liderança e eles não podem ser ensinados, mas estão presentes nas experiências do cotidiano. A flexibilidade às experiências do cotidiano é importante para que líderes experientes ou até enfermeiros, por exemplo, evitem realizar ações e decisões sem a atenção necessária na situação.

A melhora metacognitiva resulta em menor distração no ambiente clínico, permitindo a identificação de mudanças súbitas na condição de saúde dos clientes e melhora no desempenho, podendo reduzir os erros durante os procedimentos de enfermagem, contribuindo assim, para

a segurança do paciente. Na clínica os procedimentos hospitalares são melhorados quando os líderes criam um ambiente mais positivo para a prática de enfermagem com redução significativa de eventos adversos como infecção hospitalar, pneumonia, complicações pós-operatórias, tempo de internação, dentre outros.

Além disso, a comunicação com usuários e liderados torna-se mais efetiva, evitando situações de crise. Por isso, a atenção plena tem sido utilizada na clínica médica para diminuir erros médicos, melhorar a relação interpessoal, prevenir o burnout e doenças relacionadas ao estresse. Na enfermagem, pode ajudar na construção de habilidades que permitirão o engajamento com o usuário de forma significativa, focada e sem pressa. Bishop afirma que

Mindfulness não se reduz a uma simples técnica de relaxamento, mas constitui uma forma de treinamento mental para reduzir a vulnerabilidade cognitiva de formas reativas da mente – que levam ao estresse e ao sofrimento emocional. Com isso, mindfulness se afasta das práticas de concentração e meditação que induzem a estados profundos de relaxamento. Essa

meditação envolve restringir o foco da atenção para um único estímulo (palavra, som ou sensação), enquanto mindfulness envolve a observação das constantes mudanças de estímulos internos e externos que possam surgir (BISHOP 2004 et al).

Um dos limites apontados para o estudo do Mindfulness consiste no delineamento de pesquisa ideal, pois diferentemente das intervenções farmacológicas, as intervenções baseadas em mindfulness requerem protocolos mais longos que exigem horas de treino e engajamento na prática. Por isso, sugere-se que o melhor delineamento seria o de estudos de coorte comparativo de longo prazo, ou seja, longitudinais com a comparação entre três grupos, por exemplo, de tratamento como de costume, de controle ativo e de intervenção.

Também as intervenções promovidas em caráter extensionista, ou seja, não necessariamente delimitadas enquanto uma investigação científica ou com propósitos de pesquisa, podem ser acompanhadas no longo prazo, contribuindo para delineamentos de programas com foco tanto em usuários

e familiares dos serviços de saúde, como dos próprios profissionais de enfermagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A veiculação de programas de Mindfulness, bem como a exploração de suas características, seus limites e potencialidades, pode ser útil na composição de práticas cada vez mais alinhadas às necessidades de cada serviço e de cada grupo, dentro da proposta geral que orienta essas intervenções. Considerar a cultura de referência dos usuários, potenciais praticantes e as condições organizacionais dos sistemas de saúde para a execução dessas propostas parece ser um aspecto que pode ser melhor discutido nos estudos vindouros, o que pode também fomentar uma maior representatividade das publicações brasileiras. Uma vez que a técnica Mindfulness pode trazer inúmeros benefícios e por ser relativamente de baixo custo. Estudos posteriores deveriam avaliar a possibilidade de ampliação do seu uso, para que um número cada vez maior de pessoas possam se beneficiar dela, através de um pleno desenvolvimento potencial.

REFERENCIAS

BISHOP, SR; Lau, M; Shapiro, S; Carlson, L; Anderson, ND; Camody, J; Segal, ZV; Abbey, S; Speca, M; Velting, D & Devins, G. (2004). Mindfulness: A proposed operational definition. *Clinical Psychology: Science and Practice*, 11: 230-241.

BOWEN S, Witkiewitz K, Clifasefi SL, Grow J, Chawla N, Hsu SH, et al. Relative efficacy of mindfulness-based relapse prevention, standard relapse prevention, and treatment as usual for substance use disorders: a randomized clinical trial. *JAMA Psychiatry* [Internet]. 2014 [acesso em 2021 jul 13];71(5):547-56. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jamapsychiatry/fullarticle/1839290>

BROWN KW, Ryan RM, Creswell JD. Mindfulness: theoretical foundations and evidence for its salutary effects. *Psychol Inq* [Internet]. 2007 [acesso em 2001 jul 04];18(4):211-37. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.458.9330&rep=rep1&type=pdf>

BUCHHOLZ L. Exploring the promise of mindfulness as medicine. *JAMA* [Internet]. 2015 [acesso em 2021 jul 02];314(13):1327-9. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jama/article-abstract/2449182?redirect=true>

FOX KCR, Nijeboer S, Dixon ML, Floman JL, Ellamil M, Rumak SP, et al. Is meditation associated with altered brain structure? A systematic review and meta-analysis of morphometric neuroimaging in meditation practitioners. *Neurosci Biobehav Rev* [Internet]. 2014 [acesso em 2021 jul p.43:48-73. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0149763414000724>

GHERARDI-Donato ECS, Cardoso L, Teixeira CAB, Pereira SS, Reisdorfer E. Associação entre depressão e estresse laboral em profissionais de enfermagem de nível médio. *Rev Latinoam Enferm* [Internet]. 2015 [acesso em 2021 jul 06];23(4):733-40. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v23n4/pt_0104-1169-rlae-23-04-00733.pdf

GOLDIN PR, Gross JJ. Effects of mindfulness-based stress reduction (MBSR) one motion regulation in social anxiety disorder. *Emotion* [Internet]. 2010 [acesso em 2021 Jul 13];10(1):83-91. Disponível em: <http://psycnet.apa.org/record/2010-01983-016>

GRANT S, Colaiaco B, Motala A, Shanman R, Booth M, Sorbero M, et al. Mindfulness-based relapse prevention for substance use disorders: a systematic review and meta-analysis. *J Addict Med* [Internet]. 2017 [acesso em 2021 jun 30];11(5):386-96. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5636047/pdf/adm-11-386.pdf>

GUILLAUMIE L, Boiral O, Champagne J. A mixed-methods systematic review of the effects of mindfulness on nurses. *J Adv Nurs* [Internet]. 2016 [acesso em 2021 jul 01];73(5):1017-34. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jan.13176/epdf>

HOWLAND LC, Bauer-Wu S. The mindful nurse. *Am Nurs Today* [Internet]. 2015 [acesso em 2021 abr 04];10(9). Disponível em: <https://www.americannursetoday.com/mindful-nurse/>

KABAT-ZINN J. Full catastrophe living: using the wisdom of your body and mind to face stress, pain, and illness. New York: Bantam Books; 2013.

- KAVANAGH KT, Cimiotti JP, Abusalem S, Coty MB. Moving healthcare quality forward with nursing-sensitive value-based purchasing. *J Nurs Scholarsh* [Internet]. 2012 [acesso em 2021 jul 02];44(4):385-95. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1547-5069.2012.01469.x/epdf>
- LEBUDA I, Zabelina DL, Karwowski M. Mind full of ideas: a meta-analysis of the mindfulness–creativity link. *Pers Individ Dif* [Internet]. 2016 [acesso em 2021 jul 10];93:22-6. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0191886915006133>
- LOPES SA, Vannucchi BP, Demarzo M, Cunha AGJ, Nunes MPT. Effectiveness of a mindfulness-based intervention in the management of musculoskeletal pain in nursing workers. *Pain Manag Nurs* [Internet]. 2018 [acesso em 2021 Nov 22];20(1):32-8. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1524904217304216>
- NILSSON H, Kazemi A. Mindfulness therapies and assessment scales: A brief review. *Int J Psychol Stud* [Internet]. 2016 [acesso em 2021 jul 10];8(1):11-9. Disponível em: <http://www.ccsenet.org/journal/index.php/ijps/article/view/55744>
- RATANASIRIPONG P, Park JF, Ratanasiripong N, Kathalae D. Stress and anxiety management in nursing students: biofeedback and mindfulness meditation. *J Nurs Educ* [Internet]. 2015 [acesso em 2021 jul 02];54(9):520-4. Disponível em: [https://www.healio.com/nursing/journals/jne/2015-9-54-9/%7Ba09587eb-bb22-49ca-b637-314405f196e3%7D/stress-and-anxiety-management-in-nursing-students-biofeedback-and-mindfulness-meditation -divReadThis](https://www.healio.com/nursing/journals/jne/2015-9-54-9/%7Ba09587eb-bb22-49ca-b637-314405f196e3%7D/stress-and-anxiety-management-in-nursing-students-biofeedback-and-mindfulness-meditation-divReadThis)
- SANKO J, McKay M, Rogers S. Exploring the impact of mindfulness meditation training in pre-licensure and post graduate nurses. *Nurse Educ Today* [Internet]. 2016 [acesso em 2021 jul 02];45:142-7. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0260691716301265>
- SEGAL ZV, Walsh KM. Mindfulness based cognitive therapy for residual depressive symptoms and relapse prophylaxis. *Curr Opin Psychiatr* [Internet]. 2016 [acesso em 2017 jul 04];29(1):7-12. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4706736/pdf/nihms747542.pdf>
- SINGLETON O, Hölzel BK, Vangel M, Brach N, Carmody J, Lazar SW. Change in brainstem gray matter concentration following a mindfulness-based intervention is correlated with improvement in psychological well-being. *Front Hum Neurosci* [Internet]. 2014 [acesso em 2021 jul 12];8:33. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3927233/pdf/fnhum-08-00033.pdf>
- SONG Y, Lindquist R. Effects of mindfulness-based stress reduction on depression, anxiety, stress and mindfulness in Korean nursing students. *Nurse Educ Today* [Internet]. 2015 [acesso em 2021 jul 02];35(1):86-90. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0260691714002226>
- STAHL JE, Dossett ML, LaJoie AS, Denninger JW, Mehta DH, Goldman R, et al. Relaxation response and resiliency training and its effect on healthcare resource utilization. *Plos ONE* [Internet]. 2015 [acesso em 2021 jul 13];10(10):e0140212. Disponível em: <http://journals.plos.org/plosone/article/file?id=10.1371/journal.pone.0140212&type=printable>
- TANG YY, Lu Q, Feng H, Tang R, Posner MI. Short-term meditation increases blood flow in anterior cingulate cortex and insula. *Front Psychol* [Internet]. 2015

[acesso em 2021 jul . Disponível em:
<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4341506/>

The Telegraph. Nurses ‘lacking ability and compassion’, warns NHS Future Forum. London; 2012 [acesso em 20 abr 02]. Disponível em:
<http://www.telegraph.co.uk/news/health/news/9003490/Nurses-lacking-ability-and-compassion-warns-NHS-Future-Forum.html>

WENG HY, Fox AS, Hessenthaler HC, Stodola DE, Davidson RJ. The role of compassion in altruistic helping and punishment behavior. PLoS ONE [Internet]. 2015 [acesso em 2021 jul 06];10(12):e0143794. Disponível em:
<http://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0143794>

WESTBROOK C, Creswell JD, Tabibnia G, Julson E, Kober H, Tindle HA. Mindful attention reduces neural and self-reported cue-induced craving in smokers. Soc Cogn Affect Neurosci [Internet]. 2013 [acesso em 2021 jul 10];8(1):73-84. Disponível em:
<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3541484/pdf/nsr076.pdf>

WHITE L. Mindfulness in nursing: an evolutionary concept analysis. J Adv Nurs [Internet]. 2014 [acesso em 2021 mai 02];70(2):282-94. Disponível em:
<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jan.12182/abstract>

WILLIAMS H, Simmons LA, Tanabe P. Mindfulness-based stress reduction in advanced nursing practice: a nonpharmacologic approach to health promotion, chronic disease management, and symptom control. J Holist Nurs [Internet]. 2015 [acesso em 2021 jul 13];33(3):247-59. Disponível em:
<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0898010115569349>

Ministério da Saúde (BR). Gabinete do Ministro. Portaria MS/GM n. 971, de 3 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde [Internet]. 2006 [acesso em 2021 nov 22]. Disponível em:
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971_03_05_2006.html

Ministério da Saúde (BR). Departamento de Atenção Básica (DAB). Portal Saúde. Legislação. Práticas Integrativas e Complementares [Internet]. 2017 [acesso em 2018 nov 22]. Disponível em:
<http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=legislacoes/pnpics>

Ministério da Saúde (BR). Gabinete do Ministro. Portaria n. 702, de 21 de março de 2018. Altera a Portaria de Consolidação n. 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas práticas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC0 [Internet]. 2018 [acesso em 2018 nov 22]. Disponível em:
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2018/prt0702_22_03_2018.html

OS DESAFIOS DO EMPREENDEDORISMO FEMININO NO SETOR DO VESTUÁRIO DE DIVINÓPOLIS-MG.

Sheyla Gomes de Morais³⁶
Marcelo Agenor Espíndola³⁷
Hélder Mendonça Duarte³⁸

Resumo: Este artigo teve como objetivo geral analisar os desafios do empreendedorismo feminino no setor do vestuário de Divinópolis-MG. Neste sentido realizou-se um estudo de natureza descritiva e exploratória e caráter qualitativo, via referências teóricas e entrevistas semiestruturadas com 10 empreendedoras do setor do vestuário de Divinópolis. Os relatos coletados foram organizados, categorizados e analisados por meio da técnica de análise de conteúdo. O estudo evidenciou um alinhamento entre a dimensão teórica e empírica, conforme fora sustentado por diversos autores, tendo como exceção a proposta associada ao preconceito quanto ao gênero que embora tenha sido elencada por alguns autores, não se confirmou na dimensão empírica da pesquisa.

Palavras-chave: Desafios. Empreendedorismo Feminino. Vestuário.

Abstract: This article aimed to analyze the challenges of female entrepreneurship in the clothing sector of Divinópolis-MG. In this sense, a study of a descriptive and exploratory nature and a qualitative character was carried out, via theoretical references and semi-structured interviews with 10 female entrepreneurs in the clothing sector of Divinópolis. The collected reports were organized, categorized and analyzed using the content analysis technique. The study

showed an alignment between the theoretical and empirical dimensions, as supported by several authors, with the exception of the proposal associated with gender bias, which although it was listed by some authors, was not confirmed in the empirical dimension of the research

Keywords: Challenges. Female Entrepreneurship. Clothing

1. INTRODUÇÃO

O empreendedorismo constitui um importante papel no desenvolvimento econômico e social de uma região podendo ser entendido como a força-motriz do crescimento econômico (Schumpeter, 1997). A partir das inúmeras mudanças da sociedade, sobretudo sustentadas pelo empreendedorismo, inúmeras tendências mercadológicas passaram a configurar o mercado de trabalho. Uma dessas tendências é o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho. A partir deste cenário observa-se que o empreendedorismo feminino vem crescendo nos últimos anos e contribuindo diretamente para o desenvolvimento socioeconômico do país, muitas vezes motivado pela independência financeira e até mesmo na conquista do próprio espaço.

Pesquisas revelam um aumento significativo do empreendedorismo

³⁶ Administradora da Universidade Estácio de Sá

³⁷ Professor da Faculdade de Nova Serrana -FANS

³⁸ Professor da Faculdade de Nova Serrana - FANS

feminino. Dados da última publicação do relatório do GEM (*Global Entrepreneurship Monitor* - considerado o principal órgão de pesquisa sobre empreendedorismo do mundo), revela um grande advento do empreendedorismo feminino entre os anos 2013 e 2018. A pesquisa apresentou que as taxas de empreendedorismo feminino estão bem equiparadas ao empreendedorismo masculino, principalmente no que tange a empreendimentos iniciais. Para esta modalidade tem-se uma taxa de 17,3% para o gênero feminino e 18,5% para o gênero masculino. Em dados gerais foi possível identificar os seguintes percentuais para o empreendedorismo feminino no Brasil: 52,2% (2013); 51,2% (2014); 49% (2015); 51,5% (para os anos de 2016 e 2017) e 51,1% (2018). Em 2015 foi possível identificar uma queda no percentual, sendo associado à recessão econômica no período (GEM, 2018).

No campo exploratório da pesquisa destaca-se o vestuário, e a cidade de Divinópolis é conhecida como Polo da região Centro Oeste de MG, decorrente de sua vocação confeccionista. Já na década de 90, a cidade recebia inúmeras visitas de

representantes na área do vestuário, principalmente a partir da criação dos shoppings direcionados a este seguimento. Atualmente, mesmo com uma pequena redução na demanda, a cidade ainda recebe muitos visitantes interessados no setor do vestuário.

É notório que o empreendedorismo é repleto de desafios e dificuldades. No caso do gênero feminino, as dificuldades ainda avançam no sentido de que precisam superar as barreiras da desigualdade. Mesmo contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico da região onde atual, as mulheres empreendedoras encontram dificuldades de atrair investidores e de conseguirem linhas de crédito expressivo, o que gera insegurança e medo de fracassar (SEBRAE, 2018).

Além de focar no lado empreendedora, muitas ainda precisam se desdobrarem no intuito de gerenciar outras áreas de suas vidas acumulando as funções de mãe, esposa e administradora do domicílio onde vivem. O preconceito e o desrespeito ainda são outras barreiras enfrentadas pelas mulheres, visto que muitas vezes não são remuneradas como devem e muitos homens não aceitam ser liderados por mulheres,

um preconceito machista que existe até hoje na sociedade (SEBRAE, 2018).

Convergindo para a proposta empírica deste artigo levanta-se a seguinte questão norteadora: quais os desafios do empreendedorismo feminino no setor do vestuário em Divinópolis-MG? A partir deste questionamento advém o objetivo geral deste artigo que consiste em analisar os desafios do empreendedorismo feminino no setor do vestuário de Divinópolis-MG. Discorrem-se como objetivos específicos:

- a) Descrever sobre as definições e tipos de empreendedorismo;
- b) Apresentar as características do empreendedorismo feminino no Brasil;
- c) Caracterizar o setor do vestuário de Divinópolis-MG;
- d) Apresentar os desafios do empreendedorismo feminino no setor do vestuário.

O estudo se torna relevante por contribuir para o conhecimento científico por meio de uma proposta teórico-empírica. A pesquisa também se justifica em seu viés social no intuito de buscar identificar o perfil das mulheres empreendedoras e os principais desafios vivenciados por

elas na gestão de seus negócios voltados para a área do vestuário. No contexto governamental a pesquisa torna-se relevante por fornecer informações que poderão subsidiar futuras ações de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo. No campo empresarial a pesquisa contribui para o entendimento do mercado do vestuário a partir dos desafios testemunhados pelas empresárias selecionadas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Definições de

empreendedorismo

O empreendedorismo vem crescendo nos últimos anos no Brasil em decorrência de inúmeras variáveis mercadológicas que concorrem diretamente para esta prática. Este movimento de massificação tem despertado interesse também no campo científico, gerando inúmeras produções acadêmicas associadas a esta proposta empreendedora. Já na proposta conceitual do empreendedorismo é possível identificar diferenças conceituais entre autores. O Quadro 01 apresenta uma síntese de alguns conceitos teóricos.

Quadro 01 – Definições de Empreendedorismo

Autor	Definição
Barreto (1998, p. 190)	“Empreendedorismo é a habilidade de se conceber e estabelecer algo partindo de muito pouco ou quase nada.”
Bom Angelo (2003, p. 25)	“Empreendedorismo é a criação de valor por pessoas e organizações trabalhando juntas para implementar uma ideia por meio da aplicação de criatividade, capacidade de transformar e o desejo de tomar aquilo que comumente se chamaria de risco”.
Dornelas (2005, p. 39)	“Empreendedorismo é o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam a transformação de ideias em oportunidades”.
Timmons (Citado por DOLABELA, 2006, p. 30)	“O empreendedorismo consiste numa revolução silenciosa, que será para o século 21 mais do que a revolução industrial foi para o século 20.
Sarkar (2008, p. 26)	“Empreendedorismo é o processo de criação e/ou a expansão de negócios que são inovadores ou que nascem a partir de oportunidades identificadas.”
GEM (2013b, p. 5)	“[...] qualquer tentativa de criação de um novo empreendimento, como, por exemplo, uma atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente”.
Schumpeter apud Dornelas (2012, p. 28)	“O empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e matérias.”

Fonte: Adaptado de Silva & Guimarães (2016)

A partir do quadro acima é possível identificar divergências de ideias centrais associadas ao empreendedorismo. Enquanto alguns autores sustentam a proposta principal na criatividade de novos negócios, outros defendem a dinâmica econômica, social e comportamental. Vale ressaltar que mesmo com divergências conceituais quanto aos meios o objetivo final é bem comum entre os autores sustentando como proposta o atendimento a demandas mercadológicas.

Convergindo para o viés científico por mais que o assunto tenha gerado muitas produções nos últimos anos, as variáveis de análise inerentes ao tema são inúmeras, contribuindo para diversas possibilidades de recortes ao tema, não esgotando a temática científica, tornando-a atual. Dolabela (2003) ainda ratifica que o empreendedorismo não é um tema novo ou saturado, mas atual, visto que é inerente à ação humana no ambiente de atuação.

2.2. Tipos de empreendedorismo: necessidade x oportunidade

As modalidades de empreendedorismo estão diretamente associadas ao cenário econômico de uma país (Hisrich & Peters, 2004; Carree, Stel,

Thurik, & Wennekers, 2007; Wennekers, Stel, Thurik, & Reynolds, 2008). Estudos de Wennekers & Thurik, 1999 apud Brás (2013) revelam uma relação inversa entre o empreendedorismo por necessidade e o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, ou seja, quanto menor for o PIB per capita de uma país, maior será a taxa de crescimento por necessidade, a relação inversa também pode proporcionar um aumento nas taxas de empreendedorismo por oportunidade.

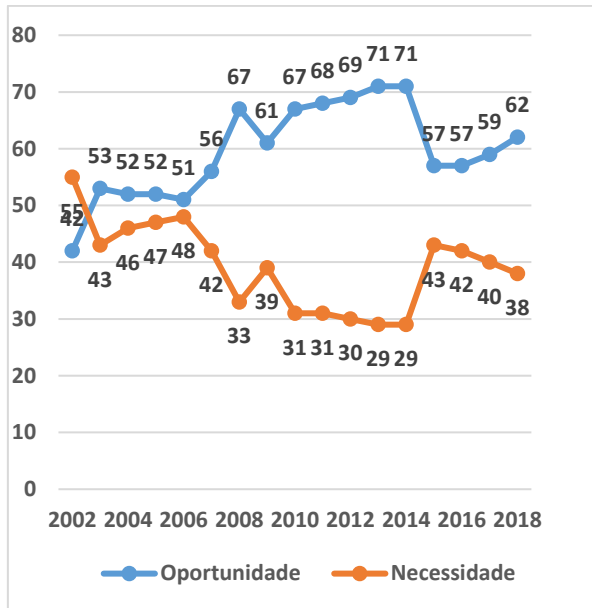
O empreendedorismo por necessidade consiste na abertura do próprio negócio para o sustento próprio ou familiar, uma vez que o profissional encontra-se desempregado ou sem opções de emprego. Esta modalidade é caracterizada por auto risco, visto que muitas empresas não conseguem se manterem no mercado por muito tempo em função da falta de planejamento e gestão eficaz e competitiva na condução do próprio negócio (Dornelas, 2014). Na mesma linha Moreira (2010) ratifica que este tipo de empreendedorismo surge como uma proposta de sobrevivência financeira.

Já o empreendedorismo por oportunidade se caracteriza por meio da identificação de uma oportunidade

viável no mercado de trabalho no qual o empreendedor identifica um negócio específico que queira trabalhar, estuda o cenário, avalia as possibilidades, desenvolve um plano de negócios e implanta o negócio com estratégias bem definidas a fim de tornar o negócio rentável e competitivo (Dornelas, 2014; Ramos, Espíndola & Machado, 2019).

No cenário brasileiro dados do último relatório publicado do GEM, 2018, revelou que um pequeno aumento na taxa de empreendedores por oportunidade e necessidade quando se compara ao ano anterior: “em 2017 para cada para cada empreendedor inicial por necessidade, havia 1,5 empreendedores por oportunidade. Em 2018, essa relação chega a 1,6” (GEM, 2018, p. 11). O mesmo órgão publicou a proporção percentual do empreendedorismo por oportunidade e necessidade referente aos anos de 2002 a 2018, conforme evidenciado no gráfico abaixo:

Gráfico 01 – Empreendedorismo por oportunidade e necessidade como proporção (em %) de taxa de empreendedorismo inicial – Brasil – 2002:2018



Fonte: GEM Brasil 2018

A partir do gráfico 01 é possível identificar uma grande predominância da modalidade por oportunidade ao longo dos anos (2002 – 2018). Destaca-se aqui o crescimento de oportunidades identificadas no cenário nacional. Conforme já sustentado neste estudo, esses índices são diretamente associados ao cenário econômico e político do país, visto que são variáveis que interferem diretamente na ação empreendedora do país.

2.3. As características do empreendedorismo feminino no Brasil

No Brasil o reconhecimento da mão de obra feminina teve o seu advento na década de 70 no qual as mulheres começaram a conquistar um espaço

no mercado de trabalho, podendo trabalhar fora de suas casas, desaquecendo aos poucos o título de “donas de casa” no qual foram reconhecidas por muitos anos (SEBRAE, 2014). Atualmente esta configuração mudou de forma radical. Jonathan (2011, p. 33) afirma que a “mulher contemporânea possui como características típicas a administração da casa, o cuidado familiar e as atividades fora do lar”.

Com o passar dos anos esta inserção da mulher no mercado de trabalho foi ganhando destaque até atingir o nível de igualdade ao gênero masculino. A participação das mulheres no mercado de trabalho é um movimento de extrema importância para o desenvolvimento econômico do país, contribuindo diretamente para a multiplicidade dos agentes econômicos e sociais, favorecendo para a geração de emprego e renda (Micozzi & Lucarelli, 2016).

Como fatores motivacionais ao empreendedorismo, a necessidade pela independência, a complementação da renda familiar e a autorrealização tem se tornado fortes motivos para a promoção do empreendedorismo feminino no Brasil (Almeida et al, 2011). Machado et al

(2003, p. 08) ainda ampliam esses motivos citando “a oportunidade de mercado, os problemas com trabalho anterior, sobretudo na dificuldade de conquista a cargos de níveis superiores elevados, a perda de emprego e as razões ligadas a famílias”.

Quanto ao perfil pessoal Jonathan apud Silva et al (2016, p. 154) sustenta que as mulheres brasileiras empreendedoras “são confiantes, destemidas, capazes de gerir um negócio, às vezes temerosas em aspectos financeiros, mas são, acima de tudo, focadas, determinadas e aptas a fazer o que se propõem”. Amorim e Batista (2012) ainda avança ao afirmar que elas conseguem desenvolver diversas atividades simultaneamente e ainda administrar de forma peculiar e sincrônica a vida pessoal e profissional.

Mesmo com todo este dinamismo feminino, Welsh *et al* (2014) ressaltam que o apoio familiar, a qualificação, a competência técnica e gerencial e a experiência profissional adquirida são ainda fatores de extrema importância para que as mulheres empreendedoras se sintam mais seguras na condução de seus negócios empresariais.

2.4. O setor do vestuário de Divinópolis-MG

Delimitando para a abordagem regional o município de Divinópolis-MG possui como varejo de destaque os empreendimentos voltados ao setor do vestuário, sendo considerado como a vocação profissional e o arranjo produtivo local. Dados do histórico contemplado no boletim técnico do Sindicato das Indústrias de Vestuário de Divinópolis (SINVEDS, 2015) relata que este avanço vocacional teve o seu advento na década de 90 quando um grupo de confeccionistas passaram a participar de excursões voltadas para o setor com o objetivo de conhecer as estratégias, atrair clientes potenciais e alavancar as vendas.

O ápice deste movimento foi a realização de uma feira de moda realizada no parque de exposições do município em 1992 e que gerou um resultado e uma perspectiva muito positiva quanto ao avanço do setor no município. Anos mais tarde, em 1996, criou-se um shopping exclusivo para este setor, Divishop, composto por 86 lojas e localizado próximo ao terminal rodoviário do município por ser um local estratégico para atrair compradores de outros municípios. O sucesso foi tão grande que poucos

meses após a inauguração, o local já atraía excursões de cidades próximas, atingindo recorde em vendas.

Já por volta do ano 2000 diversos outros empreendimentos no ramo também foram abertos próximo ao local, tendo em vista a localização estratégica e o fluxo de clientes vindo de outras cidades. Não muito distante, na região central também houve uma expansão de lojas no segmento, uma vez que Divinópolis passou a receber o fluxo maior de pessoas com o objetivo de consumir produtos de vestuário, sendo reconhecida regionalmente como a ‘Capital da Moda’. Dados do boletim técnico do SINVEDS revela que Divinópolis acolhia neste período clientes de várias regiões do Brasil, entre elas, Montes Claros, São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro e até de Aracajú – SE.

Portanto vale ressaltar que todo o negócio possui um risco inerente. O negócio associado ao vestuário muitas vezes envolve moda e esta ramificação por sua vez está associada às diversas coleções conforme as estações do ano, tornando o ciclo de vida dos produtos mais curtos, constituindo assim um dos maiores desafios do setor. Schmid (2003) ainda cita a adequação e

variedade do mix de produtos do ponto de venda como fatores determinantes para as vendas no varejo de vestuário. Portanto, diante deste cenário, torna-se fundamental o planejamento, a estratégia e a readequação para se manter num mercado tão volátil conforme já sustentado por Vasconcelos (2003) e Hirata & Machado (2008).

Atualmente as vendas no setor do vestuário em Divinópolis-MG já não possuem a mesma expansão e volume, tendo em vista a alta competitividade, a guerra em função do custo de produção e preço de venda e também a expansão de produtos chineses a baixo custo em todo o território nacional. Mas apesar do desaquecimento econômico regional do setor, o ramo do vestuário ainda é representativo na região do centro-oeste de MG, atraindo consumidores de municípios próximos, despertando o interesse como objeto de estudo desta pesquisa acadêmica.

2.5. Os desafios do empreendedorismo feminino

Os desafios sempre foram elementos presentes na prática empreendedora de qualquer tipo de negócio, sobretudo no que tange aos ambientes internos (empresas) e externos (mercado). O

exercício empreendedor exige muita análise, dinamismo e ações assertivas frente ao mercado de atuação. No entanto pesquisas de cunho empírico revelam que os desafios muitas vezes podem ser maiores e complexos quando associados ao gênero feminino. Entre os desafios já elencados em alguns estudos anteriores, Jonathan (2003) afirma que as empreendedoras brasileiras sofrem pressões associadas aos preconceitos de gênero e idade. No mesmo raciocínio Fernandes e Mota Ribeiro (2017) alegam preconceito e discriminação quanto ao gênero. Machado, Barros e Palhano (2003, p. 12) por sua vez contemplam a “dificuldade de conciliar trabalho e família, à falta de tempo, a falta de acesso a informações e a dificuldade para obter financiamento”.

Já estudos sustentados por Ramos, Espíndola & Machado (2019), a partir do modelo estruturado por Dornelas (2005), revelaram desafios envolvendo a falta de credibilidade da clientela, a concorrência e o medo de realizar altos investimentos no negócio. Hasan e Almubarak (2016) e Mathew, (2010) já mencionam, entre os principais desafios, a dificuldade de relação entre trabalho e família, principalmente

quando se tem filhos pequenos. Silva et al (2016) ainda avançam na proposta do conhecimento evidenciando em seus estudos a necessidade de aprimoramento nas habilidades gerenciais e tecnológicas.

No que tange à proposta de superação dos desafios, Machado, Barros e Palhano (2003) e Silva et al (2016) sustentam que é fundamental o apoio familiar e principalmente dos cônjuges. Não obstante, além do apoio familiar, as ações governamentais de incentivo à prática empreendedora também precisam ser intensificadas (Jonathan, 2005), sobretudo na facilidade de acesso ao crédito (Machado, Barros & Palhano, 2003).

3. METODOLOGIA

No intuito de atingir os objetivos deste artigo a proposta metodológica se sustentou em uma pesquisa descritiva de cunho exploratório e de caráter qualitativo. A escolha pelo caráter qualitativo ocorreu pelo fato da proposta “permitir o exame cuidadoso das variáveis a fim de obter o melhor entendimento” conforme sustentado por Collis e Hussey (2005, p. 28).

Para a realização desta pesquisa selecionou-se 02 mulheres empreendedoras de cada categoria do setor do vestuário de Divinópolis-MG, sendo distribuídas em moda praia, infantil, gestante, feminina e masculina. A escolha pelo setor do vestuário ocorreu em função da vocação profissional local. Em relação a escolha deste número se deu pela facilidade de coleta de dados e por acreditar que um número de amostra muito expressivo poderia saturar os resultados, conforme sustentado por Fontanella *et al* (2008). A técnica de coleta de dados ocorreu por meio de um roteiro de entrevistas semiestruturadas contendo 11 questões, subdivididas em 2 categorias (pessoal e profissional). A técnica de análise se desenvolveu a partir da análise de conteúdo, por meio da organização dos dados e categorização, conforme proposto por Bardin (2010).

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para a realização desta base empírica foram envolvidas 10 empreendedoras do setor do vestuário de Divinópolis-MG de seguimentos diferentes envolvendo moda praia, infantil, gestante, feminina e masculina. Para

tanto aplicou-se um roteiro semiestruturado de entrevistas contemplando 11 questões que foram divididas em 02 categorias. As 03 primeiras questões referentes à categoria pessoal e as 08 questões seguintes inerentes à categoria profissional. O primeiro questionamento junto às empreendedoras abordou as razões que as motivaram a abrir o próprio negócio. Identificou-se motivações diversas entre as quais podemos destacar a oportunidade identificada no mercado (Ent. 1, 3 e 9), o convite de um membro familiar (Ent. 2), o gosto e a afinidade pelo negócio (Ent. 6), a necessidade de empreender em função da perda do emprego anterior (Ent. 8) e a experiência profissional anterior na área (Ent. 10). Apesar da diversidade dos fatores motivadores o empreendedorismo por oportunidade se destacou, sendo relatado por 03 entrevistadas (1, 3 e 9). Esta evidência ratifica os dados do relatório do GEM 2018 que foram citados na seção 2.2 deste estudo no qual revela-se uma predominância do empreendedorismo por oportunidade no Brasil.

Em seguida questionou-se sobre o papel dos familiares na gestão dos negócios. Evidenciou em todas as

entrevistadas a importância da família na condução dos negócios. Os relatos confirmam a proposta sustentada por Machado, Barros e Palhano (2003) e Silva et al (2016) no qual defendem que o apoio familiar é fundamental na condução dos negócios por elas geridos. Ressalta-se ainda que mesmo para a entrevistada 07, que é solteira e é a mais nova entre as empreendedoras entrevistadas, o apoio da família é de suma importância.

Findando a categoria de cunho pessoal as empreendedoras relataram sobre os inúmeros desafios de conciliação entre empresa e família. Os relatos a seguir traduzem um pouco essa realidade:

“Para mim é muito difícil. Sou esposa, mãe de adolescente, empresária, estudante e ainda nos finais de semana ajudo na igreja. A minha sorte é que o meu marido faz muita coisa em casa senão eu não suportava tudo isso, aí o casamento poderia estar até mesmo em crise (Ent. 01)

“Hoje é mais tranquilo porque os meus filhos estão grandes, mas quando eles eram pequenos já cheguei a abrir mão de projetos e

empreendimentos por causa deles. Era muito difícil conciliar as coisas porque na época os meus filhos dependiam muito de mim” (Ent. 05)

“É um grande desafio. Eu tenho um filho pequeno de 03 anos que depende muito de mim. Eu preciso me readaptar pra conciliar tempo para estar com ele. Meu marido me ajuda muito, mas tem coisas que só a mãe mesmo que consegue resolver” (Ent. 06)

As evidências acima apresentaram um pouco da grandiosidade dos desafios de conciliação entre empresa e família. O relato da entrevistada 1 confirma a proposta de Amorim e Batista (2012) que defendem que as mulheres conseguem desenvolver diversas atividades simultaneamente, conciliando a vida pessoal e profissional. Já os relatos das entrevistadas 5 e 6, ratificam a proposta sustentada por Hasan e Almubarak (2016) e Mathew, (2010), que afirmam que os desafios na conciliação entre empresa e família podem ser maiores quando se tem filhos menores.

A partir da análise categorial de cunho pessoal é possível identificar, a partir dos relatos das entrevistadas, uma sintonia entre as dimensões teórica e

empírica desta pesquisa, gerando confirmação científica a estudos anteriores, principalmente no que tange ao apoio familiar na condução dos negócios, o desenvolvimento de atividades simultâneas e na dificuldade de conciliação entre empresa e família quando se tem filhos menores.

Convergindo para a categoria profissional como primeiro questionamento abordou-se sobre os desafios que elas enfrentam como empreendedoras. Evidenciou-se inúmeros desafios como os altos custos de manutenção da loja (Ent. 02, 03 e 10), o grande número de concorrentes e a concorrência desleal (Ent. 04), a falta de união entre as empresárias do setor (Ent. 05), falta de incentivo governamental (Ent. 06) e lidar com cada tipo de cliente (Ent. 07). O fragmento a seguir ainda apresenta uma peculiaridade do setor:

“Eu cito 02 desafios que pra mim são cruciais. O primeiro deles é trabalhar com moda. Trabalhar com esse tipo de produto é complicado porque muda muito rápido e o tempo todo. O ciclo do produto é muito curto. Tem que correr e vender dentro do prazo para não ficar com o produto parado. O outro desafio é a concorrência aqui na

cidade. Por ser um polo do vestuário tem muita gente vendendo a mesma coisa. A gente fica até com receio de investir mais dinheiro no negócio. É tudo muito instável. É preciso gostar do que faz porque senão a gente desiste do negócio” (Ent. 08).

O relato da entrevistada 06 ratifica os estudos de Jonathan (2005) que afirma que as ações de incentivo governamental precisam ser alavancadas. Já as evidências das entrevistadas 4 e 8 confirmam a proposta de Ramos, Espíndola & Machado (2019), que elencou entre os principais desafios a concorrência e o medo de realizar altos investimentos no negócio, até mesmo por se tratar de um mercado muito instável, dinâmico e volátil, conforme já sustentado por Vasconcelos (2003) e Hirata & Machado (2008).

A seguir a categoria abordou mais 02 questões avaliando a relação das empreendedoras com os sócios (Ent. 03, 06, 09 e 10) e com os membros da família que estão inseridos no negócio (Ent. 02, 03, 05, 06 e 09). Todas as empreendedoras foram unânimes ao afirmarem ter uma boa relação com os sócios e com os membros da família que estão inseridos no negócio.

Em seguida questionou-se sobre a frequência de qualificação das empreendedoras no intuito de identificar a capacidade de buscar novos conhecimentos e adquirir novas competências para a condução dos negócios. Os relatos evidenciaram que 60% das empreendedoras (Ent. 01, 02, 04, 06, 08 e 09) buscam adquirir novos conhecimentos por meio de cursos, palestras, workshops e participação em feiras. Em contrapartida 40% das empreendedoras testemunharam que não tem buscado esta qualificação em função da disponibilidade de tempo (Ent. 03), por já terem outros compromissos já assumidos (Ent. 05) e o cansaço mental que a loja tem gerado (Ent. 07 e 10).

A próxima pergunta abordou as entrevistadas se elas teriam dificuldade de acesso a crédito e linhas de financiamento por serem mulheres. Todas as empreendedoras foram unânimes em revelar que não sofrem nenhuma dificuldade associada ao gênero. Estas evidências não traduzem as dimensões teóricas sustentadas pelo SEBRAE (2018) no qual alega que as mulheres empreendedoras encontram dificuldades de atrair investidores e de

conseguirem linhas de crédito expressivo. O fragmento a seguir traduz um pouco essa realidade:

“Não. O que vale é o dinheiro. Eu nunca presenciei este tipo de dificuldade. Já aconteceu situações de eu não conseguir crédito, mas foi em decorrência do meu contexto financeiro que eu estava vivendo na época e também por alguma ação do governo” (Ent. 06).

O depoimento da entrevistada 06 confirma a proposta sustentada por Jonathan (2005) e Machado, Barros & Palhano (2003) no qual sustentam que o governo deveria intensificar as ações de incentivo à prática empreendedora, sobretudo na facilidade de acesso ao crédito.

Dando sequência na categoria profissional a próxima pergunta contemplou se as empreendedoras se deparam com dificuldades no mercado por serem mulheres. Identificou-se que 100% das empreendedoras não enfrentam dificuldades no mercado em função do gênero. O fragmento a seguir traduz um pouco este cenário:

“Tenho 52 anos e posso afirmar que atualmente isso não existe. No passado já enfrentei discriminação sim. Muitas vezes a gente era vista como

alguém que não conseguia tomar conta do negócio de forma correta e que a gente tinha que ficar em casa cuidando dos filhos, mas no ramo empreendedor isso não existe mais” (Ent. 10).

O testemunho acima não traduz as dimensões teóricas sustentadas por Jonathan (2003) e Fernandes e Mota Ribeiro (2017) que alegaram que por muitas vezes as empreendedoras sofrem preconceitos associados ao gênero. Ressalta-se que a entrevistada mais velha (Ent. 10) até elencou que no passado já sofreu discriminações quanto ao gênero, mas que atualmente este tipo de ação já não é comum no mercado de atuação.

Na proposta seguinte solicitou-se às empreendedoras que elas pudessem dar sugestões para mulheres que desejam abrir o próprio negócio. O quadro abaixo apresenta a síntese das diversas sugestões apresentadas

Quadro 03 – Sugestões para novas empreendedoras

Entrevistada	Sugestões
Ent. 1	Ter uma visão clara do negócio e não viver somente para copiar da concorrência
Ent. 2	Ter um bom planejamento financeiro
Ent. 3	Montar um bom plano de negócios antes de

	abrir o empreendimento
Ent. 4	Ter muita criatividade no negócio. Inovar o tempo todo
Ent. 5	Procurar o apoio dos consultores do SEBRAE
Ent. 6	Ter um bom planejamento financeiro e trabalhar as redes sociais
Ent. 7	Escolher bem o produto que irá trabalhar e inovar sempre
Ent. 8	Fazer algo que ama e não simplesmente por dinheiro
Ent. 9	Ter um bom quantitativo de dinheiro para superar os primeiros meses
Ent. 10	Procurar inovar o tempo todo. Sair do modelo convencional

Fonte: dados da pesquisa.

A partir da síntese das sugestões apresentadas observa-se uma predominância em 02 pilares: planejamento e inovação. Esses pilares elencados estão diretamente associados ao contexto regional no setor do vestuário no qual percebe-se um alto número de concorrentes, reduzindo a demanda. Neste cenário é fundamental um bom planejamento, principalmente financeiro, para suportar os custos operacionais do empreendimento e desenvolver uma inovação processual no intuito de fomentar a demanda.

Os relatos evidenciados neste capítulo traduziram a proposta empírica deste estudo. Para tanto realizou-se a coleta dos dados, a categorização das questões a partir dos vieses pessoal e profissional e a análise dos dados coletados, a partir da sustentação teórica. Na maioria dos relatos das entrevistadas foi possível identificar congruências teóricas, justificando a proposta de uma pesquisa na linha teórico-empírica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar os desafios do empreendedorismo feminino no setor do vestuário de Divinópolis-MG. Na dimensão teórica desta pesquisa contemplou-se as definições e tipos de empreendedorismo, as características do empreendedorismo no Brasil, a caracterização do setor do vestuário de Divinópolis- MG e os desafios do empreendedorismo neste segmento. Na dimensão empírica aplicou-se um roteiro de entrevistas semiestruturadas contendo 10 questões, subdivididas em categorias de cunho pessoal e profissional, a 10 empreendedoras de cada categoria do setor do vestuário de Divinópolis-MG, sendo distribuídas em moda praia, infantil, gestante, feminina e masculina.

Como resposta à questão norteadora proposta e ao objetivo de pesquisa, a análise associada a categoria de cunho pessoal identificou uma sintonia entre as dimensões teórica e empírica desta pesquisa. As percepções geradas a partir do apoio familiar na condução dos negócios, no desenvolvimento de atividades simultâneas e na dificuldade de conciliação entre empresa e família quando se tem filhos menores, foram evidências fortemente comprovadas no referencial teórico deste estudo. Já na categoria de cunho profissional, os relatos evidenciados também traduziram a sustentação teórica deste estudo, sendo os únicos relatos não confirmados pelo referencial teórico as propostas associadas à facilidade de obtenção de crédito e ao preconceito referente ao gênero feminino.

Como sugestões de estudos futuros recomenda-se a ampliação dos setores e da amostra selecionada, no intuito de avaliar se os desafios são congruentes ou complementares a fim de validar a dinâmica teórico-empírica dos estudos científicos já realizados. Como recomendações gerenciais, sugere-se a análise do mercado e um melhor planejamento do negócio gerido.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ivana Carneiro; ANTONIALLI, Luiz Marcelo; GOMES, Almiralva Ferraz. Comportamento estratégico de mulheres empresárias: estudo baseado na tipologia de Miles e Snow. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 10, n. 1, p. 102-127, 2011.
- AMORIM, Rosane Oliveira; BATISTA, Luiz Eduardo. Empreendedorismo feminino: razão do empreendimento. **Núcleo de Pesquisa da FINAN**, v. 3, n. 3, p. 1-14, 2012.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70, 2010.
- BARRETO, Luiz Pondé. Educação para o empreendedorismo. **Salvador: Escola de Administração de Empresas da Universidade Católica de Salvador**, 1998.
- BOM ÂNGELO, Eduardo. **Empreendedor corporativo: a nova postura de quem faz a diferença**. Campus, 2003
- BRÁS, Gonçalo. O empreendedorismo e suas determinantes: oportunidade ou necessidade?. **Gestão e Desenvolvimento**, n. 21, p. 101-121, 2013.
- CARREE, M., STEL, A. V., THURIK, R., & WENNEKERS, S. The relationship between economic development and business ownership revisited. **Entrepreneurship and Regional Development**, v. 19 n. 3, p. 265 – 281, 2007
- COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. Bookman, 2005
- DOLABELLA, Fernando. **Pedagogia Empreendedora**. Cultura Editores, 2003.
- _____, Fernando. **O segredo de Luísa: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa**. 14. Ed. São Paulo: Cultura, 2006
- DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Elsevier, 2005.
- _____, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Elsevier, 2012.
- _____, José. Carlos Assis. **Empreendedorismo para visionários: desenvolvendo negócios inovadores para um mundo em transformação**. Rio de Janeiro: Empreende/LTC, 2014.
- FERNANDES, Emilia; MOTA-RIBEIRO, Silvana. “Respect” and “self-determination” women entrepreneurs’ identities and entrepreneurial discourses. **Gender in Management: An International Journal**, v. 32, n.1, p.66-80, 2017.
- FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de saúde pública**, v. 24, p. 17-27, 2008.
- GEM. GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Empreendedorismo no Brasil. Relatório Executivo. Curitiba: Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade – IBQP/SEBRAE/FGV. Curitiba: IBQP, 2013a.
- _____. GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Empreendedorismo no Brasil. 2015. Análise dos resultados do GEM 2015 por gênero. Curitiba: Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade – IBQP/SEBRAE/FGV, 2018.
- HASAN, Fatima; ALMUBARAK, Muneer Mohammed Saeed. Factors influencing women entrepreneurs’ performance in SMEs. **World Journal of Entrepreneurship, Management and**

Sustainable Development, v.12, n.2, p.82-101, 2016.

HISRICH,, R., D., & PETERS, M., P., **Empreendedorismo**. (5a. ed.). Porto Alegre, 2004

HIRATA, Guilherme Issamu; MACHADO, Ana Flávia. **Conceito de informalidade/formalidade e uma proposta de tipologia**. 2008.

JONATHAN, Eva Gertrudes. Empreendedorismo feminino no setor tecnológico brasileiro: dificuldades e tendências. **Encontro de Gestão Estratégica de Pequenas Empresas**, n. 3, 2003.

_____, Eva Gertrudes. Mulheres empreendedoras: medos, conquistas e qualidade de vida. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 3, p. 373-382, 2005.

_____, Eva G. Mulheres empreendedoras: o desafio da escolha do empreendedorismo e o exercício do poder. **Psicologia Clínica**, v. 23, n. 1, p. 65-85, 2011.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing: A Bíblia do Marketing**. Pearson Prentice Hall, 2006.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Atlas, 2010.

MACHADO, Hilka Vier et al. O processo de criação de empresas por mulheres. **RAE eletrônica**, v. 2, n. 2, p. 0-0, 2003.

MACHADO, Hilka Pelizza Vier; BARROS, Gislaine Viera de; PALHANO, Dayane Yoshie Miyaji. Conhecendo a empreendedora norte paranaense: perfil, porte das empresas e dificuldades de gerenciamento. **Anais EGEPE-3º Encontro de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresa**, p. 171-197, 2003.

MATHEW, Viju. Women entrepreneurship in Middle East: Understanding barriers and use of ICT for entrepreneurship development. **International Entrepreneurship and Management Journal**, v. 6, n. 2, p. 163-181, 2010.

MICOZZI, Alessandra; LUCARELLI, Caterina. Heterogeneity in entrepreneurial intent: the role of gender across countries. **International Journal of Gender and Entrepreneurship**, v.8, n.2, p.173-194, 2016.

PARENTE, Juracy. **Varejo no Brasil: gestão e estratégia**. Editora Atlas, 2000.

RAMOS, Maria Cecília; ESPÍNDOLA, Marcelo Agenor, MACHADO, Daniel Mello. Empreendedorismo feminino: Uma análise das mulheres empreendedoras a partir do Modelo de Dornelas. **Revista Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos**, v. 1, n. 3, p. 68 – 89, 2019.

SARKAR, Soumodip. **O empreendedor inovador: faça diferente e conquiste seu espaço no mercado**. Elsevier, 2008.

SCHMID, Erika F. Varejo de moda-estratégias de marketing para diferenciação diante da concorrência. **ANGELO, CF & SILVEIRA JAG Varejo competitivo**, p. 107-133, 2003.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico (1934). **Tradução de Maria Sílvia Possas. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural**, 1997.

SEBRAE. **Empreendedorismo Feminino**. 2014.

Disponível em <www.sebraemg.com.br/Atendimento/biblioteca/digital/documento/cartilha-ouLivro/pesquisaEmpreendedorismo-feminino-Fevereiro-de-2014>. Acesso em: 20 de mai 2018.

_____, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Microempreendedor Individual. 2018

Recuperado de:

<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-e-sermei,e0ba13074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. (22 de Abril de 2020).

SILVA, Carlos Henrique Costa. Novas formas de comércio e consumo: estudo sobre as lojas de conveniência. **Geografia**, p. 65-82, 2002.

SILVA, Amanda Suênya Brito; GUIMARÃES, Jairo Carvalho. Empreendedorismo feminino: perfil no segmento da beleza e da estética. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 12, n. 2, p. 53-71, 2016.

SINVEDS. **Sindicato das Indústrias de Vestuário de Divinópolis**. Divinópolis/MG Boletim Técnico. 2015.

VASCONCELOS, Cláudio Roberto Fóffano. O comércio Brasil-Mercosul na década de 90: uma análise pela ótica do comércio intra-indústria. **Revista Brasileira de Economia**, v. 57, n. 1, p. 283-313, 2003.

WELSH, Dianne HB et al. Saudi women entrepreneurs: a growing economic segment. **Journal of Business Research**, v. 67, n. 5, p. 758-762, 2014.

WENNEKERS, Sander; THURIK, Roy. Linking entrepreneurship and economic growth. **Small Business Economics**, v. 13, n. 1, p. 27-56, 1999.

_____. Sander et al. Nascent entrepreneurship and the level of economic development. **Small business economics**, v. 24, n. 3, p. 293-309, 2005.

PEQUENOS NEGÓCIOS EM TEMPOS DE COVID-19: Impacto e Estratégias de Sobrevivência.

Aline Aparecida dos Santos Vasconcelos ³⁹

Ciro Antônio Pereira Lemos ⁴⁰

Dara Mara Aparecida dos Reis ⁴¹

Kamila Rodrigues de Oliveira ⁴²

RESUMO

A pandemia da COVID 19 modificou o padrão de consumo e a gestão das empresas; estimulou a inovação e teve impactos consideráveis na economia global. Em um breve espaço de tempo tudo mudou, e as empresas, principalmente as de pequeno porte, não estavam preparadas. O objetivo do estudo foi identificar e analisar os impactos da COVID-19 nos pequenos negócios do município de Cláudio-MG, bem como descrever as medidas que estão sendo adotadas neste período, além de estratégias que pretendem adotar no período pós-pandemia. Foi feito um trabalho com abordagem quantitativa e qualitativa, finalidade descritiva e realizada uma pesquisa de campo. A coleta dos dados se deu por meio de questionário enviado por e-mail para pequenos empresários da cidade de Cláudio-MG, buscando compreender como os mesmos estão se ajustando à situação de pandemia. Foi possível concluir que a inovação e o planejamento

³⁹ Graduanda em Administração Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Cláudio, e-mail: alinevasconcelos@sicoobcopermec.com.br.

⁴⁰ Mestre em Administração, Professor na Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Cláudio, e-mail: ciro.lemos@uemg.br e Professor da Faculdade de Nova Serrana - FANS, e-mail: prof.ciro@fans.edu.br.

⁴¹ Graduanda em Administração, Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Cláudio, e-mail: damaramareis@gmail.com.

⁴² Graduanda em Administração, Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Cláudio, e-mail: kamilar2607@gmail.com.

apresentaram-se como os maiores desafios aos empreendedores locais, visto que os mesmos passaram a analisar cenários e buscar soluções criativas para sobreviverem no mercado.

Palavras-chaves: Covid 19; Pequenas empresas; Estratégias.

ABSTRACT

The COVID 19 pandemic changed the pattern of consumption and management of companies; estimated innovation and had considerable impacts on the global economy. In a short space of time everything changed, and companies, especially small ones, were not prepared. The objective of the study was to identify and analyze the impacts of COVID-19 on small businesses in the municipality of Cláudio-MG, as well as defined as measures that are being adopted in this period, in addition to strategies that they intend to adopt in the post-pandemic period. A work with a quantitative and qualitative, specialized, descriptive approach was carried out and a field research was carried out. Data collection took place through a questionnaire sent by e-mail to small businesses in the city of Cláudio-MG, seeking to understand how they are adjusting to the pandemic situation. It was possible to conclude that innovation and alternative planning become the biggest challenges for local entrepreneurs, since they started to analyze scenarios and seek creative solutions to survive in the market.

Keywords: Covid 19; Small business; Strategies.

Introdução

A pandemia de coronavírus teve e ainda tem grande impacto na economia brasileira e global. Fronteiras fechadas, eventos

cancelados em todo o mundo; países entraram em recessão. A doença atravessou fronteiras, vem provocando abalos nos pequenos e médios negócios, impactando diretamente a produção industrial, no comércio, na taxa de desemprego e na renda.

A pandemia do Covid-19, ocasionada pelo vírus SARS-CoV-2 ou Novo Corona vírus, vem causando repercussões não somente nas áreas biomédica e epidemiológica em nível mundial, mas ainda repercussões e danos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem antecedentes na história atual das epidemias.

No Brasil, alterou a rotina das pessoas e das empresas. Diversos setores foram afetados e precisaram se reinventar para continuarem no mercado com competitividade. A população foi submetida ao isolamento e com isso grandes partes das atividades ficaram paralisadas, levando-nos a uma recessão global e, provavelmente, ao pior desempenho econômico desde a Grande Depressão de 1929, segundo relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Muitos empreendedores tiveram que encerrar suas atividades tendo em vista que seus negócios não sobreviveriam a este novo quadro

econômico a que foram submetidos, por não estarem operando, ou estarem operando parcialmente. Diversas empresas chegaram a um cenário financeiro caótico de liquidez. Outros empreendedores aproveitaram o momento para se adaptarem às novas demandas e conseguiram manter seus negócios em funcionamento.

O isolamento vem gerando um déficit onde empresas fechadas e com baixa liquidez induzem uma taxa maior de desemprego, o que reduz o poder de compra das famílias e a arrecadação pública. Além disso, amplia sobremaneira os gastos do governo.

Diante de tais fatos, surge a seguinte pergunta problema: quais impactos da COVID-19 nos pequenos negócios do município de Cláudio e de que forma os empreendimentos estão reagindo?

O objetivo do estudo foi identificar e analisar os impactos da COVID-19 nos pequenos negócios do município de Cláudio-MG, bem como descrever as medidas que estão sendo adotadas neste período e estratégias que pretendem adotar no período pós-pandemia.

O reconhecimento da situação de pandemia ganhou destaque tanto no ramo midiático quanto econômico.

A Organização Mundial de Saúde declarou que a infecção pelo novo coronavírus é uma emergência de saúde pública, que se instala e propaga com uma imensa liquidez.

A partir desse cenário, observa-se que ganharam foco as críticas à estratégia do isolamento social, visto que existem dois lados: os que defendem o isolamento social, e os que são a favor da voltar da normalidade. O primeiro grupo defende que é necessário o isolamento para todos, visto que o vírus alcança todas as faixas etárias. Já o segundo argumenta que a eventual restrição de contato social deveria ser direcionada apenas para os grupos de risco, isto é, pessoas com mais de 60 anos ou que sejam portadores de doenças crônicas. Por decorrência, o restante da sociedade deveria retomar as atividades e normalidade o quanto antes a fim de reduzir os impactos econômicos desta nova forma de parada súbita.

A economia do país passa por um momento de crise, e os mais afetados são os pequenos negócios, em especial os que estão instalados em cidades pequenas, como, por exemplo, os da cidade de Cláudio. Situada em Minas Gerais, a localidade, com cerca de 28.617 habitantes, de

acordo com a estimativa do IBGE de 2019, já começa a sentir os impactos e precisa traçar estratégias para sua sobrevivência. Um novo horizonte aguarda os pequenos empreendimentos e a análise dos impactos pode auxiliá-los a se adaptar ou driblar a crise que ainda está em curso.

O tema possui uma grande importância para os estudos acadêmicos, tendo em vista que as análises realizadas podem ser utilizadas como embasamento teórico, caso futuramente venha a ocorrer uma nova pandemia. Com a pesquisa realizada, foi possível prever possíveis impactos na economia e nas empresas. Além disso, agrega conhecimento aos futuros profissionais da administração, que devem saber como lidar e gerir da melhor forma as empresas e qual a decisão mais adequada a ser tomada, mesmo em meio a uma crise sanitária e econômica.

2 Referencial teórico

Primeiramente, é necessário entender o que é crise. Muitos empreendedores pensam que crise está relacionada somente à queda das vendas, porém, existem várias outras

crises no mercado. Dentre elas, as mais comuns serão citadas e tratadas em seguida.

2.1 Falência e recuperações judiciais

Com esta nova crise mundial decorrente da pandemia da Covid-19, cada vez mais as empresas vão recorrer a esta opção, ou seja, realizando renegociações, do Instituto da Recuperação Judicial, que tem como objetivo principal a sobrevivência da empresa.

O artigo Art. 1º, da Lei nº 11.101/2005, conhecida como a Lei de Falência e Recuperação Judicial, demonstra como o processo de falência de uma empresa funciona. Uma das principais inovações e mudanças que a citada Lei permitiu foi a divisão entre empresas inadimplentes e insolventes. Assim, a Lei de Falência inova no sentido de visar e dispor de recursos que permitem mais possibilidades para manter a empresa aberta para o mercado, com o objetivo de manter a sua função social e os empregos que a atividade econômica gera (BRASIL, 2005). Desta forma, antes do fechamento da empresa são

colocados em prática todos os recursos para manter a empresa ativa.

2.2 Aumento de desemprego

O desemprego é uma das grandes questões sociais no Brasil, portanto, a geração de emprego e a qualificação da mão-de-obra deve ser alvo prioritário para os governantes e para a sociedade civil como um todo.

O nível de desemprego no Brasil está cada vez maior com a crise. Com base nos dados do IBGE (2020), no quarto trimestre de 2020 a taxa de desemprego chegou a 11,8%, sendo muito preocupante para população brasileira.

A formação deste nível é composta por pessoas desocupadas. Há também diferenças entre as regiões do Brasil, algumas com maiores, outras com menores níveis de desemprego. Algumas pessoas não podem ser consideradas desempregadas, ou seja, não podem trabalhar porque já possuem outra ocupação. Como exemplos desse cenário citam-se os universitários que dedicam o seu tempo estudando, donas de casa que não trabalham fora e também um empreendedor, dono de seu próprio negócio.

É importante ressaltar também que os beneficiários dos programas sociais, como por exemplo: bolsa família, seguro desemprego, contaram, ao menos até o final do ano de 2020, com o auxílio emergencial. Tal benefício foi direcionado também para pessoas que estão fora do grupo dos desempregados.

2.3 Diminuição da renda

A diminuição da renda não significa, necessariamente, redução salarial. Ela pode decorrer pela diminuição do poder de compra, causada pela inflação, ou pelo desemprego.

Rosa (2001, p.99) destaca que:

A administração de crises leva em conta que as grandes crises exigem a adoção de ações imediatas, assim que se tornem explícitas, pois é fundamental que os agentes envolvidos produzam iniciativas buscando o correto posicionamento perante a

opinião
pública.

O período de isolamento social devido a pandemia do coronavírus também impactou negativamente a renda dos trabalhadores. Instalada a crise, muitos tiveram a redução da renda, mesmo os que estão protegidos pela legislação trabalhista, tendo um salário mais baixo e reduzido o poder de compra.

2.4 Diminuição nos níveis de produtividade

Neves e Pessoa (2006) afirmam que precisa haver planejamento, pois, somente assim, as empresas obterão sucesso. Em tempos de crise, as empresas passam a produzir menos, reduzir os serviços; em alguns casos ocorre, ainda, uma queda elevada no nível de produtividade. Muitas delas foram surpreendidas por ocorrências que poderiam ter sido evitadas ou minimizadas, caso houvesse um planejamento adequado.

A ausência de planejamento pode provocar diversos problemas no futuro, pois mesmo sabendo o quanto é importante o planejamento empresarial, muitos empresários não dedicam tempo suficiente na

elaboração de bons planos para seus negócios. Este cenário provoca a falência pela falta de investimentos e também pela falta de tempo em planejamento estratégico (LIMA, 2000).

Torna-se ainda importante destacar alguns aspectos ligados à macroeconomia. Entre eles, o aumento do endividamento público, que acontecerá em várias nações pela elevação dos gastos para conter a COVID19, que podem levar à diminuição da arrecadação de impostos, recrudescimento da inflação, com danos negativos sobre a produtividade e o nível geral dos investimentos. Sabe-se que um dos efeitos mais imediatos disso é o aumento do desemprego.

Outro aspecto, que pode ser afetado pela crise e sua relação com a produtividade, é a realocação de fatores produtivos entre empresas. Essa heterogeneidade é mais marcante em economias emergentes e em desenvolvimento, contudo, também é verificada em nações desenvolvidas. Nessa situação, uma realocação de capital e trabalho das organizações que produzem menos para as que produzem mais leva à ampliação da produtividade média da economia (PEREIRA, 2020).

Por fim, a COVID-19 reduziu o nível de atividade e fez despencar a produtividade de determinados setores, principalmente do turismo, como setor aéreo, hotéis e restaurantes. Já outros setores tendem a experimentar uma expansão das suas atividades, como tecnologia da informação, saúde e comunicação.

2.5 Redução dos níveis de investimento

A redução do nível de investimentos no país mostra que o crescimento econômico poderá ser bem abaixo do que era esperado, logo que deflagrada a crise sanitária. Os investidores e empreendedores estão com poucas perspectivas de futuro.

Nesta nova situação que vive o mercado local, regional e global, as empresas estão sem perspectivas de retorno de seus investimentos, e, com isso, estão reduzindo as atividades comerciais, produzindo menos. Sabe-se que, se uma organização não cresce é o mesmo que dizer que está em franca regressão.

Para o país e para a sociedade, isso reflete na baixa geração de emprego e renda e torna ainda mais difícil a retomada da economia e do

crescimento econômico. Diante disso, percebe-se que haverá de existir um esforço muito grande de governos, investidores e empreendedores para a retomada e superação da crise.

Diante de todas essas conturbações vivenciadas atualmente, governos e empresários buscam a novas alternativas para a sobrevivência econômica, que são a flexibilidade e adaptabilidade para lidar com a nova pandemia.

2.6 Crise Econômica

Entende-se por crise econômica os períodos que apresentam queda no crescimento do país devido a uma diminuição da atividade econômica nele desempenhada. Portanto, é um período de escassez no comércio, produção e consumo de produtos.

Como a demanda por consumo diminui, conseqüentemente o lucro das empresas se reduzem, e para tentar controlar a situação tentam reduzir despesas, como, por exemplo, o gasto com funcionários, o que faz a taxa de desemprego se elevar.

Em momentos de crise econômica o mercado se torna ineficiente, pois é um momento em que, ao invés do mercado se

organizar, passa a se desorganizar, para estabelecer a desordem (BRESSER-PEREIRA, 2009).

Para controlar a economia existem quatro tipos de políticas que são: a fiscal, monetária, cambial e de renda. A política econômica pode ter caráter restritivo ou expansionista. O paradigma ideológico em que se fundamentam as políticas públicas das nações, é a maior influência da economia política. Em outras palavras, isso significa que para diferentes estruturas políticas existem diversos objetivos de política econômica (ROSSETI, 2002).

A política fiscal possui uma grande influência sobre a economia, assim como os gastos efetuados pelo poder público, com um considerável peso, afetando sobremaneira o nível de demanda. Toda ação governamental apresenta uma reação na economia do país.

Os efeitos dos gastos públicos e da tributação dependem, em primeiro lugar de quanto é injetado ou retirado da economia. Uma vez que o nível de renda da economia depende da demanda agregada, o governo pode, claramente,

aumentar ou diminuir o nível de renda por meio de sua política fiscal. Assim, a política fiscal torna-se o mais importante instrumento de política do governo. Ela opera de forma a manter um tolerável nível de estabilização econômica e de emprego (RIANI, 2009 p.176)

A política monetária está entrelaçada com a oferta de moedas no país e atua para controlar a liquidez no mercado. Enquanto a política de rendas visa elevar o poder de consumo dos cidadãos e está ligada diretamente com a inflação. A política cambial por sua vez visa controlar a taxa de câmbio no país e equilibrar as contas externas. Diante de uma crise econômica, o governo deve atuar com uma dessas políticas para tentar controlar a situação do país.

A crise está cada vez mais desafiadora para o mercado brasileiro e as empresas têm que vencer muitos obstáculos sob o aspecto econômico. Segundo CARDIA (2015, p. 13), “a crise é justamente a quebra da estabilidade e de falta de previsibilidade em que indivíduos e empresas serão confrontados pelo inesperado”. Diante da crise, é ideal

pensar no negócio, pois somente assim é possível visualizar o errado e o certo dentro da empresa. Todos os setores do mercado foram afetados de uma forma em geral devido à crise.

A perspectiva futura e o planejamento tornam-se fundamentais para a existência do mercado de trabalho. É certo que tem que introduzir os instrumentos de administração para a resolução dos problemas empresariais, tem que ter também em mente as possíveis mudanças na empresa. Vários empreendimentos não suportam as crises e acabam fechando suas portas; os que não encerraram as atividades reduzem grande parte de sua equipe de profissional, com impacto nos indicadores relacionados ao desemprego, da mesma forma.

2.7 Como as empresas planejam sobreviver diante de uma crise

As micro e pequenas empresas são retratadas como grupo mais facilmente atingido pelas crises. Com isso, pode-se pensar sobre a dimensão do problema caso ações e estratégias não sejam tomadas.

Para PEREIRA (2016), medidas que auxiliam o desenvolvimento de ambientes que sejam favoráveis para

a sobrevivência de micro e pequenas empresas tem sido assunto de discussão em todas as esferas do governo. Esse movimento é provocado, principalmente, pelas repercussões que a mortalidade destas empresas causa nos níveis de emprego e renda, gerando forte redução na arrecadação do Estado.

O planejamento empresarial traça metas e decide quais ações são as melhores para o funcionamento das empresas. Conforme OLIVEIRA (2009, p. 67), “este planejamento é a metodologia administrativa que permite estabelecer a direção a ser seguida pela empresa, e que visa ao maior grau de interação com o ambiente, onde estão os fatores não controláveis pela organização”.

Diante disso, é possível avaliar os resultados e, ao mesmo tempo, traçar estratégias de acordo com as necessidades. A equipe é muito importante na elaboração do planejamento, para que entendam e realizem as atividades com mais eficiência.

LACOMBE (2009, p. 70) considera que “o planejamento é um poderoso instrumento de intervenção na realidade e, que se bem utilizado, constitui ferramenta fundamental para o desenvolvimento das organizações”.

As empresas podem estar no mercado há anos, porém, a estabilidade no momento de crise não existe. Ameaças surgem a qualquer momento, prejudicando as empresas de forma significativa. A pandemia fez com que muitas empresas fechassem suas portas. Diante disso, uma das estratégias foi focar no seu público-alvo, analisando, assim, o comportamento e hábitos dos consumidores neste momento, para conseguir atender todos de forma adequada, sem descuidar e observar o que os concorrentes estão fazendo.

O atendimento adequado e tempestivo é fundamental para a satisfação do cliente. É muito importante cativá-los para deixá-los mais próximos da empresa com estratégias diversificadas. Entre elas, os descontos especiais, exclusividade e atendimento diferenciado, ações de pós-venda, fortalecendo e fidelizando o consumidor.

2.8 Reflexos da crise enfrentada nos dias atuais

A atual crise enfrentada em consequência da pandemia do novo Coronavírus é fato incomum e um dos maiores desafios já enfrentados. Tem provocado temor nas pessoas e

movido vários estudiosos e centros de pesquisas a conseguirem, o mais rápido, a cura ou prevenção, além de estratégias para conter a doença.

Além da crise sanitária, ocorreu o fechamento de muitas empresas em decorrência da queda da demanda de produtos e serviços, considerando que o consumidor se mostra também mais cauteloso. E, conseqüentemente, com o fechamento dessas empresas, enfrentam-se, também, o desemprego e o agravamento da crise econômica.

O Brasil enfrenta problemas que dificultam encontrar uma saída para as crises instaladas. As taxas de juros já estão baixas e, portanto, o Banco Central não conseguirá atuar com essa ferramenta no sentido de incentivar ainda mais o crédito e investimentos. As contas públicas atualmente estão piores do que em 2019, impedindo que o governo atue irrigando a economia; independente das dificuldades fomentadas pela pandemia, o governo já está gastando mais do que arrecada.

A crise iniciada em 2020 está marcada pelo desemprego, endividamento público, falências e incertezas políticas. Com a pandemia do novo coronavírus, empresas de vários setores tiveram que paralisar suas atividades para que o isolamento

fosse cumprido. Com isso, tiveram seus resultados abalados e algumas até mesmo encerraram suas atividades. Por outro lado, organizações encontraram na pandemia uma forma de inovar e contornar a situação que estavam vivenciando. Outras ainda foram além e aproveitaram novos métodos de vida e de trabalho; precipitaram planos futuros e se desenvolveram em pleno período de dificuldades.

Com a volta das atividades, após o período inicial da pandemia declarada, as empresas tiveram que pensar em estratégias para retornar com segurança. Muitas delas optaram pelo trabalho *home Office* – trabalho em casa - ou por oferecer férias coletivas a seus empregados visando o cumprimento da proposta de distanciamento social. Outras, por terem um segmento que pela pandemia entrou em queda, tiveram que se reinventar e se modernizar para conseguir continuar com as portas abertas.

As pequenas empresas são as que mais sofrem em meio à pandemia, tendo em vista que possuem menor disponibilidade de capital de giro, além da falta de reservas financeiras para suportar a ausência de receita. O consumidor também, preocupado com

os resultados da pandemia, mostra-se mais cauteloso mesmo com a retomada das atividades. De outro lado, empresas maiores conseguem se manter por mais tempo, convivendo com a redução do retorno sobre o capital investido.

Saber administrar a empresa e direcioná-la no rumo certo também é essencial em tempos de crise. Para MARION (1998, p 27-28), as dificuldades enfrentadas por pequenos negócios também se encontram nas decisões equivocadas:

[...] com certa frequência várias empresas, principalmente as pequenas, têm falido ou enfrentado sérios problemas de sobrevivência. Ouvimos empresários que criticam a carga tributária, os encargos sociais, a falta de recursos, juros altos etc., fatores estes que, sem dúvida, contribuem para debilitar a empresa. Entretanto, descendo a fundo nas nossas investigações, constatamos que, muitas vezes, a “Célula cancerosa” não repousa naquelas críticas, mas na má gerencia, nas

decisões tomadas sem respaldo, sem dados confiáveis. Por fim observamos, nesses casos, uma contabilidade irreal, distorcida, em consequência de ter sido elaborada única e exclusivamente para atender às exigências fiscais.

A velocidade, a duração e a repercussão da atual crise demandam das empresas esforços de planejamento constantes e tempestivos, devendo a tomada de decisão não ser baseada apenas no senso comum, mas em fatos e dados concretos.

3 Metodologia de pesquisa

A natureza deste trabalho revela uma abordagem predominantemente quantitativa, com alguns aspectos também de análise qualitativa; uma pesquisa básica de mercado. Gil (2010), afirma que a pesquisa é realizada mediante conhecimentos acessíveis com a utilização de métodos e técnicas de investigação, envolvendo diversas etapas.

Quanto à sua finalidade a pesquisa pode ser considerada

exploratória e descritiva. Sob o aspecto exploratório leva-se em consideração que a crise instalada é única; situações semelhantes ocorreram há bastante tempo e em outras circunstâncias. Para Vergara (2014), uma pesquisa exploratória ocorre quando há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. A mesma autora esclarece que a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno, em consonância, portanto, com os objetivos deste trabalho.

O público alvo da pesquisa foram os empreendedores que foram e estão sendo atingidos pela crise provocada pela pandemia do coronavírus, a partir do mês de março de 2020. Registrou-se, a partir desse evento, grandes impactos para as economias locais e globais, afetando diversos países através da suspensão de suprimentos, menor procura por bens e serviços, desemprego e baixo crescimento econômico, entre outros.

O universo da pesquisa foi constituído por dez pequenos empresários, cujas empresas estão localizadas no município de Cláudio, estado de Minas Gerais. Tal número foi considerado suficiente para o levantamento de dados para análise,

considerando ainda a real dificuldade do momento atual, até mesmo para estabelecer contatos diretos com as pessoas, considerando ainda os aspectos psicológicos envolvidos.

A coleta dos dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário com onze perguntas, enviado através de e-mail para os empresários, buscando compreender como os mesmos conseguiram conviver e se reinventar diante a pandemia do Coronavírus. Segundo Pereira (2012), o questionário é um mecanismo que contém perguntas abertas e fechadas, proporcionando uma abrangência maior de colaboradores, economia de tempo, as respostas são precisas e ágeis e o risco de distorção é menor. Além de proporcionar uma interação com os respondentes.

Finalizando, foi feita tabulação e análise dos dados quantitativos por meio do programa *Microsoft Excel*. A análise qualitativa foi realizada por meio da análise do material obtido durante o estudo, os relatos das observações, as transcrições de entrevistas, as análises de documentos e outros dados disponíveis.

4 Resultados e discussão

O questionário foi enviado para 10 pequenos empresários da cidade de Cláudio-MG, que atuam em setores variados, como restaurantes, mercados de bairros, lojas de roupas, farmácias, dentre outros.

A primeira questão apresentada buscou compreender o ramo de atuação dos pequenos empresários. Resultou que 30% eram proprietários de restaurantes, 10% de lanchonete, 10% de farmácia, 40% de lojas de roupas e 10% de um mercadinho que comercializa alimentos.

Com relação ao número de funcionários, 4 empresários responderam ter de 1 a 3 colaboradores; 2 responderam possuir de 4 a 6 funcionários; 1 respondeu possuir de 6 a 8; 1 respondeu possuir de 9 a 10; e 2 responderam possuir mais de 10 colaboradores.

Os entrevistados também foram indagados se no período da pandemia houve algum rodízio de funcionários. Resultou que 90% dos entrevistados realizaram rodízios e apenas 10% responderam que não. De acordo com pesquisa realizada pelo Sebrae (2020), o rodízio foi adotado por 15,3% das empresas. Já a implementação de um sistema de *drive thru* foi a alternativa para 5,9% delas.

Com relação ao lucro das empresas, 20% dos entrevistados apontaram que o lucro aumentou; já 80% citaram que o lucro diminuiu. Ainda de acordo com pesquisa do Sebrae (2020), a situação financeira da maior parte das empresas (73,4%) já não estava boa antes mesmo da crise da Covid-19. Aproximadamente metade dos empresários (49%) apontou que as finanças estavam razoáveis, e 24,4% deles responderam que estavam ruins.

Percebeu-se que o foco durante a pandemia foi, entre outros, no sentido de eliminar desperdícios com produto, valorizar mão de obra, controle da qualidade para mensurar a eficácia do produto e cuidado com o valor (preço de venda) para o consumidor final. Desse modo, foi possível minimizar surpresas quanto à lucratividade.

No que tange aos custos, 80% dos entrevistados apontaram que os custos aumentaram; contudo, 20% citaram que houve, ao contrário, uma redução dos custos. Embora o custo com pessoal apareça entre os principais gastos da maioria das empresas (57,1%), apenas 18,1% delas precisaram fazer demissões para manter a saúde financeira dos negócios. Em média, demitiram três

colaboradores desde o início da crise. Os entrevistados também foram indagados se algum custo diminuiu durante a pandemia. Destes, 60% responderam que sim; já 40% disseram que não houve redução de gastos de nenhuma natureza.

Com relação às receitas, os pequenos empresários foram indagados se ocorreu aumento ou queda das vendas durante o momento de crise. Do público consultado, 30% citaram que houve um aumento; 70% informaram uma redução das vendas.

Perguntados sobre as áreas da empresa que apresentaram maiores dificuldades operacionais em decorrência da situação de crise, os respondentes destacaram o setor financeiro como o principal setor afetado (30%); em seguida marketing e administrativo, ambos com 20%; logística; produtivo e gerencial foram citados, correspondendo a 10% dos entrevistados cada um.

Os entrevistados também foram indagados, em questão aberta, sobre os desafios gerados na empresa durante a crise, sendo apresentadas as seguintes respostas:

“Para mim o maior desafio foi gerenciar minhas finanças,

organizar o marketing digital e logística. Precisei reinventar nesse sentido, buscando parcerias, divulgando e entregando meu produto aos clientes” (Entrevistado 1).

“Penso que a questão do marketing digital foi meu maior desafio! Não sabia como lidar com mídias digitais e precisei inovar e aprender” (Entrevistado 2).

“A inovação e tecnologia foram meus maiores desafios!” (Entrevistado 3).

“Passei a investir mais em inovação, planejamento e marketing. Não estava acostumado, mas creio que foi uma experiência incrível e positiva” (Entrevistado 4).

“A Pandemia me impôs diversos desafios, mas a tecnologia e inovação foram as principais, não estava acostumado e precisei reinventar e buscar aproximar do meu público-alvo” (Entrevistado 5).

“Na minha opinião o planejamento financeiro foi o maior desafio, pois não estava preparado para a crise.” (Entrevistado 6).

“Certamente a inovação e tecnologias” Quem não focou nesses pontos passou por

maiores dificuldades” (Entrevistado 7).

“Trabalhar com tecnologias, com mídia digital. Precisei criar um Instagram e melhorar o serviço de entrega. Com isso não perdi muitas vendas” (Entrevistado 8).

“Na minha opinião o planejamento, tanto financeiro quanto estratégico, foram grandes desafios. Mas aprendi muito, principalmente em analisar cenários, traçar metas e engajar minha equipe” (Entrevistado 9).

“A inovação, a busca pela satisfação do cliente e uso de mídias digitais foram desafios para minha empresa” (Entrevistado 10).

De acordo com Andrade (2020), a inovação passou a ser um aspecto fundamental de desenvolvimento e sucesso nas empresas. A compreensão que abrange esta questão indica que não basta produzir eficientemente, proporcionado qualidade e diversidade de produtos; é fundamental ofertar novidades, aperfeiçoamentos, ou ainda, atributos novos em comparação aos produtos já existentes.

Especificamente sob o aspecto da inovação, os empresários foram indagados sobre as que foram

colocadas em prática, especialmente em razão da pandemia. Apurou-se que o marketing digital foi a maior transformação (50%); em seguida a entrega *delivery* (20%) e promoções (20%); em último lugar as parcerias, com 10% de participação.

Com a crise, diversos produtos e práticas precisaram ser reanalisados e reestruturados. A criatividade e colaboração passaram a ser fatores importantes na busca de se adequar a novas ações criadas pelo distanciamento social. Tais mudanças foram mais visíveis no setor de Tecnologia da informação. (ANDRADE, 2020).

Por fim, os pequenos empresários foram indagados, novamente com uma questão aberta, sobre o que mudou na gestão de suas empresas com a pandemia, obtendo-se as seguintes respostas.

“Para mim foi a forma como vi minha empresa e como a mesma era conduzida. Passei a planejar mais ao invés de esperar as coisas acontecerem” (Entrevistado 1).

“Com a pandemia foi possível analisar de forma mais crítica os possíveis cenários em um ambiente de negócios, ou seja, analisar os pontos positivos e negativos,

traçando metas e alcançando resultados” (Entrevistado 2).

“Melhorei a minha gestão financeira e passei a planejar mais em longo prazo” (Entrevistado 3).

“A pandemia me fez refletir o quanto é importante planejar de forma estratégica” (Entrevistado 4).

“Foi possível analisar melhor o mercado que estava atuando e desenvolver ferramentas para melhorar minha gestão” (Entrevistado 5).

“Certamente o meu planejamento, passei a dar mais valor a esse aspecto, que anteriormente não dava muita importância” (Entrevistado 6).

“Com a pandemia pude analisar vários cenários diferentes e traçar metas a curto e longo prazos” (Entrevistado 7).

“O planejamento estratégico e a gestão financeira” (Entrevistado 8).

“Foi possível melhorar meu foco nos objetivos, pude refletir mais sobre os possíveis cenários da minha empresa” (Entrevistado 9).

“Penso que o planejamento estratégico foi mais bem elaborado e que

estou mais
preparado para
possíveis cenários
no meu campo de
atuação, sejam eles
bons ou ruins”
(Entrevistado 10).

Diante de tudo isso, o gestor vai precisar traçar novos rumos para alcançar as mesmas metas estabelecidas no período pré-pandemia. Entretanto, um aspecto positivo deverá restar deste período: as empresas estarão mais preparadas para futuras crises que causam impactos fortes e que afetam a população como um todo. Nessa grande transformação, o melhor uso da tecnologia poderá ser a base para uma administração de vanguarda. Aqueles que melhor se adequarem às transformações certamente estarão mais fortes e flexíveis a estes cenários.

5 Considerações finais

Por meio deste estudo foi possível concluir que a COVID-19 trouxe e trará impactos em diversas áreas, principalmente às pequenas empresas. As empresas precisarão de se adequar e buscar novas oportunidades de mercado, acatando essa nova demanda e ajustando seu processo de gestão e planejamento

para alcance dos seus objetivos maiores.

Nota-se que a crise leva a essa nova adequação e as empresas precisam se organizar para que aproveitem ao máximo os benefícios que a crise pode, eventualmente, trazer e que não valorizem apenas os aspectos negativos ou obstáculos ao seu desenvolvimento.

O presente estudo teve como questão norteadora analisar quais impactos da COVID-19 nos pequenos negócios do município de Cláudio e de que forma os empreendimentos estão reagindo. Notou-se que os pequenos empresários estão se reinventando, criando parcerias, promoções, investindo em mídias digitais e, principalmente, planejando de forma estratégica.

Quanto ao objetivo proposto, foi possível concluir que a pandemia da Covid-19 afetou de forma impactante as pequenas empresas e necessitou que as mesmas se readequassem a um novo mercado, que demanda inovação constante e criatividade. Uma das limitações encontradas pelos autores consistiu no pequeno volume de estudos sobre a pandemia, visto que é um tema ainda incipiente, em especial no meio acadêmico.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm. Acesso em 12 fev. 2021.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; DINIZ, Eli. Empresariado industrial, democracia e poder político. 2009. ISSN 0101-3300. São Paulo: Novos estud. – CEBRAP no. 84,2009.
- CARDIA, Wesley. Crise de Imagem e Gerenciamento de Crises. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.
- FARIA, Juliano Almeida e., AZEVEDO, Tania Cristina., OLIVEIRA, Murilo Silva. A utilização da contabilidade como ferramenta de apoio à gestão nas micro e pequenas empresas do ramo de comércio de material de construção de Feira de Santana/BA. Revista da Micro e Pequena Empresa. Campo Limpo Paulista. v.6, n.2, p.89-106, 2012 (Mai-Ago).
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- IBGE. Cláudio –MG. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/claudio/panorama>>. Acesso em 12 de setembro de 2020.
- IBGE-. Desemprego no Brasil. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em 12 fev. 2021.
- LACOMBE, Francisco. Teoria geral da administração. Saraiva, 2009.
- LIMA, J. B. Temas de pesquisa e desafios da produção científica sobre PME. In: Encontro De Estudos Sobre Empreendedorismo E Gestão De Pequenas Empresas, 1, 2000. Anais... EGEPE: Maringá, 2000.
- MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 9.ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- NEVES, J. A. D; PESSOA, R. W. A. Causas da mortalidade de micros e pequenas empresas: o caso das lojas de um shopping center. Revista Organizações em Contexto, v. 2, n. 4, 2006
- OLIVEIRA, Djalma P. R Introdução à administração: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2009.
- PEREIRA, D. R. Fatores condicionantes da mortalidade de empresas que passaram pelo processo de incubação. 2016. 81f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Política Social), Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2016. Disponível em: Acesso em: 21 de setembro 2020.
- PEREIRA, Marcey. Quais os efeitos do coronavírus sobre a produtividade? Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/quais-os-efeitos-do-coronavirus-sobre-produtividade>. Acesso em 28 Dez. 2020.
- PEREIRA, José Matias. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- RIANI, Flávio. Economia do Setor Público: Uma Abordagem Introdutória. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. 233 p.
- ROSA, Mário. A síndrome de Aquiles: como lidar com as crises de imagem. São Paulo: Editora Gente, 2001.
- ROSSETTI, José P. Introdução à Economia. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 922 p.

SEBRAE. Boletim de impactos da COVID-19 nos pequenos negócios.

Disponível em:

<[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/7ddeac12565bd496af4d637b2d5638b/\\$File/19404.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/7ddeac12565bd496af4d637b2d5638b/$File/19404.pdf)>. Acesso em 10 de setembro de 2020.

SEBRAE. Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas no Brasil.

Brasília: Sebrae, 2004. Disponível em:

[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/.../\\$File/NT00037936.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/.../$File/NT00037936.pdf). Acesso em 1/08/2011. Acesso em: 9 de agosto de 2011.

SEBRAE. In: ESTUDOS e pesquisas. São

Paulo, 2014. Disponível em:

<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>. Acesso em 21 de setembro 2020.

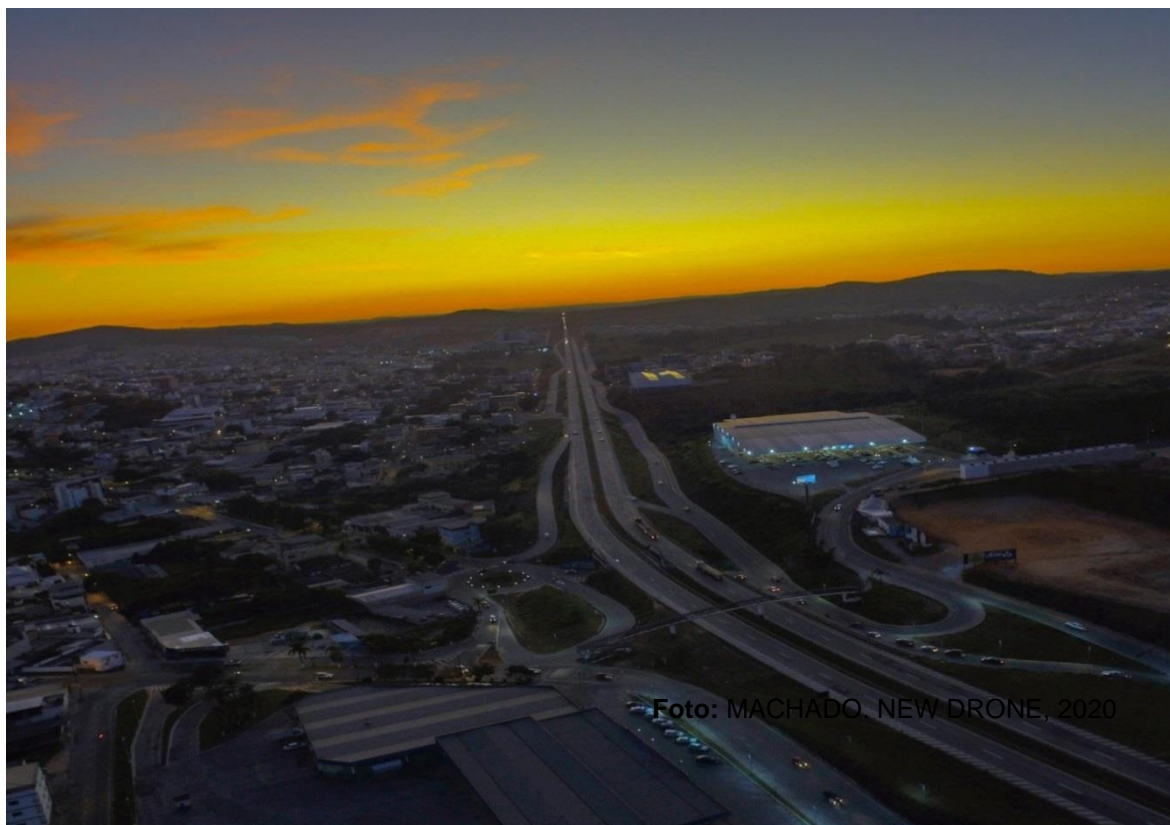
SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. São Paulo, 2009. Disponível em:

<www.sebrae.com.br/Serviço-Brasileiro-de-Apoio-às-Micro-e-Pequenas-Empresas>. Acesso em: 25 de setembro de 2020

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VEJA, 2020. Pandemia leva empresas a organizar rodízio de funcionários e home office. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/blog/radar/pandemia-leva-empresas-a-organizar-rodizio-de-funcionarios-e-home-office/>. Acesso em 12 fev. 2021.



OS CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INDÚSTRIA CALÇADISTA EM NOVA SERRANA-MG

Reginaldo Silva ⁴³

*Do Mercado à selaria,
do comércio à pequena produção,
da manufatura à produção em série,
à nova tecnologia, à exportação...*

Ao mundo inteiro...

*À Capital Nacional do Calçado
Esportivo.*

*Nova Serrana de muitas serras,
de muitos povos, de muito trabalho
e desenvolvimento.*

(Reginaldo Silva - 19/12/2003)

Placa comemorativa dos 50 anos de
Nova Serrana)

⁴³ Mestrado em Educação, Cultura e Organizações Sociais pela FUNEDI/UEMG, Divinópolis, 2007. Graduado em Filosofia pelo INESP, Divinópolis, 1994. Professor de Filosofia e Ética, Sociologia Organizacional na FANS – Faculdade de Nova Serrana – profreginaldosilva9@gmail.com

RESUMO

O que se propõe é um texto que conta a história do desenvolvimento da indústria calçadista em Nova Serrana, que traz consigo uma análise de pontos positivos e negativos sobre este crescimento. Fala-se de uma cidade que surge no século XVIII a partir dos caminhos da mineração, como fonte de abastecimento e descanso, passa a servir os tropeiros e transeuntes com selas e conserto de sapatos. Deste ofício, surgiram novas possibilidades e vontades que dão origem às indústrias de calçados, tornando-se assim um polo calçadista, responsável por uma grande parcela no abastecimento do mercado brasileiro. Nova Serrana tornou-se a “capital nacional do calçado esportivo”. Esses caminhos percorridos trazem consigo histórias de sucesso, perseverança e desenvolvimento, mas também apresentam desafios para toda a sociedade, principalmente para o poder público, o Sindicato das Indústrias e conseqüentemente uma busca constante de planejamentos e recursos. O artigo não tem a finalidade de esgotar o assunto e construir uma história pronta e acabada, muito menos inerte, afinal, Nova Serrana é uma cidade de movimento, de busca constante de melhores qualidade de vida e conquistas; como disse um dos autores citados, “aqui é um eldorado”. O que se propõe é dar início a um processo científico e que contemple a historiografia local, tecendo caminhos e descobrindo descaminhos para que outros possam complementar tamanha ousadia de escrever a história de uma cidade.

Palavras-chave: Nova Serrana, Indústria Calçadista. História.

ABSTRACT

What is proposed is a text that tells the story of the development of the

footwear industry in Nova Serrana, which brings with it an analysis of positive and negative points about this growth. One speaks of a city that emerges in the 18th century from the mining routes, as a source of supply and rest, and starts to serve the tropeiros and passers-by with saddles and shoe repair. From this craft, new possibilities and desires arise that give rise to the footwear industries, thus becoming a footwear pole, responsible for a large portion in supplying the Brazilian market. Nova Serrana, became the “national capital of sports shoes”. These paths followed bring with them stories of success, perseverance and development, but they also present challenges for the whole society, mainly for the government, the Union of Industries and, consequently, a constant search for plans and resources. The article is not intended to exhaust the subject and build a finished and finished story, much less inert, after all. Nova Serrana is a city of movement, of constant search for better quality of life and achievements, as one of the mentioned authors said, “Here is an eldorado”. What we propose is to start a scientific process that contemplates local historiography, weaving paths and discovering ways forward so that others can complement such boldness in writing the history of a city.

Keywords: Nova Serrana, Footwear Industry. Story

INTRODUÇÃO

Falar dos espaços industrializados não é uma tarefa muito fácil, principalmente quando este espaço é tão próximo. Ainda assim, a dificuldade está no fato de o pesquisador estar inserido neste mesmo espaço. O risco está no fato de

se envolver tanto no espaço quanto no texto produzido. Os caminhos da indústria são muitos, porém, no caso de Nova Serrana, o caminho basicamente foi um só, e ainda continua por toda a cidade com o comércio, a migração, as pessoas, a cultura e a educação, que continuam dependendo apenas dessa vertente.

O objetivo principal deste artigo é apresentar as linhas históricas da indústria calçadista pelas quais a cidade de Nova Serrana perpassa; mostrar o crescimento e a influência da indústria no desenvolvimento e manutenção da cidade, e fazer uma reflexão sobre o processo industrial desenvolvido na região.

A indústria calçadista é o marco oficial do desenvolvimento da cidade de Nova Serrana, não há dúvida disso, principalmente por se tratar de um polo calçadista, “a capital nacional do calçado esportivo”, como assim diz o *slogan* do Sindicato da Indústria e nos jornais locais, que nos revelam a importância do polo e seu desenvolvimento. Mas como se deu este empreendimento? Como uma cidade se desenvolveu e continua desenvolvendo diante de um ofício que era simples e que se tornou tão promissor? Como a tecnologia se

desenvolveu e o polo passou a ter uma conotação tão importante? Perguntas como estas darão uma linha mestra para a reflexão proposta e para entender melhor o surgimento e crescimento desta cidade.

PRIMEIRAS ANOTAÇÕES

A história do “Cercado” começa no século XVIII, com o povoamento das Minas Gerais e as picadas para o sertão. A busca pelo ouro no interior do estado fez surgir cidades importantes, bem como pequenos povoados e pontos de paragem para o descanso das tropas e reposição de alimentos e forças para continuar as viagens. Eram vendas, roças, estalagens e capelas localizadas nos entroncamentos dos caminhos, que funcionaram como lugares de suporte e infraestrutura da ocupação, para o descanso e provimento, que se tornaram, com o tempo, arraiais movimentados – alguns deles origens das primeiras vilas de Minas e até mesmo núcleos urbanos importantes (RESENDE, 2007). O “Cercado” era um desses pontos. Pertencia ao Termo de Pitangui e, apesar de relativa proximidade a um dos mais importantes centros produtores de ouro da capitania, também pertencia

aos “Sertõesⁱ das Minas Gerais”, ou seja, terras cuja importância residia em abastecer os centros urbanos mais salientes com víveres e outros gêneros. Nova Serrana nunca foi terra de exploração aurífera, mas apenas caminhos para esses pontos de mineração. E assim é possível perceber a importância das terras dessa região, principalmente Pitangui:

“No arraial de Sant’Ana ouvia a notícia de um ribeiro, que fornecia aos pedaços o ouro de suas areias; e pedaços ele [Bueno] os viu em ornato das índias. Feitas as indagações, o ribeiro ficava ao norte, quatro jornadas além do arraial. Esta nova deliberação de se compensar nesses mananciais foi a sua glória. Posto em marcha, guiado pelos índios de Sant’Ana, quando foi-se aproximando ao ribeiro, as indígenas que se banhavam pressentiram o tropel e, pensando ser traficantes, fugiram aterradas, deixando algumas crianças de peito na margem. O rio tomou por isso o nome de *Pintag-i*, rio das crianças (1696). (VASCONCELOS, 1999, p.131).

Outro relato que nos ajuda a entender estes povoamentos:

A maior parte dos sertões a Oeste das Minas Gerais foi uma região tomada pelas matas fechadas e desconhecidas, apinhadas de quilombos, bandoleiros, vadios e *gentio bravo*, que buscavam refúgio nas imensidões desconhecidas e despovoadas, e por isso distantes do controle da administração metropolitana. A vasta área a oeste do Rio Pará [até a década de 1720 era chamado Pitangui] eram desconhecidas. Todas essas preciosas informações acerca dos primeiros movimentos de ocupação do oeste das Minas Gerais estão dispostas num conjunto de mapas de autoria de sertanistas paulistas denominados *Cartas Sertanistas*. Durante praticamente todo o século XVIII havia apenas dois núcleos urbanos de maior expressividade: a Vila de Pitangui. (CATÃO, 2007, p. 87)ⁱⁱ

Outro relato sobre a criação da Vila de Pitangui:

As ricas jazidas de Pitangui foram descobertas por volta de 1710 por paulistas que, procurando evitar as zonas dominadas por portugueses, haviam abandonado os arraiais da região central da capitania para se embrenharem novamente nos sertões. (...) A Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui foi instituída em junho de 1715 pelo coronel Antônio Pires de Ávila, que recebeu tal missão da parte do governador e do ouvidor da comarca do Rio das Velhas. Dom Brás Baltazar acreditava que a criação da municipalidade poderia facilitar a coleta dos impostos naquela zona, altamente turbulenta (FONSECA, 2011. p.152-155).

E ainda:

Em 1809, por ocasião do falecimento de Laurinda Maria Clara, a segunda das três esposas de José Correia de Melo, no seu inventário de partilha constavam terras situadas no Mato Dentro e na Barra do Macuco. A

fazenda Mato Dentro era assim descrita: '...Huma Fazenda de Agricultura e Campos denominada matto dentro que parte com o Quilombo com Domingos da Costa ou seos erdeiros e com Manoel Antônio Teixeira e com a Boa Vista com suas casas de vivendas cobertas de telhas que sendo vistas e examinadas por elles avaliadores...' (Arquivo Judiciário de Pitangui, XXII, 1760)

Outro relato nos mostra o quanto esses movimentos e povoamentos foram importantes:

Também a descoberta de ouro e diamantes nos sertões do Centro-Oeste abriu novas frentes de povoamento, com articulações expressivas com o território mineiro. Em 1736, diferentes caminhos para Goiás faziam junção na região de Paracatu: a chamada picada de Goiás, que atravessava a fronteira de Minas com essa capitania em Arrendidos: a de Pitangui: a que passava por São Roque, vinha dos sertões da Bahia e de Pernambuco, e o

caminho que
transpunha o São
Francisco na
passagem do
Espírito Santo.
Certamente havia
outros caminhos e
descaminhos, a
ponto do mestre-de-
campo Ignácio
Pomplona
mencionar, em
correspondência ao
governador de
Minas, que “tantas
eram as picadas e a
tudo iam chamando
de picada de Goiás”,
o que indicava a
importância dada à
articulação dessas
regiões (BARBOSA,
1995, p.236-238
apud RESENDE.
2007).

Diante destes caminhos, picadas e surgimento de vilas, tem-se um fator importante para a formação do povoado do “Cercado” e, diante dessas passagens, destaca-se o conserto de selas, que com o trabalho com o couro iniciou-se o artesanato para o conserto e fabricação de calçado. Legítimos e pioneiros possuidores do solo “cercadense” foram, sem dúvida, os valentes construtores das vias que permitiram o acesso aos sertões bravios,ⁱⁱⁱ e que, a duras penas, levantaram seus primeiros ranchos, produziram e povoaram o lugar. Os primeiros artesãos do couro apareceram na

região após a segunda geração dos primeiros povoadores. Nesta época, quase todas as pessoas andavam descalço, o que ocorreu até mesmo nos primeiros tempos da emancipação de Nova Serrana. Um Senhor chamado João Soares Vieira iniciou o ramo de sapataria fabricando botas. Comprou uma ‘banca’ completa: uma mesa, sovela, torquês, martelo, avental, lamparina etc. Existiu um outro sapateiro, morador do Cercado, por volta de 1844, chamado Antônio Ferreira de Carvalho. Foi ele o responsável pela confecção de botas durante muitos anos. O sapateiro Antônio era também seleiro e, ao que tudo indica, era um escultor, pois cabia a ele confeccionar as formas de madeira adequadas para os pés do cliente. Jacinto Martins Vieira, que era seu cliente, usava a bota chamada, na época, “cano canhão”, com o cano comprido, terminando próximo aos joelhos com uma dobra para o exterior (...) (FREITAS & FONSECA, 2002, p.221 *apud* SILVA, 2007). A fabricação de botas continuou por muito tempo, até a chegada da confecção de sapatos, mesmo que o ofício de seleiro continuasse por longos períodos e foi até meados da década de 1990, na Rua Frei Anselmo (antiga Rua do Meio), no centro da cidade.

O CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA

A cultura calçadista em Nova Serrana teve suas origens em tempos remotos, muito antes da instalação das primeiras indústrias. O movimento das sapatarias tinha suas raízes numa remota tradição local relativa ao artesanato de couro. O início da primeira iniciativa quanto à produção de calçados foi marcado por dificuldades e quase não sobreviveu, como bem descreve José Américo de Lacerda Júnior:

Após o ano de 1930, quando o Brasil passou por uma forte crise na sua agricultura, também o Cercado sentiu as dores. Se já era uma região pobre, tornou-se ainda mais. Foi nessa situação que surgiram alguns poucos manufactureiros de couro. Fabricavam botinas, chinelas alpercatas (o povo da região dizia: precatas), arreios e, às vezes, sapatos. Era tudo artesanal, desde o processo de curtição do couro até o feitiço do calçado. Cada par de calçado era feito sob a medida do pé do comprador. Nesse tempo, ainda não se conheciam as formas para

calçados. Segundo informações dos mais antigos, esse foi um tempo difícil no Cercado, muito trabalho, pouco dinheiro e o povo sofrendo muito. (LACERDA JÚNIOR, 1984, p.23)

As sapatarias registradas em Nova Serrana começaram a existir por volta de 1941, quando o Senhor “Geny José Ferreira teve como mestre Venerando Viana, um exímio sapateiro e proprietário da sapataria “Vitória”, em Bom Despacho”, onde se faziam botinas para a polícia. Uma vez que o Sr. Geny não podia mais continuar no povoado do Cercado, devido a alguns conflitos com a família, ele foi para Bom Despacho tentar uma vida melhor. “A produção inicial da Sapataria de Geny, registrada com o nome de Fábrica de Calçados Oeste, era pequena, fabricava cerca de vinte pares de botinas por dia, de forma muito artesanal (...)”, como bem apontado por FREITAS & FONSECA (2002, p.221). Antes fazia tudo à mão, depois comprou uma máquina, mas ainda usava pregos e grude para fabricar suas botinas.^{iv} Este contato trouxe a primeira indústria de calçados para o município e deixou outros

sapateiros importantes para a cidade, com o José Pinto Firmino ('Pintinho'), José Silva Almeida ('Zezito'), Valdomiro Amaral ('Miro'), Alvimar Coelho, Sebastião Fábio ('Pedro Rosa') e Romeu Coelho (ALMEIDA, 1996, p.17). Fazer sapato não era muito fácil. Mesmo tendo curtumes na localidade, era necessário comprar materiais em Belo Horizonte, faltava luz elétrica, tudo era artesanal, pregado à mão com tachinha, "ia pregando, aparando e dando acabamento, modelando a botina"^v, lixava a botina com cacos de vidros e queimava as pontas das linhas na lamparina.

O senhor Igerci Ferreira da Silva, irmão do senhor Geny, também montou uma sapataria e uma loja onde fabricava e vendia seus produtos. Teve mais sucesso e permaneceu mais tempo na atividade e na cidade. Mais tarde, foi para Divinópolis, onde criou o Curtume CICA, e que foi denominado Curtidora União Ltda. (ALMEIDA, 1996, p.18). O senhor Igerci ampliou o sistema de vendas e, na maioria das vezes, o produto era levado por ele mesmo aos compradores, pois já mantinha os primeiros contatos com representantes de vendas. O sistema de transporte

era precário e basicamente o único na época, assim, as botinas produzidas eram levadas para outras cidades em lombos de cavalos e embalados em sacos de linhagem (ALMEIDA, 1996, p.17). Um exemplo foi o Sr. João José de Freitas, conhecido como o "João do André", um destes vendedores que atendia a região de Conceição do Pará e levava consigo uma tira de papel para medir os pés do cliente e, no mês seguinte, voltava entregando as encomendas.

Todo esse crescimento das primeiras manufaturas de calçados coincidiu com a emancipação política de Nova Serrana. As primeiras indústrias surgiram com características estritamente domésticas, nas quais a própria família assumia todo o serviço. O couro era produzido no município. O "Sr. Joaquim Martins montou um pequeno curtume, que fazia somente solas, não tendo chegado a fazer vaquetas" (ALMEIDA, 2013 p.). e mais tarde foi necessário buscar insumos em Belo Horizonte, uma vez que o genro do Sr. Joaquim, Geraldo Antônio de Lacerda, desativou o curtume e também passou a fabricar. As fábricas, em sua simplicidade, produziam pequenas quantidades de calçados

que atendiam apenas ao mercado da região de Minas Gerais.

Outro precursor da indústria calçadista em Nova Serrana foi o Sr. Horácio Navarro, que trouxe as primeiras máquinas de costura para o município. A partir de então, o distrito do “Cercado” iniciou uma nova era: a do desenvolvimento calçadista. Este protagonismo deixou dois seguidores e, posteriormente, grandes empresários: Alexandre José Ferreira Neto (‘Santico’) e Joaquim Pinto Firmino (‘Pintão’). Essas primeiras sapatarias contaram com um suporte de matérias-primas provenientes do próprio município, pois havia na região pequeno curtume como o do Sr. João Gonçalves do Amaral (João do Sinhô)^{vi}, o que exigia pouca importação de outros materiais. Era a época da botina confeccionada em couro e, somente após a emancipação político-administrativa do Município (1953-1954) e com a implantação de estruturas adequadas para a industrialização, é que essa atividade se soergueu^{vii}, passando a atender as necessidades da indústria local por um período, que foi aos poucos sendo substituída pela fabricação de sapatos e de botas masculinas. A década de 1980 foi marcada por esta produção

com precursores como o senhor Jesus Macuco, com a produção de botinas; Antônio Gontijo, Adelino Pires, Otacílio Soares e Thiago Correa, com a produção de botas e sapatos, e até mesmo bolas de capota costuradas à mão, dentro de formas de cimento.

As dificuldades para manter as sapatarias não param por aí. Segundo Frei Ambrósio, a implantação e inauguração do novo sistema elétrico da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (1967), foi “um grande passo para o desenvolvimento, principalmente porque quando faltava energia, ficavam semanas sem energia e sem água, porque o poço artesiano dependia da força elétrica. Agora as máquinas das sapatarias podem trabalhar a valer”, como descrito no Livro de Tombo da Paróquia de São Sebastião (vol.02, p.27v.). Também datam desta época a instalação dos primeiros aparelhos telefônicos da CTBC (1972), assim como a criação da Biblioteca Pública Municipal “Aurélio Camilo” (1970), um importante marco cultural para o desenvolvimento da cultura na cidade.^{viii} Estes avanços foram acompanhados pelo crescimento da indústria e da modernização da infraestrutura da cidade. Dentre os

avanços desta época, a implantação do sistema elétrico da CEMIG foi um marco importante porque, através desta melhoria, as palavras de Frei Ambrósio foram proféticas: as fábricas de calçados se multiplicaram, novos caminhos passaram a ser percorridos e conseqüentemente a tecnologia tornou-se inovadora.

Em se tratando de caminhos, SILVA (2007), aponta que um terceiro marco para o crescimento econômico, urbano e populacional da cidade Nova Serrana, foi a construção da BR-262, inaugurada em setembro de 1969. As dificuldades da indústria calçadista continuavam muitas, pois faltavam materiais e as distâncias não permitiam muita mobilidade. Descreve que a estrada que ligava o povoado do Cercado a Belo Horizonte era precária, gastava-se o dia todo para chegar à capital, e para ir até Divinópolis, passava-se por uma estrada que chegava a ter vinte e sete mata-burros durante todo o percurso, pois não existia a BR-494 ainda. A “Jardineira”, como era chamado o ônibus, passava poucas vezes no mês e não atendia às necessidades da população. E um relato importante do empreendedorismo industrial ocorreu com o surgimento, neste período, de

uma espécie de cooperativa, criada por Dulce Amaral, que recolhia os pedidos dos fabricantes locais e ia até Belo Horizonte fazer as compras, o que facilitava o trabalho dos sapateiros, uma vez que não era possível comprar grandes quantidades de materiais de uma só vez.^{ix} Antes do fim da década de 1970, além de telefones, o município também não dispunha de bancos e escritórios de contabilidades. Os serviços eram feitos em Divinópolis, Bom Despacho ou Pitangui, o que tornava o acesso a uma formalização mais difícil. O único contador que atendia a cidade foi contratado e veio morar em Nova Serrana. Da mesma forma, a água tratada era considerada “*artigo de luxo*” e, na maioria das vezes, também faltava, porque o fornecimento através de poços artesianos dependia da energia elétrica (ALMEIDA, 1996, 13).

O ano de 1968 foi um ano de bastante progresso para a cidade. Muitas ruas foram abertas e calçadas. Até as estradas no interior melhoraram. O prefeito quer mesmo mudar o aspecto da cidade e está com plano de construir a nova prefeitura e rodoviária. (...) Neste ano multiplicaram-se as sapatarias, que por

afinal, são as únicas fontes de renda na cidade. A estrada BR-262 atraiu muitos compradores de sapatos. Se houvesse mais capital livre a produção poderá tomar um impulso muito maior. Desemprego não existe, até as crianças dão uma mão. O apego ao dinheiro é grande, mas o desenvolvimento espiritual e social ainda está no início. (Livro de Tombo da Paróquia de São Sebastião – Volume II – 1962-1990. pg 25 – Texto de Frei Ambrósio.)

O crescimento industrial se tornou cada vez mais visível, apesar das dificuldades em relação à aplicação de capital financeiro, pois os frades holandeses que chegaram em 1962, foram grandes incentivadores deste progresso, quando dizem que “a nossa indústria também cresceu embora lentamente. Na falta de reservas o que impede indústrias maiores. E por causa do individualismo ainda não tomaram a iniciativa de fundar cooperativas que poderiam beneficiar muito. Mas a cidade tem futuro, especialmente por causa da estrada BR-262. Vamos devagar, mas vamos” (Livro de Tombo da Paróquia

de São Sebastião – Vol. II - 1962-1990 – Frei Ambrósio). Os padres carmelitas foram grandes incentivadores e exerceram sua influência junto aos políticos locais a fim de que a rodovia passasse por Nova Serrana, como bem aconteceu. Em 1970, Nova Serrana contava com 48 fábricas de calçados (ALMEIDA, 2013).

À medida que as indústrias se consolidavam e conquistavam os mercados nacionais, era necessário um mínimo de organização política e mobilização entre políticos e empresários. ^x Após a instalação da CTBC (1972) e do Banco Real S/A. (1974) e mais tarde o Banco do Brasil S/A (1984), trouxeram facilidade para novas negociações e investimentos, além das facilidades de não depender de outros centros. Outro marco fundamental para a região foi a criação da ACINS – Associação Comercial e Industrial de Nova Serrana (1974), sob a presidência do Sr. Tomaz Aquino Freitas, que foi o precursor de tal projeto. Ao reunir outros empresários e propor um trabalho mais coletivo, tal reunião fortaleceu e promoveu mais respeito pela classe calçadista de Nova Serrana, bem como foi dito pelo Frei Ambrósio. O fato agregou mais pessoas, fortaleceu a união dos

industriais, e começaram a chegar contadores com seus escritórios, tendo como pioneiros os senhores Roberto Marques e José Maria Scaldini Garcia. A partir deste projeto, foram implantados vários cursos de gerenciamento de produção e de qualidade dos produtos. Em 1981, aconteceu a primeira exposição de calçados na cidade, que contou com a presença do governador do Estado Sr. Francelino Pereira. Esses avanços marcaram o crescimento da indústria em 1982, e já se podia registrar uma média de 400 estabelecimentos industriais, aproximadamente (ALMEIDA, 2013).

As dificuldades físicas de outrora ficaram para trás e muitos dos recursos básicos foram supridos. Os caminhos a serem percorridos seriam outros. As necessidades estavam justamente na formação e capacitação dos próprios empresários. Nas palavras de Almeida (2013), era necessário “maior poder de decisão, estar mais preparado para enfrentar as intempéries da economia do país, a concorrência interna e externa. [...] ficar mais atentos com a qualidade do produto, obedecer eficazmente a planilha de custos. [...] produzir quantidade sem olvidar a qualidade”.

Mais tarde, a ACINS foi transformada no Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana (1991), com qualidade patronal e com condições e recursos para dar assistência aos seus associados, principalmente no que tange a parte de escala de modelagem, cursos de gerenciamento, controle de qualidade e, também, para atender a população trabalhadora com cursos básicos de pesponto, montagem e serviços. Um aliado nesta nova perspectiva foi a implantação do SEBRAE e a criação do CDE – Centro de Desenvolvimento Empresarial. Outro órgão importante foi a implantação de uma unidade do SENAI “Geny José Ferreira”, através da FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, que passou a fornecer mão de obra qualificada para o mercado e a indústria calçadista. Nomes e ideias para o desenvolvimento da indústria, através do SINDINOVA, fizeram com que o processo se alavancasse, mesmo que ainda a quantidade de energia não fosse totalmente suficiente para manter tantas indústrias em funcionamento, pessoas como Edson Batista de Freitas, Ramon Amaral, Pedro Gomes da Silva, Júnior da Silva, Ronaldo Andrade Lacerda, em suas

gestões à frente do SINDINOVA, ampliaram o leque de informações, estudos, divulgações, formação técnica e profissional, que foram e são diferenciais para o desenvolvimento da indústria calçadista. Eventos como as Feiras de Calçados de Nova Serrana (FENOVA), Feira de Máquinas e Componentes para Calçados (FEBRAC), passaram a divulgar o calçado produzido, bem como trazer novos investimentos, insumos e tecnologia avançada para a fabricação.

Nem os mais otimistas poderiam imaginar que a tradição originada com a ação pioneira de pequenas selarias mais tarde iria dar espaço a um total de 854^{xi} fábricas que vão desde as de pequeno porte até mesmo as que atuam com tecnologias avançadas, o que contribuiu para uma produção média de 330 mil pares por dia, ou seja, 76 milhões de pares ao ano (Relatório interno SINDINOVA, 2005). Observe o salto que os dados dão a partir de 2018: “o polo que calça o país ocupa o primeiro lugar no ranking nacional de produção de calçados, com 850 empresas, que produzem uma média de 105 milhões de pares por ano e geram cerca de 40 mil empregos

diretos e indiretos. Com um crescimento demográfico de 8% ao ano, possui aproximadamente 74 mil habitantes (FEBRAC, 2020).

Por outro lado, assinalando o contraste característico do sistema capitalista, as movimentações financeiras bancárias foram da ordem de R\$114 milhões em 2004 (BANCO CENTRAL DO BRASIL). O SINDINOVA e ABICALÇADOS estimam que o total de vendas em 2004 foi na ordem de R\$600 milhões, o que retrata a forte informalidade (SINDINOVA, ABICALÇADOS *apud* Plano Decenal Municipal de Educação, 2006). É uma cidade com grande circulação de dinheiro e que dá uma característica tipicamente da indústria e do desenvolvimento capitalista, mas uma cidade que também vive na informalidade, uma vez que as relações de trabalho não atendem completamente à legislação trabalhista. Trabalham na informalidade para atender às necessidades das bancas de pesponto que, por sua vez, em sua maioria, não são registradas e nem registram seus funcionários, estes últimos trabalhando na informalidade enquanto recebem benefícios do seguro-desemprego. “A necessidade de ter uma ocupação

remunerada para compor o orçamento familiar fez com que operárias e operários das indústrias calçadistas de Nova Serrana, por inúmeras vezes, acomodarem-se e sentirem até gratos pela oportunidade de trabalhar” (SANTOS, 2005, p.35). Outro problema da ilegalidade na cidade é o fato de a indústria calçadista ainda não ter como prioridade o desenvolvimento de uma modelagem e marcas próprias, que partem de um processo criativo: a maior parte da produção é de uma modelagem copiada de revistas, catálogos e até de outras empresas durante as feiras e exposições de moda. Existe uma “pequena capacidade inovativa: a cópia de produtos é a principal fonte de informação para a introdução de inovações de produtos” (SANTOS, 2002, p.10). Essa prática leva as empresas a considerarem como normal receberem intimações, terem seus produtos e até maquinários apreendidos, mas não mudam a forma de pensar.^{xii} Em muitos estudos e artigos, a cidade de Nova Serrana ainda não passa uma boa impressão, como apresentado por BREVE (2006), quando diz que “o município de Nova Serrana (MG), organizou todo um parque industrial baseado na falsificação de tênis de marcas

famosas” (BREVE, 2006, p.45). É importante notar que o processo industrial não parte de uma originalidade. O mundo da moda também é o da cópia, do apreciar desfiles e tendências para alimentar a indústria.

A produção calçadista segue o sistema de produção fordista: “nesse sistema cada trabalhador faz uma parte do produto, não tem noção do todo, inexistente a necessidade de muita experiência. Entre as décadas de 1980 e 1990, os migrantes que chegavam à cidade em um dia, no outro já estavam trabalhando, em poucos dias aprendiam a função, o que não acontece atualmente” (SANTOS, 2005, p.31). A maior parte da produção de calçados de Nova Serrana abastece o mercado nacional, principalmente os estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro. Em 2003, as vendas totalizaram US\$ 1,8 milhão, contra cerca de US\$ 900 mil em 2002 (SEBRAE, 2005, p.9). Hoje se propõe a atingir boa parte do mercado internacional, como já acontece em países como a Argentina, que absorve entre 50% e 60% das exportações. Outros consumidores são Panamá, México, Paraguai e Uruguai. A indústria calçadista enfrentou o

problema da abertura internacional de mercados, promovida pelo Governo Federal, como é o caso dos produtos da China (ABICALÇADOS, SINDINOVA, 2005). Porém as expectativas de crescimento são visíveis e muitas práticas negativas começam a ser superadas. “Nova Serrana é o terceiro maior polo calçadista brasileiro” (SEBRAE, 2005, p.4). Em um relatório da FINEP, GARCIA apresenta dados sobre o crescimento de Nova Serrana. Comparando com outros polos calçadistas como o Vale dos Sinos (RS) e Franca (SP), consideram uma aglomeração importante e “que tem apresentado grande dinamismo” (GARCIA, Renato C. Relatório FINEP, 2003, p.27). No seminário do BNDES, LESSA confirma o desenvolvimento de Nova Serrana em seu discurso:

Quando olho para Nova Serrana, o meu coração de brasileiro fica na maior felicidade porque eles conseguiram controlar 56% do mercado de calçados esportivos e têm uma qualidade notável, do meu ponto de vista. [...] é mais fácil no futuro a Nova Serrana comprar a Adidas, do que a Adidas comprar Nova

Serrana. [...] espero que Nova Serrana saia dos dez milhões de dólares de exportação para quarenta, e que incomode a Adidas e a Nike (LESSA, Carlos, Seminário BNDES, Belo Horizonte, 2006).

O CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA

O crescimento da indústria calçadista em Nova Serrana é marcado pelos desafios, pela concorrência e principalmente pela busca constante de inovação tecnológica e, muitas vezes, por um mercado nem tanto leal. A implantação do Sindicato da Indústria é um bom exemplo deste crescimento, mas ao invés de a classe industrial investir e participar efetivamente, muitas vezes reclamam e não participam. Nas palavras de ALMEIDA (2013), “[...] Nova Serrana possui tudo que um centro empresarial necessita para crescer. Resta-nos fazer uma autocrítica: Temos empresários capacitados para desenvolver? Lamento ainda a falta de união na hora das reuniões para trocar experiências, buscar novas formas de postura perante o mercado, deixa muito a desejar, quase não existindo”.

Nova Serrana é uma cidade formada, em sua maioria, por

migrantes vindos de todos os estados do Brasil. O crescimento da indústria calçadista atraiu pessoas vindas de diferentes lugares, que escolheram Nova Serrana para morar, viver e trabalhar. Desde a década de 1980, foi expressivo o aumento populacional e bastante influenciado pela migração de trabalhadores atraídos pela grande empregabilidade do setor calçadista, bem como a melhoria da qualidade de vida. Um número que expressa claramente a atração de moradores de outras cidades geradas pelos empregos no setor calçadista é o percentual de trabalhadores das fábricas de Nova Serrana que não nasceram na cidade: impressionantes 83,6% (NOVA SERRANA, 2020). A maioria destes migrantes nasceram em Minas Gerais, e um terço em outros estados. Esses números têm sido alterados nos últimos vinte anos, uma vez que muitos filhos destes migrantes já nasceram e vivem em Nova Serrana. Porém, a alta empregabilidade oferecida pela indústria, no entanto, é acompanhada em muitos casos de diferentes tipos de precariedade do trabalho. Ainda permanece um número elevado de microempresas informais fabricantes de tênis falsificados. Embora a quantidade tenha sido bastante

reduzida em relação ao passado, continua sendo um problema que prejudica a imagem da indústria de calçados de Nova Serrana. Existe uma sequência de relatos e trabalhos acadêmicos que refletem esta situação. Outro ponto a ser notado é a existência de deficiências em termos das chamadas capacitações técnicas e do ensino superior, o que, por sua vez, reflete insuficiências do sistema educacional e formação de profissionais na região. Isso implica dificuldades para as empresas engajarem-se em atividades de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, utilizarem materiais mais avançados, melhorarem a qualidade total e, com isso, tornarem-se mais capacitadas a diferenciar e valorizar o seu produto. Terceiro, os sistemas de comercialização da produção local tornam as empresas reféns da competição via preço baixo; é preciso desenvolver formas de comercialização compatíveis com a valorização do produto. (SUZIGAN, 2005, p. 97-116 in NOVA SERRANA, 2020). Diante desta situação, note-se este relato em um trabalho acadêmico sobre a indústria calçadista em Nova Serrana:

A produção industrial de calçados de Nova Serrana teve início na década de 1950, mas a intensificação de seu crescimento ocorreu entre as décadas de 1970 e 1980, sendo o apogeu no ano de 1986, quando começou a fabricação de tênis (SUZIGAN, 2005, p. 3). Segundo Suzigan et al. (2005), com a crise econômica no final dos anos 1980,

[...] um empresário imitador local, burlando as regulamentações de marcas e patentes, iniciou a produção de "similares" de marcas famosas de tênis, especialmente a Nike. O sucesso comercial desse tipo de produto deu origem a um processo, que, por fim, se revelou virtuoso, de aprendizado e disseminação de conhecimento na fabricação de tênis. A partir dessa origem obscura, a fabricação de tênis atraiu muitas outras empresas, e a história do polo mudou, verificando-se uma guinada em sua evolução. [Em 2005] a produção de tênis responde pela quase totalidade da produção de calçados de Nova Serrana, que participa com cerca de 55% da produção nacional. A

falsificação foi reduzida a cerca de 3% da produção, o que equivale a cerca de 10 mil pares/dia. (SUZIGAN et al. 2005, p. 4 in LOPES, 2016).

Neste artigo sobre a informalidade na indústria também é possível notar tal situação:

A cidade de Nova Serrana carrega o estigma de ser a capital nacional do calçado pirata. [...]

As batalhas que os grandes capitalistas de calçados empreendem contra os imitadores de suas marcas famosas de tênis têm Nova Serrana como foco. Segundo a revista da Câmara Americana de Comércio, "Nova Serrana, entretanto, também é conhecida como polo fabricante de tênis falso. É de lá que sai boa parte das cópias dos modelos mais vendidos das principais marcas e fabricantes mundiais – Adidas, Puma, Nike, Timberland, Reebok, Umbro, Mizuno – que abastecem vendedores ambulantes e lojistas de vários pontos do país. Sobretudo em Belo Horizonte, São Paulo, Brasília e Rio

de Janeiro” (Viegas, 2007. p.10).

A história da falsificação em Nova Serrana não é recente, sendo recorrentes os casos de apreensões de mercadorias pirateadas na cidade. Segundo Crocco (2009), em 1970, Chiquinho Cheirosa montou uma fábrica de falsificados de tênis, onde se produziam as marcas Reebok e Adidas, entre outras. Depois de ele ser preso, muitos trabalhadores ficaram desempregados e, pela facilidade do baixo investimento para montar uma fábrica de calçados, muitos começaram a produzir peças copiadas em suas próprias fábricas (RASLAN in ANTUNES, 2019).

À medida que a população se conscientiza sobre alguns problemas, também vão mudando hábitos e técnicas:

Ao longo dos últimos anos algumas características da produção têm mudado, sendo que em um passado ainda recente predominava o foco na produção de tênis esportivos, muitas vezes “calçados genéricos” ou “réplicas” de marcas,

cuja produção se reduziu significativamente. Nos últimos anos, os tênis esportivos permanecem com uma participação relevante no polo, mas tem havido uma reconversão da produção orientada para um mix de produtos e peso maior dos sapatos de moda e casual nos últimos quatro anos, bastante motivado pelo reposicionamento do APL local no setor a partir da recessão econômica observada em 2014 e 2015. De acordo com dados do Sindinova, os principais produtos atualmente são os seguintes: sapato masculino (casual); bota/adventure (lifestyle); sapatênis (casual); jogging (esportivo); comfort (casual); tênis/papete (infantil); esportivo casual; sandália/sapatilha (casual); sapato/bota feminina (casual); chuteira (esportivo); futsal (casual); futsal (esportivo); e acessórios. (NOVA SERRANA, 2020)

Ainda assim o fenômeno da informalidade também é percebido em outras situações:

Embora não existam dados precisos sobre a informalidade no

setor, é reconhecido o fenômeno das “bancas de pesponto” e ateliês, em que parte da produção de calçados é subcontratada/terceirizada e realizada inclusive dentro de domicílios com trabalho de familiares, desobrigando o contratante de encargos trabalhistas. As bancas e ateliês executam etapas descontínuas da produção calçadista, como corte, costura, pesponto ou customização.

Embora seja percebida uma redução da informalidade das empresas a partir de uma intensa campanha do setor nos anos noventa, a informalidade nos empregos ainda é largamente observada em anos recentes, sendo o trabalho domiciliar uma prática particular da informalidade.

Ao se caminhar pelas ruas da cidade um ruído é peculiar em grande número de casas: o motor de máquina de costura. Se a cidade é recheada de fábricas de pequeno porte perfeitamente identificáveis em todas as regiões, as bancas não são passíveis de

identificação imediata. Procurando observar como seria possível a permanência do barulho de motor mesmo sem fábrica identificável, a impressão que se tinha era de se estar caminhando por uma grande fábrica fragmentada, onde em qualquer casa poderia haver uma máquina de costura ligada produzindo para um fabricante. (RASLAN,2014, p. 90).

Outros aspectos podem ser observados a partir da indústria calçadista. Em análise dos dados mensais da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho, o estudo para o Plano Diretor permite ver que a fabricação de calçados é marcada pela sazonalidade, com *turnover* elevado. Parte dos trabalhadores, oriundos de outros municípios, retorna aos municípios de origem nos períodos de desligamento do emprego. Isto se comprova a partir da análise feita por Lemos (2013) em seu artigo:

Quando se volta para a indústria de calçados instalada em Nova Serrana, no estado de Minas Gerais, a intensa rotatividade de pessoas passa a ser

motivo de atenção e preocupação. O polo calçadista apresenta índices de turnover superiores a 80% para os anos de 2007 e 2008, considerando apenas os trabalhadores com carteira de trabalho assinada. Os cálculos tomaram por base os dados apresentados pelo Ministério do Trabalho e Emprego/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - MTE/CAGED (2009). Essa preocupação fica ainda mais evidente quando se considera o cenário atual do setor calçadista mundial. Nesse ambiente, qualidade, diversificação e produtividade, aspectos naturalmente prejudicados por elevados índices de turnover, são fatores fundamentais para a sobrevivência do setor no Brasil e, especialmente, em Nova Serrana. (LEMOS, 2013 *apud* RIEC. p.7-18)

salário médio mensal da indústria em Nova Serrana corresponde à metade do salário médio da indústria brasileira.

Considerando os elos de fabricação de calçados e suas partes, o salário médio de R\$ 1.399,94 em 2015 atingiu apenas 55,1% do salário médio da indústria, de R\$ 2.541,60, em 2015. Isso é indicativo de uma mão de obra de baixa qualificação e remuneração não atrativa, podendo resultar em maior rotatividade da mão de obra no setor, que pode tender a migrar para outros setores, em busca de melhores salários ou de melhores condições de emprego. Por outro lado, desde que alinhada a uma produtividade adequada, pode resultar em menores custos e garantir a competitividade dessa indústria. (FIEMG e SINDINOVA, 2017, p. 53 *apud* NOVA SERRANA, 2020).

Também:

Além da alta rotatividade, outra característica do emprego no setor são os baixos salários, como foi apresentado anteriormente. O

A indústria calçadista traz consigo inúmeros resultados e consequências. A princípio, as informações podem parecer apenas uma negatividade, porém muitos fatores foram cruciais para o

crescimento e melhorias. Há sempre um saudosismo diante de tamanho crescimento e que tenta levar a cidade ao ponto de partida. Um indicador de desenvolvimento apontado pelos relatórios do Plano Diretor é a renda *per capita* média, que mede o valor da renda média por habitante. “Em Nova Serrana a renda *per capita* média teve aumento de 98,82% entre 1991 e 2000, ou seja, seu valor quase dobrou, passando de R\$ 370,14 em 1991 para R\$735,92 em 2000. Já de 2000 para 2010 houve uma queda de 10,35% no valor da renda per capita, que passou de R\$735,92 para R\$659,74” (NOVA SERRANA, 2020). Diante destes números, ainda é possível analisar o crescimento da cidade através do PIB (Produto Interno Bruto) com o total de 2.602.636,27 (x1000), somente a indústria sendo responsável por 940.053,36 (x1000) 41,45% e o setor de serviços por 932.495,40 (x1000) 41,11%. Um município que vivia da agricultura e pecuária, hoje detém apenas 10.690,78 (x1000), ou seja, apenas 0,47% estão na área rural (IBGE, 2017 apud NOVA SERRANA, 2020). E diga-se de passagem, que a população é praticamente urbana, provocando um verdadeiro êxodo rural, e ainda assim as comunidades rurais tornaram-se urbanas e deram

lugar ao parcelamento do solo, loteamentos e criação de chácaras.

Em outra análise, o capital formado através da indústria foi sendo acumulado pelos empresários que começaram a atividade fabril, em fundo de quintal de suas casas, à medida que se desenvolveram e cresceram, foram se adaptando às necessidades do mercado e consolidando grandes empreendimentos.

(...) apesar de terem sido destinadas áreas industriais específicas para essa atividade, as fábricas continuam a proliferar por toda a cidade, com projetos construtivos aprovados pela Prefeitura em total inobservância da norma, sendo comum que o proprietário construa um edifício cujo térreo é destinado a fábrica e os demais pavimentos às residências. Outro item descumprido é o limite estabelecido para a taxa de ocupação do lote – máximo de 70% na Zona Central –, uma vez que as novas construções estão ocupando os lotes em sua totalidade. Observa-se, desse modo, que a Lei não tem a devida significância política no processo de

planejamento ou em sua ausência, o que não significa simples descaso e sim uma intenção política de não tocar na propriedade (PEDROSA e SOUKI, 2011, p. 14).

A comercialização da produção guarda algumas características particulares. A área da Fatura se destaca por sua especialização funcional na comercialização da produção calçadista do APL^{xiii} da região, no atacado e varejo. Considerando todo o APL, 9,6% da produção se destina ao mercado externo, especialmente para o Mercosul e outros países sul-americanos. Mais de 90% tem como destino o próprio mercado interno, principalmente São Paulo e Minas Gerais, mas incluindo as regiões Sudeste, Sul e Nordeste do Brasil. Cerca de 96% da comercialização ocorre por meio de representantes. (NOVA SERRANA, 2020. p.155)

Muitas informações sobre a cidade são quase que desconhecidas pela maioria da população, e através delas é possível avaliar o tamanho deste desenvolvimento garantido pela

indústria calçadista. O poder aquisitivo da população traz consigo importantes aquisições que atendem aos sonhos e às necessidades pessoais, mas traz também problemas, dificuldades e problemas de logística, como saturação no trânsito, vias estreitas, falta de mobilidade urbana; ambientais, como falta de arborização, dificuldades com o lixo industrial, abastecimento de água, diminuição de áreas verdes e impermeabilização do solo; educacionais, como a falta de vagas nas escolas, abandono escolar devido ao trabalho; culturais, como falta de sentimento de pertencimento e enraizamento, falta de cuidado com o patrimônio histórico e cultural; desconhecimento histórico e sociais, como o aumento de pobreza e surgimento de bolsões de miséria, violência doméstica, segurança, trabalho infantil.

A cidade que mais cresce em Minas Gerais também apresenta um desenvolvimento no número de veículos. Substancialmente com uma média de crescimento de quase 3 mil habitantes por ano segundo o IBGE, Nova Serrana obtém em 2019 uma frota de 43.578 veículos.

Os números da frota do município representam um percentual expressivo de veículos por habitantes na cidade. Aproximadamente a cada 2,5 habitantes de Nova Serrana existe um veículo.

A média de veículos no município aponta que a cidade tem aproximadamente o dobro de veículos quando comparado ao número de residências.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e estatísticas (IBGE) Nova Serrana tem aproximadamente 22 mil residências, ou seja, existem na cidade cerca de 2 veículos para cada casa.

A frota de motocicleta atingiu segundo a SEF o quantitativo de 17.665 é superior a população de jovens de Nova Serrana, contabilizada em 17.453 pessoas com idade entre 15 e 24 anos. (O POPULAR, 2019)

Numa situação um tanto delicada, a cidade possui apenas um ramo de atividades, que é o setor calçadista. Ainda não houve um plano para atrair novos e diversificados empreendimentos. O comércio é

dependente da indústria calçadista e, quando esta entra em crise, todos os outros setores são arrastados consigo.

De acordo com a diretora executiva da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) da cidade de Nova Serrana-MG, aproximadamente 550 a 600 empresários são associados da CDL, dos mais de 1.700 estabelecimentos que empregam cerca de 5.000 pessoas no setor. (NERY, 2016, p. 241 apud NOVA SERRANA, 2020).

Como resultado da baixa diversificação relativa do terciário local, Nova Serrana depende de centros maiores como Divinópolis, município que polariza a região, com opções mais diversificadas de comércio, serviços e de instituições de ensino, por exemplo. A dependência de um modelo que tem a sua competitividade lastreada em baixos salários têm implicações em relação à oferta de empregos mais diversificados e de maior remuneração, e da economia como um todo, o que pode oferecer limitações para o futuro. Um aspecto positivo é que, com salários

menores, os custos dos produtos também tendem a ser menores, aumentando a competitividade da indústria local. Por outro lado, pode haver emigração e fuga de cérebros do polo em busca de melhores oportunidades de emprego e renda. (FIEMG e SINDINOVA, 2017, p. 66 apud NOVA SERRANA, 2020 p.157).

O excesso de especialização econômica oferece ainda outros desafios. A capacidade das cidades em resistir a situações de crise tem sido avaliada e medida em termos de sua “resiliência”, tanto econômica quanto urbana, especialmente a partir da Nova Agenda Urbana, Conferência Habitat III, Quito 2016 (ONU, 2019). Uma maior diversificação econômica se relaciona à maior capacidade de uma cidade em resistir e se recuperar rapidamente a variações macroeconômicas alheias ao âmbito local, sobre as quais as empresas e o município têm pouco controle. Se por um lado o dinamismo industrial de Nova

Serrana tem permitido um índice elevado de emprego no município, o excesso de especialização econômica em um setor oferece também uma fragilidade, como uma menor resiliência econômica em momentos de crise. (NOVA SERRANA, 2020. p.157-159)

O crescimento da indústria trouxe consigo o desenvolvimento da cidade, não há dúvidas disso. Num período em que a energia elétrica poderia faltar até uma semana, gastava-se o dia todo para ir até Belo Horizonte ou não tinha insumos suficientes para a fabricação de calçados ou precisava de cacos de vidros para lixar as botinas, percebe-se o quanto a cidade, a tecnologia e recursos melhoraram. Os caminhos para se chegar à cidade ganharam asfalto e facilidades que também correspondem ao tempo, aos recursos investidos e nas facilidades para enviar e receber mercadorias. O grande número de migrantes que chega traz novos sonhos, vontade de estudar e se aperfeiçoar, amplia a variedade de produtos alimentícios, vestuário e serviços a serem utilizados e consumidos. O comércio ganhou

forma e passou a atender melhor à população, que basicamente dependia de outros centros. Hoje é possível comprar quase tudo dentro da própria cidade. O setor de serviços foi ampliado. A cidade dispõe de hospitais, equipamentos públicos como UBS (Unidade Básica de Saúde), UPA (Unidade de Pronto Atendimento, laboratórios, Bancos, Cooperativas, ONGS, Faculdade, Cartórios, Fórum, Delegacias especializadas. Uma nova consciência ecológica vem surgindo entre a população, que já separa parte do lixo, atende a grupos de catadores, existem empresas de reciclagem. No que tange a educação e cultura, houve um aumento e variação de serviços como as escolas particulares e especializadas, cursos profissionalizantes, implantação de CMEIs (Centro Municipal de Educação Infantil, Grupos Escoteiros (Educação não formal), fóruns de discussão. Para a cultura, ainda existe uma demanda reprimida, mas instituições e espaços culturais buscam atender importantes necessidades como Casa de Cultura, Centros de Memória, Associação de Patrimônio, exposições, festivais de arte e literários, associação de escritores e artesãos, mesmo que

ainda não foram consolidadas juridicamente.

Nova Serrana, à beira de caminhos como a BR-262, cria e se reinventa constantemente, abre novos espaços mesmo em seus descaminhos. Vive o processo da poética do espaço apontado por Gaston Bachelard (1884), que discute sobre esses processos de transformação. Grupos discutem e procuram soluções para entender e atender desafios. Aqui não cabem juízos de valor, mas analisar e pensar no que se pode fazer para que a industrialização não seja apenas para garantir lucros e acúmulos, mas que seja um processo racional que venha ao encontro do que inúmeros migrantes sonham e com seu trabalho continuam construindo uma nova Nova Serrana, ou como intitulado um projeto da Secretaria Municipal de Cultura (2017-2018), a “Nossa Serrana”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Silva de. **História do Calçado**. Nova Serrana: Centro de Desenvolvimento Empresarial, 1996. (Brochura).

ALMEIDA, José Silva de. **Reminiscências de um aprendiz**. Nova Serrana: Ed. Virtual Books, 2013.

BREVE, Nelson. **Agenda do desenvolvimento** (artigo). Revista Carta Maior, 27 de agosto de 2006.

CATÃO, Leandro Pena. **A Igreja e o Estado em Portugal no Antigo Regime**. Belo Horizonte: 2006. Não Publicado.

CATÃO, Leandro Pena. **Vastos, Ignotos e Indomados: Histórias do Sertão Oeste de Minas Gerais nos séculos XVII-XVIII**. Divinópolis: 2006. Não Publicado.

CROCCO, Marco. **Diretrizes para formulação de políticas de Desenvolvimento Regional e de Ordenação de Território Brasileiro. 2004**. Belo Horizonte: FACE / CEDEPLAR-UFGM, 2004.

FEBRAC – Feira de Máquinas e Componentes para Calçados. Disponível em:
http://sindinova.com.br/feirafebrac/2015/?page_id=16 Acessado em 14 de dezembro de 2020.

FONSECA, Claudia Damasceno. **Arraiais e vilas del'rey: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFGM, 2011.

FREITAS, Orlando Ferreira de. & FONSECA, Maria Beatriz de Freitas. **As origens de Nova Serrana**. Nova Serrana: Gráfica Sidil, 2002.

GARCIA, Renato C.. FINEP – Financiadora de Estudos e Pesquisas. **Relatório Setorial Preliminar sobre calçados e Insumos**. 23 de junho de 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – site desenvolvido para fornecer informações sobre pesquisas sobre a população brasileira e sua ocupação. Desenvolvido pelo próprio Instituto, acessado em 01 de março/07. Disponível em www.ibge.gov.br .

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 2000.

LACERDA JÚNIOR, José Américo. **Nova Serrana: um modelo ameaçado**. In: Almanaque do Seminário Santo Antônio. Betim: 1984.

LEMOS, Ciro Antônio Pereira. **O impacto do turnover na indústria calçadista de Nova Serrana**. Revista Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos - RIEC Ano 01 – Vol. 01 – p. 07-18. Maio/Ago. 2013

LESSA, Carlos. Seminário BNDES, 23 de março de 2006.

LOPES, Pierre Pedroso. **A CULTURA DO DESIGN SIMULADO: um estudo sobre as metodologias de design e a indústria calçadista de Nova Serrana (MG)**, 2016. 112 páginas. Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Mestrado em Estudos Culturais da Universidade FUMEC. Linha de Pesquisa: Cultura e Interdisciplinaridade. FUMEC, Belo Horizonte, 2016.

MONTEIRO, Thiago. **Nova Serrana possui em média um veículo para cada dois habitantes**. Jornal O POPULAR. Nova Serrana, 03 de outubro de 2019.

NOVA SERRANA: **Subsídios para leitura da cidade. Relatórios do Plano Diretor**. Disponível em:
<http://participanovaserrana.com.br/705ea->

home/biblioteca-de-conteudos/ Acessado em: 07 de dezembro de 2020.

RASLAN, Filipe Oliveira. **Sapataria Pandora: informalidade e desenvolvimento da indústria de calçados de Nova Serrana (MG)** in ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. Vol. IV. São Paulo: Boitempo, 2019.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Itinerários e interditos na territorialização das Geraes.** IN As Minas setecentistas. Org. RESENDE e VILLALTA. **Vol.1.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Itinerários e interditos na territorialização das Geraes.** IN As Minas setecentistas. Org. RESENDE e VILLALTA. **Vol.2.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Delsa Honória dos. **Memória dos trabalhadores da Indústria Calçadista de Nova Serrana (1970-1990).** 2005. Licenciatura em História – FUNEDI/UEMG, 2005, Divinópolis, 2005.

SANTOS, Fabiana. CROCCO, Marco. SIMÕES, Rodrigo. **Arranjos produtivos locais informais: uma análise de componentes principais para Nova Serrana e Ubá – Minas Gerais.** 10º Seminário sobre a Economia Mineira, Belo Horizonte, 2002.

SEBRAE. Unidade de Estratégias e Diretrizes. **Relatório do perfil setorial de calçados.** 2005.

SILVA, Reginaldo. O impacto do desenvolvimento industrial nas relações culturais em Nova Serrana. 161 páginas. Estudos contemporâneos. Linha de

Pesquisa: Cultura e Linguagem. FUNEDI / UEMG, Divinópolis, 2007.

SUZIGAN, Wilson. FURTADO, João. GARCIA, Renato. SAMPAIO, Sérgio E.K.. **A indústria de Calçados de Nova Serrana (MG).** Revista Nova Economia. Belo Horizonte, nº 15 (3) 97-116 – Setembro-dezembro, 2005.

VASCONCELOS, Diogo de. História antiga das Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

FONTES PRIMÁRIAS

AMARAL, GERALDA PINTO DO. Nova Serrana, 2007. Entrevista concedida a Reginaldo Silva, Projeto Memórias, Departamento de Cultura, 29 de outubro de 2007.

AMARAL, Meire. Inédito. Entrevista concedida à Reginaldo Silva. Nova Serrana, 2005.

FERREIRA, Geny José. Entrevista concedida à Betânia Gonçalves Figueiredo. Conselho do Patrimônio Cultural de Nova Serrana. Ficha N°0004E. Nova Serrana, 2005.

FIRMINO, José Pinto. Nova Serrana, 2005. Entrevista concedida a Betânia Gonçalves Figueiredo – Dpto. História da UFMG. Projeto Centro de Memória do Calçado – SINDINOVA – Depto. De Cultura, 01 de julho de 2005.

MACHADO, Nicolau Heleno. Vista parcial da cidade de Nova Serrana – Foto cedida pelo autor. NEW DRONE PHOTO AND VIDEO. 11 de julho de 2020

NOVA SERRANA, Livro de Tombo – Paróquia de São Sebastião de Nova Serrana. Vol 01 (1924-1962).

NOVA SERRANA, Livro de Tombo da Paróquia de São Sebastião de Nova Serrana. Volume 02 (1962-1995).

SINDINOVA – Sindicato da Intermunicipal Indústria de Calçados de Nova Serrana. Site desenvolvido para informações do sindicato da indústria calçadista e informações sobre Nova Serrana. Consultado em 30 de maio de 2006. Disponível em www.sindinova.com.br

NOTAS

Para alguns autores, etimologicamente a palavra sertão derivaria do latim *desertus*, por intermédio do latim vulgar *desertanu*, que pode significar deserto, abandonado, inculto, selvagem, desabitado ou pouco habitado. ROMEIRO, Adriana. *Sertões*. In: *Dicionário Histórico das Minas Gerais: período colonial*. p. 271.

¹ A maior parte dos referidos mapas estão reproduzidos e comentados em: COSTA, Antônio Gilberto. *Conjunto das Cartas Sertanistas*. In: *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*. pp. 57-63.

¹ A etimologia da palavra *sertão* permanece desconhecida. Para alguns autores, o sertão derivaria do latim *desertus*, por intermédio do latim vulgar *desertanu*, que pode significar deserto, abandonado, inculto, selvagem, desabitado ou pouco habitado. ROMEIRO, Adriana. *Sertões*. In: *Dicionário Histórico das Minas Gerais: período colonial*. p.271.

¹ FERREIRA, Geny José: inédito. Divinópolis, 2005. Entrevista concedida a Betânia Gonçalves Figueiredo – Depto. De História da UFMG – Centro de Memória do Calçado – Nova Serrana – MG.

¹ FIRMINO, José Pinto. Inédito. Nova Serrana, 2005. Entrevista concedida a Betânia Gonçalves Figueiredo – Depto. De História da UFMG – Centro de Memória do Calçado – Nova Serrana – MG.

¹ AMARAL, GERALDA PINTO DO. Inédito. Nova Serrana, 2007. Entrevista concedida

a Reginaldo Silva, Projeto Memórias, Departamento de Cultura, 29/10/2007.

¹ FREITAS & FONSECA, 2002. – NAVARRO, Horácio. Inédito. Belo Horizonte, 2005. Entrevista concedida a Betânia Gonçalves Figueiredo – Depto. De História da UFMG – Centro de Memória do Calçado.

¹ Marcou também o mandato do Sr. Benjamim Martins a instalação do Posto de Saúde; aquisição de um trator; abertura de novas ruas; construção de um cemitério em Ripas; instalação do serviço de abastecimento de água em Boa Vista e Gamas; calçamento de ruas; compra de um caminhão;; aquisição de uma motoniveladora; construção de uma escola em Novais e; eletrificação da comunidade de Boa Vista, como aparecem nos arquivos da Prefeitura Municipal.

¹ AMARAL, Meire. Exclusiva. Nova Serrana, 2005. Entrevista concedida a Reginaldo Silva – Dulce Amaral foi a primeira mulher eleita para o cargo de vereadora em 1958.

¹ No período seguinte, Dr. Jacinto Moreira Filho, foi eleito pelo voto direto, administrou o município no ano de 1971, poucos meses após a posse passou o cargo para o vice João Gonçalves do Amaral. A cada governo que se instalava, se preocupava com o crescimento da cidade.

¹ O número de empresas citado se refere as empresas cadastradas e participantes do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana – SINDINOVA.

¹ Estado de Minas, Jornal. 22 de agosto de 1996. Caso do processo do Grupo Fila contra a empresa Dio-Clay Calçados, por falsificar a marca Fila apresentando a marca Fika, porém com o mesmo modelo.

¹ APL – Arranjo Produtivo Local.

O TRATAMENTO CONTÁBIL DOS ATIVOS INTANGÍVEIS NO CONTEXTO NA NOVA ECONOMIA

Valéria Siebel⁴⁴
Pedro Guilherme Ritter⁴⁵

RESUMO

Este artigo trata sobre ativos intangíveis e o tratamento dispensado pela contabilidade a esses ativos. O ambiente da nova economia, que surge a partir dos anos 1990, migra de um modelo econômico essencialmente industrial, de ativos tangíveis, para um modelo onde os recursos intangíveis ganham cada vez mais representatividade. Nesse novo cenário, o papel da contabilidade é essencial para a avaliação das empresas, visto que muitas delas são representadas pelo seu capital intangível. No intuito de contribuir na discussão desse instigante tema, este estudo descreve a complexidade na definição, no reconhecimento e na mensuração dos ativos intangíveis, à luz do CPC 04 (2010) e sua correlação à IAS 38. Não obstante os inúmeros avanços da contabilidade a partir da adoção das normas internacionais – IFRS -, é fundamental que os contadores se reinventem, aprimorando a ciência de avaliação dos intangíveis, sob pena de se tornarem irrelevantes ante a avaliação natural do mercado.

Palavras-chave: Ativo Intangível, Avaliação, Nova Economia, Contabilidade.

ABSTRACT

This article deals with intangible assets and the accounting treatment of these assets. The environment of the new economy, which emerged from the 1990s, migrates from an essentially industrial

economic model, of tangible assets, to a model where intangible resources are increasingly representative. In this new scenario, the role of accounting is essential for the valuation of companies, since many of them are represented by their intangible capital. In order to contribute to the discussion of this exciting topic, this study describes the complexity in the definition, recognition and measurement of intangible, in the light of CPC 04 (2010) and its correlation to IAS 38. Notwithstanding the countless advances in accounting since the adoption international standards – IFRS -, it is essential that accountants reinvent themselves, improving the science of valuing intangibles, under the risk of becoming irrelevant to the natural assessment of the market.

Keywords – Intangible Assets, Valuation, New Economy, Accounting.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a atratividade das empresas - entenda-se o seu valor de mercado - em sido cada vez mais associada aos recursos que possuem e que lhes asseguram competitividade e longevidade. Estes recursos, em outras palavras, são o seu capital intelectual ou intangível, uma vez que os recursos tangíveis, que são os produtos ou bens com existência física, são facilmente reproduzidos ou copiados pelos concorrentes.

A chamada nova economia, fruto da migração de um modelo econômico predominantemente industrial no final dos anos 1990, baseado em ativos tangíveis, para outro, com intensa e

⁴⁴ Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

E-mail: siebelconsultoriaempresarial@gmail.com

⁴⁵ Pós graduado em Controladoria, Auditoria e Finanças pela FGV

E-mail: ritter.pedroguilherme@gmail.com

crescente presença de ativos intangíveis, como tecnologias de informação e comunicação, assumiu um papel importante no cenário econômico mundial, fazendo com que estes ativos tenham cada vez mais importância na avaliação das empresas.

Basicamente, pode-se entender como nova economia a transição, no final dos anos 1990 de produtos para os serviços, a escalada da tecnologia, a valorização do consumidor.

Segundo Kuhner (2005), a digitalização e computadorização, que reduziram os custos de arquivo, reprodução e transmissão de dados para praticamente zero, e a melhoria, na mesma magnitude, da qualidade técnica das transmissões e cópias são algumas das várias causas destas mudanças. O acúmulo de riqueza produziu bens de consumo mais sofisticados, principalmente itens relacionados à informação, *softwares* e pelas mesmas razões, as pesquisas e desenvolvimentos nessa área tornaram-se mais importantes ainda. Outra razão é o declínio dos custos de transação nos últimos anos, reduzindo a assimetria de informação entre *corporate players* justamente pelos novos mecanismos de contratos, tendo

a *internet* como nova plataforma de negócios (KUHNER, 2005).

Uma questão a se considerar na avaliação dos ativos intangíveis é o estágio atual em que se encontra a contabilidade e o seu papel na nova economia. Admite-se que a contabilidade foi concebida e talhada para uma economia industrial, e, sendo assim, surgem muitas críticas à sua atual eficácia em termos de prover informação relevante e confiável acerca dos resultados presentes e futuros das empresas.

Elliot e Jacobson (1991) e Sengupta (1998) mencionam que um sistema contábil periódico, histórico e com base no custo, atendia a uma economia industrial, porém já não é adequado para empresas na era do conhecimento. Estes e outros autores como Guthrie (2000), Kothari (2001), Raupp (2001), defendem mudanças nas normas contábeis, de forma a incorporar a mensuração dos ativos intangíveis. Guthrie (2000) chega a afirmar que ou os contadores encontram uma forma de incorporar medidas de capital intelectual em seu trabalho, ou se tornam irrelevantes.

Não obstante, a adesão obrigatória às normas *International Financial Reporting Standards – IFRS* a partir de 2005 para as companhias

de capital aberto na Europa e no Brasil a partir de 2008, com fins de proporcionar maior transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras, sinaliza, tanto no exterior quanto no Brasil, que a contabilidade não está apática em relação à forma de entender e contabilizar seus recursos, sejam eles tangíveis ou intangíveis.

À luz do CPC 04 (2010), o qual trata dos ativos intangíveis, convergente com a IAS 38 verifica-se a adaptação para incorporar estas mudanças, evidenciando de forma mais correta o valor dos ativos intangíveis. Trata-se de um desafio a ser cumprido nos próximos anos, de forma que a ciência contábil se mantenha com papel relevante e central na entrega de informações confiáveis a um grande conjunto de usuários.

Assim, diante da evolução do cenário econômico mundial, com a aceitação praticamente generalizada de que os ativos intangíveis são aqueles que hoje determinam de forma preponderante o valor das empresas, sendo que a norma contábil, de forma geral, impõe sérias restrições à aceitação destes como ativos efetivos reconhecidos nas demonstrações contábeis, suscita a pergunta-

problema que resume o foco principal deste estudo: **Como a contabilidade dispensa o tratamento aos ativos intangíveis?**

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Avaliação de empresas

A avaliação de empresas, também chamada de avaliação de ativos, é relevante na vida das organizações, haja vista o crescente movimento de operações de fusões, aquisições, liquidações, novos investimentos, compreendendo assim os mais diversos interesses. Palepu, Healy e Bernard (2000, p. 11) definem avaliação como “o processo de conversão de uma projeção em uma estimativa do valor de uma empresa ou de alguma parte da empresa”.

Damodaran (2010), por seu turno, assevera que o valor de uma empresa pode estar diretamente relacionado às decisões que toma relativas aos projetos que empreende, como os financia e sua política de dividendos, sendo a compreensão desta relação a chave para a tomada de decisões agregadoras de valor.

Saurin, Lopes e Costa Júnior (2009) asseveram que o processo de

avaliação de empresas é muito mais uma arte do que propriamente uma ciência e geralmente não existe uma resposta certa para o problema de avaliação. Assim, a teoria clássica de avaliação tem como alicerce o “valor potencial ou dinâmico”, que corresponde ao valor da empresa em operação. Portanto, a determinação do valor de uma empresa é tarefa complexa, que demanda rigor e coerência na estruturação do seu método de cálculo (SAURIN; LOPES; COSTA JÚNIOR, 2009).

Especificidade, incerteza e complexidade são ao mesmo tempo entraves e desafios apontados na avaliação de empresas. Há que se atentar principalmente para o reflexo das decisões tomadas no passado quanto aos investimentos da empresa na sua avaliação presente. Da mesma forma, compreender que as decisões de investimento que a empresa tomar hoje é fator determinante para a sustentação do seu crescimento no futuro.

2.2 Ativos Intangíveis

Na literatura contábil encontram-se diferentes definições e classificações para ativos intangíveis.

Scharma (2012) afirma existir uma variedade de opiniões acerca da composição desses ativos e, em termos globais, existe uma falta de consenso no que se refere aos itens que se caracterizam como sendo ativos intangíveis.

Sveiby (1997) menciona que o componente principal dos ativos intangíveis são as estruturas organizacionais externas e o grau de competência de seu quadro de pessoal. Ross et al. (1997), Petty (2000) e outros, consideram que os ativos intangíveis de uma empresa incluem tanto o capital organizacional quanto o capital humano.

Já Stewart (1997, p.13) trata os ativos intangíveis como

[...] a soma do conhecimento de todos em uma empresa, o que lhe proporciona vantagem competitiva. Ao contrário dos ativos, com os quais os empresários e contabilistas estão familiarizados – propriedade, fábricas, equipamentos, dinheiro – o capital intelectual é intangível; Constitui a matéria intelectual: conhecimento, informação, propriedade intelectual, experiência, que pode ser utilizada para gerar riqueza.

Em sua mais conhecida obra *Intellectual Capital: The New Wealth of Organizations* de 1997, o mesmo autor já definia o capital intelectual como “uma bola de tênis nova de marca, que, apesar de seus pelos excessivos, teria uma grande capacidade de rebote” (STEWART, 1997, p.12).

Segundo Vickery (1999), na literatura acerca dos intangíveis apresentam-se alguns nomes diferentes: capital intelectual, quando mencionado por autores da área de recursos humanos, ativo intangível ou somente intangível, quando estudado por pesquisadores da área de contabilidade.

Petty (2000) trata os ativos intangíveis como capital intelectual, um pacote de conhecimento útil ou conhecimentos, informações, propriedade intelectual, ou experiência dos quais se pode fazer uso para gerar riqueza.

Petkov (2011) por sua vez, reporta-se à exemplificação das IAS 3 (2007), a qual trata da combinação de negócios que vão ao encontro da definição de ativo intangível.

O Quadro 01 a seguir apresenta uma taxonomia para a classificação dos intangíveis, conforme Kayo (2002, p.19).

Quadro 01 – Taxonomia para Recursos Intangíveis

Família	Alguns ativos intangíveis
Ativos Humanos	conhecimento, talento, capacidade, habilidade e experiência dos empregados; administração superior ou empregados-chave; treinamento e desenvolvimento; outros.
Ativos de Inovação	pesquisa e desenvolvimento; patentes; fórmulas secretas; <i>know-how</i> tecnológico; outros.
Ativos Estruturais	processos; <i>softwares</i> proprietários; bancos de dados; sistemas de informação; sistemas administrativos; inteligência de mercado; canais de mercado; outros.
Ativos de Relacionamento (com públicos estratégicos)	marcas; logos; <i>trademarks</i> ; direitos autorais (de obras literárias, de <i>softwares</i> , etc.; contratos com clientes, fornecedores, etc.; Contratos de licenciamento, franquias, etc.; direitos de exploração mineral, de água, etc.; outros.

Fonte: Kayo (2002, p. 19), adaptado pelos autores

O mesmo autor menciona ainda outros termos como ativo invisível, *goodwill* e ativos de conhecimento para definição dos recursos intangíveis.

Para fins deste estudo, é utilizado o termo recursos intangíveis, abrangendo os termos capital intelectual, ativos intangíveis e outros, que têm como objetivo identificar a parcela de valor da empresa que não se encontra representada em seu patrimônio líquido, ou seja, o valor deste ativo é superior ao seu valor registrado nos livros contábeis.

De acordo com o CPC 04 (2010), ativo intangível são os bens incorpóreos, destinados à manutenção da empresa, inclusive o fundo de comércio adquirido (*goodwill* em combinação de negócios).

Alguns exemplos de ativos que podem ser classificados como intangíveis, tais como marcas, patentes, títulos de periódicos, softwares, franquias, direitos autorais, entre outros.

A norma contábil internacional – IAS 5 (2007) define ativo como sendo um recurso controlado pela empresa como resultado de uma transação passada, do qual se espera uma contribuição acerca dos benefícios futuros com uma probabilidade razoável.

A partir da criação do *International Accounting Standards Board – IASB* – em 2001, foram instituídas mudanças na forma de apresentação e validação das informações prestadas pela contabilidade, com o objetivo de atender à crescente demanda dos seus usuários. Os pronunciamentos contábeis internacionais passam a ser denominados de *International Financial Reporting Standard - IFRS*.

Por meio da adoção das normas IFRS tanto no Brasil como em outros países, verifica-se que a contabilidade não está apática em relação às mudanças ocorridas na forma de entender e contabilizar os seus recursos, sejam eles tangíveis ou intangíveis. Este e outros elementos

que surgiram contemporaneamente à nova economia, como a governança corporativa, podem contribuir para restaurar o papel da contabilidade como prestadora de informações úteis aos seus usuários e ao mercado de capitais como um todo.

2.3 Identificação dos Ativos Intangíveis

Primeiramente, é necessário identificar um ativo intangível segundo a sua definição. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (2010), O ativo intangível deve ser passível de identificação, de forma que seja diferenciado do *goodwill*⁴⁶.

O referido Pronunciamento, em correlação com a norma contábil internacional - IAS 38(2007) exige que o ativo intangível seja identificável para poder ser distinguido do *goodwill*. Como identificável, o CPC 04 (2010, item 12) afirma que o ativo deve ser ao mesmo tempo

- a) separável, isto é, capaz de ser separado ou dividido da firma ou vendido,

⁴⁶ Ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura reconhecido em uma combinação de negócios. É um ativo que representa benefícios econômicos futuros gerados por outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, que não são identificados individualmente e reconhecidos separadamente.

transferido, licenciado, alugado ou permutado, tanto individualmente ou em conjunto a um contrato relacionado, ativo identificável ou passivo, independente de que a entidade queira ou não fazê-lo; ou b) originar-se de direitos contratuais ou outros direitos legais, independente de os direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

No que diz respeito ao controle da entidade sobre um ativo intangível, o qual é definido pelo poder de obter benefícios econômicos futuros, o CPC 04 (2010) elenca outras formas, que não a advinda de direitos legais e que possam ser exercidos em tribunais.

Como exemplo, a participação de mercado ou uma carteira de clientes oriunda de esforços na fidelização e criação de relacionamentos por parte da entidade, mantenha a continuidade dos negócios com esta. Nessa situação, é difícil enquadrar a carteira de clientes ou a participação no mercado como ativo intangível.

Mesmo havendo essa dificuldade, a comprovação da capacidade de negócios desses clientes ou do mercado com a

entidade fornece, por si só, subsídios que comprovam o controle da entidade nos benefícios econômicos futuros. Esse contexto evidencia também a característica da separabilidade, conforme item “a” anteriormente mencionado, inerente aos ativos intangíveis.

Por último, os benefícios econômicos futuros gerados por um ativo intangível são a geração de receita da venda dos produtos ou serviços da entidade, a redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso deste ativo pela entidade.

2.4 O Reconhecimento dos ativos intangíveis

Definido como um ativo intangível, segundo o critério do CPC 04 (2010), o seu reconhecimento deve ser dado sob as seguintes condições: a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e b) o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.

Nesses termos, a entidade deve se utilizar de possibilidades reais de geração de benefícios econômicos futuros, por meio de recursos e

cenários que possam comprovar esses resultados e que sejam compatíveis com as condições econômicas vigentes ante a vida útil do ativo.

Também, por seu julgamento e, no sentido de obter o maior grau de certeza de seus fluxos de benefícios econômicos futuros, deve se utilizar de bases e evidências externas em maior ênfase àquelas disponíveis no momento do reconhecimento inicial.

O CPC 04 (2010) dita critérios diferentes de reconhecimento para os ativos intangíveis, quais sejam:

- **Aquisição separada** – incluem-se o seu preço de aquisição, acrescido de impostos não recuperáveis, impostos de importação, outros custos diretamente ligados à preparação do ativo para o fim a que se destina, como testes e custos com honorários profissionais para que promovam o seu funcionamento.
- **Aquisição como parte de combinação de negócios** – nesse caso, o custo do ativo deve ser auferido pelo seu valor justo na data de sua aquisição. Na condição de ser separável ou se resultar de direitos

contratuais, como a combinação de negócios, a informação é suficiente para mensurar, com grau satisfatório de confiabilidade, o valor justo do bem intangível.

- **Aquisição por subvenção e assistência governamentais** – Quando o ativo é adquirido sem custo ou pelo seu valor nominal, como nas licenças de operação ou direitos a acessos cedidos pelo governo, a entidade pode reconhecer esse ativo intangível, de forma facultativa, pelo valor justo. Não desejando reconhecê-lo dessa forma, deve reconhecer então pelo valor nominal, acrescido de todos os gastos que estejam diretamente ligados à preparação desse ativo para a sua finalidade.
- **Permuta de ativos** – A permuta de ativos pode abarcar naturezas diferentes, ou seja, é possível a aquisição de um ativo intangível por meio de ativo monetário ou não monetário.

O CPC 04 (2010) determina que o custo de um ativo intangível deve ser mensurado pelo valor justo, exceto na situação em que a operação de

permuta não tenha natureza comercial ou o valor justo do ativo recebido e do ativo cedido não possa ser mensurado com confiabilidade. Não atendidas essas condições, o seu custo deverá ser registrado pelo valor contábil do ativo cedido.

Em relação ao *goodwill*, ou seja, o ágio gerado internamente e derivado da expectativa de rentabilidade futura, este não se enquadra na identificação e reconhecimento como ativo intangível. Trata-se de um recurso não identificável, não separável e que não origina-se de direitos contratuais ou outros direitos legais.

Por fim, em relação a ativo gerado internamente como intangível, para que se possa reconhecer como intangível, além de atender os critérios de reconhecimento, já mencionados nos itens “a” e “b” nesse capítulo é necessário classifica-lo quanto à sua geração, se ocorre na fase de pesquisa ou se ocorre na fase de desenvolvimento.

O Pronunciamento CPC 04 (2010) é bastante específico e amplia em muito o sentido dos termos “pesquisa” e “desenvolvimento”. Se não puder ser diferenciada a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento, os gastos incorridos devem ser atribuídos apenas à pesquisa. Isso

porque na fase de pesquisa de projeto interno “a entidade não está apta a demonstrar a existência de ativo intangível que gerará prováveis benefícios econômicos futuros” (CPC 04, 2010, itens 51-67).

Já na fase de desenvolvimento, somente poderá ser reconhecido como intangível se a entidade puder demonstrar:

- a) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- b) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- c) capacidade para usar ou vender o ativo intangível;
- d) forma como o ativo intangível deve gerar benefícios econômicos futuros. Entre outros aspectos, a entidade deve demonstrar a existência de mercado para os produtos do ativo intangível ou para o próprio ativo intangível ou, caso este se destine ao uso interno, a sua utilidade;
- e) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e
- f) capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível

durante seu desenvolvimento. (CPC 04, 2010).

2.5 A mensuração dos ativos intangíveis

A contabilidade, em seu estágio atual, prevê que as empresas podem mensurar o valor dos seus ativos intangíveis pelos métodos de custo ou reavaliação, este último alterado pela Lei nº 11.638/07, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008 e que alterou as disposições da Lei nº 6.404/76.

Para um grupo de ativos intangíveis de natureza e uso semelhante, o método utilizado para contabilização deve ser único, seja ele o método de custo ou de reavaliação.

No método de custo, após o reconhecimento inicial de um ativo intangível, deve-se deduzir a amortização acumulada e a perda acumulada, que ocorre eventualmente pela redução do valor recuperável do ativo.

No método de reavaliação, se permitido o reconhecimento inicial como ativo intangível, o mesmo pode ser mensurado pelo seu valor reavaliado, que corresponde ao seu valor justo na data de reavaliação.

Este método não permite que ativos que não tenham sido reconhecidos previamente como ativos intangíveis sejam reavaliados, nem que os valores de reconhecimento inicial sejam diferentes do valor de custo.

O CPC 04 (2010) ainda dispõe sobre a aplicação da reavaliação em ativos recebidos por subvenção, a frequência das reavaliações e a volatilidade do valor justo, o tratamento dado pela contabilidade quando da reavaliação e o seu critério de amortização.

6. 3 METODOLOGIA

A metodologia, segundo Prodanov e Freitas (2013), consiste na aplicação de procedimentos e técnicas a serem seguidos na construção do conhecimento, com o fim de comprovar a sua validade e utilidade na sociedade.

Assim, esta pesquisa se classifica como básica quanto à sua natureza, pois, conforme conceituam Prodanov e Freitas (2013, p.51), tem como objetivo “gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista”.

Do ponto de vista de seus objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, que visa proporcionar informações sobre o tema investigado.

No que diz respeito aos procedimentos técnicos, enquadra-se como uma pesquisa bibliográfica, visto que é elaborada a partir de material já publicado, como as publicações de leis, artigos sobre o tema, livros e Pronunciamentos Contábeis.

Por fim, quanto à forma da abordagem do problema, esta pesquisa é qualitativa. Esse tipo de pesquisa não requer o uso de métodos estatísticos e interpreta os fenômenos, atribuindo-os significado.

7. 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como propósito analisar e discutir o tratamento da contabilidade aos ativos intangíveis, recursos cada vez mais relevantes no contexto da nova economia. Grandes empresas no mundo possuem cerca de 80% do seu patrimônio formado por intangíveis, de acordo estudos. Sendo assim, a avaliação dos intangíveis é fundamental na determinação do valor de uma empresa.

Não obstante os avanços na contabilidade verificados pela adesão

obrigatória à normas internacionais em vários países, a maioria dos balanços patrimoniais não evidencia o capital intangível das empresas. Dado a isso, é urgente e importante que a classe contábil se reinvente, aprimorando a ciência de identificação e avaliação dos ativos intangíveis, no sentido de torna-la menos complexa e mais identificável.

A avaliação de empresas no contexto atual é um tema instigante, não possui respostas, mas sim questionamentos e propostas de caminhos.

Para estudos futuros, sugere-se a análise dos impactos da adoção das normas harmonizadas IFRS na contabilidade, comparando o valor das empresas com o valor de mercado nos cenários da nova e da velha economia.

8.

9. REFERÊNCIAS

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **CPC 04 (R1):** ativo intangível. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade. Brasília, dez. 2010. Disponível em:

<
http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/187_CPC_04_R1_rev%2014.pdf>. Acesso em: 05 out.2020

DAMODARAN, A. **Avaliação de Investimentos: Ferramentas e Técnicas para a Determinação do Valor de Qualquer Ativo**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010.

ELLIOT, R.; JACOBSON, P. *U. S. Accounting: A National Emergency. Journal of Accountancy*, p. 54-58, 1991.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (FASB). *Preliminary Views on an Improved Conceptual Framework for Financial Reporting*. 2006. Disponível em: <<http://www.fasb.org>>.

GUTHRIE, J. *Measuring up to change. Financial Management*, p. 11, 2000
INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB). 2011. Disponível em: <<HTTP://www.iasb.org/Home.htm>>

KOTHARI, S. P. *Capital Markets Research in Accounting. Journal of Accounting and Economics*. v. 31, p. 105-231, 2001.

KUHNER, C. *New Financial Accounting Standards for the New Economy? - Some Remarks on the Ongoing Debate*. 2003. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1641288>>.

PALEPU, K. G.; HEALY, P. G.; BERNARD, V. L. *Business analysis and valuation: using financial statements*. Ohio: South-Western College Publishing, 2000.

PETKOV, R. *Initial Identification of internally generated intangible assets in the context of the definitions of an asset and an intangible asset. Journal of theoretical accounting research*, v.6, n. 2, p.1-9, 2011.

PETTY, G. *Voluntary Disclosure of Intellectual Capital and the "Hidden Value"*. *Journal of Economic Literature*, 2000.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C.; Metodologia do Trabalho Científico:

Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAUPP, E. H. A Contabilidade e o valor real das empresas mediante identificação dos valores internos. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, 2001.

ROSS, J.; ROSS, G.; DRAGONETTI, N.; EDVINSSON, L. *Intellectual Capital: Navigating The New Business Landscape*. London: Macmillan Press Ltd.,1997.

SAURIN, V.; LOPES, A. L. M.; COSTA JUNIOR, N. C. A. Comparação dos modelos de avaliação de empresas com base no fluxo de caixa descontado e no lucro residual: estudo de caso de uma empresa de energia elétrica. *RAM – Revista de administração Mackenzie*, v. 10, n. 1, p. 89-113, 2009.

SCHARMA, N. *Intangible assets: a study of valuation methods. BVIMR Management Edge*, v. 5, n.1, p. 61-69, 2012.

SENGUPTA, P. *Corporate disclosure quality and the cost of debt. Accounting Review*, v. 73, p. 459-474, 1998.

STEWART, T. A. *Intellectual Capital: The New Wealth of Organizations*. N. York: Doubleday, 1997.

SVEIBY, K. E. *The New Organizational Wealth: Managing and Measuring Knowledge-based Assets*, San Francisco: Berrewt Koller, Publishers, 1997.

VICKERY, G. *Intangibles and Competitiveness: An Empirical Approach*, Edward Elgar Publishing, New York, 1999

O PROBLEMA DAS FONTES PARA A PESQUISA HISTÓRICA: Estudo de caso.

Geraldo Fernandes Fonte Boa⁴⁷

Resumo:

O presente ensaio tem como objetivo principal, a partir do confronto de três textos, analisar as dificuldades na obtenção e no uso de fontes históricas provenientes da tradição oral, dos mitos e das lendas no exercício do historiador. Além de evidenciar como o uso indevido desta natureza de fonte, de forma isolada ou sem associação com fontes de outras naturezas podem inferir em afirmações não confiáveis no campo da pesquisa histórica. É importante salientar que o uso de fontes provenientes do “ouvir dizer”, das lendas e mitos são importantes para a pesquisa histórica, desde que associadas a fontes de outra natureza e dentro de determinado limites.

Palavras-chave:

Pesquisa histórica, historiografia, fontes históricas, mitos, lendas, história de Minas Gerais.

Resume:

The main objective of this essay is, from the confrontation of three texts, to analyze the difficulties of obtaining and not using historical sources from the oral tradition, and also myths and legends, and not the

historian's research. In addition to showing how the inadvertent use of this nature of source, in isolation or in association with sources of other natures, can infer from statements not considered in the field of historical research. It is important to note that the use of sources from hearsay, legends and myths are important for historical research, as they are associated with sources of another nature and within certain limits.

Keywords:

Historical research, historiography, historical sources, myths, legends, history of Minas Gerais.

1. Introdução

O historiador José Carlos Reis, em seu *livro de bolso* denominado “O desafio historiográfico⁴⁸”, propõe nos uma questão interessante. A certa altura ele faz a seguinte pergunta: “A história, antípoda da ficção?”. E ao discorrer sobre o tema se a história seria contrária à ficção, inicia-se dizendo que “Desde Heródoto, o desafio historiográfico foi sempre o de lutar contra o erro, contra o falso, procurando produzir a verdade”,

⁴⁷ Professor de História da Rede Pública Municipal, Professor Universitário de Filosofia e História da Educação, Graduado em Filosofia, Especialista em História e Mestre em Educação. Membro da Academia de Letras de Pará de Minas e da Academia de Letras de Itáúna.

⁴⁸ Fiz uso da versão virtual disponível em https://ler.amazon.com.br/kp/embed?linkCode=kpe&ref_=cm_sw_r_kb_dp_PSGXyb2MC8RPW&asin=B01696Y3GA&tag=tpltrs-20&amazonDeviceType=A2CLFWBIMVSE9N&from=Bookcard&preview=newtab&reshareId=0NN710RBY5215KBF5M3P&reshareChannel=system, por isso sem citação de páginas.

(REIS, 2010). E continua, “A história surgiu e continuou se legitimando como luta contra a fábula, lendas, mitos, falsos testemunhos.” (REIS, 2010). No entanto, no fluxo de seu texto, observa que a história “reivindica o estatuto de ciência” e quer ser considerada “antípoda da ficção”, ou seja, combatente e contrária à ficção. Assim, a história quer “imitar” a ciência com “controle da prova, a sua obsessão com o teste, a experimentação laboratorial”, (REIS, 2010).

Apesar de todo o desejo e esforço feito em sua trajetória, que também é histórica, REIS (2010) reconhece que “A história jamais atingiu plenamente o seu objetivo de ser antípoda da ficção.” E buscando Michel de Certeau, afirma que “A história se deixa dominar pela ficção” porque a sua “reconstrução do passado disfarça a prática que a organiza” e “não revelam(sic) as condições de sua produção” e ainda “referem-se ao passado como se fossem autônomos em relação (...) aos problemas do presente”, (REIS, 2010).

Segue o autor analisando a própria “história da história”, seus desafios, embates, perspectivas e

conclui, de certa forma que, “a identidade do conhecimento histórico dependeu, portanto, das alianças que a história estabeleceu ao longo dos séculos”, (REIS, 2010). Então, algo permanece. A história procura uma “verdade dentro do tempo” e busca mostrar a todos “aquilo que eles tentam esquecer” e, nesse sentido, a história e os historiadores são “malditos”, pois teimam em mostrar os “fracassos, decepções, frustrações, traições” revelando, assim, “o transcurso, a passagem do seu ser ao novo ser.” (REIS, 2010).

Mas “o historiador não está condenado a registrar fatos, a constatá-los?” (REIS, 2010). Não. O historiador deve “raciocinar sobre eles, buscar a sua inteligibilidade, atribuindo-lhes sentido, pensando as possibilidades objetivas e seus desdobramentos” (REIS, 2010), considerando “caminhos possíveis”, num esforço constante de “organizar o passado em função do presente” (REIS, 2010). Se preferir, o trabalho do historiador consiste em ser “um trabalho dos vivos para acalmar os mortos”, (REIS, 2010).

A História, em si, não é contra o mito, a lenda, a tradição oral, ou qualquer outra forma de ler o mundo,

ficcional ou não. Mas, a leitura de mundo que a História faz, é de certa forma, contrária à leitura de mundo do senso comum, da tradição presente no mito, na lenda, na sabedoria popular e na tradição. Nesse sentido, o mito, a lenda, a tradição oral, podem ser utilizadas pela História como fonte, nunca exclusiva ou isolada, sempre confrontada com outras fontes, no trabalho da pesquisa. O historiador deve estar ciente e atento para o que está sendo dito nas lendas, nos mitos, na tradição oral, como uma forma de falsear a realidade e de dizer sobre este real, de forma camuflada. Não se pode subtrair de tais lendas afirmações conclusivas, mas apenas indícios que possam ser comprovados ou comparados por outras fontes. Este é o limite que se impõe.

Como em toda a sociedade, mitos e lendas sobre as Minas no Século XVIII são muitas⁴⁹. Estas histórias são fantásticas e fruto de

⁴⁹ Somente para citar alguns, temos o mito do Patafúfio em Pará de Minas, temos a lenda da mãe do ouro em várias regiões das Minas Gerais, o mito do Chico Rei e sua corte em Ouro Preto, a história fantástica de Ambrósio, do quilombo do Ambrósio na região do Campo Grande, sem contar outros tantos personagens lendários que fazem parte do imaginário popular. João Dornas Filho tem obra dedicada a várias crenças e mitos recolhidos em suas andanças por Minas Gerais em meados do século XX e estão em “Achegas de Etnografia e Folclore” que vale a pena conhecer.

habilidosos escritores ficcionais. São belíssimas criações literárias, mesmo que se utilize de alguns fatos e acontecimentos reais e verdadeiros. Mas estes fatos e acontecimentos, narrados literariamente nas lendas, não podem se transformar, para o historiador, em fatos verossímeis como se fossem reais ou verdades históricas absolutas. Isso porque são leituras de naturezas diferentes. E sem o devido cuidado, tais lendas acabam se tornando um empecilho na pesquisa histórica ou ainda serem utilizadas como arcabouço ideológico a serviço da legitimação de situação de poder ou de realidades virtuais a serem criadas por interesses pessoais difusos.

Uma dessas lendas que vem sendo utilizada como subsídio para o ofício de historiadores é “Quilombolas: Lenda Mineira Inédita”, publicada pelo jornalista, poeta e literato acadêmico da ALM (Academia de Letras de Minas Gerais) José Joaquim do Carmo Gama. Esta “história fantástica” encontra-se publicada na Revista do Arquivo Público Mineiro⁵⁰, Volume 9,

⁵⁰ Pode ser acessado através do endereço eletrônico a seguir:
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=420&op=1>.

fascículo 3, de 1904, páginas 827 até 866.

Analisadas do ponto de vista literário, as lendas mineiras podem ser consideradas uma riqueza que expressa a criatividade deste povo. Mas são narrativas literárias, ficcionais, provenientes do senso comum. Somente isso. A utilização de tais narrativas como subsídio historiográfico deve ser feito com muito critério e cuidado, pois como citado anteriormente, são de natureza diferentes do discurso e da finalidade da pesquisa histórica. Deve-se ter em mente que o historiador deve “raciocinar sobre” esses fatos e acontecimentos, buscando “sua inteligibilidade, atribuindo-lhe sentido, pensando as possibilidades objetivas e seus desdobramentos”. (REIS, 2010).

Nesse sentido, encontramos uma boa análise crítica⁵¹ da lenda “Quilombolas: lenda mineira inédita” de Carmo Gama. Muito bem redigida por seu autor, o pesquisador Tarcísio José Martins, que além de apontar as ficções criadas pelo literato Carmo

Gama, alerta para a necessidade de separar os campos das pesquisas históricas e o campo da ficção. Ao final de sua crítica, este autor aponta para a necessidade de lembrar a responsabilidade das Universidades Públicas em sua missão de se produzir uma história como ciência; como uma instituição capaz de se produzir a história de nós mesmos. Neste sentido, esta crítica feita por Martins (2002) deve ser entendida como um brado em defesa da seriedade da pesquisa histórica, e, de modo específico, da pesquisa que ele realiza sobre a história da população negra do século XVIII, particularmente sobre a história do Quilombo do Campo Grande. Tarcísio José Martins é pesquisador incontestado dos quilombos em Minas Gerais e tem suas obras bem fundamentadas em fontes primárias e secundárias.

Diante do exposto, o objetivo do presente ensaio se apresenta. Qual o lugar do mito e das lendas frente ao rigor da pesquisa histórica? Que armadilhas podem representar o uso dos saberes populares, do senso comum, e mais especificamente das lendas e mitos no exercício do historiador? Como garantir a preparação dos novos historiadores ou

⁵¹ Estudos Críticos feitos pelo Pesquisador Tarcísio José Martins ao artigo QUILOMBOLAS - Lenda Mineira Inédita – Carmo Gama, disponível no site www.mgquilombo.com.br desde o ano de 2002.

estudantes dos cursos de história de nossas universidades (cada vez mais escassos) quanto ao uso das fontes de pesquisa? E o que isso representaria para os profissionais de outras áreas do conhecimento (sociólogos, advogados, engenheiros, médicos, etc.) que se *aventuram* como pesquisadores que, sem os instrumentos teóricos da historiografia, partem para o campo da pesquisa, afoitos em encontrar respostas e acabam por encontrar, nessas lendas, elementos para fazerem suas afirmações?

Para atingir tais objetivos, este ensaio apresenta a análise de três artigos publicados na área da pesquisa histórica. Não se pretende e nem temos o interesse em diminuir ou engrandecer estas produções, nem seus autores, mas apenas demonstrar como pode surgir inconsistência na produção historiográfica se não tiver clareza sobre o uso dos fatos e acontecimentos que se tem em mãos. A seleção destes textos aqui analisados, deu-se devido ao uso comum da mesma lenda, em sentidos completamente opostos. O primeiro texto que se nos impõe é o texto lendário, ou seja, o “Quilombolas: lenda mineira inédita” de Carmo

Gama, de 1904. O segundo texto é o “Estudo Crítico de Quilombolas: lenda mineira inédita de Carmo Gama” de autoria de Tarcísio José Martins, que além de apontar os equívocos presentes no texto de Carmo Gama, descarta-o totalmente como fonte histórica, e o terceiro utiliza o mesmo texto de Carmo Gama como a única fonte na confirmação de suas afirmações, trata-se do texto “Custódio Coelho Duarte, meu pentavô” de Edward Rodrigues da Silva, publicado na Revista da ABRASP.

Em primeiro lugar fez-se um estudo de cada um dos textos, e elaborou-se uma apresentação sumária dos mesmos e de seus autores. Em seguida analisou-se texto de Edward Rodrigues da Silva confrontando as informações contidas nos dois primeiros textos, como se realizasse um “estudo de caso” e, finalmente, fez-se um apanhado conclusivo e por fim, indicou-se aos leitores algumas sugestões de temas da história local da cidade de Itaúna, de aspectos desta história que já foram estudados por historiadores deste município e que também utilizam da tradição oral como fonte de pesquisa, mas que não apresentam outras fontes para suas afirmativas e

que, por isso, precisam ser estudadas com maior critério e rigor.

10.2. Os autores e seus textos

Uma vez selecionados os textos para a análise, percebe-se quem são seus autores e como esses textos foram estruturados e do que tratam. Esta apresentação não dispensa a leitura integral dos textos, afinal é uma oportunidade excelente para o conhecimento das memórias de nossas “Minas Gerais”.

2.1 Carmo Gama e seu

“Quilombolas: lenda mineira inédita”

José Joaquim do Carmo Gama, nasceu no ano de 1860 na cidade de Baependi, MG, e faleceu em Rio Claro no ano de 1937, com 77 anos. Foi poeta, contista, teatrólogo, tradutor, jornalista e tabelião. Foi o fundador da Cadeira de nº 13 da Academia Mineira de Letras, cujo patrono, escolhido por ele foi José Pedro Xavier da Veiga, que pelo que consta era de sua grande admiração. Sua produção literária consta de 17 obras, sendo em sua maior parte, no campo da poesia. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e correspondente do Arquivo Público Mineiro. No site do Arquivo Público

encontramos, de sua autoria, a apresentação da obra “Contribuição para o estudo da Zoologia do Brasil” de autoria Manuel Bazílio Furtado, de 1902, “Comendador José Pedro Xavier da Veiga” de 1911 e o “Resumo histórico de Rio Claro em 1926”, além do “Quilombolas: lenda mineira inédita” publicado em 1904, alvo deste ensaio.

Quanto a sua obra “Quilombolas: lenda mineira inédita” foi produzida a partir de um manuscrito de *Janoário Pinto Moreira*, que lhe foi presenteado pelo seu parente e amigo, o Pe. Euzébio Nogueira Penido, que na época (por volta do ano de 1900) era vigário em Itatiaiuçu, MG (na grafia da época, Itatiay-ussu). Na introdução afirma que ele organizou literariamente o manuscrito preservando o pano de fundo das informações do dito *Janoário*. A história se dá sem uma precisão de data, embora o autor a contextualize quando da expulsão dos padres da Companhia de Jesus do Reino de Portugal por Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, ocorrido em 03 de setembro de 1759. A história ocorre na região de Araxá, onde os personagens principais são dois padres Jesuítas, o Padre Caturra e o Padre Custódio Coelho Duarte. Padre Caturra era o ex-senhor de um

escravo a quem liberta, de nome Ambrósio que, após sua liberdade torna-se líder de um grande quilombo na Região de Araxá, o quilombo do Tengo-Tengo. Querendo os Jesuítas descansarem de suas lidas sertanejas resolvem deixar a região e vendendo a Ambrósio seus escravos e bens partem em direção a Villa Rica. E no caminho, chegando a Santanna do Rio São João Acima (hoje Itaúna) os dois padres se separam, seguindo o Padre Caturra, como padre secular, para o Rio de Janeiro, e em Santanna ficou Padre Custódio. Padre Caturra, por cobiça, entra para o negócio de comércio em África - comércio de escravo - e parte para aquele continente. Nesta viagem são atacados por piratas e torna-se escravo. Graças à ação do governo Português foi resgatado do cativo e levado à corte e de lá retornou ao Brasil, chegando a Villa Rica onde tornou-se soldado raso. E finalmente se envolve na expedição para atacar o quilombo do Tengo-Tengo, onde assiste a destruição do seu ex-escravo. (Então, é um ex-senhor de escravo, que liberta um de seus escravos, que se torna comerciante de escravo e se torna escravo e depois está em uma expedição de combate ao um quilombo de seu ex-escravo,

fascinante, não?!) Enquanto tudo isso acontecia na vida do Padre Caturra, o autor desenvolve o contexto da traição ocorrido no Quilombo do Tengo-tengo que será alvo do ataque das autoridades coloniais, até sua completa destruição. Esta é a história, sumária, desta produção literária. Claro que merece uma leitura completa, para perceber a criatividade do escritor Carmo Gama.

2.2 Tarcísio José Martins e sua "Crítica ao Quilombolas: lenda mineira inédita"

Tarcísio José Martins, nasceu em Moema - MG, embora tenha sido criado em Uberaba-MG. Durante o ensino médio vai com a família para São Paulo. Tornou-se operário, bancário e auditor fiscal. Entrou para a faculdade e graduou-se em Direito na Universidade de São Paulo, no ano de 1982. No ano de 1987, publica o livro Moema - Origens do Doce. Em 1990, abandonou sua carreira de auditor fiscal para dedicar-se às pesquisas do Quilombo do Campo Grande e trabalhar como advogado autônomo. Deste trabalho nasceu o livro "Quilombo do Campo Grande - A História de Minas Roubada do Povo" publicado em 1995, baseado em árduas pesquisas em arquivos

primários e atenta comparação com bibliografias consagradas. No ano de 2002 criou o site denominado “mgquilombo”, no qual publica seus artigos, fotos e documentos referentes ao Quilombo do Campo Grande. Tarcísio José Martins está em plena atividade nos estudos e pesquisa sobre os quilombos em Minas Gerais e, certamente, é uma das maiores autoridades no assunto. Dentre os textos disponíveis no referido site está a “Crítica ao Quilombolas: lenda mineira inédita”.

A obra “Estudos Críticos ao Quilombolas: lenda mineira inédita” tem um foco principal em destacar os equívocos presentes no texto literário de Carmo Gama. Nesse sentido, sua estrutura é de análise crítica seguindo os pontos principais do texto criticado, apontando principalmente os aspectos que causam embaraço no estudo do quilombo do Ambrósio. Devemos considerar que as críticas apresentadas por Tarcísio José Martins, podem se configurar como uma defesa de seus estudos sobre o Quilombo do Campo Grande. Por este mesmo motivo, sua crítica é muito bem fundamentada e documentada. Acredita-se que vale a pena, um estudo comparativo entre estes dois

textos, que podem, por si só, ser muito importante para se conhecer a própria história sobre os quilombos em Minas Gerais. Ressalta-se, no entanto, que o autor chega a descartar o uso de lendas e mitos, e até da tradição oral, para a pesquisa histórica.

2.3. Edward Rodrigues da Silva e seu “Custódio Coelho Duarte: meu pentavô”

Embora sendo este escritor e pesquisador atuante na história regional de Itaúna, podemos classificá-lo como um genealogista, afinal esta é sua área de maior atuação. Tem sua origem em Itaúna, MG e foi colaborador do Instituto Maria de Castro Nogueira, fundado por Dr. Guaracy de Castro. É graduado pela Universidade Federal de Minas Gerais e tem 07 artigos publicados na revista da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia, todos abordando os estudos de genealogia. Dentre seus textos publicados na Revista da ASBRAP, está “Custódio Coelho Duarte: meu pentavô” no qual faz a defesa de que este Custódio, seu pentavô, se referia ao Padre Jesuíta Custódio Coelho Duarte descrito na obra de Carmo Gama.

O texto de Edward Rodrigues da Silva, “Custódio Coelho Duarte: meu pentavô” pode ser dividido em três partes distintas. Na primeira parte, o autor faz a transcrição, excelente por sinal, do testamento de Custódio Coelho Duarte. Já na segunda parte, o autor procura comprovar que o referido Custódio Coelho Duarte, seu pentavô, antes de se tornar patriarca da família “Coelho Duarte” era o referido Padre Jesuíta que se separou do Padre Caturra e que ficou em Santana do Rio São João Acima, e que está na história do texto lendário de Carmo Gama. Lembrando que, ambos os padres, estavam fugindo da perseguição do Marquês de Pombal e que se refugiaram no sertão mineiro. É aqui que se encontram os equívocos que se pretende estudar neste ensaio. E, finalmente, na terceira parte, o autor elabora minuciosa genealogia da família de “Coelho Duarte”, também digna de louvor.

Então, a situação é a seguinte. O texto central e comum dos outros dois textos é o texto de Carmo Gama, “Quilombolas: lenda mineira inédita”. De um lado temos o historiador Tarcísio José Martins com seus “estudos críticos” que acaba por descartar o uso de mitos e lenda na

produção historiográfica, e por outro, o pesquisador e genealogista Edward Rodrigues da Silva, que utiliza a lenda como fundamento, único como será demonstrado, para fazer suas afirmações, ou como comprovação de sua hipótese.

Por isso, é que tais textos e autores oportunizam olhar para o problema da escolha das fontes históricas para a realização das pesquisas. Há que se agradecer a esses autores por esta oportunidade. Os trabalhos são importantes para o progresso do conhecimento de nós mesmos. Salienta-se, no entanto, que a verdade histórica é sempre temporária, e pode, a qualquer momento ser interpretada e reinterpretada, desde que se considere as fontes que lhes dão sustentação e as demandas do presente. Isso não diminui a história como ciência. Ao realizar este estudo de caso, espera-se demonstrar como os trabalhos valorosos dos pesquisadores podem, se não considerar os princípios que regem a pesquisa histórica, ou seja, a historiografia, podem trazer mais dúvidas do que certezas, ou ainda gerar interpretação inconvenientes ou mesmo imprecisões ou caminhos

tortuosos na construção do conhecimento histórico.

Muitos aspectos do texto lendário não serão apresentados aqui neste ensaio. Escolheu-se nos deter em um pequeno fragmento dos “Estudos Críticos...” de Tarcísio José Martins, que convida a ver o texto de Edward Rodrigues da Silva, no qual realizou-se o escopo deste ensaio, tendo o texto de Carmo da Gama, como ponto de convergência.

11. Os equívocos

Deter-se-á em uma passagem do texto “Estudos Críticos ao Quilombolas: lenda mineira inédita”, de Tarcísio José Martins, e das notas de rodapé, deste fragmento para realizar o estudo de caso do texto de Edward Rodrigues da Silva. Acredita-se que tal fragmento é suficiente para demonstrar o objetivo, qual seja: Que tipo de dano isso poderia provocar? Quanto trabalho ter-se-ia para corrigir tais equívocos?

O fragmento a ser analisado do texto de Tarcísio José Martins é o que segue:

Há dois padres jesuítas na história: “Portugueses ambos, Caturra e Custódio Coelho Duarte”. Ambos os padres,

após o rompimento de Ambrósio com a capital jesuítica (hoje, Indianópolis) foram para o Tengotengo (Ibiá/Campos Altos). “Cansados daquela vida sertaneja ou visando maior glória e mais fortuna, quiseram retirar-se”. Ambrósio comprou-lhes seus escravos e cumulou-os de presentes, principalmente a Caturra, seu ex-senhora. Dali, seguiram para Vila Rica, sendo que, passando por Sant’Ana de São João (Itaúna), os padres se separaram, pois Caturra seguiu e Custódio ficou em Itaúna. No livro História de Itaúna, consta, em 1841-2, presença de um certo Custódio Coelho Duarte e, em 1884 (42 anos depois), a presença de um capitão Custódio Coelho Duarte (Ver História de Itaúna, p. 5, 86 e 177). Seriam descendentes do tal padre jesuíta? João Dornas – segundo Miguel Augusto – sugeriu que esse padre poderia ter construído a primeira capela de Itaúna (Nossa Senhora do Rosário). (MARTINS, 2002, p.2)

Observa-se que o autor transcreve grande parte do texto de Carmo Gama, próprio da lenda, e veja que ao final o autor ainda afirma que o Padre Custódio Coelho Duarte e já

levanta a hipótese de que seja descendente do “tal padre jesuíta” e ainda que seria responsável pela construção da Capela de Nossa Senhora do Rosário de Itaúna. Esta capela, atualmente Capela do Rosário, segundo os historiadores do município⁵², foi erigida entre os anos de 1750 e 1765 como Matriz de Santanna de São João Acima. No ano de 1853, graças à ação dos frades missionários Barbôneos, ocorreu a troca das Igrejas⁵³ e se construiu um novo templo, maior, sobre uma outra capela - de Senhora do Rosário dos pretos, que passou a ser de Senhora Santana.

Acompanhando este texto estão algumas notas de rodapé. A primeira nota de nossa análise é a nota de número 8 do texto original é tem o seguinte teor:

“Sempre desconfiei de erro na citação “um frade terceiro, por nome fr. José de Jesus por alcunha o Catarro” contida em Relatos Sertanistas, Taunay, Itatiaia-Edusp, 1981, p. 86 e Dicionário Histórico e

Geográfico de Minas Gerais, de Valdemar de Almeida Barbosa, p. 362. Isto se confirmou: a novíssima edição do Códice Costa Matoso, p. 257, traz o correção para, o Caturra. Em 3 de janeiro de 2002, tive os originais em mãos e confirmei. É mesmo Caturra. Mas, que conotação poderia haver entre “um frade terceiro” que, em 1694 dizia missas para os bandeirantes e pioneiros do arraial do Guarapiranga, “por nome José de Jesus, por alcunha o Caturra”, com o mencionado pe. Caturra do folhetim de Carmo Gama? Neste mundo, nada se cria, tudo se copia. Pelo menos o falecido Xavier da Veiga que estudou na Academia de Direito, em São Paulo, pode ter tomado contato com os originais do Códice Costa Matoso. Isto, no entanto, levaria a versão real dos acontecimentos para o ano de 1746... em Arcos-Formiga-Cristais... será?.” (MARTINS, 2002, p.2).

Nesta nota, o autor trata-se da alcunha (apelido) do frei José de Jesus⁵⁴. Quanto a este Padre Caturra parece não haver nenhuma ligação

⁵² João Dornas Filho, Miguel Augusto Gonçalves de Souza, Guaracy de Castro Nogueira, dentre outros.

⁵³ Destacamos que nenhum historiador apresentou algum documento que autorizasse a referida troca destes templos. Não seria necessário uma autorização episcopal? Houve autorização? Onde está? Seria esta uma informação no “ouvir dizer”?

⁵⁴ O nome deste frei foi confirmado por Valdemar de Almeida Barbosa na edição do Códice Costa Matoso, p. 257, e pelo próprio Tarcísio José Martins no ano de 2002.

com os acontecimentos narrados no “Quilombolas...” de Carmo Gama e tão pouco com a presença do Pe. Caturra no distrito de Santana do São João Acima, visto que, conforme o Códice Costa Matoso, este Caturra se encontrava em Guarapiranga.

Veja agora a nota de nº 9,

É mais um equívoco criativo do autor: Tanto em 1746, quando o Ambrósio ficava em Cristais, como em 1758-1760, quando o Ambrósio já estava em Ibiá, nenhum caminho, vindo desses lugares com destino a Vila Rica, passava por Sant’Ana de São João Acima (Itaúna). A não ser que esse destino incluísse a passagem por Pintangui. Mesmo assim é duvidoso. Porque será que o tal Carmo Gama “quis levar os padres” para Itaúna?

Aqui, o que interessa diz respeito à impossibilidade de ligação do caminho de Tengo-Tengo, na região de Ibiá, até a capital da província, Villa Rica, porque este caminho não passa necessariamente por Santana de São João Acima, onde os dois jesuítas se separam.

Analisando a terceira nota, que é a nota de número 10, de Tarcísio José Martins:

“Encontrei, em 1781, requerimento de homônimo, Custódio Coelho Duarte, capitão da Companhia Auxiliar de São Caetano, no termo da cidade de Mariana, solicitando sua confirmação no exercício do posto. AHU – Cons. Ultra. Brasil/MG, Cx. 117, doc. 41 Inventário MARMG-AHU, Col. Mineiriana, v. 2, p. 199. (?)” (MARTINS, 2002, p. 3)

Aqui o autor afirma que encontrou um Custodio Coelho Duarte através de um requerimento datado de 1781, como capitão auxiliar de São Caetano no termo da cidade de Mariana⁵⁵. Segundo Edward é o mesmo Custódio Coelho Duarte, embora afirma que sua patente encontra-se arquivada no Arquivo Público Mineiro, datado de 1779, ou talvez seja outro Custódio Coelho Duarte, e, neste caso precisaria maiores pesquisas.

Visando clarear um pouco mais sobre o referido Capitão Custódio Coelho Duarte, como o suposto colega do Padre Caturra, que ficou em Santana do São João Acima, o pesquisador itaunense, Edward Rodrigues da Silva diz, em artigo

⁵⁵ AHU - Cons. Ultram. Brasil/MG, Cx 117, doc. 41, Inventário MARMG-AHU, Col. Mineiriana, vol.2, p. 199.

entitulado “Custódio Coelho Duarte, meu pentavô, publicado na Revista da ABRASP⁵⁶, além de transcrever todo o Testamento de Custódio Coelho Duarte e apresentar a genealogia deste Custódio em Itaúna, afirma, categoricamente, que “pelas evidências e fatos” trata-se do mesmo padre Custódio Coelho Duarte, companheiro do Padre Caturra. No entanto, quando se percorre o restante do texto percebe-se que este pesquisador se baseia unicamente no texto de Carmo Gama, ou seja, o texto “Quilombolas: lenda mineira inédita”, e como se percebe trata-se de uma fonte frágil e ficcional e, portanto, não serve como referência que assegure a verdade de tal fato. Daí cair em erro considerar que Custódio Coelho Duarte, seja o antigo padre Jesuíta, colega de Padre Caturra.

Antes, porém, de passar para a análise de outra nota do autor Tarcísio José Martins, cabe aqui mais uma reflexão. Considerando que a afirmativa feita por Edward Rodrigues da Silva seja verdadeira, mesmo não tendo fundamento sólido para tal afirmação, observa-se nas informações do próprio Edward,

quando este afirma que a Genealogia pode assegurar as verdades dos fatos, e que, portanto, afirma que nascera em Portugal no ano de 1737 (p.123), considerando que tenha entrado para a Ordem da Companhia de Jesus aos 10 anos, uma vez que o próprio autor não apresentou, nem documentação primária, nem secundária, que comprove; deve ter recebido a ordem por volta 1757, com 20 anos de idade, vindo para o Brasil, por volta de 1757 e já, por infelicidade, já teve que fugir para os “sertões⁵⁷”, e continuando com as informações do pesquisador Edward, nas quais afirma que o referido Custódio Coelho Duarte casou-se, sem nenhum impedimento, mesmo sendo ele clérigo, com sua prima, Angélica Nogueira Duarte (pág. 122) sendo ele com idade de 53 anos, e se sua data de nascimento está correta, ocorreu no ano de já no ano de 1790, e neste mesmo ano nasce o seu filho mais velho. O autor, mais uma vez, não apresenta as licenças para o casamento, sendo obrigatório quando os noivos são parentes próximos. Torna-se proprietário de fazendas na região de Betim,

⁵⁶ Revista ABRASP, nº 18, p. 111- 160. Disponível em:

⁵⁷ Caso queira aprofundar no que pode ser entendido por Sertões, sugerimos, para ficar com a mesma fonte utilizada por Edward, ler a pesquisa de Doutorado de Márcia Sueli Amantino intitulada, “O Mundo das Feras – Os Moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais”, disponível na Internet.

Santanna do Rio São João Acima, foi juiz de paz e capitão. Ou seja, parece que não estava preocupado em se esconder. Faleceu, segundo o pesquisador Edward e seu testamento no ano de 1830, ou seja, com 93 anos (uma idade surpreendente para a época, mas possível). Finalmente deve-se ter cuidado para não confundir com outro Custódio Coelho Duarte, filho de Camillo Coelho Duarte e sua mulher Maria Custódia Nogueira Penido, portanto, neto do primeiro Custódio.

Para encerrar sobre o mistério envolvendo Custódio Coelho Duarte, Tarcísio José Martins, afirma que encontrara no livro História de Itaúna, em 1841-2, a presença de um certo Custódio Coelho Duarte e, em 1884 (42 anos depois), a presença de um capitão Custódio Coelho Duarte (Ver História de Itaúna, p. 5, 86 e 177). Embora careça de verificação, acreditamos que se trata de Custódio Coelho Duarte, neto do patriarca “Coelho Duarte”, filho de Camillo e Maria Custódia. Este neto com o mesmo nome de seu avô está descrito pelas pesquisas do próprio Edward Rodrigues da Silva.

Mas falta analisar ainda duas outras notas de rodapé. A nota de

número 11: “Como dizia o velho Chacrinha: “neste mundo nada se cria, tudo se copia”. Evidente que são nomes que povoaram a infância do autor, agora, utilizados em sua ficção. Será?” (MARTINS, 2002, p. 3)

Aqui o autor chama a atenção para o perigo de se copiar, sem análise de procedência, e que tal prática reforça os erros históricos. Neste caso, Tarcísio está levantando a hipótese de que o autor do manuscrito *Janoário Pinto Moreira*, tenha errado no nome do Padre Jesuíta como sendo o tal Custódio Coelho Duarte. Trata-se de uma possibilidade, que não se tem como confirmar. E finalmente, analisando a última nota, ou seja, a nota de número 12 transcrita abaixo:

Entendo que esses padres nunca existiram, sendo mera criação do incógnito autor. Luís Palacín, em “Subversão e Corrupção – Um Estudo da Administração Pombalina em Goiás”, Goiânia-1983, citando História da Cia. De Jesus no Brasil, de Serafim Leite, informa que “os dois primeiros jesuítas chegaram a Goiás em 28 de novembro de 1749” – p. 9; que, o governador enviou “o pe. José de

Castilho para fundar a aldeia de Santana do Rio das Velhas com os bororos do coronel Antônio Pires de Campo (1750)” – p. 10. Morto Pires de Campo (1751), substituído pelo bandeirante João de Godoy, há evidência de que pastor da Aldeia de Rio das Velhas passou a ser o pe. Estevão de Souza. Todos eles fugiram em 1759. Os dois últimos padres da Aldeia do Rio das Velhas, Manoel da Cruz e Francisco José, teriam fugido em fins de 1759, chegando em São Paulo em janeiro de 1760, indo, dali, para o Rio de Janeiro. A Igreja na História de São Paulo, p. 128.(MARTINS, 2002, p.3)

Aqui o autor descarta categoricamente a existência destes jesuítas, sendo tudo obra da ficção de Carmo Gama. Se tais padres não existiram, sendo apenas uma criação ficcional, então não se pode, nem se deve considerar a participação dos mesmos na construção da Capela do Rosário de Itaúna⁵⁸. Mas deixa-se claro que a Capela do Rosário, foi construída como matriz de Santana, tendo inclusive pia batismal (próprio das matrizes) e sobre seu estilo arquitetônico ter sido em estilo

jesuítico, não significa que tenha que ter algum jesuítico envolvido no processo. Estilo esse que foi desconfigurado com a reforma de 1929, conforme ensina João Dornas Filho⁵⁹.

Conclusões

O trabalho apresentado por Edward Rodrigues da Silva é sem dúvida um trabalho magnífico e contribui significativamente para a história particular da família “Coelho Duarte”, bem como para a família “Nogueira” de Itaúna. Outro valor de suas contribuições está em apontar para a necessidade de se buscar fontes históricas primárias para fazer as assertivas históricas, ficando evidente que tais fontes não são de fácil acesso à grande parte da população, visto que nem tudo está organizado, e nem disponível para pesquisa. E mesmo assim, quando se tem acesso a tais provas, elas nem sempre confirmam as hipóteses levantadas. Mas lembrando que refutar as hipóteses levantadas são resultados importantes no desenvolvimento de uma pesquisa.

⁵⁸ Ver DORNAS FILHO, João. Efemérides Itaunenses, 1951, p. 124.

⁵⁹ Ver DORNAS FILHO, João. Itaúna: Contribuições para a História do Município. 1936, p. 15

Nesse sentido, percebe-se que as buscas realizadas nos arquivos eclesiásticos e nos arquivos públicos não obtiveram êxito em confirmar a hipótese levantada a partir do texto lendário de Carmo Gama, e por isso, o autor de “Custódio Coelho Duarte, meu pentavô” **não poderia fazer a afirmação** de que o patriarca da família “Coelho Duarte” era o Padre Jesuíta da lenda. Além disso, conforme se deduz do seu inventário, sua patente, os registros de nascimento de seus filhos e sua presença na vida pública de Santana de São João Acima, além de ser de significativa importância para a história de sua família, não parece ser prudente para quem deseja se esconder da perseguição do Reino. Não faz sentido, no entanto, ligá-lo a uma histórica ficcional no sentido de dar a ele maior grandeza e mérito. Assim, desvinculá-lo da lendária história de Carmo da Gama, não reduz sua importância e sua grandeza para a história do município, muito pelo contrário.

Pode-se analisar e discutir sobre as consequências deste “erro”, ou do mal uso das fontes históricas para a fundamentação de hipóteses. Acredita-se que, neste caso, os danos

não se restringem à família “Coelho Duarte”, mas também se estendem para a história do município de Itaúna - e de qualquer outra cidade, ou nação - , uma vez que os historiadores João Dornas Filho, Miguel Augusto Gonçalves e Edward Rodrigues da Silva, colocam este personagem como construtor da Capela de Nossa Senhora do Rosário. Isso não se pode afirmar. Não há outras fontes que confirmam tal hipótese, a não ser a lenda de Carmo Gama.

Considerando que Padre Caturra e Padre Custódio Coelho Duarte, como afirma Tarcísio José Martins em sua nota, não existem - até que se prove ao contrário - pode-se partir a real valorização do que realmente já se sabe, tanto sobre o patriarca da família de Custódio Coelho Duarte, bem como da construção da atual Capela do Rosário.

Fica, portanto, claro, a partir das análises aqui realizadas, que a pesquisa histórica, por sua natureza própria, não deve utilizar passagens lendárias de forma isolada, ou sem o confronto com outras fontes, para se fazer afirmações sobre “o que é ou o que não é” verdade histórica. Concluiu-se também que a produção dos textos

históricos pode utilizar de figuras de linguagem no sentido de tornar os textos mais palatáveis para os leitores, mas sem “abrir mão” do rigor científico da História.

Outro aspecto importante é realmente saber se os apontamentos do referido Januário Pinto Moreira, que foram utilizados como base para a produção literária de Carmo Gama, existem ou não. E se existem, onde estão? Quem seria este tal Januário Pinto Moreira? Onde viveu, estudou, trabalhou? Tarcísio José Martins afirma que Miguel Augusto Gonçalves de Souza, em sua História de Itaúna, diz quem é este Januário Pinto Moreira. Seria isso mesmo? Trata-se da mesma pessoa? São questões, assim como tantas outras, que precisariam ser elaboradas e investigadas.

Referências

AMANTINO, Maria Sueli. Tese de Doutorado intitulada, “**O Mundo das Feras** – Os Moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais”. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

DORNAS FILHO, João. **Itaúna**: Contribuição para a História do Município.

Belo Horizonte, 1936, Gráfica Queiroz Breyner Ltda.

DORNAS FILHO, João. **Efemérides itaunenses**. Belo Horizonte: Edições João Calazans, 1951, (Coleção Vila Rica, nº 3).

GAMA, Carmo. Quilombolas: lenda mineira inédita. Belo Horizonte: **RAPM**, Volume 9, Fascículo 2, 1904, Disponível em:

<<<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=420&op=1>>>. Acesso em 03/01/2021.

MARTINS, Tarcísio José. **Estudo Crítico ao artigo Quilombolas - Lenda Mineira Inédita – Carmo Gama**. 2002.

Disponível em:

<<www.mgquilombo.com.br>>. Acesso em: 02/01/2021.

REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010. (Col. FGV de bolso - Serie História). Disponível

em:<<<https://ler.amazon.com>.

[br/kp/embed?linkCode=kpe&ref_=cm_sw_r_kb_dp_PSGXyb2MC8RPW&asin=B01696Y3GA&tag=tpltrs-](https://ler.amazon.com.br/kp/embed?linkCode=kpe&ref_=cm_sw_r_kb_dp_PSGXyb2MC8RPW&asin=B01696Y3GA&tag=tpltrs-)

[20&amazonDeviceType=A2CLFWBIMVSE9N&from=Bookcard&preview=newtab&reshareId=CSJJC2VNNR98HRZT2ENM&reshareChannel=system](https://ler.amazon.com/20&amazonDeviceType=A2CLFWBIMVSE9N&from=Bookcard&preview=newtab&reshareId=CSJJC2VNNR98HRZT2ENM&reshareChannel=system)>>. Acesso em

03/01/2021.

SILVA, Edward Rodrigues da. Custódio
Coelho Duarte: meu pentavô. **Revista
ASBRAP**, nº 18, 2001, p. 111-166.
Disponível em: . Acesso em: 03/01/2021.

PSICOFARMACOLOGIA: UMA REVISÃO LITERÁRIA ACERCA DA ASSOCIAÇÃO DA PSICOLOGIA COM OS PSICOFÁRMACOS E A SAÚDE MENTAL NA ERA DA PANDEMIA COVID-19

Renata Lopes de Carvalho⁶⁰
Karina de Souza Dias⁶¹
Denise Sanches Lopes⁶²
Nália Ap. de Lacerda Viana⁶³
Franciane Machado Lamoia⁶⁴

RESUMO

O presente estudo trata-se da relação entre a psicologia e o uso dos psicofármacos na saúde mental e na pandemia do COVID-19, tangendo aspectos mentais e possíveis danos físicos, ressaltando a relevância da psicofarmacologia, bem como a atuação do psicólogo neste campo, ressaltando a importância do acompanhamento psicológico inclusive para um melhor desempenho dos psicofármacos. A metodologia trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva por meio de uma revisão bibliográfica. Esta traz informações importantes para este ramo de pesquisa pois muitos profissionais ainda não possuem instrução suficiente sobre a temática e sua importância no contexto da psicologia relacionada à psicofarmacologia.

Palavras chave: Psicologia;
Psicofarmacologia; Psicofármacos.
Saúde Mental; COVID-19

ABSTRACT

60 Psicóloga Graduada pela Faculdade de Nova Serrana (FANS).

61 Professora do Curso de Psicologia da FANS.

62 Professora do Curso de Psicologia da FANS.

63 Professora do Curso de Pedagogia da FANS.

64 Coordenadora do PROEX FANS.

The present study deals with the relationship between psychology and the use of psychotropic drugs in mental health and in the COVID-19 pandemic, covering mental aspects and possible physical damage, emphasizing the relevance of psychopharmacology, as well as the psychologist's performance in this field, emphasizing the importance of psychological counseling even for a better performance of psychotropic drugs. The methodology is a qualitative descriptive research through a literature review. This brings important information to this branch of research because many professionals still do not have sufficient instruction on the subject and its importance in the context of psychology related to psychopharmacology.

Keywords: Psychology;
Psychopharmacology;
Psychopharmaceuticals.Mental Health;
COVID-19

INTRODUÇÃO

Consideráveis mudanças vêm ocorrendo nas últimas décadas, referentes à atitude de psicoterapeutas e psiquiatras, no que diz respeito ao uso dos psicofármacos aliados a psicoterapia. Devido ao comprometimento com a efetividade terapêutica, tornou-se necessário que os profissionais de saúde mental, das diversas modalidades terapêuticas busquem novos conhecimentos, já que, a abordagem dos problemas emocionais, através de uma visão exclusivamente biológica ou psicológica, pode impedir o paciente

de obter o tratamento mais adequado. Quando há então, uma possibilidade de comunicação entre os profissionais existe também, uma possibilidade de troca de conhecimentos que pode ser benéfica para os profissionais e para o paciente (AZEVEDO, C.B.F., 2018).

A preocupação com a saúde mental da população se intensifica durante uma grave crise social. A pandemia da *Coronavirus Disease 2019* (COVID-19) pode ser descrita como uma dessas crises, a qual tem se caracterizado como um dos maiores problemas de saúde pública internacional das últimas décadas, tendo atingido praticamente todo o planeta (World Health Organization [WHO], 2020a). Um evento como esse ocasiona perturbações psicológicas e sociais que afetam a capacidade de enfrentamento de toda a sociedade, em variados níveis de intensidade e propagação (Ministério da Saúde do Brasil, 2020a). Esforços emergenciais de diferentes áreas do conhecimento – dentre elas a Psicologia – são demandados a propor formas de lidar com o contexto que permeia a crise (A, FARO et al., 2020)

O combate a situações de crises já vinha sendo motivo de debate na OMS, que, em 2007, publicou um documento ressaltando a necessidade de haver planejamento prévio por parte dos países, para o enfrentamento de crises e desastres inesperados (WHO, 2007). Cabe ainda dizer que outros estudos sobre crises em saúde pública também haviam ressaltado que os cuidados em saúde mental deveriam ser tão primordiais quanto os cuidados primários de saúde (Douglas, Douglas, & Douglas, 2009; Park & Park, 2020; Stevenson et al., 2009). A saúde mental deve ser priorizada em tempos de crise pois:

Além do medo de contrair a doença, a COVID-19 tem provocado sensação de insegurança em todos aspectos da vida, da perspectiva coletiva à individual, do funcionamento diário da sociedade às modificações nas relações interpessoais (Lima et al., 2020; Ozili & Arun, 2020). Quanto à saúde mental, é importante dizer que as sequelas de uma pandemia são maiores do que o número de mortes. Os sistemas de saúde dos países entram em colapso, os profissionais de saúde ficam exaustos com as longas horas de

trabalho e, além disso, o método de controle mais efetivo da doença, que é o distanciamento social, impacta consideravelmente a saúde mental da população (Brooks et al., 2020).

Segundo Mendonça (2009), antes de compreender o que vem acontecendo no cenário atual, no que se refere à percepção do psicólogo em relação à psicoterapia e aos psicofármacos, é necessário tecer considerações sobre a Reforma Sanitária, visto que, ela adentrou no âmbito do social como um projeto de grande importância para a sociedade (AZEVEDO, C.B.F., 2018).

De acordo com Saffer (2007), nas últimas décadas, as práticas profissionais de psicoterapeutas e psiquiatras, tem se integrado no que diz respeito ao uso dos psicofármacos aliados a psicoterapia. O comprometimento com a efetividade terapêutica se enquadra como um fator necessário na saúde mental, requerendo busca de conhecimentos das diversas modalidades terapêuticas, afinal, problemas emocionais, vistos do aspecto somente biológico ou psicológico, pode impedir o paciente em ter o tratamento mais adequado. Neste

processo interacional entre os profissionais, ocorre trocas que refletem positivamente para o paciente (KIPERT, E.D.C.D. *et al.*, 2019).

Segundo (AROUCA 1998), considerando o percurso histórico da saúde mental, podemos citar que Reforma Sanitária foi uma Reforma Democrática, não propagada na área da saúde; e originou-se da luta contra a ditadura, com base o tema Saúde e Democracia; em seguida estruturou-se nas Universidades, no movimento sindical, bem como em experiências regionais de organização de serviços. Esse movimento social consolidou-se na 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, tornando-se um novo modelo de saúde para o Brasil, garantido pela Constituição Federal, como um direito da população e um dever do Estado, em um processo de buscar a universalidade, a integralidade e a igualdade para suprir as necessidades em saúde da população brasileira (KIPERT, E.D.C.D., *et al.*, 2019).

Entender como se apresenta uma crise em termos de estágios de evolução do problema de saúde pública é importante para preparar profissionais de saúde e a população

em geral. Isso se dá pois é necessário implementar estratégias de controle e alertar a população sobre riscos imediatos e continuados, visto que a adesão a medidas preventivas vai depender de como as pessoas percebem essa ameaça (WHO, 2020b). É recomendado, portanto, reduzir a ambiguidade das informações, especialmente as que podem gerar sintomas relacionados à ansiedade e estresse (Brooks *et al.*, 2020).

Avaliar uma crise como momentos encadeados e progressivos pode colaborar para o entendimento de especificidades de fatores estressores relativos à situação-problema e o cuidado que deve ser prestado.

Com novos conceitos de saúde, os tratamentos com psicoativos no controle dos transtornos mentais se fortaleceram nos últimos tempos, segundo a revista Super Interessante (2011) “uma pesquisa americana publicada em 2011 concluiu que menos de um terço das pessoas em tratamento com um antidepressivo consultaram um psicólogo ou psiquiatra ao longo de um ano”. No Brasil a situação não é diferente, entre

2010 e 2014, por exemplo, a venda de anticonvulsivantes e de antidepressivos e estabilizadores do humor aumentou aproximadamente 25 e 58%, conforme dados da IMS Health Brasil, que pesquisa informações do setor da indústria farmacêutica (KIPERT, E.D.C.D. *et al.*, 2019).

No entanto, a associação dos remédios à psicoterapia é recomendada pela maioria dos profissionais, com práticas de psicoeducação, como em alguns quadros de fobia, nos quais a medicação praticamente não tem efeito, e de transtorno do pânico, ela é essencial”, diz o psiquiatra e coordenador da revisão técnica do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), Aristides Volpato Cordioli (KIPERT, E.D.C.D., *et al.*, 2019).

Dessa maneira, esta pesquisa busca conhecer os aspectos sócio históricos da Saúde Mental; da Psicologia e Psiquiatria, dos Psicofármacos, e indicar os fatores ou indicadores que direcionam os profissionais a sugerirem o tratamento combinado, e seus resultados refletidos no paciente.

METODOLOGIA

O presente artigo científico segue o modelo de uma pesquisa bibliográfica, com análise integrativa, visando fazer uma ilustração geral sobre a relação entre a psicologia e a utilização de psicofármacos na atuação dos psicólogos. A pesquisa classifica-se como bibliográfica, pois de acordo com Mendonça (2008, p. 35), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado e disponível na forma de livros, artigos científicos, periódicos, jornais, revistas, enciclopédias, anuários, almanaques, na forma audiovisual ou em mídias digitais, tais como CDs, base de dados acessíveis via internet etc. A análise integrativa é aquela que tem a finalidade de reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um delimitado tema ou questão, de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado.

Após o conceito do tema foi feita uma procura em bases de dados virtuais em saúde. Foram utilizados os descritores: Psicologia; Psicofarmacologia e; Psicofármacos. Em seguida foi realizada uma leitura exploratória das divulgações exibidas no Sistema – LILACS, MEDLINE e Scielo. Os critérios de inclusão foram:

serem publicados nos últimos dez anos e responderem aos objetivos do estudo. Foram excluídos os anteriores a 20 anos ou que não respondiam aos objetivos. Para o resgate histórico utilizou-se de livros e revistas impressas que abordassem o tema e possibilitassem um breve relato sobre a saúde mental e trabalho. Realizada a leitura exploratória e seleção do material, iniciou-se a leitura analítica, por meio da leitura das obras selecionadas, que possibilitou a organização das ideias por ordem de importância e a sintetização destas que visou a fixação das ideias essenciais para a solução do problema da pesquisa. Após a leitura analítica, iniciou-se a leitura interpretativa. Na leitura interpretativa teve uma procura mais grande de resultados. Feita a leitura interpretativa se nasceu iniciou a tomada de apontamentos.

A partir das anotações da tomada de apontamentos, foram confeccionados listagens em um documento do Microsoft Word, que objetivaram a identificação das obras consultadas. As ideias mais importantes dos estudos foram inseridas em uma lista, que consistiu na desconstrução dos estudos, dividido em quatro colunas: 1)

numeração dos estudos, 2) resultados das pesquisas e suas referências. A leitura repetida dos resultados, em busca dos pontos comuns entre eles resultou em uma terceira coluna: 3) pontos comuns entre os resultados das pesquisas, onde se descreveu em que os autores concordaram. O último passo foi a construção das categorias, que consistiu na síntese de cada ponto comum.

Para a discussão dos resultados encontrados, iniciou-se a reconstrução do conjunto dos estudos em sete etapas: 1) Uso da categoria como subtítulo de resultados e discussão; 2) introdução e quantificação dos pontos comuns; 3) exposição dos resultados dos estudos comuns, com argumentação lógica e defesa do tema; 4) interpretação e discussão da síntese dos resultados dos estudos; 5) conclusão da categoria, respondendo aos objetivos; 6) construção do paradoxo, demonstrando que toda tese tem sua antítese; 7) fundamentação da antítese; 8) conclusão geral da categoria.

PSICOFARMACOLOGIA E SAÚDE MENTAL

Contextualizando historicamente

Com base na lei federal 10.216 promulgada no Brasil no ano de 2001, ficou estabelecido como último recurso a internação hospitalar no tratamento de transtornos mentais, garantindo assim o direito de tratamento em bases comunitárias, com uma reforma psiquiátrica específica, visando a desinstitucionalização dos hospitais psiquiátricos e em contra partida buscando a implementação dos serviços comunitários sob um novo modelo de atenção às pessoas com transtornos mentais, através de um atendimento direto de serviços comunitários territorializados prevendo a promoção da saúde e a descentralização. Esta lei estabelece que a pessoa com transtorno mental tem direito a receber todas as informações possíveis de sua doença, tratamento, direito de ser ouvido e de questionar qualquer situação (KIPERT, E.D.C.D., *et al.*, 2019).

A transformação dos modos de cuidar e compreender os transtornos mentais sofreu grande afastamento com o sistema de reforma psiquiátrica no Brasil a partir da década de 1980, tendo como serviço estratégico os Centros de Atenção Psicossocial (CAPs), como um modelo de atenção

à saúde mental, atuando em rede de cuidado, com base territorial em substituição ao modelo hospitalar, visando um atendimento diário e acompanhamento clínico, proporcionando a reinserção social aos pacientes com transtornos mentais graves e persistentes, garantindo seu direito à cidadania. Tais serviços correspondem a uma categoria de cuidados adotados, tais como: atendimento medicamentoso, psicoterápico, orientação, suporte social, grupos operativos, atendimento familiar, e outras atividades, como oficinas, cujo propósito seja de aproximação dos participantes nos espaços culturais de seu bairro e cidade, conforme aponta (KIPERT, E.D.C.D., *et al.*, 2019).

Na COVID-19, otimismo irrealista e emoções negativas podem ser desencadeadas, como consequência da influência midiática em torno da pandemia (Brooks et al., 2020). Tanto o otimismo irrealista – que seria a crença de que tudo dará certo, independentemente das ações dos atores envolvidos – quanto as emoções negativas – a exemplo da tristeza, angústia e medo – podem acentuar previsões distorcidas

sobre a saúde. Nesses casos, tende-se a observar a percepção de menor risco de contaminação, com a adoção de comportamentos indesejáveis, como a quebra do distanciamento social – ou mesmo estimular as preocupações exageradas com a ameaça percebida, como o acúmulo de materiais de higiene e equipamentos de proteção, causando escassez para os profissionais da saúde (Raude et al., 2020; van Bavel et al., 2020).

Ainda que a maior parte dos países tenha adotado como principal estratégia o lema de “salvar vidas”, o desconhecimento de aspectos relacionados ao entrareis da COVID-19 (tratamento complexo de casos graves e escassez mundial de insumos de proteção) tem gerado impacto negativo na saúde, tanto física quanto mental, de todos os envolvidos com a assistência à saúde (Horton, 2020). Pesquisas voltadas à investigação dos efeitos do novo coronavírus sobre a saúde mental também têm indicado o aumento de quadros como depressão, ansiedade, estresse, transtorno do pânico, insônia, medo e raiva em diferentes países (Duan & Zhu, 2020; G. Wang,

Zhang, Zhao, Zhang, & Jiang, 2020; Yang et al., 2020).

PSICOFARMACO: CONTEXTO HISTÓRICO E ALÍVIO DOS SINTOMAS

De acordo com a Revista Brasileira de Psiquiatria (1999, p. 65), a história da psicofarmacologia moderna inicia-se no final da década de 40, quando foram introduzidos os primeiros fármacos com a finalidade específica de tratar os transtornos psiquiátricos. Data de 1949 o primeiro relato de tratamento da mania com lítio, realizado por Cade, seguido pela descrição dos efeitos antipsicóticos da clorpromazina em 1952, por Delay e Deniker. Os primeiros ansiolíticos foram o meprobamato (1954) e o clordiazepóxido (1957), seguido por uma ampla gama de benzodiazepínicos (KIPERT, E.D.C.D., *et al.*, 2019).

Desde aquela época os tratamentos com psicofármacos visam diminuir os sintomas que causam sofrimento psíquico nas patologias psiquiátricas, e tem a finalidade de melhor adaptação do indivíduo à realidade. E a disposição desse recurso terapêutico, fez com que a psiquiatria deixasse focar suas ações

somente no tratamento da loucura, dedicando-se a medicar até pessoas com saúde mental ainda preservada (KIPERT, E.D.C.D., *et al.*, 2019).

O Fármaco tem um papel no decorrer da história da humanidade em ser sinônimo de “alívio” de sintomas, sejam eles físicos ou emocionais, trazendo ao paciente uma solução imediata do problema e proporcionando sua integração à sociedade, conforme. No final do século XIX, Sigmund Freud, um médico neuropatologista, a partir de seus estudos e experimentos, desenvolveu um modelo de tratamento psicológico que revolucionou o entendimento da mente humana, chamada de Psicanálise. Em sua obra "Sobre o narcisismo: uma introdução" (1914), Freud fez uma alusão à integração biologia-psicologia: "Nós devemos recordar que todas nossas ideias provisórias da psicologia serão, presumivelmente, um dia baseadas em uma subestrutura orgânica". Durante a primeira metade do século XX, houve um grande avanço no estudo da teoria psicanalítica, sendo esta a terapia dominante da época, e que atualmente se faz presente em muitos em muitos consultórios

psicológicos (KIPERT, E.D.C.D., *et al.*, 2019).

Conceitos e definições

No momento da crise percebe-se que as pandemias não são apenas um fenômeno biológico, pois afetam indivíduos e a sociedade em vários níveis, causando diversas perturbações. Por isso, durante o período entrarei ou mesmo desde meados do pré crise, em diversos países, instituições médicas e universidades abriram plataformas *online* para fornecer aconselhamento psicológico para pacientes, familiares que estão em quarentena e outras pessoas afetadas pela pandemia, visando minimizar o pânico e separação da família (Duan & Zhu, 2020). Movimento similar foi adotado no Brasil pelo Conselho Federal de Psicologia do Paraná, por meio de uma Nota Técnica (CRP-PR no. 001/2020), orientando psicólogos sobre o atendimento dentro das políticas públicas de atenção à saúde e em instituições privadas (Conselho Regional do Paraná, 2020).

Com o objetivo de reduzir os danos psicológicos causados pela epidemia e promover estabilidade social, a China, por exemplo, publicou uma diretriz que instituiu níveis de

atenção psicológica para o enfrentamento da COVID-19. As recomendações foram agrupadas em quatro níveis de populações alvo (NHC, 2020a).

O nível 1 inclui pacientes hospitalizados com infecção confirmada ou condição física grave para a COVID-19, profissionais de saúde de primeira linha e equipe administrativa.

O nível 2 se refere às pessoas em isolamento por terem alguma proximidade com indivíduos confirmados para a doença, além daqueles em quarentena por terem tido contato com pessoas suspeitas de infecção.

Já na população de nível 3 estão os indivíduos que tiveram contato próximo com os níveis 1 ou 2, ou seja, familiares, colegas, amigos e equipes de resgate.

Por fim, o nível 4 é composto pela população em geral, que não está nem na linha de frente e nem em medidas de isolamento ou quarentena; ou seja, são aquelas para as quais se recomenda o distanciamento social (NHC, 2020a). A intervenção proposta se direciona prioritariamente à população de primeiro nível, mas com foco gradual de expansão do cuidado psicológico para os outros níveis,

alcançando-se, por fim, a população em geral.

Quanto aos cuidados emergenciais de atenção psicológica que foram propostos pela diretriz, o nível 1 tem prioridade porque nele se encontram, especialmente, as pessoas mais vulneráveis ao risco de adoecimento físico e mental. Além do tratamento medicamentoso, os cuidados recomendados a esse grupo se focam no apoio psicológico do paciente, com avaliação oportuna para condutas autolesivas e risco de suicídio.

Reforço das informações inerentes à importância do isolamento e encorajamento da confiança dos pacientes para a recuperação também são importantes nessa fase. Aos profissionais da linha de frente e equipe administrativa sugere-se, antes de se iniciarem os trabalhos, treinamentos e entrevistas preventivas focadas na gestão do estresse, regulação das emoções e encorajamento para a busca de ajuda psicológica diante da dificuldade de lidar com as emoções e a adversidade da situação (NHC, 2020a).

Diante destes pressupostos e para dar prosseguimento a esta pesquisa, é necessário adentrar no âmbito do tratamento psicoterápico e

psicofarmacológico. É importante lembrar que o tratamento psicoterápico difere do psicofarmacológico. Diante dessa visão, torna-se imprescindível diferenciar psicoterapia e psicofarmacologia. Entretanto, como a psicofarmacologia faz parte de um estudo sobre medicamentos, surge à necessidade de explicar, previamente, sobre a medicalização (AZEVEDO, C.B.F., 2018).

Segundo CONRAD (1975) e CARVALHO *et al.*, (2015), a medicalização é um recurso terapêutico em que um problema e/ou comportamento não médico é definido com um transtorno, doença ou problema médico, sendo delegada ao profissional médico, a responsabilidade pela prescrição do medicamento. Já os psicofármacos, são medicamentos que auxiliam no alívio do sofrimento mental, podendo ser indispensáveis para o tratamento de algumas psicopatologias. São substâncias que interferem em funções do sistema nervoso central proporcionando a redução do desconforto causado pela sintomatologia dos transtornos mentais (AZEVEDO, C.B.F., 2018).

FREY; MABILDE; EIZIRIK, (2004), descrevem que a decisão do

uso da medicação exige um cuidado meticuloso, pois a decisão pode ser influenciada pelos próprios conflitos e desejos inconscientes do psiquiatra. Trata-se de um assunto polêmico e multifacetado, uma vez que, provavelmente, existem psicólogos concordantes com o uso e com a eficácia dos psicoterápicos paralelamente à psicoterapia e outros discordantes. Para DALMOLIN *et al.*, (2009) e FRANCO (2012), este conflito é possível ser observado nos casos em que os psiquiatras favorecem apenas o uso dos psicofármacos e os psicólogos preconizam apenas a psicoterapia (AZEVEDO, C.B.F., 2018).

Segundo BIRMAN (2000), a ação de “medicalizar” é intitulada como “medicalização do social”, isto é; ela funciona como um controle social que atinge toda a vida do sujeito, em todas as dimensões; pois, legitima e empossa-o do papel de doente. Nesse viés, é preciso questionar a respeito da eficácia psicoterápica, dos seus efeitos colaterais e, principalmente, acerca da serventia para pacientes portadores de sofrimentos psicológicos; pois, aparentemente, a tristeza, o medo da morte, o desamparo, a solidão, a inquietude, o receio, a insegurança, o

vazio existencial ou, até mesmo, a falta de felicidade são ocorrências constantes na vida do ser humano (AZEVEDO, C.B.F., 2018).

Segundo CANGUILHEM (2006), a patologia pode ser considerada objetiva pelo médico na sua prática. No entanto, essa percepção do patologista não faz com que seu paciente seja desprovido de subjetividade. Adentrando, assim, na necessidade de que este, provavelmente, terá de ser visto além do fator biológico. Diante dessa colocação, abre-se espaço à psicoterapia (AZEVEDO, C.B.F., 2018).

Para RIBEIRO (1984), a psicoterapia é uma técnica que usa dos mais variados instrumentos do método em que é embasada. Sendo, portanto, uma técnica válida e positiva, visto que utiliza de instrumentos, com eficácia comprovada cientificamente. A psicoterapia é também, uma forma de autoconhecimento, de crescimento e aprendizagem. Dessa forma, a psicoterapia não é apenas uma teoria ou técnica que trata de pessoas doentes, mas uma ação entre duas pessoas, que resulta em maior envolvimento de ambos com a realidade. Conseqüentemente,

psicoterapeuta e paciente, juntos, podem estabelecer uma relação benéfica, que fará com que o paciente, ao adentrar sua própria realidade, encontre meios para amenizar seu sofrimento psicológico (AZEVEDO, C.B.F., 2018).

Segundo BEZERRA (2008), a psicoterapia já é um efetivo recurso de mudança e, com a força do contato humano e dos psicofármacos, quando necessários, garante a eficácia do tratamento. “Isto nos permite sonhar com um futuro no qual a escolha do medicamento ou a indicação de psicoterapia sejam feitas, especificamente, analisando as condições de cada paciente, caso-a-caso” (AZEVEDO, C.B.F., 2018).

Atualmente, percebe-se que a psicoterapia e a psicofarmacologia são eficazes no tratamento de pessoas com Transtornos Mentais, entretanto, ambas possuem benefícios e limitações. Na psicofarmacologia, o alívio dos sintomas é mais rápido, mas existem efeitos colaterais adversos. Na psicoterapia, normalmente, o acompanhamento é feito semanalmente e o progresso é observado no decorrer do tempo. No entanto, os casos de transtornos mentais graves demandam uma ação

mais imediata. Sendo assim, recentes estudos indicam que os dois métodos terapêuticos, quando combinados, são mais eficazes para a saúde mental do paciente do que isoladamente (AZEVEDO, C.B.F., 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de dados com a junção teórica possibilitou uma compreensão de que a maioria dos psicólogos compreendem os psicofármacos como uma forma de auxílio no processo psicoterápico e há concordância sobre a necessidade de alguns pacientes utilizarem os psicofármacos durante este processo. Contudo, observa-se que ainda há uma certa dificuldade por parte dos psicólogos quanto à relação com os psiquiatras, gerando assim, certo distanciamento entre eles.

O presente estudo também possibilitou uma compreensão da História da humanidade, onde traz um sentido implícito das marcas de uma evolução na saúde mental, quando comparada em seus primórdios até os dias atuais. Percebe-se que com a evolução da Reforma Sanitária a saúde ganhou novos paradigmas sociais e culturais, fazendo assim, que

os indivíduos passaram a receber um tratamento digno e convívio social. Os dados desse estudo, ressaltou a importância do tratamento combinado em situações de transtorno mental. A relação da psiquiatria e da Psicologia favoreceu na melhora dos pacientes, pois a medicação psicoativa age no equilíbrio da patologia e alívio de sintomas, e seus efeitos colaterais, na maioria das vezes, ocorre de forma gradual e passageira.

Enfim, o papel do psicólogo diante da psicofarmacologia, será de contribuir no tratamento das causas do transtorno, e o psicofármaco irá atuar na amenização dos sintomas, e ambos atuam no bem-estar ao paciente. Entretanto, surge à necessidade deste assunto necessita ser mais debatido no meio acadêmico, com mais pesquisas nessa área, para que novas questões sejam formuladas, com conclusões consistentes e definitivas sobre o tema, perpassando as práticas profissionais da Psicologia e Psiquiatria, para ampliação dos conhecimentos, através de estudos contingentes, com amostras representativas, delimitadas e com uso de instrumentos validados, para que cada vez mais, o paciente possa ter acesso ao tratamento combinado.

REFERÊNCIAS

André FARO, Milena de Andrade

BAHIANO, Tatiana de Cassia **NAKANO**,
Catiele **REIS**, Brenda Fernanda Pereira da
SILVA Laís Santos **VITTI** **Seção**
Temática | Thematic Section
Contribuições da Psicologia no Contexto
da Pandemia da Covid-19 Contributions
of Psychology In The Context of The
Covid-19 Pandemic *Estud. psicol. I*
Campinas I 37 I e200074 2020

AROUCA, S. **Reforma sanitária**. Rio de
Janeiro, 1998. Disponível em:
[http://bvसारouca.icict.fiocruz.br/sanitarista0](http://bvसारouca.icict.fiocruz.br/sanitarista05.html)
5. html. Acesso em: 01/11/2020.

BEZERRA Gonçalves AM, Sena RR. **A**
reforma psiquiátrica no Brasil:
contextualização e reflexos sobre o
cuidado com o doente mental na família.
Rev Latino-am Enfermagem 2001 março;
9 (2): 48-55. Acesso em: 01/11/2020.

CARVALHO, L.F; DIMENSTEIN, M. **O**
modelo de atenção à saúde e o uso de
Ansiolíticos entre mulheres. *Estudos de*
Psicologia, v.9, n.1, p. 121-129, 2004.
Acesso em: 04/11/2020.

FIGUEIREDO, Camila Bianca;
FAGUNDES, Joseny Alves; PINHEIRO,
Ângela Fernanda Santiago. **Psicoterapia e**
psicofarmacologia: a percepção de
psicólogos. *Revista de Psicologia*, v. 30, n.
2, p. 281-290, maio-ago. 2018. Disponível
em:
[file:///D:/Users/user/Downloads/Psicoterap](file:///D:/Users/user/Downloads/Psicoterapia_e_psicofarmacologia_a_percepcao_de_ps.pdf)
[ia_e_psicofarmacologia_a_percepcao_de_](file:///D:/Users/user/Downloads/Psicoterapia_e_psicofarmacologia_a_percepcao_de_ps.pdf)
[ps.pdf](file:///D:/Users/user/Downloads/Psicoterapia_e_psicofarmacologia_a_percepcao_de_ps.pdf). Acesso em: 01/11/2020.

KIPERT, Elizabeth Dias da Costa Dumer,
TESSER, Márcia Alles, KROETZ, Vanir
Aparecida, CALDEIRA, João Eduardo
Bravim. **PSICOTERAPIA E**
PSICOFARMACOLOGIA: O
TRATAMENTO COMBINADO SOB A
ÓPTICA CIENTÍFICA DA
PSICOLOGIA E DA PSIQUIATRIA.
Psicologia.pt ISSN 1646-6977. Nov. 2019.
Disponível em:
[https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A](https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1362.pdf)
1362.pdf. Acesso em: 01/11/2020.

MENDONÇA, A. M. G. **Reforma**
psiquiátrica em Montes Claros:
Perspectiva Histórica. 2009. Dissertação
(Mestrado em Desenvolvimento
Social)_Universidade Estadual de Montes
Claros, Montes Claros, 2009. Disponível
em: [http://livros01.](http://livros01.livrosgratis.com.br/cp115727.pdf)
livrosgratis.com.br/cp115727.pdf . Acesso
em: 01/11/2020.

RIBEIRO, J. P. **Processo de mudanças**
em psicoterapia: reflexões sobre uma
teoria da psicoterapia. *Arquivo Brasileiro*
de Psicologia, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p.
99-107, abr./jun. 1984. Disponível em:
[http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abp/article/viewFile/18987/17727)
[php/abp/article/viewFile/18987/17727.](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abp/article/viewFile/18987/17727)
Acesso em: 01/11/2020.

SAFFER, P. L. **O desafio da integração**
psicoterapiapsicofarmacoterapia:
aspectos psicodinâmicos. *Revista de*
Psiquiatria do Rio Grande do Sul, Porto
Alegre, v. 29, n. 2, p. 223-232, ago. 2007.
Acesso em: 01/11/2020.

**PANDEMIA, NEOLIBERALISMO E
EDUCAÇÃO: AS DESIGUALDADES
NO CONTEXTO EDUCACIONAL DA
REDE ESTADUAL DE MINAS
GERAIS EM TEMPOS DE COVID-19.**

Bruno Geraldo Guimarães Gonçalves⁶⁵

RESUMO

No presente artigo apresentaremos algumas considerações sobre a idealização do projeto de ensino remoto proposto pelo Governo do Estado de Minas Gerais com o objetivo de visualizar o espaço educacional que se moldou perante a pandemia da COVID-19 e das bases neoliberais que se fazem presente na sociedade brasileira, o que levou a consolidação de um aprofundamento das desigualdades sociais sobre o ambiente educacional. Para idealização deste estudo usou como base de análise a realidade educacional de uma escola da rede estadual de ensino na cidade de Papagaios tendo como referência os dados obtidos em relação à participação dos alunos da instituição nas atividades remotas propostas através dos meios digitais. Para fundamentar o estudo foram utilizados teóricos como Bardiou (2020); Prashad (2020) e Borges e Silva (2020). Durante o texto discorro sobre a questão social criada pela pelo neoliberalismo durante a pandemia, sobre o abismo social forjado pela conjuntura pandêmica no que diz respeito ao acesso a educação e sobre o modelo de ensino remoto instituído no estado de Minas Gerais e seu funcionamento diante a vivência escolar e social dos alunos.

Palavras-chave: **Pandemia, neoliberalismo e ensino remoto.**

INTRODUÇÃO

“Essa noite eu tive um sonho, de sonhador, maluco que sou eu sonhei com o dia em que a Terra parou (...). Foi assim, no dia que todas as pessoas do planeta inteiro resolveram que ninguém ia sair de casa (...).” São trechos da canção *“O dia que a Terra parou”* de Raul Seixas, gravada em 1977 no álbum de mesmo nome e 43 anos após o lançamento desta canção talvez o artista baiano não soubesse, mas ele acabava de fazer uma previsão, pois a terra parou em um ano que um vírus se fez presente e fez com que a humanidade observasse com outros olhos o seu redor e todas as suas dinâmicas, Raul Seixas teve razão, em 2020 a Terra parou quando uma pandemia chegou.

A Terra parou quando um vírus foi descoberto na cidade de Wuhan na China e que se espalhou pelo mundo levando a OMS – Organização Mundial de Saúde a decretar estado de pandemia no dia 11 de março de 2020 e alertar todos os países para as precauções a serem tomadas no intuito de conter o avanço da doença que já era vista pelos especialistas com grande potencial de contágio e que afetaria todos os contextos de uma sociedade e um das medidas de

⁶⁵ Mestrando em Educação e Formação Humana pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e professor das redes públicas e privada da educação básica. E-mail: bruno.guimaraes@educacao.mg.gov.br

maior consistência seria o isolamento social, ou seja, ninguém ia sair de casa.

Era algo novo, e muitos líderes mundiais ignoraram o que poderia representar este momento, como o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, que em 24 de março disse em pronunciamento oficial em rede nacional *“pelo meu histórico de atleta (...) nada sentiria ou seria, quanto muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho”*.

Passado meses após a fala do presidente brasileiro e a decretação da pandemia a COVID-19 não pode ser vista apenas como uma mera gripezinha ou resfriadinho, até o momento já são milhões de pessoas contaminadas e outras milhões mortas no mundo e além do cenário da saúde a pandemia trouxe consigo questões que deixam evidente que a sociedade nos moldes atuais da economia carrega consigo a imagem clara das desigualdades, o vírus não é seletivo, mas atingiu de forma grandiosa pessoas das camadas mais pobres, e no Brasil não é diferente e o mundo passa a debater até que o ponto o neoliberalismo pode ainda ser viável em um cenário de catástrofe humanitária e econômica.

E uma das áreas mais atingidas pelos reflexos diretos da pandemia foi à educação, escolas fecharam pelo mundo inteiro, alunos de repente perderam o seu espaço escolar, muito perderam até mesmo a única refeição do dia e outros tiveram que transformar as suas casas em escolas, professores revisaram seus conceitos e práticas de ensino e se viram em meio a novos jeitos de lecionar, onde a tecnologia passou ser a principal ferramenta. Mas, o fechamento das escolas não afetou a todos da mesma forma, o cenário da desigualdade se viu presente de forma mais significativa em relação aos alunos das escolas públicas sem acesso a tecnologia, e sem acesso as condições de estudo viram o seu desenvolvimento escolar totalmente prejudicado pelo ensino remoto instituído pelas esferas governamentais.

No Estado de Minas Gerais as aulas presenciais na rede estadual de ensino foram paralisadas pela Deliberação COVID-19 nº18 de 22 de março de 2020 que em seu Art. 2º diz: “Ficam suspensas, por tempo indeterminado, as atividades de educação escolar básica em todas as

unidades da Rede Pública Estadual de Ensino”⁶⁶. (Minas Gerais, 2020).

A partir da deliberação os alunos da rede estadual ficaram sem acesso a qualquer tipo de ensino e somente em Maio de 2020 o Governo mineiro apresentou um plano de ensino remoto que teria como base os chamados “*Planos de Estudos Tutorados (PETs)*” acessados pelos alunos através de meios eletrônicos e aulas televisionadas pelo canal estatal Rede Minas chamadas “*Se liga na Educação*”.

A situação pandêmica e de aprofundamento das desigualdades sociais sobre a égide do neoliberalismo e os reflexos da pandemia sobre o cenário educacional de Minas Gerais é o que é o que o presente estudo pretende analisar, levando em consideração o projeto de ensino remoto proposto pelo governo mineiro e a realidade educacional e social de alunos de uma escola estadual no município de Papagaios.

O estudo estará dividido em três momentos, em um primeiro tratará de uma análise de como a pandemia sobre o neoliberalismo serviu para

aprofundamento das desigualdades sociais, após esta breve análise da conjuntura pandêmica sobre o espaço socioeconômico se buscará demonstrar como o a pandemia afetou diretamente o cenário educacional e por fim será apresentada uma análise de como que as desigualdades sociais se tornaram claras ante o ensino na rede estadual de Minas Gerais em relação aos alunos da escola que serviu como campo de investigação.

A PANDEMIA E O NEOLIBERALISMO

Quando o ano de 2020 começou ninguém imaginária que estaríamos vivenciando um dos momentos mais complexos da história recente da humanidade, o que se tinha em mente era um ano de olimpíadas, maior evento esportivo do planeta, estaríamos vivenciando no Brasil um processo eleitoral de grande importância para o curso da política nacional, tínhamos a expectativa plena para as eleições da chamada “maior democracia” do mundo, os Estados Unidos, uma eleição que influencia toda dinâmica mundial, mas, de repente tudo isso ficou em segundo plano, as olimpíadas foram adiadas, as eleições tanto no Brasil como nos

⁶⁶ MINAS GERAIS. Deliberação Covid-19 número 18 de 22 de março de 2020. Disponível em: https://www2.educacao.mg.gov.br/images/stories/2020/INSPECAO_ESCOLAR/Boletim_maio/DELIB_COVID-19_N%C2%BA_18_20.pdf. Acesso em 31 de outubro de 2020.

Estados Unidos ganharam novas perspectivas e novos debates, era o mundo que entrava em catarse pandêmica denominada de Novo corona vírus, ou simplesmente, Covid-19.

Desde confirmação do primeiro caso da Covid-19 na província de Wuhan na China o mundo ficou apreensivo em saber que um novo vírus começava a se configurar nas sociedades e quando menos esperávamos como diz a música de Raul Seixas "*Maluco que sou, eu sonhei com o dia que a Terra parou*", só que não era um sonho, a Terra parou e o vírus se espalhou e ganhou proporções pandêmicas o que fez com que autoridades do mundo todo tomassem como ação a paralisação das atividades e o isolamento social, era uma nova era que se formava perante os nossos olhos incrédulos em frente à TV visualizando diariamente imagens que chocavam a todos.

Um cenário catastrófico que a humanidade não vivenciava desde Segunda Guerra Mundial, mas que algumas lideranças não tiveram o mesmo apreço pela gravidade que estava se formando, estes simplesmente acionaram o negacionismo e passou a idealizar tudo isso como uma farsa, ou até

mesmo como uma simples gripezinha que não afetaria ninguém que tivesse um histórico de atleta.

Mas a conjuntura atual gerada pela pandemia vai nos mostrar pelo menos uma nova ideia de como prover a política, estabelecer novos olhares para cidadãos e para aqueles que hoje vivem a mercê de políticas públicas, da pobreza e de um Estado que esqueceu o seu povo e proveu até o momento políticas direcionadas apenas para os mais ricos.

A pandemia descarou as desigualdades no mundo promovidas pelas bases da doutrina econômica do Neoliberalismo, principalmente sobre os países em desenvolvimento como o Brasil, que viu foi sua população pobre e periférica morrer demonstrando que as ações políticas afetam diretamente a vida das pessoas e ausência de um Estado com olhar social pode levar a morte de milhares delas.

O neoliberalismo é uma política econômica nefasta aplicada no intuito de diminuir o tamanho do Estado e desqualificando totalmente ações públicas onde serviços públicos essenciais seriam conduzidos pela iniciativa privada.

Trazendo esta situação para o Brasil o que pensar se neste momento não tivesse a abrangia do SUS

enquanto serviço universal de saúde?
Seria totalmente ainda mais adversa.

Trazendo a perspectiva neoliberal para a pandemia Nunes (2000, p.2) ressalta que;

O neoliberalismo resultou numa vulnerabilização global face a choques epidêmicos como a COVID-19. Nesse contexto, a pandemia é um fenômeno político com as suas raízes no nosso passado recente neoliberal. A história da COVID-19 é feita de ações e omissões, ao longo das últimas décadas, que reduziram a capacidade dos sistemas de saúde de vigiar, conter e mitigar epidemias. Faz-se de escolhas políticas que acentuaram a desigualdade econômica, a precariedade do trabalho e o enfraquecimento de serviços públicos de assistência, o que por sua vez colocou uma parte significativa da população em situação de vulnerabilidade à doença e incapacidade de lidar com as suas consequências.

É notório que as ações econômicas das últimas décadas geridas por políticas neoliberais eram vistas perante o discurso de recuperação da economia e retorno ao

crescimento e desenvolvimento do país, como foi usado pelo atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, ao trazer para o jogo político o economista ultraliberal Paulo Guedes para coordenar todo plano econômico do seu governo construído sobre os olhares do denominado “choque liberal”.

O discurso neoliberal não é nenhuma novidade em países em desenvolvimento como o Brasil, é algo que sempre se fez presente dentro dos olhares de investimentos e exploração econômica externa, mas neste cenário de pandemia esta posição neoliberal aflora as desigualdades sociais e deixa em xeque a sua própria estruturação e até mesmo manutenção.

Para Verbicaro (2020 p. 2) a condução de ações em relação à pandemia sobre véis neoliberal gera;

Decerto que os maiores impactos econômicos e sociais serão sentidos mais intensamente pelos vulneráveis. As classes mais pobres são sempre as mais afetadas em períodos epidêmicos, pois sentem mais diretamente as consequências da precarização do emprego, da falta de investimentos em saúde pública, do apartheid sanitário, do déficit de moradia, das condições inadequadas de

alimentação, da
pobreza extrema (...).

Dentro desta realidade Bardiou (2020) coloca que “os estados nacionais tentam enfrentar a situação epidêmica, respeitando o máximo possível mecanismo do capital, embora a natureza do risco os obrigue a modificar o estilo e as ações do poder”. Ainda de acordo com o pensador francês a “epidemia também é um momento em que a contradição entre economia e política se torna flagrante. Mesmo os países europeus não conseguiram ajustar suas políticas sobre o vírus” (Bardiou, 2020).

O que se observa com cenários totalmente adversos é a necessidade de repensar as bases da economia capitalista, ou até mesmo a sua manutenção como se encontra, neste sentido Bardiou (2020) nos mostra que a ocasião faz com que houvesse a necessidade repensar “o retorno do estado do bem-estar, de gastos para apoiar as pessoas fora do trabalho ou para ajudar os trabalhadores independentes cujas lojas foram fechadas”.

Outro ponto importante a se pensar ante a pandemia do novo coronavírus é até que ponto voltará a viver o normal? E que voltaremos a viver a normalidade neoliberal?

Para Prashad (2020) “não voltaremos ao normal, porque o normal era o problema (...) no meio do novo Corona vírus, parece impossível imaginar um retorno ao mundo anterior, um mundo que desamparava antes mesmo da chegada do vírus”.

Vivemos em Estados seguidores da cartilha neoliberal, que são moldados para atender os interesses da classe econômica abastada se vê neste momento diante de um novo embate, que é de até quando é possível manter estas estruturas que fazem do antigo normal uma ameaça para maioria da população?

O que temos que perceber é que a pandemia veio para alertar a humanidade sobre os caminhos que estava tomando, veio para demonstrar que a busca por um Estado que tenha um olhar social é fundamental para garantir a sobrevivência da maioria da população e que manter o velho normal da plutocracia só levará as sociedades a vivenciarem não apenas uma pandemia viral, mas uma pandemia catastrófica socialmente.

O mundo não pode trazer consigo a ideia de reestabelecimento da antiga normalidade neoliberal, a necessidade é de que após a pandemia temos uma nova

normalidade, formatada por uma visão mais social e solidaria.

A PANDEMIA E O ENSINO

A pandemia da COVID-19 trouxe um cenário problemático para diversos setores da sociedade, estremeceu as relações econômicas, consolidou uma crise humanitária de saúde sem proporções no tempo presente, modificou a estrutura das relações sociais, demonstrou a importância da tecnologia e de seu acesso e dimensionou o abismo social que o modelo capitalista atual impõe.

E a educação não ficou isolada de todos estes efeitos, no mundo inteiro escolas foram fechadas devido à pandemia e os alunos e profissionais da área foram pegos de surpresa e se viram de repente em uma situação totalmente nova no que tange a construção do processo ensino-aprendizagem e as dinâmicas e práticas tiveram que ser moldadas em um período curto de adaptação, era uma nova educação sendo forjada em um período de crise, uma educação que passaria a ter como principal elemento a tecnologia, que durante muito tempo esteve no lado contrário do processo sendo vista como uma inimiga do ensino.

Mas nem tudo foi como pensava no campo educacional, pensar uma educação tecnológica nestes tempos só trouxe uma situação que é evidente dentro do espaço escolar da rede pública de ensino em nosso país, a disparidade social.

Uma educação que passou a ter como principal ferramenta a tecnologia só tornou a imagem da desigualdade existente mais evidente, como em praticamente todos os pontos a pandemia abalou todo um sistema socioeconômico e na educação a crise só fortaleceu algo que vem sendo configurado em nossa sociedade há tempos, descaso político com a educação. São anos que a escola pública esta sendo deixada de lado pelos governantes brasileiros que não tratam a educação como uma ação de desenvolvimento, mas molda na educação sempre um cenário de sucateamento e crise é como disse em certo momento o professor Darcy Ribeiro *“a crise na educação no Brasil não é uma crise, é um projeto”*.

E este projeto de crise da educação só se avolumou com a pandemia e o cenário socioeconômico e deixou notórias as desigualdades existentes no cenário educacional como demonstra estudo do IPEA

divulgado em julho de 2020 que relata o seguinte ponto;

A pandemia de Covid-19 aprofundou as desigualdades no sistema educacional brasileiro, no que se refere à infraestrutura sanitária e tecnológica. (...) com base em dados do Censo Escolar de 2019 sobre escolas federais, estaduais, municipais e particulares. De acordo com a pesquisa, 27% das escolas dos ensinos fundamental e médio não possuem acesso à internet e 44% de todas as escolas não são atendidas por rede pública de esgoto. (IPEA, 2020)⁶⁷.

O que se observa com estes dados apresentados pelo IPEA é que a sociedade brasileira vive sobre a ótica das desigualdades em praticamente todos os setores da sociedade civil e na educação não seria diferente, no Brasil há um abismo social gigantesco e as ações direcionadas pelo neoliberalismo nos últimos anos, principalmente nos governos Michel Temer (2016-2018) e o atual de Jair Bolsonaro só aprofundam cada vez mais este cenário.

Trazer as tecnologias e estabelecer um ensino remoto foi à solução encontrada para suprir as demandas educacionais neste tempo e como já dissemos isso é chave para visualização de um espaço educacional carregado pela égide da desigualdade. Enquanto escolas privadas se adaptaram e trouxeram o EAD para seu processo ensino-aprendizagem poucas semanas após a indicação da OMS de uma pandemia, escolas públicas foram fechadas e os alunos foram para casa para vivenciar o isolamento social sem saber qual seria o futuro do seu aprendizado.

Esta situação de acordo Virgínio (2020) se explica da seguinte maneira:

(...) a ausência de aulas presenciais não tem significado, pelo menos para a rede privada de ensino, em que pesem as diferenças envolvendo as distintas mantenedoras e/ou escolas, o rompimento das atividades de ensino e aprendizagem. Como remediação inicial às restrições impostas à vida escolar pelo isolamento social, o ensino privado tem lançado mão das interações pedagógicas propiciadas pelos distintos ambientes virtuais de

⁶⁷ IPEA. Pandemia amplia desigualdade no sistema educacional. 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36069. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

aprendizagem (AVA). Porém, o mesmo não pode ser dito das redes públicas de ensino. Elas, pelo que se sabe, atenderam ao cancelamento das aulas decretado pelas autoridades e, quando muito, têm limitado suas ações a fornecer merenda escolar às famílias de seus alunos.

Alunos de escolas privadas privilegiados pelo acesso a tecnologia e conectados na rede mundial de computadores viram o ensino remoto chegar a suas vidas de uma forma mais dinâmica, com aulas e materiais pedagógicos inseridos em plataformas de ensino e aulas realizadas em tempo real através de web conferências que apesar da distância faz com os alunos tenham contato com os docentes numa processos ensino-aprendizagem com maior coerência.

Retomando então o cenário totalmente desigual os alunos da rede pública de ensino além de ficarem por um tempo maior sem a inserção de nenhuma ação pedagógica se viram obrigados a vivenciar um cenário social cada vez mais crítico o que dificultaria a construção de um espaço de aprendizagem de maior eficiência.

Isso demonstra que a escola pública para muitos é o único espaço no qual podem realmente conceber um

local de aprendizagem, é como destaca Palu (2020, p. 94) que;

É por meio da escola que muitos alunos têm oportunidade de estar em um espaço adequado para estudar. Além disso, percebemos que muitos alunos tinham acesso à rede de internet na escola e em outros espaços públicos e, com o isolamento, o pacote de dados que possuem não é suficiente para que possam ter acesso às aulas remotas com qualidade.

É importante salientar que a pandemia além de uma crise de saúde trouxe consigo elementos que abalou as estruturas sociais e econômicas de diversas famílias e segundo dados produzidos pela World Food Programme (WFP) das Nações Unidas há uma expectativa de “o número de pessoas com fome estimada para 2020 pela ONU é quase 90% maior do que as projeções antes da pandemia, que já estavam entre as piores da história”⁶⁸. (RIVERA, 2020).

⁶⁸ Reportagem vinculada a Revista Exame disponível em: <https://exame.com/mundo/o-coronavirus-pode-levar-o-mundo-a-outra-pandemia-o-aumento-da-fome/#:~:text=A%20fome%20no%20mundo%20de,intensificou%20a%20disputa%20por%20comida&text=O%20n%C3%BAmero%20de%20pessoas%20com%20fome%20estimado%20para%202020%20pela,entre%20as%20piores%20da%20hist%C3%B3ria>. Acesso em: 31 de outubro de 2020.

No Brasil a extrema pobreza e a fome durante a pandemia segundo relatório produzido pela ONG Oxfam inseriu o país como o epicentro da fome no mundo, citando que;

A pandemia da covid-19 somou-se a essa combinação já tóxica de fatores, aumentando rapidamente as taxas de pobreza e fome em todo o país. As medidas de distanciamento social adotadas para conter a propagação do corona vírus e evitar o colapso do sistema público de saúde agravaram a crise econômica⁶⁹.

É com esta situação socioeconômica que se introduz no país o ensino remoto, onde a fome começa a se fazer presente e o ensino passava a ser visto como algo em segundo plano com uma posição social precária e uma política pública educacional baseada no desmonte que se agravou com a chegada da pandemia.

A PANDEMIA E O ENSINO REMOTO DE MINAS GERAIS

⁶⁹ Reportagem vinculada ao portal UOL disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/09/brasil-e-epicentro-emergente-de-fome-extrema-na-pandemia-diz-relatorio.htm>. Acesso em: 31 de outubro de 2020.

O Estado de Minas Gerais é o segundo mais populoso do país, possui uma das maiores economias do Brasil, cheio de tradições e com uma cultura que encanta a todos é o um estado gigante com problemas da mesma proporção e isso ficou claro com a chegada da pandemia sobre o ambiente da educação.

Segundo dados do Censo educacional de 2018, Minas Gerais tem matriculados no seu sistema de ensino no que abrange da educação infantil até as modalidades de educação especial cerca de dois milhões de estudantes distribuídos em mais de três mil e seiscentas escolas administradas pela Secretária Estadual de Educação e de repente estes alunos se viram sem as suas escolas e sem suas aulas a partir do momento que as suas atividades foram suspensas por tempo indeterminado a partir do mês de março⁷⁰.

As aulas na rede estadual de ensino foram suspensas a partir da publicação da Deliberação nº18 Covid-19. A partir da sua publicação todas as atividades nas instituições de ensino

⁷⁰ Até a finalização desse estudo em novembro de 2020 as aulas na Rede Estadual ainda se encontravam suspensas a partir de uma determinação da justiça protelada pelo Sindicato único dos trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG).

foram paralisadas não havendo nenhuma atividade pedagógica pré-estabelecida tendo o adiamento do referente recesso de julho para contar a partir da data do decreto, mas esta situação sem acesso a ações pedagógicas se estendeu até o mês de maio quando o governo mineiro lançou o plano de estudos remotos denominado de Regime de Estudo não Presencial – REANP.

O plano de ensino remoto apresentado pelo governo de Minas Gerais se pauta no princípio do ensino tutorado oferecendo apostilas contendo conteúdo e atividades que estão distribuídas de acordo com a carga horária de cada disciplina que compõe a estrutura curricular da rede, todo este conteúdo se encontra nos chamados PET – Plano de Estudo Tutorado. Os PETS dividem o conteúdo curricular por semana, cada um é composto de quatro semanas e são trabalhados dentro de um mês corrente, estas atividades substituem a presença do aluno e é a garantia do aluno do cumprimento da carga horária obrigatória.

Os PETS estão disponíveis para os alunos no portal criado pelo governo mineiro “Estude em casa” além de oferecer um aplicativo para celular o “Conexão Escola” que

também oferece acesso a todos os conteúdos ofertados pelo plano remoto de ensino, ou seja, há uma necessidade de ter acesso a uma conexão de internet e como já foi salientado neste estudo, este acesso é restrito e muitos alunos têm como uma única forma de obter no espaço escolar.

Além dos estudos tutorados o plano remoto de ensino de Minas Gerais também cria a possibilidade do aluno a ter acesso a aulas televisionadas pela TV estatal Rede Minas, estas aulas são gravadas e disponibilizadas na programação da emissora criada especialmente para o período da pandemia que se chama “Se Liga na Educação” transmitido diariamente seguindo o cronograma pré-estabelecido e respeitando a grade curricular proposta.

No que diz respeito às aulas do “Se Liga na Educação” se faz mais um complicador do sistema remoto de ensino, pois muitas cidades do Estado não recebem o sinal da TV estatal restringido a programação apenas uma pequena parcela do Estado, é importante salientar que o Estado de Minas Gerais possui 853 municípios e nem todos recebem o sinal da Rede Minas como demonstra o gráfico abaixo.

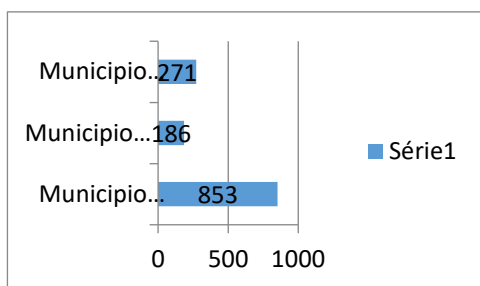


Gráfico 1 feito pelo autor do estudo

O que se percebe é que a Rede Minas antes do período da pandemia chegava com o seu sinal em apenas 21,2% dos municípios mineiros o que representava apenas 186 cidades, com o lançamento do Regime de Estudo não Presencial – REANP e com a criação de uma programação especial para transmissão de aulas dos conteúdos ministrados na rede estadual de ensino o governo mineiro buscou expandir o sinal da emissora passando a alcançar 31,7% das cidades mineiras, ou seja, houve um aumento de 85 cidades.

Para suprir a situação de pouco alcance da Rede Minas sobre o território mineiro as aulas também passaram a ser transmitidas por meios digitais como Youtube e pelo aplicativo Conexão Escola, mas a tentativa de levar o ensino à maioria dos estudantes da rede esbarrou novamente na falta de acesso a conexão de internet;

É importante salientar que os alunos e responsáveis até possuem aparelhos de telefonia celular, mas falta a estes dados de conexão móvel o que não preenchi a demanda do aluno. Outro problema que há nesta situação é que em uma família muitas vezes é um único aparelho para diversos filhos, o que impossibilita ainda mais o acesso ao conteúdo e as aulas do plano tutorado de ensino.

Cenário que demonstra claramente o precipício social dos estudantes da rede estadual de ensino que vivem uma posição socioeconômica complicadora que dificulta a presença desses na dinâmica do ensino-aprendizagem em tempos de pandemia, afetando diretamente a sua trajetória escolar e o seu próprio futuro, pois durante este momento os alunos estão vendo a única chance de mudar a realidade da qual vive passar sobre os olhos das dificuldades que eles vivenciam.

É como salienta Borges e Silva (2020) ao perceberem a ausência de proposta de políticas públicas específicas, as classes menos favorecidas que passam a sofrer com “o grave afastamento do sistema educacional, ao contrário dos alunos de instituições particulares, cuja estrutura lhes permite certa qualidade

e constância no ensino e na aprendizagem” demonstrando o aprofundamento social gerado por um sistema econômico social moldado por um ideal neoliberal.

Para demonstrar o processo de funcionamento do plano de ensino remoto de Minas Gerais e suas contradições de acesso medido pela desigualdade social que alcança um patamar expressivo dos alunos da rede o estudo vai utilizar como campo de investigação a estrutura da Escola Estadual Diogo de Castro, localizada na cidade de Papagaios região centro-oeste do estado.

A escola em questão é uma das mais importantes do município, fundada em 1929 foi fundamental para a formação de grande parte dos moradores da cidade ao longo dos seus 90 anos de história, hoje a escola atende preferencialmente alunos das áreas periféricas e da zona rural. São em sua predominância carentes com histórico familiar bastante desestruturado, vivem em ambiente de muita violência, drogas e pobreza. Quando chegam ao ambiente escolar estão bastante desmotivados e necessitando de atenção e carinho.

A análise sobre o desenvolvimento do REANP - Regime de Estudo não Presencial vai se fixar

com os alunos do turno vespertino, no qual atuo como docente de História, que oferece turmas do ensino fundamental anos finais e ensino médio, para realizar este estudo os dados utilizados serão os que compõem os registros de participação dos estudantes no ensino remoto consolidado pelo conselho de classe realizado pela equipe pedagógica e docentes da escola disponibilizado de maneira digital a todos os professores.

O primeiro ponto a ser analisado sobre a participação dos alunos no ensino remoto será através do acesso ao material de estudos e aulas por meio digital, ou seja, quando o aluno participou da interação realizada pelos docentes via aplicativos e sites oficiais disponibilizados pelo governo mineiro a todos os estudantes da rede, neste sentido como grupos de whatsapp, aplicativo conexão escola e portal estude em casa.

A ideia da participação principalmente pelos grupos de whatsapp é que os alunos tenha uma interação mais dinâmica com os professores de acordo com cronograma de horários nos quais são postados nestes todo material de estudo da semana por disciplina.

É possível verificar uma participação imensamente baixa dos alunos por turma o que demonstra a dificuldade que estes possuem no que diz respeito ao acesso a internet e a dispositivos eletrônicos que são necessários para obter todo material e aulas disponibilizadas para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

A baixa participação e retorno dos alunos pelos meios digitais podem ser visualizados no gráfico abaixo onde se demonstra a concepção de todas as turmas do turno analisado.

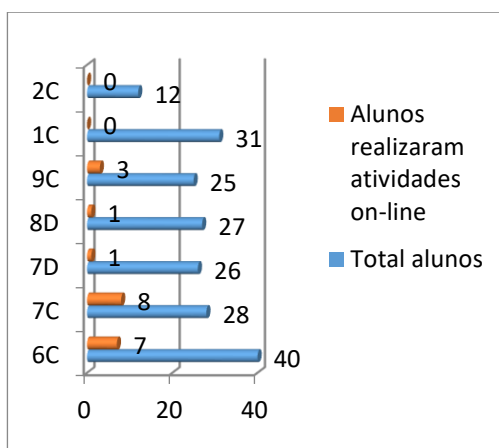


Gráfico 2 feito pelo autor do estudo

Os dados acima compõem uma dinâmica social que é abrangente e afeta a grande maioria dos estudantes brasileiros, segundo recente estudo idealizado pelo IPEA sobre o acesso ao ensino remoto no Brasil publicado na Revista Metrôpoles detalha que “6 milhões de estudantes não dispõem de

acesso domiciliar a web para acompanhar as aulas. Desses, cerca de 5,8 milhões frequentam instituições públicas”⁷¹ é uma situação constante na atual conjuntura que a sociedade brasileira vivencia, um país que não universalizou o acesso à web se restringindo a uma parcela privilegiada da sociedade enquanto a grande maioria fica totalmente excluída do processo ensino-aprendizagem aprofundando ainda mais a lógica da degradação social tão clara em nosso país.

Se levarmos em consideração o total de alunos do turno analisado da instituição de ensino o que vemos é que apenas 10,5% dos estudantes estão participando ativamente do ensino remoto ofertado de maneira digital, algo degradante pensando que a grande maioria são jovens oriundos de camadas sociais com baixo poder aquisitivo e que vêm na escola à única forma de terem acesso a meios digitais e a até mesmo a alimentação, pois muitos têm como única refeição do dia a merenda que é ofertada pela escola, uma lógica que molda a crueldade no formato social jogando boa parte da

⁷¹ Reportagem disponível no link: <https://www.metropoles.com/brasil/educacao-br/ipea-966-dos-alunos-sem-acesso-a-internet-no-brasil-sao-da-rede-publica>. Acesso em 03 de novembro de 2020.

população em uma situação socioeconômica baseada na pobreza e na miséria e agora nestes tempos de pandemia, sem escola.

Veja o gráfico geral do turno vespertino que serviu de base para esta análise.

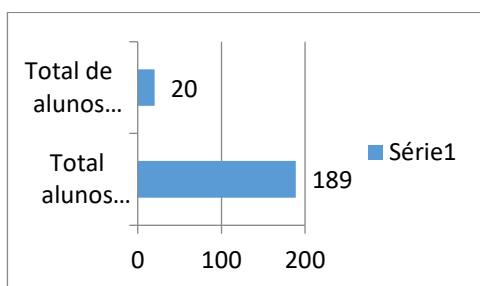


Gráfico 3 feito pelo autor do estudo

É importante salientar que com este nível baixo de participação dos alunos no processo ensino-aprendizagem no formato digital foi disponibilizado para os alunos a impressão do material pela instituição, mas o problema não muda, pois com o material em mãos estes alunos não conseguem ter acesso às aulas que irão auxiliar a realização das atividades que são fundamentais para composição da carga horária ao final do período letivo, ou seja, há o material, mas, não há meios de se estabelecer um processo que leve até o aluno as aulas que são essenciais, já que, estas aulas estão disponibilizadas ou em mídias digitais ou em canal

televisivo que muitos não possuem acesso.

Em relação à impressão do material “Plano de Estudos Tutorados – PET” até o final da terceira unidade do PET, o PET 3, tinham sido impressos pela instituição 213 apostilas e repassadas para os alunos que procuraram a escola para dar continuidade aos seus estudos, mas, como demonstra o levantamento feito de retorno das atividades pelos docentes e pela própria escola continua demonstrando uma baixa participação do aluno no processo, sendo que, apenas 30% dos PETs impressos foram reencaminhados à escola para devidas correções do material, confirmando que apenas o material em mãos não é suficiente para o aluno desenvolver as atividades, pois, há uma necessidade de ter uma explicação do conteúdo para que haja a compreensão e o registro do conhecimento adquirido, algo que é viável apenas com acesso as aulas disponibilizadas pelos meios digitais e televisionadas já citadas.

Observe o gráfico abaixo que detalha a questão citada acima sobre realização das atividades da proposta do ensino remoto em material impresso.

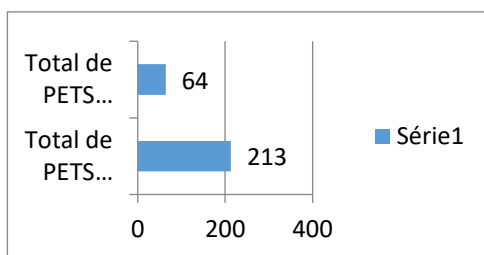


Gráfico 4 produzido pelo autor do estudo

Os dados demonstram claramente a distância social que há entre um aluno da rede privada de ensino em relação ao aluno da escola pública da rede estadual de Minas Gerais, ficando claro o alto grau de desigualdade existente no que diz respeito integração à educação, fruto de ações políticas que cada vez mais oprime a população mais pobre do país e joga esta camada populacional a uma situação de mercê da própria sorte e ações políticas contrárias ao investimento em educação pública de qualidade, o que estão idealizando nos últimos tempos é um sistema de ensino sucateado sem condições alguma de atender a formação humano daqueles que ali estão inseridos.

E toda esta situação se torna cada vez mais deplorável com avanço de medidas de caráter neoliberal, que corta investimentos em áreas fundamentais para o desenvolvimento social do país, fato que se concretizou com a chamada PEC do Teto de

Gastos, aprovada no Governo Michel Temer e nas ações que buscam ser idealizadas pelo atual governo brasileiro, chefiado na área econômica pelo ultraliberal Paulo Guedes. O avanço do neoliberalismo e a situação de pandemia só clareou a verdadeira perspectiva social que vivenciamos, marcada por uma desigualdade social cada vez mais efetiva em nossas vivências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a pandemia chegou diversas pessoas acreditavam que isso seria passageiro, principalmente aqueles que se agarraram no discurso negacionista, populista e ufanista em relação ao vírus, denominado a COVID-19 de “vírus chinês”, “gripezinha” e outras conotações totalmente fora da verdadeira condição que passaríamos a viver. Hoje o que temos sobre o enredo trágico da pandemia no Brasil em especial é milhões de pessoas contaminadas e outras centenas que perderam a vida e é este o prognóstico que ficará marcado na história daqueles que negaram este momento tão crucial da humanidade.

Com a pandemia ficou notório que a sociedade brasileira vem sendo

totalmente degradada pelos seus últimos governantes ao trazerem consigo as ideias do neoliberalismo e fazerem deste discurso de “choque liberal” uma forma de conduzir a sociedade a uma posição social marcada profundamente pelas mazelas sociais fruto das ações de austeridade de contenção de investimentos em serviços e políticas públicas que alcançam a maioria da população e que são essenciais para que estes tenham condições de sobreviverem dignamente.

O que temos hoje é um país que mergulha em uma crise sem precedentes com o retorno da fome, o aumento das desigualdades, uma alta taxa de desemprego, pequenas e médias empresas falindo tudo isso sobre os olhares de um governo que se abstém e ignora os fatos seguindo um mero discurso fundamentalista criado para inflamar os seus defensores mais fieis.

É em face desta realidade que trazemos todas estas questões socioeconômicas para a educação que em tempos de pandemia também passou por um processo de reestruturação, sendo ofertada de forma remota aos estudantes das diversas redes de ensino que se fazem presente em nosso país.

Mas o que podemos visualizar com este estudo no que tange a situação educacional da pandemia, em especial no Estado de Minas Gerais é a continuidade do cenário de imensas desigualdades criadas pelo neoliberalismo, pois ao analisar o formato e ações do programa de ensino remoto criado pelo governo mineiro, chefiado pelo governador, Romeu Zema (NOVO), percebe-se que este mapeia ainda mais esta situação social ultrajante que se faz pertinente em nossa sociedade, pois o modelo de ensino remoto instituído cria um distanciamento do aluno com a sua perspectiva de ensino-aprendizagem devido às ferramentas e formas de acesso ao conteúdo do ensino, que praticamente é moldado para ser um ensino digital onde a maioria dos alunos não possuem estes meios digitais para darem continuidade aos seus estudos.

Tendo como base uma escola de uma cidade do interior do estado com cerca de 200 alunos em um determinado turno se torna perceptível todo este panorama social marcado pelas mazelas sociais, criando assim, uma situação na qual há uma baixa adesão dos alunos na modalidade do ensino remoto devido dificuldades de conseguirem acesso aos meios

digitais, pela falta de equipamentos e de um suporte que lhes garantam uma conectividade as mídias ofertadas pelo REANP - Regime de Estudo não Presencial.

Este cenário criará uma situação totalmente adversa para esta geração que neste momento se encontram sem condições de estudar por causa da condição social na qual vivem fato que irá aprofundar ainda mais a situação de pobreza sobre as suas realidades.

A pandemia vai passar, e todos nós teremos a condição de repensar nossas condutas e nossas formas de pensar o mundo, talvez seja o momento de pensarmos mais além e passarmos a reivindicarmos um sistema de ensino público que não seja apenas para aqueles que são vistos como indivíduos à margem da sociedade, mas sim idealizar um ensino público que garanta a estes as mesmas condições de ensino do que aqueles que podem pagar as instituições privadas, não podemos jamais esquecer que, o acesso à educação é um bem constitucional que em seu artigo 205 diz que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

REFERÊNCIAS

BADIOU, Alin. **A única lição que a covid pode ensinar**. Disponível em:

<http://navegacoesnasfronteirasdopensamentoblogspot.com/2020/04/alain-badiou-unica-licao-que-covid-pode.html>. Acesso em 20 de setembro de 2020.

BORGES, S. S. H; SILVA, V. L. Um olhar para a desigualdade escolar em tempos de pandemia. **Carta Capital**, 2020.

Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/blogs/solidariedade-em-pauta/um-olhar-para-a-desigualdade-escolar-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 02 de novembro de 2020.

Brasil é epicentro emergente de fome extrema na pandemia, diz relatório. **Portal UOL**, São Paulo, 2020. Disponível em:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/09/brasil-e-epicentro-emergente-de-fome-extrema-na-pandemia-diz-relatorio.htm>. Acesso em: 31 de outubro de 2020.

IPEA. **Pandemia amplia desigualdade no sistema educacional**. 2020. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36069. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

MINAS GERAIS. **Deliberação Covid-19 número 18 de 22 de março de 2020**.

Disponível em:

https://www2.educacao.mg.gov.br/images/stories/2020/INSPCAO_ESCOLAR/Boletim_maio/DELIB._COVID-19_N%C2%BA_18_20.pdf. Acesso em 31 de outubro de 2020.

NUNES, João. A pandemia de Covid-19: securitização, crise neoliberal e a vulnerabilização global. **Revista Cad. Saúde Pública**, São Paulo, v. 36, p. 1-4, 2020.

PALU, Janete. A crise do capitalismo, a pandemia e a educação pública brasileira: reflexões e percepções. IN; MAYER, L. etal. (org). **Desafios da educação em tempos de pandemia**. Ed. Ilustração: Cruz Alta, 2020.

PRASHAD, Vijay. **Não voltaremos ao normal porque o normal era o problema**. Disponível em: <http://navegacoesnasfronteirasdopensamento.blogspot.com/2020/04/nao-voltaremos-ao-normal-porque-o.html>. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

RIVERA, Carolina. O coronavírus pode levar o mundo à outra “pandemia”: o aumento da fome. **Exame**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://exame.com/mundo/o-coronavirus-pode-levar-o-mundo-a-outra-pandemia-o-aumento-da-fome/#:~:text=A%20fome%20no%20mundo%20deve,intensificou%20a%20disputa%20por%20comida&text=O%20n%C3%BAmero%20de%20pessoas%20com%20fome%20estimado%20para%202020%20pel a,entre%20as%20piores%20da%20hist%C3%B3ria>. Acesso em: 31 de outubro de 2020.

VERBICARO, L. P. Pandemia e o colapso do neoliberalismo. **Voluntas: Revista internacional de filosofia**, Santa Maria,, v. 11, p. 1-9, 2020.

VIRGINIO, A. S. **Educação, desigualdade e covid-19**. Departamento sociologia da UFRGS, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/educacao-desigualdade-e-covid-19>. Acesso em: 02 de novembro de 2020.

ⁱ Para alguns autores, etimologicamente a palavra sertão derivaria do latim *desertus*, por intermédio do latim vulgar *desertanu*, que pode significar deserto, abandonado, inculto, selvagem, desabitado ou pouco habitado. ROMEIRO, Adriana. *Sertões*. In: *Dicionário Histórico das Minas Gerais: período colonial*. p. 271.

ⁱⁱ A maior parte dos referidos mapas estão reproduzidos e comentados em: COSTA, Antônio Gilberto. *Conjunto das Cartas Sertanistas*. In: *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*. pp. 57-63.

ⁱⁱⁱ A etimologia da palavra *sertão* permanece desconhecida. Para alguns autores, o sertão derivaria do latim *desertus*, por intermédio do latim vulgar *desertanu*, que pode significar deserto, abandonado, inculto, selvagem, desabitado ou pouco habitado. ROMEIRO, Adriana. *Sertões*. In: *Dicionário Histórico das Minas Gerais: período colonial*. p.271.

^{iv} FERREIRA, Geny José: inédito. Divinópolis, 2005. Entrevista concedida a Betânia Gonçalves Figueiredo – Depto. De História da UFMG – Centro de Memória do Calçado – Nova Serrana – MG.

^v FIRMINO, José Pinto. Inédito. Nova Serrana, 2005. Entrevista concedida a Betânia Gonçalves Figueiredo – Depto. De História da UFMG – Centro de Memória do Calçado – Nova Serrana – MG.

^{vi} AMARAL, Geralda Pinto do. Inédito. Nova Serrana, 2007. Entrevista concedida a Reginaldo Silva, Projeto Memórias, Departamento de Cultura, 29/10/2007.

^{vii} FREITAS & FONSECA, 2002. – NAVARRO, Horácio. Inédito. Belo Horizonte, 2005. Entrevista concedida a Betânia Gonçalves Figueiredo – Depto. De História da UFMG – Centro de Memória do Calçado.

^{viii} Marcou também o mandato do Sr. Benjamim Martins a instalação do Posto de Saúde; aquisição de um trator; abertura de novas ruas; construção de um cemitério em Ripas; instalação do serviço de abastecimento de água em Boa Vista e Gamas; calçamento de ruas; compra de um caminhão;; aquisição de uma motoniveladora; construção de uma escola em Novais e; eletrificação da comunidade de Boa Vista, como aparecem nos arquivos da Prefeitura Municipal.

^{ix} AMARAL, Meire. Exclusiva. Nova Serrana, 2005. Entrevista concedida a Reginaldo Silva – Dulce Amaral foi a primeira mulher eleita para o cargo de vereadora em 1958.

^x No período seguinte, Dr. Jacinto Moreira Filho, foi eleito pelo voto direto, administrou o município no ano de 1971, poucos meses após a posse passou o cargo para o vice João Gonçalves do Amaral. A

cada governo que se instalava, se preocupava com o crescimento da cidade.

^{xi} O número de empresas citado se refere as empresas cadastradas e participantes do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana – SINDINOVA.

^{xii} Estado de Minas, Jornal. 22 de agosto de 1996. Caso do processo do Grupo Fila contra a empresa Dio-Clay Calçados, por falsificar a marca Fila apresentando a marca Fika, porém com o mesmo modelo.

^{xiii} APL – Arranjo Produtivo Local.